PLANO DE

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

2025-2029

FAMINAS

P712 Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2025-2029
CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS. Muriaé, 2025.
278 p.

1. Legislação. 2. Plano de Desenvolvimento Institucional. 3. Ensino Superior. I. CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS. II. Título.

CDD 378.101

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Cristina de Souza Maia- CRB6 2294

MANTENEDORA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS

LAEL VARELLA EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA

CÓDIGO E-MEC
1260

CNPJ
03.466.623/0001-42

NATUREZA JURÍDICA
Sociedade Empresária Limitada

SEDE
Avenida Cristiano Ferreira Varella, 655, bairro Universitário,
Muriaé/MG, CEP 36.888-233

REPRESENTANTE LEGAL
Luciano Ferreira Varella

CORPO DIRETIVO DA MANTENEDORA

DIRETOR PRESIDENTE
Lael Vieira Varella Filho

DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
Luciano Ferreira Varella

DIRETORA EXECUTIVA
Luísa Ribeiro Varella

GERENTE ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
Eduardo Goulart Gomes

MANTIDA

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS

NOME DA IES – SIGLA
CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS - UNIFAMINAS

CÓDIGO DA IES NO E-MEC
1913

SITUAÇÃO
Ativa

ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA
Centro Universitário

CATEGORIA ADMINISTRATIVA
Privada com fins lucrativos

ENDEREÇO
Avenida Cristiano Ferreira Varella, 655, bairro Universitário,
Muriaé/MG, CEP 36.888.233

TELEFONE
(32) 3729-7500

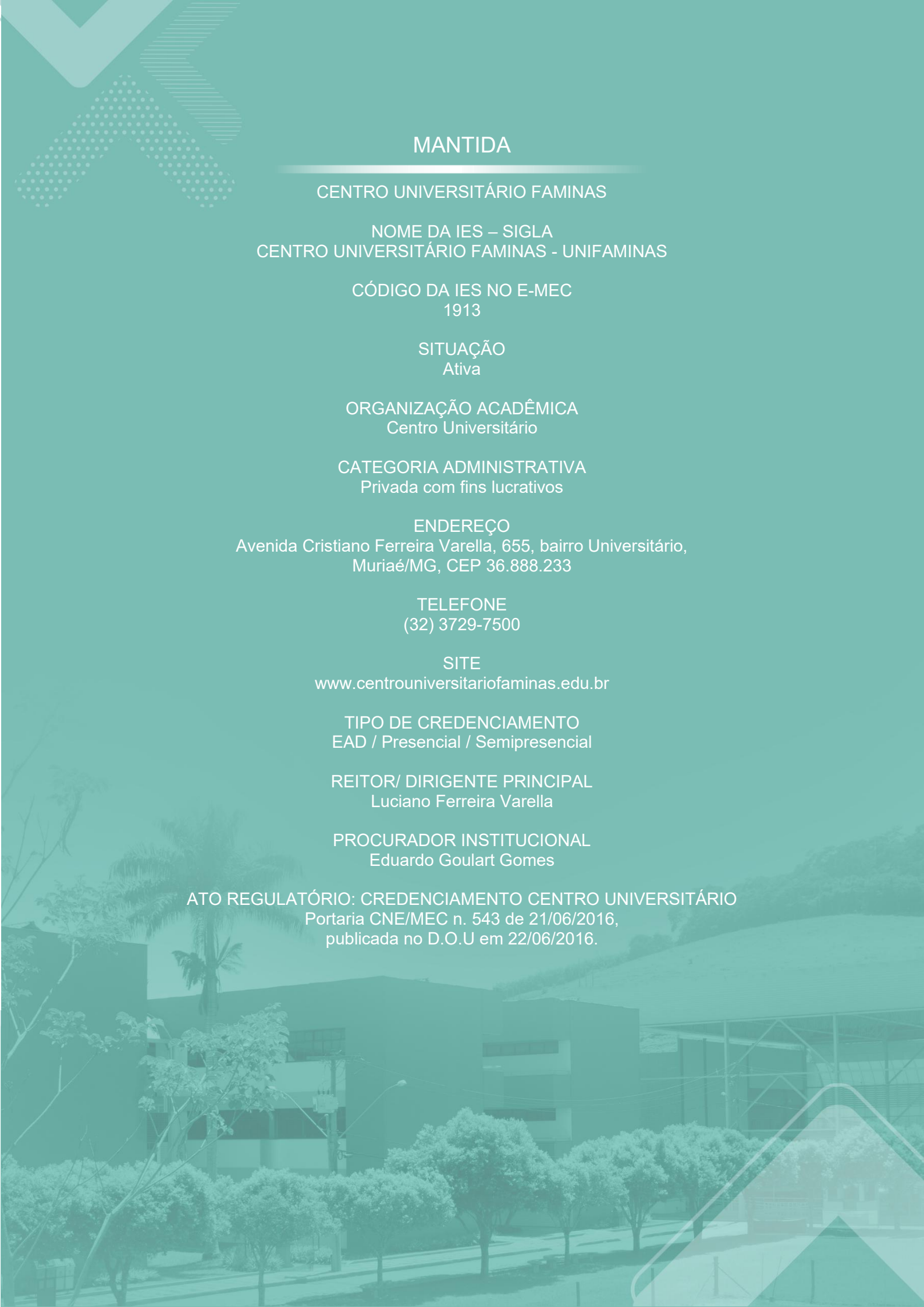
SITE
www.centrouniversitariofaminas.edu.br

TIPO DE CREDENCIAMENTO
EAD / Presencial / Semipresencial

REITOR/ DIRIGENTE PRINCIPAL
Luciano Ferreira Varella

PROCURADOR INSTITUCIONAL
Eduardo Goulart Gomes

ATO REGULATÓRIO: CREDENCIAMENTO CENTRO UNIVERSITÁRIO
Portaria CNE/MEC n. 543 de 21/06/2016,
publicada no D.O.U em 22/06/2016.



CORPO DIRETIVO

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS

REITOR
Bel. Esp. Luciano Ferreira Varella

VICE-REITORA
Profa. Ma. Luísa Ribeiro Varella

PRÓ-REITORA DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
Profa. Ma. Aline Cunha Gama Carvalho

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Bel. Esp. Eduardo Goulart Gomes

DIRETORA DE UNIDADE
Bel. Esp. Roberta Souza Cruz Bastos

COORDENADORA DO NÚCLEO ACADÊMICO
Profa. Ma. Juliana Barroso Rodrigues Guedes

COORDENADORA DE QUALIDADE ACADÊMICA
Profa. Dra. Adriana Horta de Faria

COORDENADORA DE EDUCAÇÃO MÉDICA
Profa. Dra. Ana Flávia Santos Almeida

ASSESSORA DE REGULAÇÃO
Bel. Esp. Jéssica Berbert Calcagno de Freitas

COORDENADOR DA REVISTA E DA EDITORA FAMINAS
Prof. Dr. Vitor Diniz Schuabb

COORDENADOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Prof. Dr. Alexandre Horácio Couto Bittencourt

COORDENADORA DA EXTENSÃO
Profa. Dra. Laiza Bonela Gomes

COORDENADOR DO COMITÊ DE INTERNACIONALIZAÇÃO
Prof. Dr. Alexandre Horácio Couto Bittencourt

COORDENADORA DO COMPLEXO DE
SIMULAÇÃO REALÍSTICA DE ALTA COMPLEXIDADE
Profa. Dra. Gisele Eva Buch

COORDENADOR DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO
PSICOPEDAGÓGICO
Bel. Esp. Jean Pablo Alves Esteves

CORPO DIRETIVO

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS
(continuação)

BIBLIOTECÁRIA CHEFE
Bel. Esp. Cristina de Souza Maia

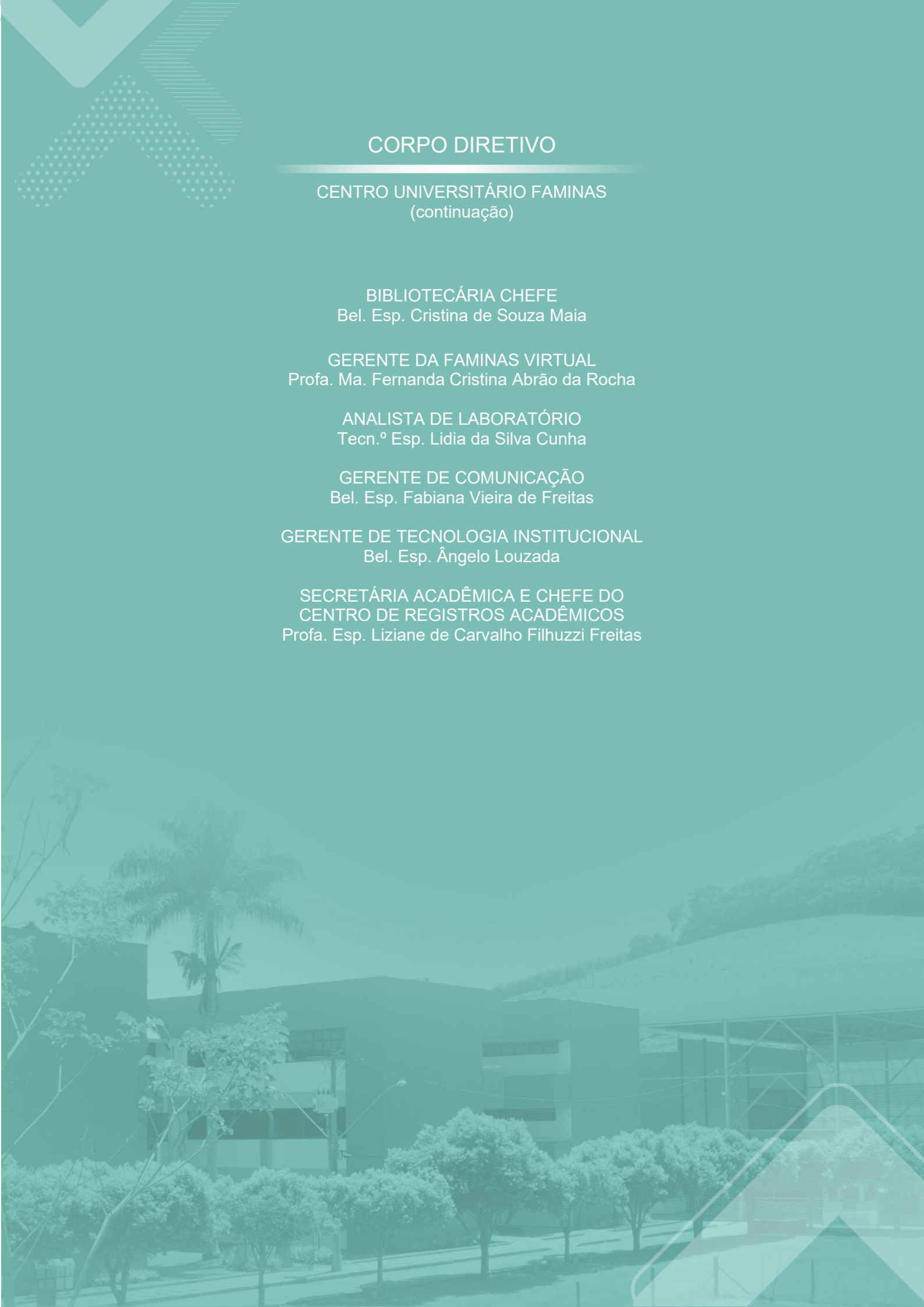
GERENTE DA FAMINAS VIRTUAL
Profa. Ma. Fernanda Cristina Abrão da Rocha

ANALISTA DE LABORATÓRIO
Tecn.º Esp. Lidia da Silva Cunha

GERENTE DE COMUNICAÇÃO
Bel. Esp. Fabiana Vieira de Freitas

GERENTE DE TECNOLOGIA INSTITUCIONAL
Bel. Esp. Ângelo Louzada

SECRETÁRIA ACADÊMICA E CHEFE DO
CENTRO DE REGISTROS ACADÊMICOS
Profa. Esp. Liziane de Carvalho Filhuzzi Freitas



COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS

COORDENADORA DA GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
Profa. Ma. Simone Monteiro

COORDENADOR DA GRADUAÇÃO EM ANÁLISE
E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
Prof. Dr. Flávio Andrade do Amaral Motta

COORDENADORA DA GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
Profa. Ma. Gabriela Cruz Rodrigues

COORDENADORA DA GRADUAÇÃO EM BIOMEDICINA
Profa. Dra. Mariana de Almeida Azevedo

COORDENADORA DA GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Profa. Ma. Simone Monteiro

COORDENADORA DA GRADUAÇÃO EM DIREITO
Profa. Ma. Margarida Maria Espósito dos Santos

COORDENADOR DA GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA E BACHARELADO
Prof. Dr. Felippe da Silva Leite Cardoso

COORDENADORA DA GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM
Profa. Ma. Soraya Lúcia do Carmo Silva Loures

COORDENADORA DA GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL
Profa. Ma. Lorena Andrade Nunes

COORDENADOR DA GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA
Prof. Me. Emílio Santana de Abreu

COORDENADOR DA GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA
Prof. Me. Rodrigo Antônio M. Valintin Lacerda

COORDENADORA DA GRADUAÇÃO EM MEDICINA
Profa. Ma. Adymila Salim Moreira de Rezende

COORDENADORA DA GRADUAÇÃO EM MEDICINA VETERINÁRIA
Profa. Dra. Lorena Chaves Monteiro

COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS
(continuação)

COORDENADORA DA GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO
Profa. Dra. Vanessa Rosse de Souza

COORDENADORA DA GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA
Profa. Ma. Neliana Salomão Rodrigues

COORDENADORA DA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
Profa. Esp. Larissa Bouzada Furlani

COMISSÃO PRÓPRIA DE AUTOAVALIAÇÃO (CPA)

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS

PRESIDENTE
Bel. Esp. Jéssica Berbert Calcagno de Freitas

REPRESENTANTE DO CORPO DOCENTE
Profa. Ma. Juliana Camargo Melo Pena

REPRESENTANTE DO CORPO DISCENTE
Flávia Roberto da Cruz Carvalho

REPRESENTANTE DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO
Prof. Dr. Flávio Andrade do Amaral Motta

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE CIVIL
Maria Aparecida Roque da Silva

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

Quadro 1 - Objetivos Estratégicos da Mantenedora para o período 2025–2029 21
Quadro 2 - Indicadores Institucionais do Centro Universitário FAMINAS 23
Quadro 3 - Conceitos dos Cursos de Graduação 26
Quadro 4 – Perspectiva Acadêmica e dos Estudantes 44
Quadro 5– Perspectiva dos Processos Institucionais 45
Quadro 6 – Perspectiva do Desenvolvimento Humano e Organizacional 47
Quadro 7– Perspectiva da Sustentabilidade e da Gestão de Recursos 48
Quadro 8 – Perspectiva da Sociedade, Inovação e Impacto Institucional 49
Quadro 9– Projetos acadêmicos estruturantes 51
Quadro 10- Caracterização socioeconômica, educacional e de saúde de Muriaé 57
Quadro 11– Competências Institucionais associadas ao Saber Fazer Bem 92
Quadro 12- Organização da avaliação para fins de progressão acadêmica 108
Quadro 13- Projeção da Oferta Acadêmica 252
Quadro 14- Desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* 253

FIGURAS

Figura 1 - Estrutura de Governança do Processo Decisório 36
Figura 2- Matriz SWOT do Centro Universitário FAMINAS 38
Figura 3- Princípios que orientam as práticas acadêmicas 62
Figura 4- Perfil Institucional do Egresso do Centro Universitário FAMINAS 65
Figura 5- Ecossistema de Aprendizagem Faminas 69
Figura 6- Aprendizagem Significativa no Ecossistema FAMINAS 72
Figura 7- Interdisciplinaridade no Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS 75
Figura 8- Projeto Prático Aplicado (PPA) no Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS 80
Figura 9- Formação Integral no Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS 88
Figura 10– Ambiência de Aprendizagem no Ecossistema Faminas 95
Figura 11– Eixos da Inovação no Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS 103
Figura 12- Organograma Institucional e Acadêmico 203
Figura 13- Perfil do Corpo Docente - 2024 220

TABELAS

Tabela 1- Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira – Faminas MRE 271

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 14

1 PERFIL INSTITUCIONAL 17

1.1 MANTENEDORA 17
1.1.1 Histórico da Mantenedora Lael Varella Educação e Cultura LTDA 17
1.1.2 Missão, Visão e Valores da Mantenedora 18
1.1.3 Objetivos Estratégicos da Mantenedora 20
1.2 MANTIDA 21
1.2.1 Histórico do Centro Universitário FAMINAS 24
1.2.2 Missão 27
1.2.3 Visão 27
1.2.4 Valores 27
1.2.5 Objetivos Institucionais 27
1.2.6 Áreas de Atuação Acadêmica 30
1.2.6.1 Áreas Pretendidas para a Atuação Acadêmica 32

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025/2029 35

2.1 ARQUITETURA DE GOVERNANÇA E PROCESSO DECISÓRIO 35
2.1.1 Governança de Indicadores Institucionais 37
2.2 Metodologia de Formulação Estratégica 38
2.3 DIRECIONADORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 40
2.4 INDICADORES, METAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS 42
2.4.1 Projetos acadêmicos estruturantes para o período 51

3 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI 52

3.1 INSERÇÃO REGIONAL 56
3.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA IES 59
3.2.1 Perfil do Egresso 63
3.3 O ECOSSISTEMA DE APRENDIZAGEM FAMINAS 66
3.3.1 Aprendizagem Significativa no Ecossistema de Aprendizagem 70
3.3.1.1 Modularização como Estratégia de Organização Curricular 72
3.3.2 Interdisciplinaridade no Ecossistema de Aprendizagem 74
3.3.2.1 Projeto Prático Aplicado (PPA) 76
3.3.2.1.1 Interface com o mundo do trabalho 81
3.3.3. As Quatro Dimensões da Educação na Formação Integral do Estudante 86
3.3.3.1 CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS: Saber Fazer Bem 89
3.3.3.2 Ambiência de Aprendizagem no Ecossistema de Aprendizagem 93
3.3.3.3 Modelo Dinâmico na Ambiência de Aprendizagem 95
3.3.3.4 Espaços de Aprendizagem 99
3.3.4 Inovação no Ecossistema de Aprendizagem 100
3.4 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 104
3.4.1 Avaliação para Fins de Progressão do Estudante 108

4 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA 109

4.1 O PERFIL DO EGRESSO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 109
4.1.1 Seleção de Conteúdos 111

4.2 POLÍTICAS DE ENSINO 113
4.2.1 FAMINAS VIRTUAL e Educação Digital 116
4.2.1.1 Diretrizes para a Educação Digital e os Formatos de Oferta 117
4.2.1.2 Organização dos Processos de Ensino e Aprendizagem 119
4.2.1.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem e Recursos Educacionais Digitais 120
4.2.1.4 Corpo Docente, Mediação Pedagógica e Apoio ao Estudante 121
4.2.1.5 Materiais Didáticos 122
4.2.1.6 Interação e Acompanhamento da Aprendizagem 123
4.2.1.7 Avaliação da Aprendizagem 124
4.2.1.8 Infraestrutura, Suporte e Acessibilidade Digital 124
4.2.1.9 Gestão, Avaliação e Melhoria Contínua 125
4.3 POLÍTICA DE PESQUISA, INICIAÇÃO CIENTÍFICA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO 127
4.3.1 Ações de Pesquisa, Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação .. 132
4.3.1.1 Gestão, Acompanhamento e Desenvolvimento da Pesquisa 133
4.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL 135
4.5 POLÍTICAS DE GESTÃO 140
4.6 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 146
4.6.1 Ações Institucionais de Apoio à Diversidade, ao Meio Ambiente, à Memória Cultural, à Produção Artística e ao Patrimônio Cultural 151
4.7 POLÍTICAS DE ESTÁGIO, PRÁTICA PROFISSIONAL E ATIVIDADES COMPLEMENTARES 156
4.7.1 Integração entre Formação Acadêmica, Prática Profissional e Sociedade 157
4.7.2 Internato Médico 159
4.7.3 Atividades Complementares 160
4.7.4 Avaliação e Melhoria Contínua 161
4.8 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS ACADÊMICAS E COMPROMISSOS FORMATIVOS 161

5 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 164

5.1 PLANEJAMENTO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 167
5.2 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO — CPA 172
5.3 PARTICIPAÇÃO E ESCUTA DA COMUNIDADE ACADÊMICA 177
5.4 ANÁLISE E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO 181
5.5 PLANOS DE MELHORIA E ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES 185
5.6 RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO, DIVULGAÇÃO E DEVOLUTIVA DOS RESULTADOS 186
5.7 INTEGRAÇÃO ENTRE AUTOAVALIAÇÃO, AVALIAÇÃO EXTERNA E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL 189
5.8 CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA DE AVALIAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA 191

6 PLANEJAMENTO E GESTÃO INSTITUCIONAL 193

6.1 PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA INSTITUCIONAL 195
6.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE GESTÃO 199
6.2.1 Organograma Institucional e Acadêmico 202
6.3 ÓRGÃOS E INSTÂNCIAS COLEGIADAS 204
6.3.1 Conselho Universitário — CONSU 205
6.3.2 Colegiados de Curso 206
6.3.3 Conselho do Curso de Medicina 207
6.3.4 Núcleos Docentes Estruturantes — NDEs 207
6.4 ÁREAS TRANSVERSAIS E ESTRUTURAS DE APOIO ACADÊMICO E ADMINISTRATIVO 209
6.4.1 Áreas Transversais de Apoio e Assessoramento 209
6.4.2 Secretaria de Registro Acadêmico 210

6.4.3 Central de Relacionamento com o Aluno — CRA ... 210
6.5 AUTONOMIA INSTITUCIONAL E RELAÇÃO COM A MANTENEDORA ... 212
6.6 MONITORAMENTO DA GESTÃO E MELHORIA CONTÍNUA ... 214

7 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL ... 217

7.1 CORPO DOCENTE ... 219
7.1.1 Critérios de Seleção e Contratação Docente ... 221
7.1.2 Política de Integração, Capacitação e Desenvolvimento Docente ... 222
7.1.3 Acompanhamento e Avaliação da Atuação Docente ... 223
7.1.4 Regimes de Trabalho ... 224
7.1.5 Plano de Carreira Docente ... 225
7.1.6 Substituição Eventual de Docentes ... 226
7.1.7 Planejamento e Dimensionamento do Corpo Docente para 2025–2029 ... 226
7.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO ... 227
7.2.1 Seleção, Contratação e Movimentação Interna ... 228
7.2.2 Capacitação e Desenvolvimento do Corpo Técnico-Administrativo ... 228
7.2.3 Acompanhamento do Desempenho e Desenvolvimento Organizacional ... 229
7.2.4 Plano de Carreira e Jornada de Trabalho ... 230
7.2.5 Planejamento e Dimensionamento do Corpo Técnico-Administrativo para 2025–2029 ... 231

8 POLÍTICAS DE ACOMPANHAMENTO AO DISCENTE ... 232

8.1 FORMAS DE INGRESSO ... 233
8.2 POLÍTICA E SERVIÇOS DE APOIO AO DISCENTE ... 234
8.2.1 Governança e Articulação da Rede de Apoio ... 234
8.2.2 Acolhimento, Integração e Orientação Acadêmica ... 235
8.2.3 Acompanhamento do Desempenho, Permanência e Risco de Evasão ... 236
8.2.4 Nivelamento ... 237
8.2.5 Monitoria Acadêmica ... 238
8.2.6 Apoio Psicopedagógico ... 239
8.2.7 Inclusão, Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado ... 240
8.2.8 Participação e Representação Estudantil ... 241
8.2.9 Atendimento Acadêmico, Administrativo, Digital e Financeiro ... 241
8.2.10 Estágio, Carreira e Inserção Profissional ... 242
8.3 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS ... 243
8.3.1 Estratégias de Acompanhamento e Relacionamento ... 244
8.3.2 Análise e Utilização dos Resultados ... 245
8.4 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES ... 246

9 PERSPECTIVAS DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA OFERTA ACADÊMICA ... 249

9.1 DIRETRIZES PARA A EXPANSÃO DA OFERTA ACADÊMICA ... 249
9.2 PROJEÇÃO DE EXPANSÃO E REORGANIZAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO ... 250
9.3 DESENVOLVIMENTO PROJETADO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU ... 252
9.4 CONDIÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS OFERTAS PROJETADAS ... 253
9.5 ACOMPANHAMENTO DAS PROJEÇÕES DE EXPANSÃO ... 254

10 INFRAESTRUTURA ... 255

10.1 PLANEJAMENTO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ... 256
10.2 INFRAESTRUTURA ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA ... 257
10.2.1 Salas de Aula e Ambientes de Aprendizagem ... 257
10.2.2 Espaços de Trabalho Docente ... 258
10.2.3 Espaços de Atendimento aos Estudantes ... 258

10.2.4 Auditórios e Espaços Acadêmicos e Institucionais *259*
10.2.5 Instalações Sanitárias e Espaços de Apoio e Convivência *259*
10.2.6 Infraestrutura da Comissão Própria de Avaliação — CPA *260*
10.3 BIBLIOTECA 260
10.3.1 Infraestrutura Física *260*
10.3.2 Acervo Físico e Digital *261*
10.3.3 Serviços e Recursos de Informação *262*
10.3.4 Acessibilidade e Tecnologia Assistiva *262*
10.3.5 Desenvolvimento e Atualização do Acervo *263*
10.4 INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 263
10.4.1 Infraestrutura e Serviços de TI *263*
10.4.2 Tecnologias Digitais de Apoio aos Processos Acadêmicos *264*
10.5 LABORATÓRIOS E AMBIENTES DE PRÁTICAS ACADÊMICAS 265
10.5.1 Organização, Funcionamento, Segurança e Suporte Técnico *266*
10.5.2 Laboratório de Simulação Realística *266*
10.5.3 Laboratório de Realidade Virtual *267*
10.5.4 Complexo Esportivo *268*
10.6 MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA PARA 2025–2029 268

11 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS 269

12 SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DO PDI 273

REFERÊNCIAS 276

APRESENTAÇÃO

O Centro Universitário FAMINAS apresenta seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2025 a 2029, elaborado em consonância com a legislação educacional vigente e com os referenciais institucionais que orientam o planejamento, a avaliação e a gestão acadêmica e administrativa.

A elaboração do PDI considerou os resultados do ciclo de planejamento anterior, as informações provenientes dos processos de autoavaliação institucional, os indicadores acadêmicos e regulatórios, as demandas identificadas no âmbito da comunidade acadêmica e as perspectivas para o desenvolvimento da educação superior. Esses elementos subsidiaram a definição das prioridades institucionais e das estratégias previstas para o quinquênio.

Como instrumento de planejamento e gestão, o PDI estabelece as diretrizes, os objetivos, as metas e as ações que orientarão o desenvolvimento institucional no período de sua vigência. Sua concepção articula avaliação, planejamento e gestão, buscando assegurar coerência entre a missão e os valores institucionais, as políticas acadêmicas e administrativas, os objetivos estratégicos e as necessidades decorrentes do contexto educacional e social.

Nesse sentido, o PDI orienta a atuação do Centro Universitário FAMINAS para o desenvolvimento da qualidade acadêmica, da formação integral dos estudantes, da inovação nos processos educacionais, da responsabilidade social e da produção e difusão do conhecimento, considerando as atividades de ensino, pesquisa, extensão e internacionalização previstas em suas políticas institucionais.

A avaliação do ciclo de planejamento anterior e os resultados dos processos de autoavaliação institucional constituíram referências para a elaboração deste PDI. Foram considerados, entre outros elementos, os indicadores oficiais de qualidade da educação superior aplicáveis à Instituição e aos seus cursos, os resultados das avaliações externas e internas e as informações produzidas pelos diferentes setores institucionais. Os relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA) integraram esse conjunto de evidências, contribuindo para a identificação de potencialidades, fragilidades e oportunidades de aprimoramento.

A construção do PDI foi desenvolvida a partir da análise de informações institucionais e da participação das instâncias envolvidas no planejamento e na gestão, contemplando, conforme os registros do processo de elaboração, etapas de diagnóstico institucional, análise dos resultados da autoavaliação, avaliação de indicadores, identificação de demandas, definição de prioridades e estratégias, consolidação das contribuições e apreciação do documento pelas instâncias institucionais competentes.

O Plano de Desenvolvimento Institucional incorpora, de forma articulada, os princípios e fundamentos do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), expressando a identidade acadêmica do Centro Universitário FAMINAS, sua inserção regional e seus referenciais educacionais, pedagógicos e metodológicos. Essa articulação orienta as políticas institucionais e o compromisso com a formação humana, científica, ética e profissional dos estudantes.

A estrutura do PDI considera as dimensões e os eixos que orientam os processos de avaliação institucional da educação superior e articula planejamento estratégico, políticas acadêmicas, gestão, infraestrutura e avaliação institucional. Essa organização busca favorecer a integração dos diferentes processos e estabelecer condições para o acompanhamento das metas e ações previstas para o período de 2025 a 2029.

O acompanhamento do PDI será realizado por meio de mecanismos institucionais de monitoramento e avaliação, considerando indicadores acadêmicos, regulatórios, administrativos, financeiros e outros definidos de acordo com os objetivos e metas estabelecidos. A análise periódica dos resultados deverá subsidiar a tomada de decisão, a identificação de necessidades de aprimoramento e, quando necessário, a revisão das estratégias e ações previstas.

Dessa forma, o PDI 2025–2029 estabelece as prioridades para o desenvolvimento do Centro Universitário FAMINAS no quinquênio e constitui referência para a atuação das diferentes instâncias acadêmicas e administrativas. Sua implementação pressupõe acompanhamento sistemático das metas e ações, articulação entre os setores responsáveis e utilização dos resultados da avaliação institucional como subsídio ao processo de gestão e à melhoria contínua.

Ao estabelecer diretrizes para o período de 2025 a 2029, o Centro Universitário FAMINAS reafirma seu compromisso com uma educação superior socialmente relevante,

orientada para a formação dos estudantes, o desenvolvimento institucional e a contribuição para o desenvolvimento social, científico e econômico das regiões em que atua.

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 MANTENEDORA

Razão Social: LAEL VARELLA EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA
CÓDIGO E-MEC: 1260
CNPJ: 03.466.623/0001-42
Endereço: Avenida Cristiano Ferreira Varella, nº 655, bairro Universitário, Muriaé/MG, CEP 36.888-233.

1.1.1 Histórico da Mantenedora Lael Varella Educação e Cultura LTDA

A Lael Varella Educação e Cultura Ltda., código e-MEC nº 1260, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, constituída sob a forma de sociedade empresária limitada e inscrita no CNPJ sob nº 03.466.623/0001-42, é a Mantenedora do Centro Universitário FAMINAS, código e-MEC nº 1913, com sede no município de Muriaé, Estado de Minas Gerais.

A Mantenedora integra o Grupo Lael Varella, organização empresarial de origem mineira cuja trajetória se desenvolveu a partir de uma estrutura familiar e da atuação em diferentes segmentos. A história construída pelo grupo constitui elemento relevante de sua identidade organizacional e está associada à continuidade de seus empreendimentos, à atuação regional e à ampliação progressiva de suas áreas de atividade.

A inserção no campo da educação superior ocorreu em 2001, com o credenciamento da então Faculdade de Minas, em Muriaé, marcando o início da atuação educacional da Mantenedora. A partir desse movimento, a educação superior passou a integrar as atividades desenvolvidas pelo grupo, estabelecendo uma trajetória que posteriormente se ampliaria para outras localidades e diferentes áreas de formação.

Em 2003, a atuação educacional foi ampliada com a criação da unidade de Belo Horizonte, expandindo a presença da Mantenedora na educação superior em Minas Gerais. A constituição e o desenvolvimento das instituições mantidas passaram, assim, a integrar uma trajetória de expansão da atividade educacional iniciada em Muriaé e posteriormente ampliada no Estado.

Ao longo dessa trajetória, a Mantenedora direcionou investimentos à infraestrutura acadêmica e tecnológica e aos ambientes necessários ao desenvolvimento das atividades das instituições mantidas. Esse processo acompanhou a ampliação da oferta educacional e as necessidades decorrentes do desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

A sustentabilidade econômico-financeira constitui dimensão relevante da atuação da Mantenedora, na medida em que oferece suporte à continuidade das atividades educacionais e à implementação dos planejamentos institucionais. Nesse contexto, a relação entre Mantenedora e Mantida articula as condições necessárias ao desenvolvimento institucional às prioridades acadêmicas e administrativas estabelecidas nos respectivos instrumentos de planejamento.

A trajetória do Grupo Lael Varella também se relaciona a iniciativas desenvolvidas em outras áreas de interesse social, entre as quais se destaca a Fundação Cristiano Varella, com atuação na área da saúde. Essa proximidade institucional favorece, mediante os instrumentos e condições pertinentes, possibilidades de interlocução entre educação, saúde e desenvolvimento regional.

A preservação da trajetória construída ao longo dos anos, associada ao planejamento das condições necessárias ao desenvolvimento das instituições mantidas, constitui referência para a atuação da Lael Varella Educação e Cultura Ltda. No período de 2025 a 2029, essa atuação se articula às diretrizes estratégicas da Mantenedora e ao planejamento do Centro Universitário FAMINAS, respeitadas as competências próprias da gestão acadêmica e administrativa da Mantida.

Assim, a história da Mantenedora não se limita à constituição jurídica da organização ou à expansão de suas atividades. Ela representa uma trajetória empresarial de origem familiar que incorporou a educação superior às suas áreas de atuação e que mantém relação direta com a identidade e com o desenvolvimento institucional da FAMINAS.

1.1.2 Missão, Visão e Valores da Mantenedora

A trajetória institucional da Mantenedora encontra continuidade nos referenciais que orientam suas decisões e sua atuação. Missão, Visão e Valores expressam a identidade

institucional compartilhada e constituem referências para o planejamento e para o desenvolvimento das instituições mantidas.

Missão

Formar indivíduos autônomos, dinâmicos, inovadores, capazes de promover o bem-estar social, solucionar problemas complexos, transformar a sua própria realidade e a realidade de outras pessoas é foco da Educação Transformadora da FAMINAS.

Visão

Ser reconhecida entre as cinco melhores instituições de ensino superior privadas de Minas Gerais, destacando-se pela excelência acadêmica, inovação, empregabilidade e impacto social.

Valores

Respeito, Disciplina, Compromisso, Transparência e Sustentabilidade.

RESPEITO: reconhecer e valorizar as pessoas, suas diferenças, direitos, conhecimentos e trajetórias, promovendo relações pautadas pela dignidade, pelo diálogo, pela inclusão e pela convivência ética. O respeito orienta as relações entre estudantes, docentes, colaboradores, gestores e sociedade, contribuindo para um ambiente acadêmico comprometido com a formação humana.

DISCIPLINA: atuar com organização, responsabilidade e constância no cumprimento dos compromissos assumidos, observando normas, procedimentos, prazos e responsabilidades institucionais. A disciplina constitui princípio para a organização do trabalho acadêmico e administrativo, favorecendo a continuidade dos processos e o alcance dos objetivos estabelecidos no planejamento institucional.

COMPROMISSO: assumir responsabilidades e atuar de forma responsável na realização da Missão institucional e dos objetivos estabelecidos. Expressa o envolvimento da comunidade acadêmica com a formação dos estudantes, a qualidade das atividades desenvolvidas, o desenvolvimento institucional e a contribuição da educação superior para a sociedade.

TRANSPARÊNCIA: conduzir os processos institucionais com clareza, responsabilidade e acesso adequado às informações, respeitados os limites legais e institucionais. A transparência orienta a comunicação, a prestação de contas, os processos

decisórios e as relações entre os diferentes segmentos da comunidade acadêmica, contribuindo para uma gestão responsável e para o fortalecimento da confiança institucional.

SUSTENTABILIDADE: promover o desenvolvimento institucional considerando, de forma integrada, as dimensões ambiental, social e econômico-financeira, com responsabilidade na utilização dos recursos e atenção aos impactos das decisões e ações institucionais. Esse princípio orienta a continuidade das atividades, o uso consciente dos recursos, a responsabilidade socioambiental e a capacidade da Instituição de responder às necessidades presentes sem comprometer suas condições futuras de desenvolvimento.

A Missão, a Visão e os Valores constituem referenciais para o direcionamento institucional e orientam a definição das prioridades que sustentam o planejamento da FAMINAS. Em articulação com esses fundamentos, os objetivos estratégicos da Mantenedora estabelecem as diretrizes para o desenvolvimento institucional no período de vigência deste PDI.

1.1.3 Objetivos Estratégicos da Mantenedora

Os objetivos estratégicos da Mantenedora expressam as diretrizes que orientam sua atuação no período de 2025 a 2029 e estabelecem referências para o desenvolvimento das instituições mantidas. Articulados à Missão, à Visão e aos Valores institucionais, esses objetivos contemplam aspectos relacionados à sustentabilidade, ao desenvolvimento organizacional, à eficiência dos processos, à inovação, à valorização das pessoas e ao fortalecimento da atuação educacional, contribuindo para o alinhamento entre as decisões da Mantenedora e as prioridades estabelecidas para o quinquênio.

Quadro 1 - Objetivos Estratégicos da Mantenedora para o período 2025–2029

EMPRESAS LAEL VARELLA	
ESTRUTURAR A CULTURA ORGANIZACIONAL COLABORATIVA, TENDO COMO BASE NOSSO CORE BUSINESS	
DIMENSÃO ESTRATÉGICA	**OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**
CONTROLE FINANCEIRO	▪ I. Aumentar número de alunos. ▪ II. Manter a solidez da Divisão de Negócios Ensino.
RELACIONAMENTO CLIENTE/MERCADO	▪ I. Ampliar o número de campus. ▪ II. Consolidar posicionamento e valorizar a marca FAMINAS.
INOVAÇÃO DE PROCESSOS INTERNOS	▪ I. Estruturar os cursos de saúde com foco na excelência. ▪ II. Implementar modelo de cursos mistos e adequar infraestrutura. ▪ III. Mapear processos baseando-se na cultura Lean, tendo como fundamento a experiência do estudante. ▪ IV. Estruturar a comunicação interna com foco na gestão colaborativa.
PERTENCIMENTO, APRENDIZADO E CONHECIMENTO	▪ I. Desenvolver professores na aplicação de metodologias dinâmicas e inovadoras. ▪ II. Desenvolver gestores e coordenadores na cultura Ágil e Lean.

Fonte: Lael Varella Educação e Cultura Ltda., 2025.

Fonte: Lael Varella Educação e Cultura Ltda., 2025.

Os objetivos estratégicos apresentados constituem referenciais para o planejamento e para a tomada de decisão da Mantenedora, orientando a definição de prioridades, a alocação de recursos e o acompanhamento das ações necessárias ao desenvolvimento institucional. No âmbito do Centro Universitário FAMINAS, essas diretrizes articulam-se aos objetivos, metas e ações definidos neste PDI, preservadas as competências próprias da gestão acadêmica e administrativa da Instituição e assegurada a coerência entre as perspectivas da Mantenedora e as finalidades educacionais da Mantida.

1.2 MANTIDA

Nome: CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS – UNIFAMINAS
Código e-MEC: 1913
Endereço da Sede: Avenida Cristiano Ferreira Varella, nº 655, Bairro Universitário, Muriaé/MG, CEP 36.888-233.

Ato de Credenciamento: Portaria MEC nº 3.086, de 26/12/2001, publicada no Diário Oficial da União em 27/12/2001.

Ato de Recredenciamento: Portaria MEC nº 718, de 08/08/2013, publicada no Diário Oficial da União em 09/08/2013.

Ato de Credenciamento como Centro Universitário: Portaria MEC nº 543, de 21/06/2016, publicada no Diário Oficial da União em 22/06/2016.

Ato de Credenciamento *Lato Sensu* EaD: Portaria MEC nº 650, de 18/07/2016, publicada no Diário Oficial da União em 19/07/2016.

Credenciamento EaD: Portaria MEC nº 918, de 15/08/2017, publicada no Diário Oficial da União em 16/08/2017.

A caracterização do Centro Universitário FAMINAS é complementada pelos resultados dos processos oficiais de avaliação da educação superior. Esses resultados constituem referências para o acompanhamento do desenvolvimento institucional e, articulados às demais evidências acadêmicas e administrativas, subsidiam os processos de planejamento, avaliação e tomada de decisão.

Entre os indicadores considerados encontram-se o Conceito Institucional (CI) e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC). O CI resulta do processo de avaliação institucional externa, enquanto o IGC integra o conjunto dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Quadro 2 - Indicadores Institucionais do Centro Universitário FAMINAS

INDICADORES INSTITUCIONAIS
CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS

INDICADOR	RESULTADO	ANO DE REFERÊNCIA
Conceito Institucional (CI)	5	A confirmar no e-MEC
Índice Geral de Cursos (IGC) – Faixa	4	2023
Índice Geral de Cursos (IGC) – Contínuo	3,3860	2023

Fonte: Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Dados institucionais e Indicadores de Qualidade da Educação Superior.

Os indicadores apresentados integram o conjunto de evidências utilizado no acompanhamento da qualidade institucional e no planejamento do Centro Universitário FAMINAS. Sua análise ocorre de forma articulada aos resultados da autoavaliação conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), às avaliações externas e aos demais indicadores acadêmicos e regulatórios, subsidiando a identificação de potencialidades, necessidades de aprimoramento e prioridades institucionais.

A utilização integrada dessas informações fortalece a articulação entre avaliação e planejamento e contribui para o acompanhamento do desenvolvimento institucional ao longo do período de vigência deste PDI.

1.2.1 Histórico do Centro Universitário FAMINAS

A trajetória do Centro Universitário FAMINAS teve início com o credenciamento da então Faculdade de Minas, por meio da Portaria MEC nº 3.086, de 26 de dezembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União em 27 de dezembro de 2001. As atividades acadêmicas foram iniciadas em fevereiro de 2002, no município de Muriaé, Minas Gerais.

Em seu primeiro ano de funcionamento, a Instituição iniciou a oferta dos cursos de graduação em Administração, Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, e Sistemas de Informação. Ainda em 2002, a oferta acadêmica foi ampliada com o curso de Educação Física – Licenciatura. No mesmo período, tiveram início as atividades de pós-graduação *lato sensu*, incorporando a formação continuada à atuação institucional.

A expansão da graduação prosseguiu nos anos seguintes. Em 2003, foram implantados os cursos de Ciências Contábeis e Direito e, em 2004, passaram a integrar a oferta institucional os cursos de Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Publicidade e Propaganda, Serviço Social e Turismo. Em 2005, foi autorizado o curso de Terapia Ocupacional e, em 2006, teve início a oferta do curso de Psicologia. Em 2009, esse processo teve continuidade com a implantação dos cursos de Biomedicina e Educação Física – Bacharelado.

Em 2013, a autorização para o funcionamento do curso de Medicina representou novo marco na trajetória institucional, ampliando a atuação da FAMINAS na formação em saúde e estabelecendo novas demandas relacionadas à infraestrutura, aos cenários de prática, à organização acadêmica e à integração com os serviços de saúde da região.

Em 2016, por meio da Portaria MEC nº 543, de 21 de junho de 2016, a Instituição foi credenciada como Centro Universitário, passando a denominar-se Centro Universitário FAMINAS. A mudança de organização acadêmica constituiu marco em seu desenvolvimento e ampliou as responsabilidades relacionadas ao planejamento, à gestão acadêmica, à avaliação e às políticas de ensino, pesquisa e extensão.

Ainda em 2016, foram ampliadas as possibilidades de atuação na pós-graduação *lato sensu* por meio da Educação a Distância. Em 2017, a Instituição obteve credenciamento para a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância, incorporando essa modalidade às suas possibilidades de oferta educacional.

Nos anos subsequentes, o desenvolvimento institucional foi acompanhado pela atualização da infraestrutura física e tecnológica, pelo aperfeiçoamento dos processos acadêmicos e administrativos e pela incorporação de recursos e estratégias relacionados às transformações da educação superior.

A partir de 2020, as transformações ocorridas no contexto educacional intensificaram a utilização de tecnologias aplicadas aos processos de ensino, aprendizagem e gestão, demandando adaptações das instituições de educação superior. Nesse cenário, a FAMINAS ampliou a utilização de recursos tecnológicos e digitais e deu continuidade ao desenvolvimento de seus processos acadêmicos e administrativos. O documento institucional registra 2020 como período de atualização do planejamento e de intensificação de investimentos em infraestrutura, tecnologia e gestão.

Em 2022, a oferta de graduação foi ampliada com a implantação do curso de Medicina Veterinária, incorporando nova área de formação ao conjunto de cursos oferecidos pela Instituição.

Ao longo de sua trajetória, o Centro Universitário FAMINAS passou por diferentes etapas de desenvolvimento, envolvendo a implantação e a expansão da graduação, a diversificação da oferta acadêmica, o fortalecimento da atuação na área da saúde, a implantação do curso de Medicina, a mudança da organização acadêmica para Centro Universitário, a incorporação da Educação a Distância e o desenvolvimento de sua infraestrutura e de seus processos acadêmicos e administrativos.

A trajetória institucional fornece elementos para a compreensão da configuração atual do Centro Universitário FAMINAS e das escolhas que fundamentam seu planejamento para o período de 2025 a 2029. A situação dos cursos que integram a oferta institucional e seus respectivos resultados nos processos oficiais de avaliação é apresentada no quadro a seguir.

Quadro 3 - Conceitos dos Cursos de Graduação

CONCEITOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS

CURSO	CÓDIGO	MODALIDADE	ENADE	CPC	CC	IDD
ADMINISTRAÇÃO	51260	Presencial	3	4	4	3
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	1491675	Presencial	-	-	5	SC
ARQUITETURA E URBANISMO	1261100	Presencial	3	4	4	3
BIOMEDICINA	117218	Presencial	4	4	4	4
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	59704	Presencial	4	4	4	5
DIREITO	57400	Presencial	4	5	4	5
EDUCAÇÃO FÍSICA - Bacharelado	119000	Presencial	3	3	4	2
ENFERMAGEM	67617	Presencial	3	4	4	4
ENGENHARIA CIVIL	1367476	Presencial	3	4	5	4
FARMÁCIA	67799	Presencial	3	4	4	3
FISIOTERAPIA	67564	Presencial	3	4	4	4
MEDICINA	1163738	Presencial	3	4	5	4
MEDICINA VETERINÁRIA	1556052	Presencial	-	-	-	-
NUTRIÇÃO	67208	Presencial	4	5	4	5
ODONTOLOGIA	1303801	Presencial	3	4	5	3
PSICOLOGIA	86732	Presencial	3	4	4	4

Fonte: e-MEC, 2025.

Nota: SC = sem conceito. O hífen indica ausência de conceito aplicável ou de resultado disponível para o respectivo indicador. Os resultados apresentados correspondem aos conceitos oficiais considerados para cada curso, observados os respectivos ciclos e processos avaliativos.
Fonte: e-MEC e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Dados dos cursos e Indicadores de Qualidade da Educação Superior.

Os resultados apresentados permitem observar o desempenho dos cursos do Centro Universitário FAMINAS nos diferentes instrumentos que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), consideradas as especificidades dos respectivos ciclos e processos avaliativos. A leitura integrada dos conceitos constitui referência para o acompanhamento da qualidade acadêmica, possibilitando identificar resultados consolidados e aspectos que demandam atenção no âmbito de cada curso.

Esses indicadores, articulados aos resultados da autoavaliação institucional e às demais evidências acadêmicas, subsidiam a definição de prioridades, o acompanhamento dos Projetos Pedagógicos de Curso e o planejamento de ações voltadas ao aprimoramento da oferta educacional.

1.2.2 Missão

O Centro Universitário FAMINAS compartilha a Missão institucional anteriormente apresentada, a qual constitui referência comum à Mantenedora e à Mantida e orienta suas políticas acadêmicas e administrativas, seus objetivos e seu planejamento.

Em razão dessa identidade institucional compartilhada, a Missão não é reproduzida nesta seção, sendo sua concretização evidenciada ao longo das políticas, metas e ações estabelecidas neste PDI.

1.2.3 Visão

A Visão institucional, igualmente compartilhada entre Mantenedora e Mantida, estabelece a perspectiva de desenvolvimento da FAMINAS e orienta a definição das prioridades para o período de vigência deste PDI.

Sua operacionalização ocorre por meio dos objetivos, metas, ações e indicadores institucionais estabelecidos para o período de 2025 a 2029.

1.2.4 Valores

Os Valores institucionais – Respeito, Disciplina, Compromisso, Transparência e Sustentabilidade – constituem referenciais comuns à Mantenedora e à Mantida e orientam as relações, os processos decisórios e as práticas acadêmicas e administrativas.

Por terem sido apresentados e explicitados na seção destinada à Mantenedora, não são reproduzidos nesta subseção. No âmbito do Centro Universitário FAMINAS, sua materialização ocorre nas políticas, nos processos de gestão, nas relações com a comunidade acadêmica e nas ações previstas neste PDI.

1.2.5 Objetivos Institucionais

Em consonância com sua Missão, Visão e Valores, com os princípios estabelecidos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com as políticas acadêmicas e administrativas, o Centro Universitário FAMINAS estabelece seus objetivos institucionais para o período de

2025 a 2029. Esses objetivos orientam o desenvolvimento da Instituição e constituem referências para a definição das metas, ações e indicadores previstos neste Plano de Desenvolvimento Institucional.

I. Promover a qualidade acadêmica e a formação integral dos estudantes

Aprimorar os processos de ensino e aprendizagem, promovendo formação humana, científica, ética, técnica e profissional coerente com o perfil dos egressos, com as Diretrizes Curriculares Nacionais, quando aplicáveis, e com as transformações sociais, científicas, tecnológicas e profissionais.

II. Fortalecer a pesquisa, a iniciação científica, a inovação e a produção do conhecimento

Estimular a produção e a disseminação do conhecimento, a iniciação científica, a pesquisa e a inovação, favorecendo sua articulação com o ensino e a extensão e sua contribuição para questões de interesse acadêmico, científico, social e regional.

III. Fortalecer a extensão, a responsabilidade social e a inserção regional

Desenvolver ações de extensão articuladas à formação dos estudantes e às demandas da sociedade, fortalecendo a interação entre a Instituição e a comunidade e contribuindo para o desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental da região de inserção do Centro Universitário FAMINAS.

IV. Promover inclusão, equidade, diversidade e acessibilidade

Desenvolver e aprimorar políticas e ações institucionais destinadas à promoção da inclusão, da equidade, do respeito à diversidade e da acessibilidade, considerando as condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes e as necessidades identificadas no âmbito da comunidade acadêmica.

V. Aprimorar as práticas pedagógicas e o uso de tecnologias educacionais

Promover o desenvolvimento e a atualização das práticas pedagógicas e dos ambientes de aprendizagem, considerando metodologias, recursos e tecnologias

educacionais adequados aos objetivos de aprendizagem, aos perfis dos cursos e às características dos estudantes.

VI. Fortalecer a formação profissional, a empregabilidade, o empreendedorismo e a relação com o mundo do trabalho

Promover ações que favoreçam a aproximação dos estudantes e egressos com os contextos profissionais, mediante práticas acadêmicas, estágios, parcerias, ações de acompanhamento de egressos, empreendedorismo e outras iniciativas coerentes com os perfis profissionais e com as características das diferentes áreas de formação.

VII. Promover o desenvolvimento do corpo docente e técnico-administrativo

Desenvolver ações de formação e desenvolvimento profissional voltadas às necessidades institucionais e às atribuições dos diferentes segmentos, considerando as transformações acadêmicas, pedagógicas, tecnológicas, administrativas e regulatórias da educação superior.

VIII. Desenvolver a internacionalização e a cooperação acadêmica

Promover oportunidades de cooperação acadêmica e institucional em âmbito nacional e internacional, considerando possibilidades de intercâmbio de conhecimentos e experiências, mobilidade, desenvolvimento de projetos e estabelecimento de parcerias compatíveis com as políticas e condições institucionais.

IX. Aprimorar o planejamento, a gestão, a avaliação e a governança institucional

Fortalecer a articulação entre planejamento, execução, monitoramento e avaliação, utilizando indicadores e evidências institucionais como subsídios à tomada de decisão, à gestão dos recursos, ao acompanhamento dos resultados e ao aprimoramento dos processos acadêmicos e administrativos.

Os objetivos institucionais estabelecidos para o período de 2025 a 2029 traduzem, no âmbito da Mantida, os referenciais que orientam o desenvolvimento do Centro Universitário FAMINAS. Sua implementação ocorre de forma articulada às políticas

institucionais e aos processos de avaliação interna e externa, de modo que os resultados alcançados subsidiem o acompanhamento do planejamento, a identificação de necessidades de aprimoramento e, quando necessário, a revisão das prioridades e das ações institucionais.

A implementação desses objetivos será articulada às metas, ações, indicadores e mecanismos de acompanhamento definidos neste PDI, fortalecendo a relação entre identidade institucional, políticas acadêmicas e administrativas, planejamento, avaliação e resultados esperados para o período de 2025 a 2029.

1.2.6 Áreas de Atuação Acadêmica

O Centro Universitário FAMINAS desenvolve suas atividades acadêmicas nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, de forma articulada às ações de inovação e às demais políticas institucionais. Essa atuação está alinhada à Missão, ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), aos objetivos institucionais e às diretrizes estabelecidas neste Plano de Desenvolvimento Institucional, considerando as características das áreas de formação, as demandas da sociedade e a inserção regional da Instituição.

No ensino, a atuação institucional compreende a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, observadas as modalidades, os formatos de oferta e os requisitos estabelecidos pela legislação educacional e pelos atos regulatórios aplicáveis. A organização dos processos formativos considera as Diretrizes Curriculares Nacionais, quando aplicáveis, os perfis de formação estabelecidos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), as políticas institucionais e as transformações científicas, tecnológicas, sociais e profissionais relacionadas às diferentes áreas do conhecimento.

Os processos de ensino e aprendizagem são orientados para o desenvolvimento da formação humana, científica, ética, técnica e profissional dos estudantes e contemplam estratégias pedagógicas, recursos educacionais e tecnologias compatíveis com os objetivos de aprendizagem, os perfis dos cursos e as características dos estudantes.

Na pesquisa, a Instituição desenvolve ações voltadas à iniciação científica, à investigação e à produção e disseminação do conhecimento, buscando fortalecer sua articulação com o ensino, a extensão e a inovação. As atividades são desenvolvidas de acordo com as áreas e linhas de pesquisa institucionais, considerando a participação de

docentes e estudantes e as possibilidades de interlocução com questões científicas, profissionais, sociais e regionais.

A Instituição busca ampliar as condições para o desenvolvimento da produção científica e da pesquisa aplicada, incentivando a participação acadêmica, a divulgação dos resultados e a cooperação com instituições e organizações que possam contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e social.

Na extensão, a atuação institucional fundamenta-se na interação dialógica entre a comunidade acadêmica e a sociedade e em sua articulação com a formação dos estudantes. As ações extensionistas são desenvolvidas por meio de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, prestação de serviços e outras modalidades previstas na regulamentação e nas políticas institucionais, considerando as áreas de formação e as demandas identificadas nos diferentes contextos de inserção da Instituição.

A integração da extensão aos currículos dos cursos de graduação observa as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e a regulamentação institucional, promovendo a participação dos estudantes em experiências formativas articuladas às demandas da sociedade e aos objetivos de formação estabelecidos nos respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A inovação constitui dimensão transversal à atuação acadêmica e relaciona-se ao aprimoramento das práticas pedagógicas, ao uso de tecnologias, à produção e aplicação do conhecimento, ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de soluções relacionadas às diferentes áreas de formação. Sua incorporação às atividades institucionais considera as características dos cursos, dos projetos desenvolvidos e das condições acadêmicas e institucionais.

A articulação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação constitui referência para o desenvolvimento das políticas acadêmicas do Centro Universitário FAMINAS. No período de vigência deste PDI, essas dimensões serão desenvolvidas em consonância com os processos de planejamento e avaliação institucional, de modo que sua evolução possa ser acompanhada por meio das metas, ações e indicadores estabelecidos para o período de 2025 a 2029.

1.2.6.1 Áreas Pretendidas para a Atuação Acadêmica

Considerando sua trajetória, as áreas de conhecimento em que atua, os resultados dos processos de avaliação institucional e as perspectivas estabelecidas para o período de vigência deste PDI, o Centro Universitário FAMINAS define prioridades para o desenvolvimento de sua atuação acadêmica. A implementação dessas prioridades observará o planejamento institucional, a legislação educacional vigente, as condições acadêmicas e administrativas e, quando aplicável, os respectivos processos regulatórios e avaliativos.

Em relação ao Ensino

a. avaliar e desenvolver possibilidades de ampliação e diversificação da oferta de cursos de graduação, considerando as áreas de conhecimento de atuação institucional, as demandas sociais e profissionais, o planejamento acadêmico e as modalidades e os formatos de oferta admitidos pela legislação educacional vigente;

b. fortalecer a organização curricular orientada para o desenvolvimento de competências, considerando os referenciais institucionais relacionados à autogestão da aprendizagem, expertise técnica, comunicação, liderança colaborativa, responsabilidade social e profissionalismo;

c. promover o aprimoramento contínuo das práticas de ensino e aprendizagem, considerando referenciais educacionais, evidências relacionadas aos processos formativos, características dos estudantes e especificidades das diferentes áreas de formação;

d. estimular o desenvolvimento da autonomia dos estudantes e de competências relacionadas à aprendizagem ao longo da vida (*lifelong learning*);

e. fortalecer a pós-graduação *lato sensu* e desenvolver as condições acadêmicas e institucionais necessárias à implantação e à oferta de programas de residência médica e multiprofissional, observados os requisitos, os processos de credenciamento e autorização e as regulamentações específicas aplicáveis;

f. desenvolver e consolidar, no período de vigência deste PDI, as condições acadêmicas, científicas, administrativas e de infraestrutura necessárias à proposição do primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* do Centro Universitário FAMINAS, em nível de Mestrado Profissional, com vistas à submissão da proposta à Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), observados os requisitos da área de avaliação e os procedimentos aplicáveis à avaliação de propostas de cursos novos.

Em relação à Pesquisa e à Inovação

a. fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação, favorecendo a participação de docentes e estudantes em atividades de iniciação científica, pesquisa, produção e aplicação do conhecimento;

a. ampliar, de acordo com o planejamento institucional, as oportunidades de participação dos estudantes em programas e projetos de iniciação científica, incluindo bolsas e outras modalidades de incentivo;

b. estimular a participação de docentes e estudantes em redes, projetos e iniciativas de pesquisa e cooperação científica em âmbito nacional e internacional;

c. fortalecer os mecanismos institucionais de divulgação e socialização da produção científica, por meio de periódicos, eventos acadêmicos, repositórios e outros canais de comunicação científica;

b. acompanhar e aprimorar as linhas de pesquisa institucionais, considerando sua articulação com as áreas de formação, a produção acadêmica e as características sociais, econômicas e profissionais da região;

c. incentivar iniciativas de inovação e pesquisa aplicada relacionadas às áreas de atuação da Instituição, favorecendo a produção de conhecimento e o desenvolvimento de soluções para demandas identificadas nos diferentes contextos acadêmicos, profissionais e sociais.

Em relação à Extensão

a. fortalecer as políticas, os programas, os projetos e as demais ações de extensão, considerando as áreas de formação e as demandas identificadas na comunidade e na região;

b. assegurar a integração da extensão aos currículos dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente, com a política institucional de extensão e com os respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos;

c. fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, favorecendo a participação dos estudantes em ações que integrem formação acadêmica, produção do conhecimento e interação com a sociedade;

d. desenvolver ações extensionistas relacionadas às questões sociais, culturais, educacionais, ambientais, econômicas e de saúde identificadas nos diferentes contextos de inserção institucional;

e. fortalecer a interlocução com a comunidade, o poder público, organizações da sociedade civil e demais instituições, buscando identificar demandas e desenvolver ações compatíveis com as áreas de atuação acadêmica;

f. aprimorar os mecanismos de planejamento, registro, acompanhamento, avaliação e divulgação das ações extensionistas, considerando seus resultados para a formação dos estudantes e para os segmentos da sociedade envolvidos.

As áreas pretendidas para a atuação acadêmica expressam as prioridades institucionais para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação no período de 2025 a 2029. A implementação dessas prioridades será articulada às políticas, metas, ações e mecanismos de acompanhamento estabelecidos neste PDI, permitindo o monitoramento dos resultados e a identificação de necessidades de aprimoramento ao longo do quinquênio.

O desenvolvimento dessas áreas não se restringe à ampliação quantitativa da oferta ou à criação de novas iniciativas, mas envolve o acompanhamento de sua pertinência, qualidade e sustentabilidade. Nesse sentido, as decisões relacionadas à expansão e ao aprimoramento da atuação acadêmica deverão considerar os resultados da avaliação institucional, os indicadores acadêmicos, as demandas identificadas nos diferentes contextos de atuação e as condições institucionais necessárias à sua implementação.

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025/2029

O Planejamento Estratégico do Centro Universitário FAMINAS para o período de 2025 a 2029 constitui o instrumento de articulação entre os referenciais institucionais apresentados no Capítulo 1 e os resultados esperados para o quinquênio. Sua função é traduzir os objetivos institucionais em prioridades, indicadores, metas e projetos passíveis de acompanhamento e avaliação.

O planejamento foi estruturado de modo a integrar diagnóstico institucional, definição de prioridades, execução, monitoramento e avaliação de resultados. Essa organização permite que as decisões acadêmicas e administrativas sejam apoiadas por evidências e que as ações previstas sejam acompanhadas ao longo do período de vigência do PDI.

Os referenciais estabelecidos no Capítulo 1 — Missão, Visão, Valores, Objetivos Institucionais e Áreas de Atuação Acadêmica — constituem a base para a formulação das estratégias e para o desdobramento das metas estabelecidas para o período de 2025 a 2029.

O modelo de planejamento adotado organiza-se a partir de quatro componentes articulados: **objetivos estratégicos, indicadores de desempenho, metas e projetos estratégicos**. Cada objetivo estratégico deverá estar associado a pelo menos um indicador, a uma meta verificável e às iniciativas responsáveis por sua execução, de modo a assegurar rastreabilidade entre planejamento, implementação e resultados.

Essa estrutura permite que o acompanhamento do PDI não se limite à verificação da realização de atividades, mas considere os resultados produzidos pelas ações institucionais. O monitoramento periódico deverá subsidiar a identificação de desvios, a análise das causas, a revisão das estratégias e a adoção de medidas de aprimoramento, quando necessárias.

2.1 ARQUITETURA DE GOVERNANÇA E PROCESSO DECISÓRIO

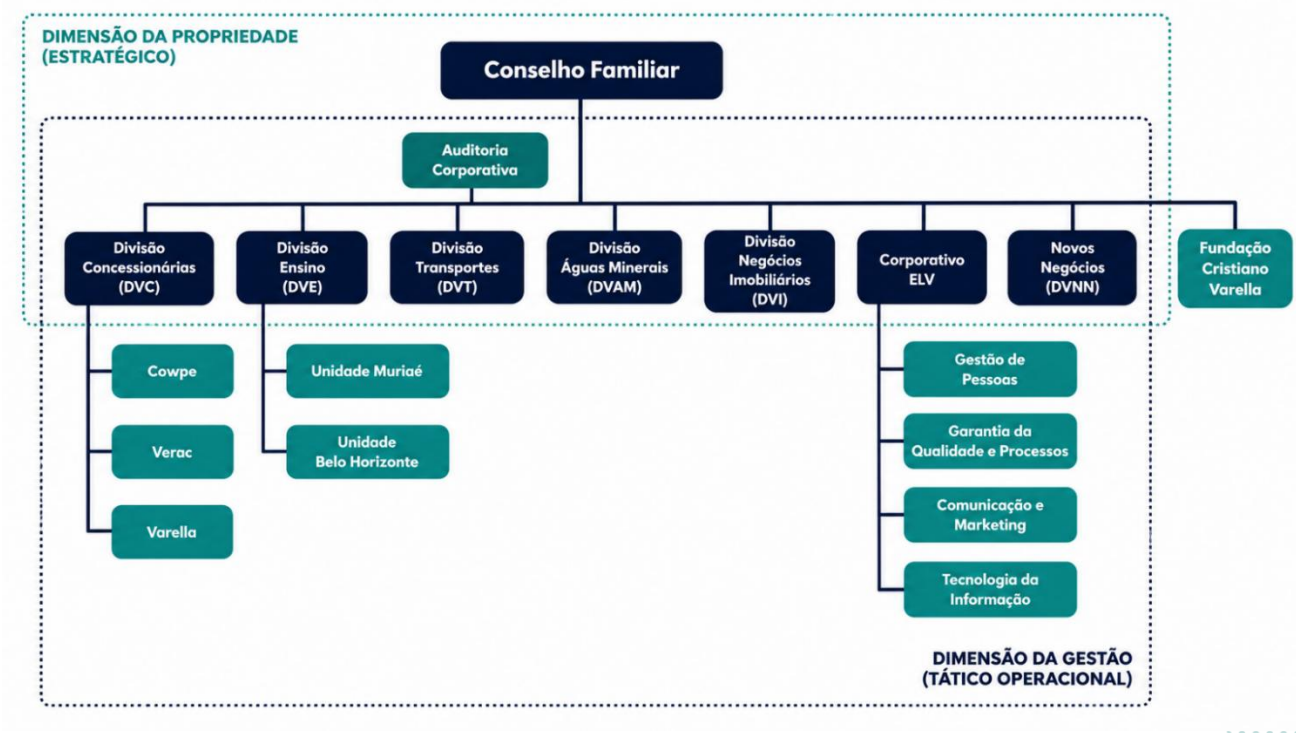
O Planejamento Estratégico integra o modelo de governança institucional do Centro Universitário FAMINAS e orienta a articulação entre as diferentes instâncias responsáveis pelo planejamento, pela execução, pelo acompanhamento e pela avaliação das ações institucionais.

A governança do planejamento estrutura-se em níveis estratégico, tático e operacional. No nível estratégico, são definidas as prioridades institucionais, os objetivos para o quinquênio e as condições necessárias à sua implementação. No nível tático, essas diretrizes são desdobradas em planos, indicadores e projetos sob responsabilidade das áreas acadêmicas e administrativas. No nível operacional, são executadas as ações previstas e produzidas as evidências necessárias ao acompanhamento dos resultados.

A relação entre Mantenedora e Mantida integra esse modelo, respeitadas as competências próprias de cada instância. As diretrizes estratégicas da Mantenedora constituem referências para o planejamento institucional, enquanto a gestão acadêmica e administrativa da Mantida é responsável pelo desenvolvimento das ações vinculadas às finalidades educacionais e aos objetivos estabelecidos neste PDI.

A estrutura de governança deverá assegurar a circulação das informações necessárias ao processo decisório, a definição clara de responsabilidades, o acompanhamento periódico dos indicadores e a análise dos resultados pelas instâncias competentes. Dessa forma, o planejamento institucional mantém relação direta com os processos de gestão, avaliação e alocação de recursos.

Figura 1 - Estrutura de Governança do Processo Decisório



Fonte: Lael Varella Educação e Cultura Ltda., 2025.

A estrutura representada na figura acima evidencia a inserção da Divisão Ensino no modelo de governança da Mantenedora e sua articulação com as instâncias responsáveis pelas diretrizes corporativas e pelo suporte à gestão. No âmbito da Divisão Ensino, as unidades de Muriaé e Belo Horizonte integram a estrutura organizacional, respeitadas as competências acadêmicas e administrativas próprias das instituições mantidas. Para fins deste PDI, essa organização permite situar o Centro Universitário FAMINAS no processo decisório institucional e compreender a articulação entre as diretrizes da Mantenedora e o planejamento acadêmico e administrativo da Mantida.

2.1.1 Governança de Indicadores Institucionais

A Governança de Indicadores Institucionais constitui o mecanismo responsável por articular os objetivos estratégicos aos resultados produzidos pela Instituição. Seu propósito é assegurar que os indicadores utilizados no acompanhamento do PDI sejam definidos de forma objetiva, tenham fonte de informação identificada, periodicidade de monitoramento e responsabilidade institucional estabelecidas.

Os indicadores deverão abranger, de acordo com a natureza de cada objetivo estratégico, aspectos acadêmicos, regulatórios, administrativos, financeiros, relacionados à permanência e ao desempenho estudantil, à pesquisa, à extensão, ao desenvolvimento das pessoas, à infraestrutura e às demais dimensões consideradas relevantes para o planejamento institucional.

Cada indicador deverá ser acompanhado a partir de uma **linha de base**, correspondente à situação observada no início do ciclo de planejamento ou ao primeiro dado disponível no período. A partir dessa referência, serão estabelecidas as metas para o quinquênio, permitindo avaliar a evolução dos resultados e a efetividade das ações desenvolvidas.

O monitoramento ocorrerá em periodicidade compatível com a natureza de cada indicador. Os resultados deverão ser analisados pelas áreas responsáveis e pelas instâncias de gestão, subsidiando decisões relacionadas à continuidade, revisão ou reorientação das ações e dos projetos estratégicos.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) integra esse sistema como uma das fontes institucionais de evidências, especialmente no que se refere à percepção da comunidade

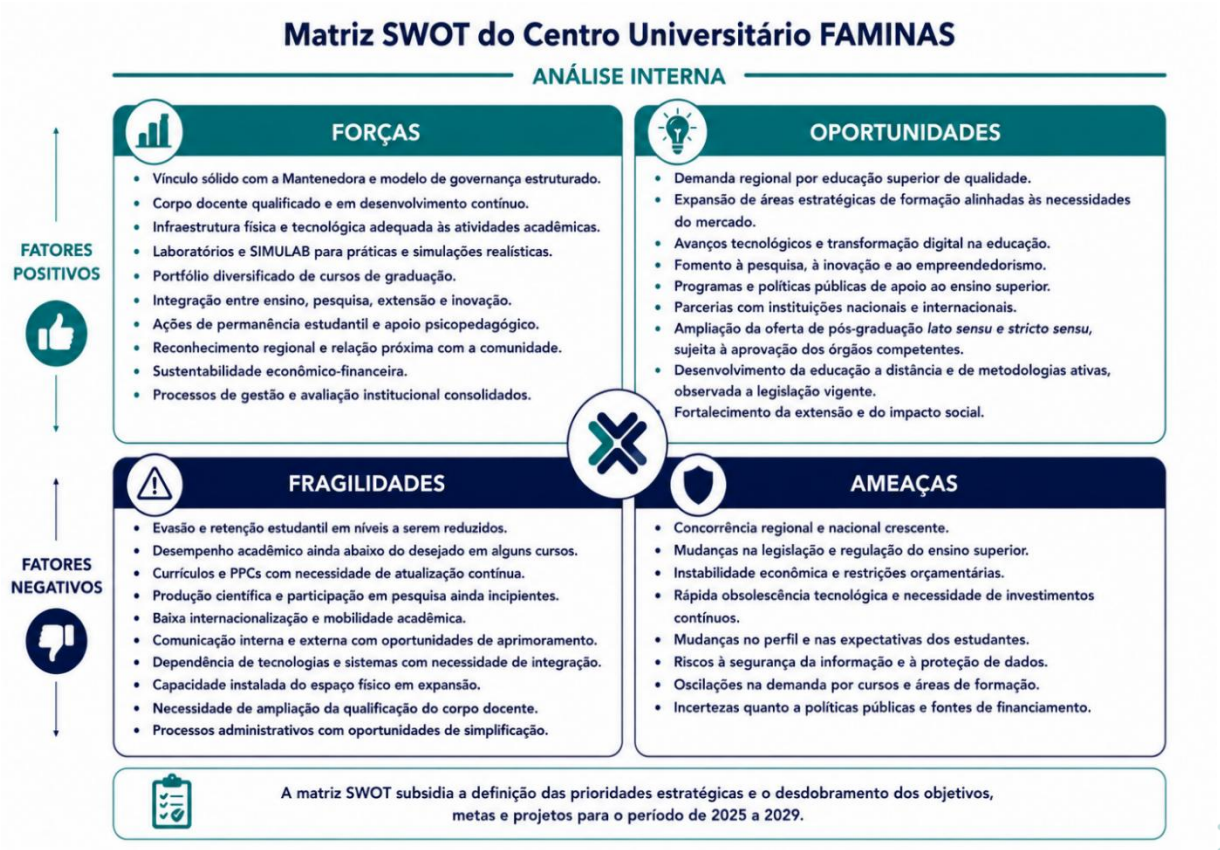
acadêmica e aos resultados da autoavaliação. Seus dados serão analisados em conjunto com indicadores acadêmicos, regulatórios e administrativos, evitando que a avaliação institucional seja utilizada de forma isolada.

2.2 Metodologia de Formulação Estratégica

A formulação do Planejamento Estratégico 2025–2029 considerou a análise do ambiente institucional e o desdobramento das prioridades em objetivos, indicadores, metas e projetos. Para esse processo, foram utilizadas como referências a Análise SWOT e o Balanced Scorecard (BSC).

A Análise SWOT foi utilizada para sistematizar fatores internos e externos capazes de influenciar o desenvolvimento institucional. A identificação de forças e fragilidades internas, bem como de oportunidades e ameaças do ambiente externo, subsidiou a definição das prioridades consideradas relevantes para o período de vigência deste PDI.

Figura 2- Matriz SWOT do Centro Universitário FAMINAS



Fonte: Centro Universitário FAMINAS, 2025.

A matriz constitui instrumento diagnóstico do planejamento e seus elementos mantêm relação com os objetivos estratégicos e com as ações previstas para o quinquênio. Essa articulação permite que fragilidades e riscos sejam considerados na definição das estratégias institucionais e que as potencialidades e oportunidades identificadas subsidiem as prioridades de desenvolvimento.

O Balanced Scorecard (BSC) foi adotado como referência para organizar o desdobramento da estratégia e estabelecer relações entre objetivos, indicadores, metas e projetos. Sua utilização permite estruturar o planejamento a partir de perspectivas interdependentes e acompanhar os resultados por meio de indicadores previamente definidos.

Para o período de 2025 a 2029, o planejamento institucional está organizado em cinco perspectivas:

I. Perspectiva Acadêmica e dos Estudantes

Abrange os resultados relacionados à formação, ao desempenho acadêmico, à permanência, à conclusão dos cursos, à experiência estudantil, à empregabilidade e à qualidade da oferta educacional.

II. Perspectiva dos Processos Institucionais

Compreende os processos acadêmicos e administrativos necessários ao funcionamento da Instituição, incluindo eficiência, conformidade regulatória, revisão de documentos institucionais, gestão da informação, transformação digital e aprimoramento dos fluxos internos.

III. Perspectiva do Desenvolvimento Humano e Organizacional

Contempla o desenvolvimento do corpo docente, técnico-administrativo e das lideranças institucionais, considerando qualificação, formação continuada, desempenho, valorização e fortalecimento das competências necessárias à execução do planejamento.

IV. Perspectiva da Sustentabilidade e da Gestão de Recursos

Abrange a sustentabilidade econômico-financeira, a gestão dos recursos institucionais, a infraestrutura e as condições necessárias à continuidade e ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

V. Perspectiva da Sociedade, Inovação e Impacto Institucional

Compreende os resultados relacionados à extensão, à pesquisa, à inovação, à internacionalização, à responsabilidade social e à interação da Instituição com a sociedade.

As cinco perspectivas constituem dimensões de organização do planejamento e não substituem os objetivos institucionais definidos no Capítulo 1. Sua função é permitir que esses objetivos sejam desdobrados em resultados mensuráveis e acompanhados ao longo do quinquênio.

2.3 DIRECIONADORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A análise institucional e a metodologia adotada permitiram estabelecer os direcionadores estratégicos para o período de 2025 a 2029. Esses direcionadores orientam a priorização das ações e organizam o desdobramento dos objetivos institucionais em resultados a serem acompanhados.

Para o quinquênio, o planejamento considera três direcionadores transversais: **desenvolvimento sustentável, inovação e experiência do estudante**.

O **desenvolvimento sustentável** compreende a continuidade das atividades institucionais, o equilíbrio entre condições acadêmicas, administrativas e econômico-financeiras e a capacidade de desenvolver a oferta educacional de forma compatível com os recursos e com as necessidades institucionais.

A **inovação** relaciona-se ao aprimoramento dos processos acadêmicos e administrativos, à incorporação responsável de tecnologias, à pesquisa aplicada e à criação de soluções capazes de contribuir para o desenvolvimento institucional.

A **experiência do estudante** considera as diferentes etapas da trajetória acadêmica, incluindo acesso, acolhimento, aprendizagem, permanência, participação, conclusão do curso e relação com o mundo do trabalho.

Com base nesses direcionadores e nas perspectivas do planejamento, estabelecem-se os seguintes objetivos estratégicos para o período de 2025 a 2029:

Perspectiva Acadêmica e dos Estudantes

I. Aprimorar a qualidade da oferta acadêmica e os resultados dos processos de ensino e aprendizagem.

II. Fortalecer os mecanismos de acompanhamento da permanência, do desempenho e do sucesso acadêmico dos estudantes.

III. Ampliar e diversificar a oferta acadêmica em consonância com o planejamento institucional, as demandas identificadas e a legislação vigente.

IV. Fortalecer as ações relacionadas à empregabilidade, ao empreendedorismo e ao acompanhamento dos egressos.

Perspectiva dos Processos Institucionais

I. Aprimorar os processos acadêmicos e administrativos com base em indicadores e evidências.

II. Fortalecer o acompanhamento, a revisão e a atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso e dos documentos institucionais.

III. Aprimorar os mecanismos de avaliação institucional e de acompanhamento do PDI.

IV. Fortalecer a transformação digital e a gestão da informação nos processos institucionais.

V. Aprimorar os mecanismos de governança, gestão de riscos e conformidade regulatória.

Perspectiva do Desenvolvimento Humano e Organizacional

I. Fortalecer o desenvolvimento e a qualificação do corpo docente.

II. Ampliar a formação continuada do corpo técnico-administrativo.

III. Desenvolver competências de liderança, planejamento e gestão nas equipes responsáveis pelos processos acadêmicos e administrativos.

IV. Fortalecer mecanismos institucionais de valorização, acompanhamento e desenvolvimento profissional.

Perspectiva da Sustentabilidade e da Gestão de Recursos

I. Manter condições de sustentabilidade econômico-financeira compatíveis com a execução do planejamento institucional.

II. Aprimorar a eficiência na utilização dos recursos acadêmicos, administrativos e financeiros.

III. Desenvolver a infraestrutura física e tecnológica de acordo com as necessidades da oferta acadêmica e com as prioridades estabelecidas no PDI.

IV. Articular a expansão institucional à viabilidade acadêmica, regulatória e econômico-financeira.

Perspectiva da Sociedade, Inovação e Impacto Institucional

I. Fortalecer a pesquisa, a iniciação científica e a produção acadêmica.

II. Ampliar e qualificar as ações de extensão e sua articulação com os currículos dos cursos.

III. Fortalecer iniciativas de inovação e pesquisa aplicada.

IV. Desenvolver a internacionalização e a cooperação acadêmica de acordo com as condições institucionais.

V. Fortalecer a interação institucional com a sociedade e o acompanhamento dos resultados das ações desenvolvidas.

Os objetivos estratégicos apresentados serão operacionalizados por meio dos indicadores, metas e projetos definidos nas seções seguintes. Para cada objetivo, serão estabelecidos indicador, linha de base, resultado esperado, prazo, responsável e projeto ou ação vinculada, assegurando correspondência entre o planejamento e sua execução.

2.4 INDICADORES, METAS E PROJETOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos definidos para o período de 2025 a 2029 são desdobrados, nesta seção, em indicadores, metas e projetos ou ações estratégicas. A organização adotada permite acompanhar a execução do PDI por meio de resultados verificáveis e estabelecer a relação entre planejamento, responsabilidade institucional, evidências e tomada de decisão.

As metas foram organizadas a partir dos objetivos e das prioridades institucionais estabelecidos para o quinquênio. Ações de natureza convergente foram articuladas de modo a favorecer o acompanhamento integrado dos resultados. Quando não houver dado quantitativo consolidado para o início do ciclo, a linha de base será estabelecida a partir dos registros institucionais de 2025, assegurando que o monitoramento seja realizado com base em informações verificáveis.

Quadro 4 – Perspectiva Acadêmica e dos Estudantes

Nº	Objetivo estratégico	Indicador	Linha de base	Meta/resultado esperado	Prazo	Projeto/Ação estratégica	Responsável / evidência
1	Aprimorar a qualidade da oferta acadêmica e os resultados dos processos de ensino e aprendizagem.	Conceitos externos; desempenho acadêmico; PPC/planos revisados; práticas pedagógicas acompanhadas.	Resultados oficiais e registros acadêmicos de 2025.	Manter acompanhamento anual dos resultados acadêmicos e regulatórios; revisar sistematicamente PPC e planos de ensino; fortalecer a dimensão prática e o uso qualificado de metodologias e tecnologias educacionais.	2025–2029	Programa de Qualidade Acadêmica: revisão de PPC/planos, acompanhamento de avaliações externas, práticas, metodologias e tecnologias.	Gestão Acadêmica, Coordenações, NQRA/áreas equivalentes; PPC, planos, relatórios e indicadores.
2	Fortalecer os mecanismos de acompanhamento da permanência, do desempenho e do sucesso acadêmico dos estudantes.	Taxa de evasão/permanência; estudantes acompanhados; ações de nivelamento, acolhimento e apoio; satisfação discente.	Apurar/consolidar dados de 2025.	Implantar e manter monitoramento acadêmico com identificação de estudantes em risco; reorganizar nivelamento; fortalecer acolhimento, assistência, acessibilidade, AEE e apoio psicossocial; acompanhar resultados das ações de permanência.	2025–2029	Programa de Permanência e Sucesso Acadêmico, incluindo alertas de risco, nivelamento, NAP, inclusão, ações afirmativas, acessibilidade e vivência acadêmica.	Gestão Acadêmica, Coordenações, NAP e setores de atendimento; relatórios, registros e indicadores.
3	Ampliar e diversificar a oferta acadêmica em consonância com o planejamento institucional, as demandas identificadas e a legislação vigente.	Estudos de viabilidade; cursos/projetos submetidos ou implantados; adequação da oferta às normas vigentes.	Portfólio e projetos existentes em 2025.	Realizar estudos de viabilidade e, quando aprovados institucionalmente e atendidos os requisitos regulatórios, desenvolver a expansão do portfólio de graduação e pós-graduação e cursos lato sensu nas áreas definidas no planejamento.	2025–2029	Projeto de Expansão da Oferta Acadêmica de Graduação e Pós-Graduação Lato Sensu, inclusive EaD quando juridicamente cabível.	Reitoria, Direção, Gestão Acadêmica e áreas de Regulação; estudos, atos internos e regulatórios.
4	Fortalecer as ações relacionadas à empregabilidade, ao empreendedorismo e ao acompanhamento dos egressos.	Egressos alcançados; pesquisas realizadas; taxa de empregabilidade quando mensurável; eventos e ações de desenvolvimento profissional.	Apurar/consolidar dados de 2025.	Institucionalizar pesquisas periódicas com egressos; acompanhar inserção profissional; promover networking, participação de egressos em atividades acadêmicas e oportunidades de atualização profissional.	2025–2029	Programa de Acompanhamento de Egressos e Carreiras.	Gestão Acadêmica/Núcleo de Carreiras e Coordenações; pesquisas, relatórios, eventos e registros.

O conjunto de indicadores dessa perspectiva permite acompanhar não apenas a oferta acadêmica, mas também seus resultados sobre a trajetória do estudante. A expansão prevista deverá ser condicionada à viabilidade acadêmica, regulatória e econômico-financeira, preservando a consistência do planejamento institucional.

Quadro 5– Perspectiva dos Processos Institucionais

Nº	Objetivo estratégico	Indicador	Linha de base	Meta/resultado esperado	Prazo	Projeto/Ação estratégica	Responsável / evidência
1	Aprimorar os processos acadêmicos e administrativos com base em indicadores e evidências.	Processos mapeados/revisados; tempo de resposta; ocorrências e melhorias implementadas.	Apurar/consolidar dados de 2025.	Revisar fluxos prioritários voltados aos estudantes e à gestão, incluindo suporte acadêmico, rematrícula e processos avaliativos, utilizando indicadores para reduzir barreiras e qualificar respostas.	2025–2029	Projeto de Gestão por Processos e Melhoria Contínua.	Gestão Institucional e áreas responsáveis; fluxos, indicadores e relatórios.
2	Fortalecer o acompanhamento, a revisão e a atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso e dos documentos institucionais.	% de PPC e documentos revisados conforme ciclo; aderência às DCN e normas vigentes.	Documentos vigentes em 2025.	Manter processo sistemático de revisão dos PPC, planos de ensino, Regimento e demais documentos institucionais, considerando legislação, avaliação, inovação, realidade local e necessidades formativas.	2025–2029	Programa de Atualização Documental e Curricular.	Gestão Acadêmica, NDE, Coordenações e Regulação; versões aprovadas e atas.
3	Aprimorar os mecanismos de avaliação institucional e de acompanhamento do PDI.	Participação na CPA; cumprimento de prazos; relatórios com recomendações; ações decorrentes da avaliação.	Apurar taxas e resultados de 2025.	Ampliar progressivamente a participação discente e docente na autoavaliação, preservar ampla participação técnico-administrativa, cumprir 100% dos prazos aplicáveis e assegurar que os relatórios contenham análise, recomendações e acompanhamento das ações de melhoria.	2025–2029	Programa de Fortalecimento da Autoavaliação: padronização de relatórios, integração de dados internos/externos, canais de devolutiva e comunicação dos resultados.	Responsável pelo processo avaliativo: CPA. Instâncias envolvidas nos desdobramentos: Gestão e áreas competentes.

Nº	Objetivo estratégico	Indicador	Linha de base	Meta/resultado esperado	Prazo	Projeto/Ação estratégica	Responsável / evidência
4	Fortalecer a transformação digital e a gestão da informação nos processos institucionais.	Processos digitalizados/integrados; plataformas utilizadas; disponibilidade e qualidade das informações.	Apurar/consolidar situação de 2025.	Ampliar o uso integrado de sistemas e plataformas para coleta, análise, registro e disponibilização de informações acadêmicas e administrativas; revisar canais de comunicação interna e externa e qualificar o acesso às informações.	2025–2029	Projeto de Transformação Digital, Gestão da Informação e Comunicação Institucional.	TI, Comunicação, Gestão Acadêmica e Administrativa; sistemas, relatórios e registros.
5	Aprimorar os mecanismos de governança, gestão de riscos e conformidade regulatória.	Órgãos colegiados ativos; riscos acompanhados; obrigações cumpridas; decisões subsidiadas por evidências.	Governança e controles existentes em 2025.	Fortalecer participação e representatividade dos colegiados; utilizar resultados da CPA e indicadores na decisão; revisar instrumentos normativos; acompanhar riscos e requisitos legais e regulatórios.	2025–2029	Programa de Governança, Riscos e Conformidade.	Reitoria/Direção, órgãos colegiados, Regulação e áreas responsáveis; atas, matriz de riscos, controles e evidências.

A autoavaliação integra esta perspectiva como fonte permanente de evidências. Sua efetividade será observada pela participação da comunidade, pela qualidade analítica dos relatórios e, principalmente, pela utilização dos resultados na revisão de processos e na tomada de decisão.

Quadro 6 – Perspectiva do Desenvolvimento Humano e Organizacional

Nº	Objetivo estratégico	Indicador	Linha de base	Meta/resultado esperado	Prazo	Projeto/Ação estratégica	Responsável / evidência
1	Fortalecer o desenvolvimento e a qualificação do corpo docente.	% por titulação; docentes em formação stricto sensu; participação em formação; produção e participação acadêmica.	Apurar perfil docente de 2025.	Elevar progressivamente a qualificação do corpo docente, acompanhando separadamente a titulação efetivamente concluída e os docentes matriculados em programas stricto sensu; ampliar formação pedagógica, inclusive em inclusão, tecnologias e modalidades educacionais.	2025–2029	Programa de Desenvolvimento Docente e Incentivo à Formação Stricto Sensu.	Gestão Acadêmica e Gestão de Pessoas; cadastro docente, certificados e relatórios.
2	Ampliar a formação continuada do corpo técnico-administrativo.	% de colaboradores participantes; horas de formação; avaliação de efetividade.	Apurar/consolidar dados de 2025.	Manter programa anual de desenvolvimento técnico-administrativo, articulado à avaliação de desempenho, às necessidades dos setores, à pesquisa de clima e às prioridades do PDI.	2025–2029	Programa de Desenvolvimento Técnico-Administrativo.	Gestão de Pessoas e gestores; planos, avaliações e certificados.
3	Desenvolver competências de liderança, planejamento e gestão nas equipes responsáveis pelos processos acadêmicos e administrativos.	Gestores formados; ações de desenvolvimento; avaliação de competências.	Apurar/consolidar dados de 2025.	Implementar ações periódicas de desenvolvimento de lideranças em planejamento, gestão, comunicação, processos, uso de indicadores e tomada de decisão.	2025–2029	Programa de Desenvolvimento de Lideranças.	Gestão de Pessoas e Gestão Institucional; trilhas, avaliações e registros.
4	Fortalecer mecanismos institucionais de valorização, acompanhamento e desenvolvimento profissional.	Ações de reconhecimento; avaliação de desempenho; revisão de carreira; participação em eventos científicos/técnicos/culturais.	Mecanismos existentes em 2025.	Fortalecer reconhecimento e acompanhamento de desempenho; revisar, quando institucionalmente aprovado, instrumentos de carreira; ampliar oportunidades de participação e desenvolvimento profissional de docentes, tutores e técnicos.	2025–2029	Programa de Valorização e Desenvolvimento Profissional, incluindo Mérito Docente e formação de tutores.	Gestão de Pessoas, Gestão Acadêmica e áreas responsáveis; regulamentos, avaliações e registros.

A qualificação docente será monitorada por indicadores distintos de titulação e formação em andamento. Essa separação evita equiparar docentes já titulados a docentes ainda em processo formativo e permite avaliar com maior precisão a evolução do corpo acadêmico.

Quadro 7– Perspectiva da Sustentabilidade e da Gestão de Recursos

Nº	Objetivo estratégico	Indicador	Linha de base	Meta/resultado esperado	Prazo	Projeto/Ação estratégica	Responsável / evidência
1	Manter condições de sustentabilidade econômico-financeira compatíveis com a execução do planejamento institucional.	Resultado operacional; orçamento executado; inadimplência; evasão; capacidade de investimento.	Dados econômico-financeiros de 2025.	Manter equilíbrio econômico-financeiro e capacidade de custeio e investimento compatíveis com Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão, acompanhando inadimplência, evasão e cenário econômico.	2025–2029	Programa de Sustentabilidade Econômico-Financeira.	Mantenedora/Gestão Institucional e Financeira; orçamento, demonstrativos e relatórios.
2	Aprimorar a eficiência na utilização dos recursos acadêmicos, administrativos e financeiros.	Execução orçamentária; eficiência de processos; utilização de espaços e recursos.	Apurar/consolidar dados de 2025.	Definir e acompanhar metas mensuráveis de eficiência e alocação de recursos, articulando sustentabilidade econômica, qualidade acadêmica e compromisso social.	2025–2029	Projeto de Eficiência Operacional e Alocação de Recursos.	Gestão Institucional, Financeira e áreas responsáveis; indicadores e relatórios.
3	Desenvolver a infraestrutura física e tecnológica de acordo com as necessidades da oferta acadêmica e com as prioridades estabelecidas no PDI.	% de ações do plano de infraestrutura executadas; acessibilidade; disponibilidade tecnológica; manutenção e segurança.	Inventário e condições de 2025.	Executar plano plurianual de infraestrutura contemplando espaços administrativos e de convivência, salas de aula, Auditório 2, sala/gabinetes docentes, conectividade, laboratórios e cenários de prática, SIMULAB, Laboratório de Anatomia de Medicina Veterinária, acessibilidade, manutenção e segurança.	2025–2029	Plano Plurianual de Infraestrutura Física, Tecnológica, Acessibilidade e Segurança.	Mantenedora, Gestão Institucional, Infraestrutura e TI; planos, laudos, registros e entregas.

Nº	Objetivo estratégico	Indicador	Linha de base	Meta/resultado esperado	Prazo	Projeto/Ação estratégica	Responsável / evidência
4	Articular a expansão institucional à viabilidade acadêmica, regulatória e econômico-financeira.	Estudos de viabilidade concluídos; projetos aprovados; impacto orçamentário e regulatório analisados.	Projetos/portfólio de 2025.	Submeter toda expansão relevante de cursos, infraestrutura e modalidades a estudo prévio de demanda, capacidade acadêmica, requisitos regulatórios e sustentabilidade econômico-financeira.	2025–2029	Modelo Institucional de Análise de Viabilidade e Expansão.	Reitoria/Direção, Mantenedora, Acadêmico, Regulação e Financeiro; estudos e decisões.

A infraestrutura deixa, assim, de ser tratada como uma lista isolada de obras e passa a integrar o planejamento institucional. A execução das intervenções deverá responder às necessidades acadêmicas, de acessibilidade, segurança, tecnologia e sustentabilidade identificadas ao longo do ciclo.

Quadro 8 – Perspectiva da Sociedade, Inovação e Impacto Institucional

Nº	Objetivo estratégico	Indicador	Linha de base	Meta/resultado esperado	Prazo	Projeto/Ação estratégica	Responsável / evidência
1	Fortalecer a pesquisa, a iniciação científica e a produção acadêmica.	Projetos e estudantes em IC; bolsas/editais; produção docente/discente; participação em eventos; parcerias.	Apurar/consolidar dados de 2025.	Consolidar e ampliar pesquisa e iniciação científica; avaliar a ampliação de bolsas e editais; estimular pesquisas interdisciplinares, publicações e participação em eventos; manter sistema de registro e acompanhamento; estruturar instância/comitê assessor conforme decisão institucional.	2025–2029	Programa Institucional de Pesquisa, Iniciação Científica e Produção Acadêmica.	Gestão Acadêmica/Pesquisa; editais, projetos, publicações, relatórios e registros.

Nº	Objetivo estratégico	Indicador	Linha de base	Meta/resultado esperado	Prazo	Projeto/Ação estratégica	Responsável / evidência
2	Ampliar e qualificar as ações de extensão e sua articulação com os currículos dos cursos.	Ações/projetos; estudantes envolvidos; registros; parcerias; bolsas; integração curricular.	Apurar/consolidar dados de 2025.	Fortalecer programas e projetos de extensão articulados ao ensino e à pesquisa; aperfeiçoar registro e gerenciamento; ampliar divulgação, parcerias e ações formativas; desenvolver iniciativas em direitos humanos, meio ambiente, diversidade, relações étnico-raciais, cultura e desenvolvimento regional.	2025–2029	Programa Institucional de Extensão e Impacto Social, incluindo Direitos Humanos, ações culturais, cursos, oficinas e projetos comunitários.	Extensão, Coordenações e Gestão Acadêmica; projetos, relatórios, registros e indicadores.
3	Fortalecer iniciativas de inovação e pesquisa aplicada.	Projetos inovadores; editais; produções discentes; participação no COPEX; soluções/produtos gerados.	Apurar/consolidar dados de 2025.	Manter estímulos à inovação discente e docente, incluindo editais e espaços de apresentação e socialização de projetos; fortalecer o COPEX e a articulação entre pesquisa aplicada, extensão, PPA, TCC e outras atividades acadêmicas.	2025–2029	Programa de Inovação e Produção Acadêmica.	Pesquisa, Extensão, Gestão Acadêmica e Coordenações; editais, COPEX e portfólio de projetos.
4	Desenvolver a internacionalização e a cooperação acadêmica de acordo com as condições institucionais.	Parcerias internacionais ativas; mobilidade; ações de internacionalização; participação de estudantes e docentes; indicadores próprios.	Apurar/consolidar dados de 2025.	Ampliar parcerias e oportunidades de cooperação e mobilidade, inclusive bilateral quando viável; desenvolver ações acadêmicas e eventos de dimensão internacional e intercultural; incorporar indicadores de acompanhamento da política.	2025–2029	Programa de Internacionalização e Cooperação Acadêmica.	Gestão Acadêmica/Internacionalização e Coordenações; convênios, mobilidade, eventos e relatórios.
5	Fortalecer a interação institucional com a sociedade e o acompanhamento dos resultados das ações desenvolvidas.	Parcerias; público alcançado; ações culturais/comunitárias; percepção dos públicos; canais de relacionamento.	Apurar/consolidar dados de 2025.	Manter interlocução com sociedade civil, setor público, setor privado e organizações sociais; fortalecer comunicação externa, Ouvidoria, divulgação de eventos e serviços e acompanhamento dos resultados e impactos das ações institucionais.	2025–2029	Programa de Relacionamento Institucional e Impacto Social.	Gestão Institucional, Comunicação, Ouvidoria, Extensão e áreas responsáveis; relatórios, parcerias e registros.

Os indicadores dessa perspectiva permitirão acompanhar a capacidade institucional de produzir e socializar conhecimento, desenvolver ações extensionistas, fomentar inovação, ampliar relações de cooperação e avaliar sua interação com a sociedade.

2.4.1 Projetos acadêmicos estruturantes para o período

Algumas intenções presentes no planejamento possuem natureza estruturante e dependem de etapas sucessivas de estudo, elaboração, aprovação institucional e, quando aplicável, autorização ou avaliação externa. Por essa razão, são explicitadas a seguir com condicionantes que preservam a exequibilidade e a conformidade regulatória.

Quadro 9– Projetos acadêmicos estruturantes

Nº	Projeto estruturante	Resultado esperado	Indicadores/Evidências	Prazo
1	Pós-graduação lato sensu	Estudos de viabilidade e desenvolvimento de ofertas nas áreas previstas no planejamento, incluindo Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas e, conforme viabilidade, Docência no Ensino em Saúde, Gestão e Auditoria em Saúde e Urgência e Emergência.	Estudo de viabilidade; projeto aprovado; oferta implantada quando pertinente.	2025–2029
2	Stricto sensu – Mestrado Profissional	Elaborar e submeter à CAPES proposta de Mestrado em Gestão Educacional e Inovação em Saúde, em coerência com o projeto acadêmico institucional. A implantação e a oferta somente ocorrerão após aprovação pelos órgãos competentes e atendimento dos requisitos aplicáveis.	Projeto elaborado; proposta submetida; resultado da avaliação; implantação condicionada à aprovação.	2025–2029
3	Residências médica e/ou multiprofissional	Desenvolver estudos, projetos e condições institucionais para programas de residência nas áreas planejadas, observados cenários de prática, corpo profissional, infraestrutura, financiamento e requisitos dos órgãos competentes.	Estudos concluídos; projetos estruturados; submissões/credenciamentos quando aprovados institucionalmente.	2025–2029
4	Educação mediada por tecnologias e modalidades educacionais	Adequar políticas, currículos, equipes, tutoria, tecnologias e ofertas às normas vigentes, promovendo formação continuada dos profissionais envolvidos e acompanhamento da qualidade acadêmica.	Ofertas conformes; profissionais formados; avaliações e evidências de acompanhamento.	2025–2029

O acompanhamento dos indicadores, metas e projetos estratégicos será realizado de acordo com a periodicidade definida para cada indicador e integrado ao sistema institucional de acompanhamento do PDI. As linhas de base ainda não consolidadas serão formalizadas a partir dos registros institucionais de 2025 e constituirão referência para a análise da evolução dos resultados ao longo do quinquênio. Os resultados do monitoramento deverão subsidiar a tomada de decisão e, quando necessário, a revisão das estratégias, metas ou ações pelas instâncias competentes. Eventuais alterações deverão ser formalmente registradas e fundamentadas, assegurando a rastreabilidade entre o diagnóstico, a decisão adotada e seus efeitos sobre o planejamento institucional.

3 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL - PPI

O Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) expressa a concepção educacional do Centro Universitário FAMINAS e estabelece os referenciais que orientam a organização acadêmica, os processos de ensino e aprendizagem e as políticas institucionais relacionadas à formação dos estudantes.

Integrado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o PPI articula os fundamentos filosóficos, pedagógicos, metodológicos e organizacionais da Instituição à sua Missão, Visão, Valores e Objetivos Institucionais, assegurando coerência entre os princípios que orientam a formação acadêmica e as práticas desenvolvidas nos cursos e demais atividades institucionais.

A proposta pedagógica institucional está fundamentada na formação integral do estudante, no desenvolvimento de competências, na articulação entre teoria e prática, na interdisciplinaridade, na aprendizagem significativa e no protagonismo estudantil. Considera, ainda, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, articulada transversalmente à inovação, à responsabilidade social, à inclusão, à sustentabilidade e à interação com o mundo do trabalho.

Nesse contexto, a Instituição compreende a educação superior como processo formativo que articula conhecimentos científicos, técnicos, culturais, humanos e sociais, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento crítico, da capacidade investigativa e da atuação ética e responsável.

O PPI orienta a elaboração e a atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), a organização curricular, as práticas pedagógicas, os processos de avaliação da aprendizagem, as políticas acadêmicas e as ações destinadas à permanência e ao desenvolvimento dos estudantes. Sua implementação está vinculada aos processos institucionais de planejamento, acompanhamento e avaliação, permitindo que os resultados obtidos subsidiem o aprimoramento das práticas acadêmicas.

A organização do PPI contempla duas dimensões articuladas: a **dimensão didático-pedagógica**, relacionada diretamente às concepções e práticas de formação, e a **dimensão político-administrativa**, que estabelece as condições institucionais necessárias à implementação e ao acompanhamento da proposta educacional.

Dimensão Didático-Pedagógica

A dimensão didático-pedagógica compreende os referenciais que orientam a organização dos processos de ensino e aprendizagem no Centro Universitário FAMINAS. Fundamenta-se em uma concepção educacional centrada no estudante e orientada para o desenvolvimento progressivo de conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e valores.

Nesse contexto, constituem princípios da dimensão didático-pedagógica:

I. promover a formação integral dos estudantes, articulando dimensões científicas, técnicas, humanas, sociais, éticas e profissionais;

II. estimular o pensamento crítico, investigativo e criativo, favorecendo a capacidade de analisar problemas, produzir conhecimentos e propor soluções;

III. promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, considerando a inovação como dimensão transversal das práticas acadêmicas;

IV. favorecer a aprendizagem significativa e o protagonismo estudantil, mediante estratégias pedagógicas coerentes com os objetivos de aprendizagem e com as especificidades das diferentes áreas de formação;

V. promover a interdisciplinaridade, a integração curricular e a articulação entre teoria e prática;

VI. desenvolver práticas pedagógicas que considerem diferentes trajetórias e necessidades de aprendizagem, assegurando condições de acessibilidade e inclusão;

VII. fortalecer mecanismos institucionais de permanência, acompanhamento e desenvolvimento acadêmico dos estudantes;

VIII. valorizar a diversidade, os direitos humanos, a responsabilidade social e o respeito às diferenças no desenvolvimento das atividades acadêmicas;

IX. promover a formação para a aprendizagem ao longo da vida, considerando as transformações científicas, tecnológicas, sociais e profissionais;

X. articular a formação acadêmica às demandas da sociedade e do mundo do trabalho, respeitadas as especificidades dos cursos e as Diretrizes Curriculares Nacionais aplicáveis.

Esses princípios orientam a construção dos currículos e das experiências formativas desenvolvidas pela Instituição, respeitando a identidade, os objetivos e o perfil do egresso estabelecidos nos respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Dimensão Político-Administrativa

A dimensão político-administrativa compreende os mecanismos institucionais responsáveis por assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento da proposta pedagógica. Sua organização articula planejamento, gestão acadêmica e administrativa, avaliação institucional, desenvolvimento de pessoas, gestão de recursos e acompanhamento dos resultados.

A Instituição reconhece que a efetividade do projeto pedagógico depende da articulação entre as instâncias de gestão, os órgãos colegiados, as coordenações acadêmicas, o corpo docente, o corpo técnico-administrativo e os estudantes, respeitadas as competências definidas nos documentos institucionais.

Constituem princípios orientadores dessa dimensão:

I. fortalecimento da participação das instâncias acadêmicas e administrativas nos processos de planejamento e acompanhamento institucional;

II. transparência e responsabilidade nos processos de gestão e tomada de decisão;

III. utilização de indicadores e evidências para subsidiar o planejamento, o monitoramento e o aprimoramento das ações institucionais;

IV. articulação entre avaliação institucional, planejamento estratégico e gestão acadêmica;

V. acompanhamento dos riscos acadêmicos, administrativos e regulatórios relacionados à implementação das políticas institucionais;

VI. desenvolvimento permanente do corpo docente, técnico-administrativo e das lideranças institucionais;

VII. gestão dos recursos acadêmicos, físicos, tecnológicos e financeiros de forma compatível com as prioridades estabelecidas no PDI;

VIII. acompanhamento sistemático dos resultados acadêmicos e institucionais, com adoção de medidas de aprimoramento quando necessárias.

A dimensão político-administrativa, portanto, oferece suporte à implementação da proposta educacional e estabelece as condições para que os princípios definidos no PPI sejam incorporados aos processos acadêmicos e administrativos da Instituição.

Atualização e Acompanhamento do PPI

O PPI constitui instrumento institucional sujeito a acompanhamento e atualização durante o período de vigência do PDI. Sua implementação será analisada a partir dos resultados acadêmicos, dos processos de avaliação institucional, dos indicadores de desempenho, das alterações regulatórias e das transformações verificadas no contexto educacional e social.

Os resultados da autoavaliação institucional, das avaliações externas, do acompanhamento dos cursos e dos processos de gestão constituem fontes de evidências para a análise da efetividade das diretrizes estabelecidas neste documento.

Quando identificada a necessidade de revisão, as alterações deverão ser analisadas pelas instâncias institucionais competentes, assegurando coerência entre o PPI, o PDI, os Projetos Pedagógicos dos Cursos e os demais documentos institucionais.

Dessa forma, o acompanhamento do PPI integra o processo institucional de melhoria contínua e permite que a proposta pedagógica permaneça coerente com os objetivos institucionais e com as condições acadêmicas, sociais e regulatórias que caracterizam o período de vigência deste Plano.

3.1 INSERÇÃO REGIONAL

O Centro Universitário FAMINAS está localizado no município de Muriaé, na Zona da Mata de Minas Gerais, e desenvolve suas atividades acadêmicas em um contexto regional caracterizado pela circulação de pessoas, serviços e atividades econômicas entre diferentes municípios. A compreensão das características demográficas, econômicas, educacionais, sociais e de saúde desse território constitui referência para o planejamento institucional, especialmente para a definição e o acompanhamento da oferta acadêmica, das atividades de extensão, das parcerias e dos cenários de formação profissional.

A localização de Muriaé contribui para sua articulação com municípios da Zona da Mata mineira e com localidades de estados vizinhos. A presença das rodovias BR-116 e BR-356 favorece os deslocamentos e a circulação regional, aspecto relevante tanto para a dinâmica econômica do município quanto para o acesso de estudantes, profissionais e usuários aos serviços nele disponíveis. A posição regional e a infraestrutura de circulação constituem, portanto, elementos a serem considerados na análise da abrangência territorial da Instituição.

A economia municipal é diversificada e compreende atividades relacionadas ao comércio, aos serviços, à indústria, à agropecuária, à saúde e à educação. Essa configuração amplia os campos de atuação profissional e estabelece demandas por formação superior, atualização e desenvolvimento de competências relacionadas às diferentes áreas do conhecimento.

No campo educacional, a presença de instituições e serviços de educação básica e superior insere Muriaé em uma dinâmica regional de formação. O acompanhamento das características da educação básica, especialmente das matrículas e da trajetória dos estudantes no ensino médio, constitui referência para a análise da demanda potencial pela educação superior e para o planejamento da oferta acadêmica.

Para conferir suporte objetivo à caracterização do território, o quadro a seguir reúne indicadores selecionados de natureza demográfica, territorial, econômica, educacional, de saúde e de infraestrutura. Os dados permitem relacionar as características do município às dimensões consideradas no planejamento institucional.

Quadro 10- Caracterização socioeconômica, educacional e de saúde de Muriaé

Caracterização socioeconômica, educacional e de saúde de Muriaé

Dimensão	Indicador	Dado mais recente	Ano/Referência	Relevância para o planejamento institucional
Demográfica	População residente	104.108 habitantes	Censo 2022 (IBGE)	Dimensiona a população do município-sede e contribui para a análise do contexto de inserção da Instituição.
Demográfica	População estimada	108.447 habitantes	2025 (IBGE)	Indica continuidade da demanda potencial por educação, serviços e formação profissional no município e em sua área de influência.
Territorial	Área territorial	841,693 km²	2025 (IBGE)	Evidencia a extensão territorial do município e sua articulação com localidades da Zona da Mata.
Territorial	Densidade demográfica	123,69 hab./km²	Censo 2022 (IBGE)	Complementa a caracterização da ocupação territorial e da concentração populacional.
Econômica	PIB per capita	R$ 30.846,73	2023 (IBGE)	Contribui para a compreensão das condições econômicas locais e para a análise da relação entre formação superior, trabalho e desenvolvimento regional.
Educacional	Escolarização da população de 6 a 14 anos	98,96%	2022 (IBGE)	Demonstra elevada cobertura da escolarização obrigatória e integra o diagnóstico do contexto educacional do município.
Educacional	Censo Escolar da Educação Básica	Base municipal disponível para matrículas, escolas, docentes e etapas de ensino	2025 (Inep)	Constitui fonte de acompanhamento da formação básica e da demanda potencial futura por educação superior.
Saúde	Rede de estabelecimentos de saúde	Rede diversificada de estabelecimentos cadastrados no CNES	Base CNES atualizada (DATASUS)	Reforça a relevância regional do setor de saúde e amplia as possibilidades de articulação com cenários de formação e práticas acadêmicas.
Saúde	Mortalidade infantil	4,85 óbitos por mil nascidos vivos	2023 (DATASUS)	Integra a caracterização das condições de saúde do território e pode subsidiar ações acadêmicas e extensionistas na área.
Infraestrutura regional	Articulação rodoviária	BR-116 e BR-356	Situação vigente	Favorece o deslocamento regional e contribui para a abrangência territorial da Instituição e para a circulação de estudantes e profissionais.

Fonte: Elaborado pelo Centro Universitário FAMINAS com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e DATASUS, 2026.

Os indicadores apresentados permitem caracterizar Muriaé a partir de diferentes dimensões relevantes para o planejamento institucional. O município registrou população residente de 104.108 habitantes no Censo Demográfico de 2022 e população estimada de 108.447 habitantes em 2025. Sua extensão territorial, densidade demográfica e articulação rodoviária complementam a compreensão do território e de sua relação com os municípios do entorno.

Na dimensão econômica, o PIB per capita constitui referência para a análise das condições socioeconômicas locais e deve ser considerado em conjunto com a diversidade das atividades produtivas e de serviços presentes no município. Para a Instituição, a dinâmica econômica regional interessa especialmente por sua relação com os campos de atuação profissional, com as possibilidades de inserção dos egressos e com a identificação de demandas por formação e qualificação.

No campo educacional, os indicadores relacionados à escolarização e os dados do Censo Escolar constituem fontes para o acompanhamento das condições da educação

básica e da demanda potencial futura pela educação superior. A análise periódica desses dados permite que o planejamento da oferta acadêmica considere não apenas a realidade institucional, mas também as transformações observadas no contexto educacional regional.

A área da saúde apresenta relevância particular para a inserção institucional em razão da existência, no município e na região, de diferentes serviços assistenciais e estabelecimentos cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). A rede compreende serviços de diferentes níveis de atenção e especialidades, configurando possibilidades de interlocução com a formação acadêmica, especialmente nos cursos da área da saúde.

Entre as instituições presentes no município encontra-se a Fundação Cristiano Varella, cuja atuação integra a rede regional de atenção à saúde. A existência dessa e de outras instituições e serviços assistenciais amplia as possibilidades de desenvolvimento de atividades acadêmicas, estágios, práticas, pesquisa e extensão, observadas as condições institucionais, os requisitos legais e os instrumentos próprios estabelecidos para cada parceria.

A inserção regional da FAMINAS também se estabelece por meio das relações com órgãos públicos, organizações da sociedade civil, instituições educacionais, empresas e demais organizações presentes no território. Essas relações podem constituir campos para atividades de extensão, práticas acadêmicas, estágios, pesquisa aplicada e outras experiências formativas relacionadas aos objetivos dos cursos e às necessidades identificadas na comunidade.

Nesse contexto, as atividades extensionistas assumem função relevante na relação entre a Instituição e a sociedade. A articulação entre formação acadêmica e demandas sociais possibilita o desenvolvimento de projetos e ações em áreas relacionadas à saúde, educação, cidadania, cultura, sustentabilidade, direitos humanos, desenvolvimento econômico e outras temáticas compatíveis com a formação oferecida e com as necessidades identificadas no território.

A infraestrutura acadêmica da Instituição também participa dessa relação com o contexto regional. Laboratórios, ambientes de práticas, recursos tecnológicos e demais espaços destinados à formação possibilitam o desenvolvimento de atividades acadêmicas compatíveis com as características dos cursos e com seus respectivos Projetos Pedagógicos.

Entre essas estruturas encontra-se o Hospital Veterinário Universitário, destinado ao desenvolvimento de atividades relacionadas à formação em Medicina Veterinária e à realização de ações articuladas à comunidade. Sua utilização favorece a integração entre formação teórica e prática e possibilita o desenvolvimento de atividades relacionadas à saúde e ao bem-estar animal.

A atuação relacionada à Medicina Veterinária também possibilita abordagens que considerem a interação entre saúde humana, saúde animal e meio ambiente, favorecendo a compreensão integrada de questões sanitárias e ambientais e sua relação com a formação profissional.

A inserção regional constitui, dessa forma, uma dimensão dinâmica do planejamento institucional. Mudanças demográficas, econômicas, educacionais, sociais, tecnológicas e relacionadas ao mundo do trabalho podem alterar as demandas do território e, consequentemente, devem ser consideradas nos processos de acompanhamento e revisão das políticas e ações institucionais.

Por essa razão, a definição e a revisão da oferta acadêmica, das ações de extensão, das parcerias, dos cenários de prática e dos projetos institucionais deverão considerar, de forma articulada, as características e demandas identificadas no território, as Diretrizes Curriculares Nacionais e demais requisitos regulatórios aplicáveis, os resultados da avaliação institucional e as condições acadêmicas e de infraestrutura da Instituição.

Assim, a inserção regional do Centro Universitário FAMINAS não se restringe à sua localização geográfica. Ela se materializa na relação entre o contexto territorial, a proposta formativa, os campos de atuação profissional, os cenários de prática, as parcerias e as ações desenvolvidas com a sociedade, constituindo referência para o planejamento e para o desenvolvimento das políticas acadêmicas previstas neste PDI.

3.2 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS GERAIS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA IES

Os princípios filosóficos e teórico-metodológicos do Centro Universitário FAMINAS estabelecem os referenciais que orientam a formação acadêmica e sua materialização nos currículos, nas práticas pedagógicas, nos processos de avaliação da aprendizagem e nas políticas de ensino, pesquisa e extensão.

A concepção educacional institucional reconhece o estudante como sujeito ativo do processo de aprendizagem e considera a formação superior um percurso de desenvolvimento científico, profissional, humano e cidadão. Nessa perspectiva, o processo formativo deve favorecer a construção progressiva de conhecimentos e competências, a autonomia intelectual, o pensamento crítico, a capacidade investigativa, a criatividade e a aprendizagem ao longo da vida.

O docente exerce função fundamental nesse processo como responsável pela organização e mediação das experiências de aprendizagem, pela seleção de estratégias pedagógicas coerentes com os objetivos formativos e pelo acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes. Sua atuação envolve planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação, assegurando intencionalidade pedagógica às experiências formativas.

As práticas acadêmicas são orientadas pela articulação entre teoria e prática, pela interdisciplinaridade, pela contextualização do conhecimento e pela utilização de estratégias pedagógicas compatíveis com os objetivos de aprendizagem e com as especificidades das diferentes áreas de formação.

A Instituição compreende que a inovação pedagógica deve estar vinculada à pertinência educacional das estratégias adotadas e à sua contribuição efetiva para a aprendizagem. Dessa forma, a incorporação de metodologias, recursos e tecnologias não constitui finalidade em si mesma, mas instrumento para ampliar as possibilidades formativas e favorecer o desenvolvimento das competências previstas nos currículos.

A formação acadêmica considera, ainda, as transformações científicas, tecnológicas, sociais, culturais e profissionais que interferem nas diferentes áreas do conhecimento e no mundo do trabalho. Nesse contexto, os currículos devem favorecer o desenvolvimento de competências que permitam aos estudantes analisar situações, tomar decisões fundamentadas, solucionar problemas, comunicar-se adequadamente, trabalhar de forma colaborativa e adaptar-se a contextos profissionais em transformação.

A **indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão** constitui referência para a organização das práticas acadêmicas. O ensino articula os conhecimentos e as experiências necessárias à formação; a pesquisa e a iniciação científica favorecem o desenvolvimento do pensamento investigativo, da produção e da apropriação crítica do conhecimento; e a extensão promove a interação entre Instituição e sociedade,

aproximando a formação acadêmica de questões e demandas identificadas nos diferentes contextos sociais.

A inovação articula-se transversalmente a essas dimensões e pode manifestar-se nas práticas pedagógicas, nos processos de investigação, nas ações extensionistas, no desenvolvimento de soluções e na utilização responsável de tecnologias. Sua incorporação deve estar relacionada aos objetivos formativos e às necessidades institucionais e sociais identificadas.

A extensão integrada aos currículos, observadas as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e a regulamentação vigente, amplia as possibilidades de articulação entre formação acadêmica e realidade social, favorecendo experiências que contribuam para o desenvolvimento profissional, ético e cidadão dos estudantes.

As tecnologias educacionais e os ambientes digitais de aprendizagem integram as possibilidades metodológicas da Instituição e devem ser utilizados de forma coerente com a natureza dos componentes curriculares, com os objetivos de aprendizagem, com as características dos cursos e com as normas aplicáveis às diferentes modalidades e formatos de oferta.

A concepção teórico-metodológica institucional também reconhece a diversidade das trajetórias e das condições de aprendizagem dos estudantes. As práticas acadêmicas devem considerar princípios de inclusão e acessibilidade e articular-se às políticas institucionais destinadas ao acolhimento, à permanência, ao acompanhamento acadêmico e à participação dos estudantes na vida universitária.

Esses princípios orientam a elaboração e a atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as especificidades de cada área de formação. Os PPCs constituem, nesse sentido, o espaço de concretização da proposta pedagógica institucional, no qual são definidos o perfil específico do egresso, a organização curricular, as metodologias, os processos avaliativos e as experiências formativas correspondentes a cada curso.

A efetividade desses princípios será acompanhada por meio dos processos de avaliação da aprendizagem, autoavaliação institucional, avaliação externa, acompanhamento dos cursos e análise dos indicadores acadêmicos. Os resultados produzidos deverão subsidiar o aprimoramento das práticas pedagógicas e dos currículos,

estabelecendo relação entre concepção educacional, desenvolvimento das ações acadêmicas e resultados da formação.

Figura 3- Princípios que orientam as práticas acadêmicas

Fonte: Centro Universitário FAMINAS, 2025.

A representação sintetiza os princípios que orientam as práticas acadêmicas e evidencia seu caráter integrado. Esses referenciais não atuam de forma isolada, mas estruturam conjuntamente a organização curricular, as metodologias, os processos avaliativos e as experiências formativas desenvolvidas nos cursos.

Em consonância com esses princípios, o Centro Universitário FAMINAS estabelece um perfil institucional de egresso que expressa os atributos gerais pretendidos para a formação, sem substituir os perfis profissionais específicos definidos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais.

3.2.1 Perfil do Egresso

O perfil institucional do egresso do Centro Universitário FAMINAS expressa os atributos gerais que a Instituição busca desenvolver ao longo dos diferentes percursos formativos. Sua concretização ocorre de acordo com a natureza de cada curso, com as competências previstas nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e com o perfil profissional estabelecido em cada Projeto Pedagógico de Curso.

A formação está organizada a partir da articulação de três dimensões complementares: **formação profissional, formação humana e formação cidadã**. Essas dimensões não constituem etapas isoladas do percurso acadêmico, mas referenciais integrados para o desenvolvimento de conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e valores.

I. Formação Profissional

A formação profissional compreende o desenvolvimento dos conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos necessários à atuação nas diferentes áreas, articulados à capacidade de mobilizá-los diante de situações e problemas próprios do exercício profissional.

Espera-se que o egresso desenvolva pensamento crítico e analítico, capacidade de tomar decisões fundamentadas, resolver problemas, comunicar-se adequadamente e atuar de forma colaborativa. De acordo com as especificidades de sua formação, deverá também estar preparado para utilizar recursos tecnológicos, interpretar evidências, participar de equipes, exercer responsabilidades de liderança e adaptar-se às transformações de sua área de atuação.

A formação profissional considera igualmente a necessidade de atualização permanente. Por essa razão, o percurso acadêmico deve favorecer a autonomia intelectual e a capacidade de continuar aprendendo após a conclusão do curso, acompanhando mudanças científicas, tecnológicas, regulatórias e profissionais.

Empreendedorismo e inovação integram essa dimensão quando pertinentes ao campo de formação, compreendidos não apenas como criação de negócios, mas também como capacidade de identificar necessidades, propor soluções, aprimorar processos e gerar valor social e profissional de forma ética e responsável.

II. Formação Humana

A formação humana compreende o desenvolvimento de capacidades necessárias à atuação responsável em contextos marcados pela diversidade, pela interação entre pessoas e pela complexidade das relações sociais e profissionais.

Nesse âmbito, a formação deve favorecer autonomia, responsabilidade, comunicação, cooperação, criatividade, capacidade de reflexão e gestão da própria aprendizagem. Também deve proporcionar experiências que contribuam para o desenvolvimento das relações interpessoais e para a atuação em ambientes colaborativos e multiprofissionais.

O estudante é estimulado a reconhecer suas possibilidades de desenvolvimento, avaliar criticamente seu próprio percurso e assumir responsabilidade progressiva por sua formação. Essa perspectiva relaciona-se diretamente à aprendizagem ao longo da vida e à capacidade de responder de forma reflexiva às mudanças que caracterizam os diferentes contextos profissionais e sociais.

III. Formação Cidadã

A formação cidadã compreende a atuação ética e socialmente responsável, fundamentada no respeito à dignidade humana, aos direitos humanos, à diversidade, à inclusão e à sustentabilidade.

Espera-se que o egresso seja capaz de compreender as implicações sociais, ambientais e éticas de suas decisões e de exercer sua profissão considerando não apenas os resultados técnicos de sua atuação, mas também seus efeitos sobre as pessoas, as organizações e a sociedade.

A formação acadêmica deve, portanto, favorecer a compreensão crítica da realidade, o respeito às diferenças, a participação responsável na sociedade e o reconhecimento da responsabilidade profissional diante das questões sociais e ambientais relacionadas ao campo de atuação.

Síntese do Perfil Institucional do Egresso

A articulação entre as três dimensões orienta a formação de um egresso capaz de mobilizar conhecimentos e competências profissionais, atuar com autonomia e

responsabilidade, aprender continuamente e exercer sua profissão de forma ética e socialmente comprometida.

Esse perfil institucional constitui referência comum aos cursos do Centro Universitário FAMINAS e deve ser desdobrado nos respectivos PPCs de acordo com as características de cada área, com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as competências profissionais previstas para cada formação.

A relação entre o perfil institucional e os perfis específicos dos cursos permite preservar uma identidade formativa comum sem desconsiderar a diversidade das profissões e das áreas do conhecimento. Dessa forma, o perfil do egresso estabelece conexão entre os princípios do PPI, a organização curricular e os resultados de aprendizagem esperados ao final dos diferentes percursos formativos.

Figura 4- Perfil Institucional do Egresso do Centro Universitário FAMINAS

Fonte: Centro Universitário FAMINAS, 2025.

A representação sintetiza as dimensões que compõem o perfil institucional do egresso e evidencia sua natureza integrada. A formação pretendida não resulta do desenvolvimento isolado de competências profissionais, humanas ou cidadãs, mas da articulação dessas dimensões ao longo do percurso acadêmico.

Nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, esse referencial é especificado de acordo com as características da área de formação, com as competências previstas nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e com o perfil profissional definido para cada curso.

A definição desse perfil constitui referência para a organização das experiências formativas e estabelece a transição entre os princípios filosóficos e teórico-metodológicos da Instituição e o Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS, apresentado na seção seguinte.

3.3 O ECOSSISTEMA DE APRENDIZAGEM FAMINAS

O Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS constitui a referência institucional para a organização das experiências formativas e para a articulação dos princípios estabelecidos no Projeto Político-Pedagógico Institucional com os currículos e as práticas acadêmicas desenvolvidas nos cursos.

Sua concepção parte do entendimento de que a aprendizagem resulta da interação entre estudantes, docentes, conhecimentos, experiências, ambientes de aprendizagem, tecnologias, sociedade e mundo do trabalho. Nessa perspectiva, a formação acadêmica não se restringe à aquisição de conteúdos, mas envolve a capacidade de mobilizar conhecimentos, desenvolver competências, atribuir significado ao que se aprende e aplicar os saberes construídos em diferentes contextos.

O Ecossistema articula a centralidade do estudante à intencionalidade da ação docente. O estudante participa ativamente de seu processo formativo, enquanto o professor organiza, orienta, problematiza, acompanha e avalia as experiências de aprendizagem, assegurando sua relação com os objetivos formativos e com o perfil do egresso.

A articulação entre teoria e prática, a aprendizagem significativa, a interdisciplinaridade e a formação integral constituem referências para a organização dessas experiências. O ensino, a pesquisa e a extensão integram esse processo de forma

indissociável, enquanto a inovação e as tecnologias educacionais atuam transversalmente, de acordo com sua pertinência pedagógica e com as características de cada formação.

A operacionalização do Ecossistema ocorre nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e pode assumir diferentes configurações de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o perfil do egresso, a natureza dos componentes curriculares e as características das áreas de conhecimento. Dessa forma, o Ecossistema estabelece referências institucionais comuns sem uniformizar indevidamente as especificidades pedagógicas dos cursos.

Para organizar essa concepção, o Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS estrutura-se em cinco pilares articulados, que orientam a organização curricular, as metodologias, os processos avaliativos e as experiências formativas.

I. Formação Integral e Desenvolvimento Humano

A formação integral considera o estudante em suas dimensões profissional, humana e cidadã, articulando conhecimentos científicos e técnicos ao desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade, da capacidade crítica, das relações interpessoais e da atuação ética.

Essa perspectiva busca assegurar que a formação profissional não seja dissociada do desenvolvimento humano e da compreensão das responsabilidades decorrentes do exercício profissional e da participação na sociedade.

II. Aprendizagem Ativa e Protagonismo Estudantil

O estudante ocupa posição ativa na construção de sua aprendizagem, participando de experiências que favoreçam investigação, reflexão, resolução de problemas, tomada de decisão e aplicação do conhecimento.

A adoção de estratégias participativas não implica a utilização indiscriminada de metodologias ativas. As escolhas metodológicas devem decorrer dos objetivos de aprendizagem, das características dos estudantes, da natureza dos conhecimentos e competências a serem desenvolvidos e das especificidades de cada curso.

O protagonismo estudantil pressupõe, portanto, participação e corresponsabilidade pelo processo formativo, articuladas à mediação, ao acompanhamento e à avaliação realizados pelo docente.

III. Integração entre Conhecimento, Prática e Contexto

A formação acadêmica deve favorecer a articulação entre os conhecimentos desenvolvidos nos currículos e sua aplicação em situações relacionadas à realidade profissional e social.

Essa integração pode ocorrer por meio de atividades práticas, laboratórios, simulação, estágios, projetos, pesquisa, extensão, estudos de caso, resolução de problemas e demais experiências previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Ambientes institucionais destinados à formação prática, entre eles laboratórios, espaços de simulação e o Hospital Veterinário Universitário, integram as possibilidades formativas de acordo com as características e necessidades dos cursos.

A relação entre conhecimento, prática e contexto permite que o estudante compreenda a aplicabilidade dos saberes construídos e desenvolva progressivamente a capacidade de mobilizá-los diante de situações próprias de sua formação e futura atuação profissional.

IV. Inovação e Tecnologias Educacionais

A inovação constitui dimensão transversal do Ecossistema e compreende o desenvolvimento ou aprimoramento de práticas, processos e soluções capazes de contribuir para a aprendizagem e para a formação acadêmica.

As tecnologias educacionais integram esse processo como recursos de mediação, interação, produção, acesso e organização do conhecimento. Sua utilização deverá considerar os objetivos pedagógicos, a natureza das atividades acadêmicas, as condições de acessibilidade e as normas aplicáveis às modalidades e formatos de oferta.

A formação também deverá favorecer o desenvolvimento de competências relacionadas ao uso crítico, ético e responsável das tecnologias, considerando as transformações científicas, profissionais e sociais associadas à cultura digital.

V. Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável

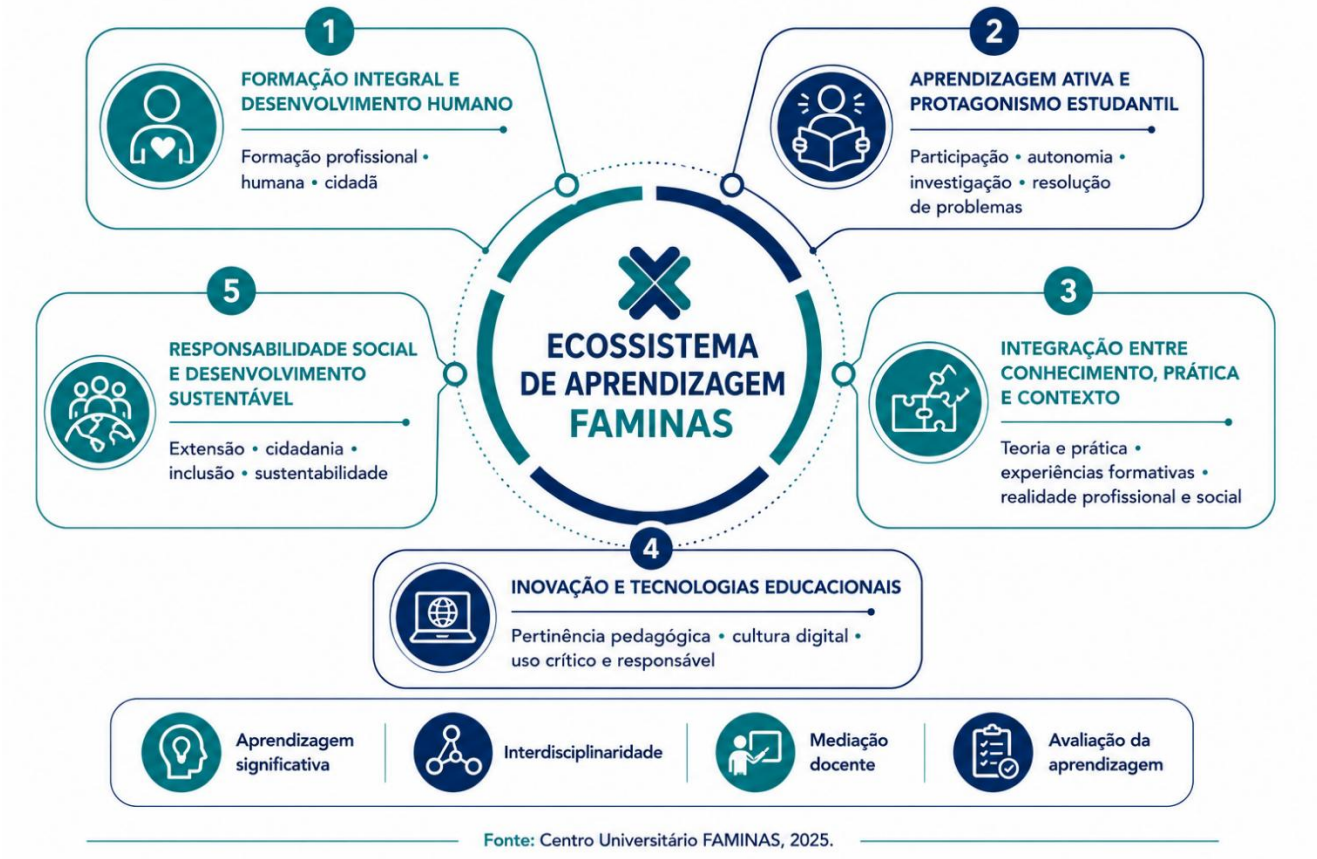
A formação acadêmica deve favorecer a compreensão das relações entre conhecimento, profissão e sociedade e das implicações éticas, sociais e ambientais decorrentes da atuação profissional.

A extensão constitui um dos principais mecanismos dessa articulação, ao possibilitar a interação entre a comunidade acadêmica e diferentes segmentos da sociedade por meio de ações relacionadas às áreas de formação e às demandas identificadas no território.

Direitos humanos, diversidade, inclusão, cidadania, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental integram essa perspectiva e devem ser considerados de acordo com sua pertinência nos currículos, nas atividades acadêmicas e nas ações institucionais.

Os cinco pilares não constituem dimensões independentes. Sua efetividade decorre da articulação entre formação integral, participação do estudante, mediação docente, integração entre conhecimento e prática, inovação, tecnologias e interação com a sociedade. Nos PPCs, esses referenciais são desdobrados em organizações curriculares e experiências formativas compatíveis com as especificidades de cada curso.

Figura 5- Ecossistema de Aprendizagem Faminas



Fonte: Centro Universitário FAMINAS, 2025.

A representação sintetiza a arquitetura do Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS e evidencia a articulação entre seus cinco pilares. Esses elementos orientam a organização das experiências formativas, mas sua concretização ocorre nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, de acordo com os objetivos de aprendizagem, as competências previstas, as Diretrizes Curriculares Nacionais e as características de cada área de formação.

A aprendizagem significativa e a interdisciplinaridade assumem papel relevante nessa operacionalização, pois estabelecem fundamentos para a construção de experiências que favoreçam a atribuição de sentido ao conhecimento e a articulação entre diferentes saberes. Esses referenciais são aprofundados nas seções seguintes.

3.3.1 Aprendizagem Significativa no Ecossistema de Aprendizagem

A aprendizagem significativa constitui um dos fundamentos pedagógicos do Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS e orienta a organização de experiências formativas que favoreçam a compreensão, a integração e a aplicação dos conhecimentos desenvolvidos ao longo do percurso acadêmico.

Essa concepção parte do entendimento de que a aprendizagem se torna mais consistente quando novos conhecimentos podem ser relacionados aos saberes e experiências anteriormente construídos pelo estudante e quando sua utilização ocorre em contextos que lhes atribuam sentido. O processo educativo, nessa perspectiva, ultrapassa a reprodução de informações e busca favorecer a compreensão, a análise, a aplicação e a mobilização do conhecimento diante de diferentes situações.

A aprendizagem significativa pressupõe intencionalidade pedagógica. Cabe ao docente identificar os objetivos de aprendizagem, organizar situações formativas, estabelecer relações entre conhecimentos prévios e novos conteúdos, propor problemas e experiências adequados à formação e acompanhar o desenvolvimento dos estudantes.

Ao estudante cabe participação ativa no processo, mobilizando conhecimentos, formulando hipóteses, estabelecendo relações, investigando situações, avaliando informações e construindo progressivamente maior autonomia para aprender. Essa participação ocorre de maneira orientada e compatível com as características dos componentes curriculares e com o estágio de desenvolvimento acadêmico.

No Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS, a aprendizagem significativa pode ser favorecida por diferentes estratégias, entre as quais estudos de caso, problematização, projetos, atividades práticas, simulações, investigação, pesquisa, extensão, resolução de problemas e outras experiências definidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A escolha das estratégias metodológicas não decorre da adoção de um método único. Deve considerar os objetivos de aprendizagem, os conhecimentos e competências a serem desenvolvidos, as características dos estudantes, a natureza do componente curricular, os recursos disponíveis e as especificidades de cada área de formação.

A articulação entre teoria e prática assume relevância nesse processo. As experiências práticas possibilitam ao estudante mobilizar conhecimentos em situações concretas ou simuladas, analisar resultados, reconhecer limites e estabelecer novas relações conceituais. Da mesma forma, os fundamentos teóricos oferecem elementos para interpretar as experiências e fundamentar decisões, evitando a dissociação entre conhecimento e prática.

A avaliação da aprendizagem integra esse processo e deve produzir informações sobre o desenvolvimento do estudante e o alcance dos objetivos previstos. Além de sua função de verificação, os resultados avaliativos devem subsidiar intervenções pedagógicas, orientar o estudante e contribuir para o aprimoramento das estratégias de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, a aprendizagem significativa articula conhecimentos prévios, novos saberes, experiências formativas, reflexão e aplicação, contribuindo para o desenvolvimento progressivo das competências previstas no perfil do egresso e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Figura 6- Aprendizagem Significativa no Ecossistema FAMINAS

Fonte: Centro Universitário FAMINAS, 2025.

A representação evidencia que a aprendizagem significativa não corresponde a uma metodologia específica, mas a uma concepção de aprendizagem que pode orientar diferentes estratégias pedagógicas. Sua efetivação depende da relação entre os conhecimentos já construídos, os novos saberes, a mediação docente, as experiências propostas e as oportunidades de aplicação e reflexão.

A organização curricular constitui uma das condições que podem favorecer essas relações. Nesse sentido, a FAMINAS adota a modularização como referência para a articulação progressiva de conhecimentos e experiências formativas, conforme apresentado a seguir.

3.3.1.1 Modularização como Estratégia de Organização Curricular

A modularização constitui uma forma de organização curricular destinada a favorecer a articulação entre componentes curriculares, conhecimentos, competências e experiências formativas relacionadas a determinado momento do percurso acadêmico.

No Centro Universitário FAMINAS, a organização em módulos busca contribuir para uma compreensão integrada da formação, permitindo que os componentes curriculares

estabeleçam relações entre si e com os objetivos formativos previstos para cada etapa do curso.

Os módulos devem possuir intencionalidade formativa definida e coerência com o perfil do egresso, com as competências previstas no PPC e com a progressão curricular. Sua organização deve considerar as Diretrizes Curriculares Nacionais, quando aplicáveis, a natureza da área de formação, os pré-requisitos necessários à aprendizagem e as condições acadêmicas para o desenvolvimento das atividades.

A modularização não elimina a identidade e a especificidade dos componentes curriculares. Sua função é favorecer relações entre eles, permitindo que conhecimentos desenvolvidos em diferentes unidades curriculares possam convergir para a compreensão de temas, problemas, situações profissionais ou experiências integradoras.

Essa organização também favorece o planejamento pedagógico articulado entre docentes. A definição de objetivos comuns ou convergentes, quando pertinente, possibilita identificar relações entre conteúdos e competências, planejar experiências integradoras e reduzir fragmentações desnecessárias no percurso formativo.

A articulação entre os componentes pode materializar-se por diferentes estratégias previstas nos PPCs, entre elas projetos integradores, atividades práticas, estudos de caso, ações extensionistas, pesquisa, simulação e resolução de problemas. O Projeto Prático Aplicado (PPA), quando previsto na organização curricular, constitui um dos mecanismos institucionais destinados a favorecer essa integração.

A progressão entre os módulos deve observar o desenvolvimento acadêmico esperado e assegurar coerência entre os conhecimentos e competências construídos ao longo do curso. Dessa forma, a modularização contribui para organizar o percurso formativo sem afastar a necessidade de sequenciamento, aprofundamento e consolidação dos conhecimentos próprios de cada área.

Eventuais possibilidades de flexibilização curricular, aproveitamento de estudos, mobilidade, certificação intermediária ou outros mecanismos associados à organização modular somente poderão ocorrer quando previstos no respectivo Projeto Pedagógico de Curso e em conformidade com a regulamentação aplicável.

A modularização constitui, portanto, um instrumento de organização do currículo e de articulação das experiências formativas, contribuindo para a aprendizagem significativa e criando condições para o desenvolvimento da interdisciplinaridade.

3.3.2 Interdisciplinaridade no Ecossistema de Aprendizagem

A interdisciplinaridade constitui referência para a organização das experiências formativas no Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS e decorre do reconhecimento de que diferentes fenômenos e problemas profissionais e sociais não se restringem, necessariamente, aos limites de uma única área ou componente curricular.

Sua finalidade não é eliminar as especificidades dos campos do conhecimento, mas favorecer relações entre conceitos, métodos, perspectivas e experiências que contribuam para ampliar a compreensão dos objetos estudados. A interdisciplinaridade pressupõe, portanto, diálogo entre saberes e intencionalidade pedagógica na construção dessas relações.

No âmbito curricular, a interdisciplinaridade pode ocorrer tanto no interior dos componentes quanto por meio da articulação entre diferentes unidades curriculares. Sua concretização deve estar relacionada aos objetivos de aprendizagem e às competências previstas nos PPCs, evitando aproximações artificiais entre conteúdos que não possuam relação formativa relevante.

A organização modular favorece essa articulação ao permitir a identificação de conhecimentos e competências convergentes em determinado momento do percurso acadêmico. A partir dessa organização, os docentes podem desenvolver atividades integradas, problemas, projetos e outras experiências capazes de mobilizar contribuições de diferentes componentes curriculares.

A interdisciplinaridade também estabelece relação com a aprendizagem significativa, uma vez que a conexão entre diferentes conhecimentos e contextos pode ampliar a capacidade do estudante de compreender fenômenos, estabelecer relações e mobilizar saberes diante de situações complexas.

A pesquisa e a iniciação científica contribuem para esse processo ao favorecerem a investigação de problemas a partir de diferentes referenciais. A extensão, por sua vez, possibilita o contato com situações sociais que frequentemente exigem múltiplos conhecimentos e perspectivas para sua compreensão. Dessa forma, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão amplia as possibilidades de experiências interdisciplinares.

As tecnologias educacionais também podem apoiar práticas interdisciplinares ao ampliar possibilidades de comunicação, colaboração, acesso a informações, simulação,

produção e compartilhamento de conhecimentos. Sua utilização, entretanto, deve permanecer subordinada aos objetivos pedagógicos das experiências propostas.

A interdisciplinaridade pode contribuir, ainda, para o desenvolvimento de competências transversais relacionadas à comunicação, colaboração, análise crítica, criatividade e resolução de problemas, observadas as características e os objetivos específicos de cada formação.

No Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS, um dos mecanismos utilizados para favorecer a integração entre conhecimentos e experiências é o Projeto Prático Aplicado (PPA), quando previsto na organização curricular do curso. Por meio dele, diferentes componentes podem contribuir para a análise de problemas, desenvolvimento de projetos, proposição de soluções e realização de intervenções relacionadas a situações reais ou simuladas.

Assim, a interdisciplinaridade constitui uma estratégia de integração curricular que aproxima diferentes saberes sem eliminar suas especificidades e favorece a construção de experiências acadêmicas articuladas aos objetivos formativos.

Figura 7- Interdisciplinaridade no Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS

Fonte: Centro Universitário FAMINAS, 2025.

A representação demonstra que a interdisciplinaridade não corresponde à simples reunião de conteúdos de diferentes componentes curriculares. Sua efetividade depende da existência de um objeto, problema, projeto ou situação de aprendizagem capaz de mobilizar conhecimentos distintos de forma articulada e pedagogicamente intencional.

No Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS, essa articulação encontra no Projeto Prático Aplicado um de seus mecanismos de operacionalização curricular. O PPA é apresentado na seção seguinte quanto às suas finalidades, princípios e formas de integração com as demais experiências formativas.

3.3.2.1 Projeto Prático Aplicado (PPA)

O **Projeto Prático Aplicado (PPA)** constitui uma estratégia institucional de integração curricular do Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS e tem como finalidade favorecer a articulação entre conhecimentos, competências e experiências formativas desenvolvidos ao longo do percurso acadêmico.

Quando previsto na organização curricular do curso, o PPA possibilita a integração de conhecimentos desenvolvidos em diferentes componentes curriculares por meio da análise de problemas, do desenvolvimento de projetos, da investigação de situações e da proposição de soluções ou intervenções relacionadas a contextos acadêmicos, profissionais ou sociais.

Sua organização deve estar articulada ao perfil do egresso, às competências estabelecidas no Projeto Pedagógico do Curso e aos objetivos de aprendizagem correspondentes ao período ou módulo em que é desenvolvido. Dessa forma, o PPA não constitui atividade isolada ou complementar ao currículo, mas integra o percurso formativo de acordo com a configuração estabelecida em cada PPC.

A proposta favorece a relação entre teoria e prática ao possibilitar que os estudantes mobilizem conhecimentos diante de situações reais ou simuladas, estabeleçam relações entre diferentes saberes, analisem informações, formulem alternativas e avaliem os resultados das soluções propostas.

O desenvolvimento do PPA pressupõe planejamento e intencionalidade pedagógica. A definição do problema, tema, desafio ou objeto de investigação deve considerar sua

pertinência para a formação e as possibilidades efetivas de articulação entre os conhecimentos e competências envolvidos.

A participação dos componentes curriculares deve decorrer da relação existente entre seus objetivos de aprendizagem e o objeto do projeto. Não se pressupõe, portanto, que todos os componentes de determinado módulo contribuam da mesma forma ou necessariamente participem de todas as etapas do PPA. A integração deve ocorrer quando houver pertinência acadêmica e formativa, evitando articulações meramente formais entre conteúdos.

Esse princípio é especialmente importante para assegurar que o PPA cumpra sua finalidade interdisciplinar. A interdisciplinaridade não resulta apenas da participação simultânea de diferentes componentes curriculares, mas da possibilidade de mobilizar conhecimentos distintos para compreender um problema, analisar uma situação ou desenvolver uma proposta de forma articulada.

O PPA também pode estabelecer relações com a pesquisa e com a extensão, de acordo com a natureza do projeto. A investigação pode subsidiar a identificação e a análise de problemas, a busca de evidências e a fundamentação das propostas desenvolvidas. A extensão, quando presente, deverá observar as diretrizes e os requisitos institucionais e regulatórios aplicáveis e pressupor interação com a sociedade, não se confundindo automaticamente com qualquer atividade prática realizada no âmbito do projeto.

Essa distinção permite que o PPA mantenha sua função de integração curricular e, simultaneamente, possa articular-se a outras dimensões da formação quando houver objetivos e condições compatíveis.

Princípios orientadores do Projeto Prático Aplicado

A organização e o desenvolvimento do PPA são orientados pelos seguintes princípios:

I. Integração Curricular

O PPA favorece a articulação entre conhecimentos e competências previstos no currículo, estabelecendo relações entre diferentes componentes e experiências formativas quando essa integração for pertinente aos objetivos do projeto.

A integração curricular busca reduzir a fragmentação do conhecimento sem eliminar a identidade e a especificidade dos diferentes campos disciplinares.

II. Articulação entre Teoria e Prática

As atividades devem possibilitar a mobilização dos fundamentos teóricos na análise de situações, problemas ou desafios relacionados à formação acadêmica, profissional ou social.

A prática, por sua vez, constitui oportunidade de aplicação, análise e reelaboração dos conhecimentos, favorecendo a construção progressiva de competências.

III. Interdisciplinaridade

O PPA pode constituir espaço privilegiado para a articulação intencional entre diferentes saberes. Essa integração deve decorrer das características do problema, projeto ou situação de aprendizagem e das contribuições efetivas que diferentes áreas possam oferecer para sua compreensão ou desenvolvimento.

IV. Aprendizagem Significativa

Os projetos devem favorecer a relação entre conhecimentos já construídos, novos saberes e situações que possibilitem sua aplicação e contextualização.

A aproximação com problemas e experiências relacionados à formação contribui para que o estudante atribua sentido aos conhecimentos e compreenda suas possibilidades de utilização.

V. Protagonismo e Trabalho Colaborativo

O PPA favorece a participação ativa dos estudantes na investigação, no planejamento, na execução e na avaliação das atividades propostas.

Quando desenvolvido de forma colaborativa, possibilita experiências relacionadas à comunicação, cooperação, organização do trabalho, negociação de perspectivas e tomada de decisão, de acordo com a natureza do projeto.

VI. Mediação Docente

O docente exerce função de planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação do processo, assegurando a coerência entre as atividades desenvolvidas, os objetivos de aprendizagem e as competências previstas no currículo.

A autonomia estudantil, nesse contexto, é desenvolvida progressivamente e não substitui a responsabilidade docente pela intencionalidade pedagógica do projeto.

VII. Contextualização e Relevância Formativa

Os temas, problemas e desafios desenvolvidos no PPA devem apresentar pertinência para a formação e possibilitar relações com contextos acadêmicos, profissionais ou sociais.

Temáticas relacionadas à ética, cidadania, sustentabilidade, direitos humanos, diversidade, inovação, empreendedorismo e responsabilidade socioambiental poderão ser incorporadas quando apresentarem relação efetiva com os objetivos do projeto e com a área de formação.

VIII. Investigação, Análise e Desenvolvimento de Soluções

O PPA deve proporcionar oportunidades para que os estudantes investiguem situações, analisem informações, formulem hipóteses ou alternativas e desenvolvam propostas fundamentadas.

As soluções ou intervenções poderão assumir diferentes formatos de acordo com o curso e com a natureza do projeto, não se restringindo à produção de produtos ou à resolução imediata de problemas concretos.

Desenvolvimento do PPA

A operacionalização do Projeto Prático Aplicado deverá ser definida nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e nos instrumentos acadêmicos correspondentes, respeitadas as características de cada formação.

O desenvolvimento do PPA poderá envolver diferentes estratégias pedagógicas, como aprendizagem baseada em projetos ou problemas, estudos de caso, investigação,

simulação, desafios, atividades práticas, produção de propostas e outras abordagens compatíveis com os objetivos estabelecidos.

A escolha das estratégias deverá considerar sua pertinência pedagógica, não sendo necessária a utilização de uma metodologia específica em todos os projetos. O elemento comum é a existência de uma experiência formativa planejada que possibilite mobilizar, relacionar e aplicar conhecimentos e competências.

O acompanhamento docente deverá ocorrer ao longo do desenvolvimento do projeto, permitindo orientar as atividades, analisar o processo de aprendizagem e realizar intervenções quando necessárias.

A avaliação do PPA deverá ser coerente com os objetivos e competências definidos para a atividade e considerar critérios previamente estabelecidos. De acordo com a natureza do projeto, poderão ser avaliados tanto o processo de desenvolvimento quanto os resultados produzidos, incluindo aspectos relacionados à fundamentação, análise, aplicação dos conhecimentos, participação, colaboração, comunicação e qualidade das propostas apresentadas.

Os resultados da avaliação devem subsidiar o feedback aos estudantes e o aprimoramento das experiências formativas, mantendo coerência com os princípios de avaliação da aprendizagem estabelecidos pela Instituição.

Figura 8- Projeto Prático Aplicado (PPA) no Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS

Fonte: Centro Universitário FAMINAS, 2025.

A representação evidencia que o PPA se desenvolve como um percurso formativo orientado por objetivos previamente definidos. A partir de um contexto, problema, tema ou desafio pertinente à formação, os estudantes mobilizam conhecimentos e competências, investigam situações, planejam e desenvolvem propostas e analisam os resultados produzidos, sob acompanhamento e mediação docente.

A configuração de cada PPA poderá variar de acordo com o curso, o módulo, o período e as competências envolvidas. Essa flexibilidade permite preservar as especificidades das diferentes áreas de formação, mantendo como elementos comuns a intencionalidade pedagógica, a integração curricular e a aplicação contextualizada do conhecimento.

A relação entre essas experiências e os contextos profissionais constitui uma das possibilidades de aproximação entre formação acadêmica e mundo do trabalho e é abordada na seção seguinte.

3.3.2.1.1 Interface com o mundo do trabalho

A formação acadêmica desenvolvida pelo Centro Universitário FAMINAS considera a relação com o mundo do trabalho como uma dimensão relevante do processo formativo. Essa relação compreende não apenas a preparação para o exercício profissional, mas também a capacidade de compreender transformações científicas, tecnológicas, sociais, econômicas e organizacionais que interferem nas diferentes áreas de atuação.

As mudanças nos processos produtivos, a incorporação de tecnologias digitais, o desenvolvimento da inteligência artificial, a automação de atividades e o surgimento de novas formas de organização do trabalho produzem impactos distintos entre profissões e áreas do conhecimento. Nesse contexto, a formação superior deve proporcionar condições para que os estudantes desenvolvam os conhecimentos e as competências necessários à atuação profissional e à aprendizagem ao longo da vida.

Essa perspectiva não implica subordinar a formação acadêmica às demandas imediatas do mercado. A relação com o mundo do trabalho deve ser compreendida de forma crítica e articulada às finalidades da educação superior, ao perfil do egresso, às Diretrizes Curriculares Nacionais, às características das profissões e às responsabilidades éticas e sociais decorrentes do exercício profissional.

No Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS, essa aproximação ocorre por meio de diferentes experiências acadêmicas, entre as quais atividades práticas, estágios, projetos, pesquisa, extensão, simulação, visitas técnicas, eventos, relações com organizações e demais atividades previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

O Projeto Prático Aplicado (PPA) integra essas possibilidades ao favorecer, quando pertinente, o desenvolvimento de experiências relacionadas a problemas, situações ou desafios presentes nos contextos profissionais e sociais. Por meio dessas experiências, os estudantes podem mobilizar conhecimentos, analisar informações, propor alternativas e compreender relações entre sua formação e os diferentes campos de atuação.

A articulação com organizações públicas e privadas, instituições de saúde, educação e assistência, empresas, entidades profissionais, organizações da sociedade civil e demais parceiros também amplia as possibilidades de aproximação entre formação acadêmica e contextos de atuação profissional. Essas relações poderão viabilizar estágios, atividades práticas, projetos de extensão, pesquisa aplicada, eventos, visitas técnicas e outras experiências, observadas as condições institucionais e a regulamentação aplicável.

A interação com profissionais e organizações externas também pode contribuir para o acompanhamento das transformações das áreas de formação. Informações provenientes de campos de estágio, organizações parceiras, egressos, entidades profissionais e outros interlocutores podem subsidiar a análise dos currículos e das competências profissionais, sem substituir os referenciais acadêmicos e regulatórios que orientam a formação.

Desenvolvimento profissional e empregabilidade

A empregabilidade é compreendida como dimensão relacionada às condições que favorecem a inserção, a permanência e o desenvolvimento profissional dos estudantes e egressos. Seu fortalecimento envolve a formação acadêmica, o desenvolvimento de competências, a compreensão das características das profissões e o acesso a informações e oportunidades relacionadas ao mundo do trabalho.

A Instituição reconhece que as trajetórias profissionais contemporâneas podem assumir diferentes configurações e que a formação inicial não encerra o processo de desenvolvimento profissional. A capacidade de atualizar conhecimentos, desenvolver novas competências e aprender continuamente assume, portanto, relevância para a

atuação em contextos sujeitos a mudanças científicas, tecnológicas, regulatórias e organizacionais.

Além das competências específicas de cada profissão, os cursos podem desenvolver, de acordo com sua natureza e com o perfil do egresso, competências relacionadas à comunicação, colaboração, pensamento crítico, resolução de problemas, utilização de tecnologias, criatividade, tomada de decisão, liderança e empreendedorismo.

A definição dessas competências deve ocorrer nos respectivos PPCs, evitando a adoção de um conjunto uniforme para formações profissionais com características distintas.

Núcleo de Carreiras e acompanhamento da trajetória profissional

O **Núcleo de Carreiras** integra as ações institucionais destinadas à aproximação dos estudantes e egressos com o mundo do trabalho. Sua atuação compreende iniciativas de orientação e desenvolvimento profissional, divulgação de oportunidades e interlocução com organizações e empregadores, de acordo com as políticas e condições institucionais.

As ações desenvolvidas podem incluir atividades relacionadas à preparação para processos seletivos, elaboração e apresentação de currículo, desenvolvimento de competências profissionais, orientação de carreira, divulgação de oportunidades de estágio e emprego, realização de eventos e aproximação entre estudantes, egressos e organizações.

A atuação do Núcleo de Carreiras deve manter articulação com as coordenações de curso e demais setores envolvidos na formação e no acompanhamento dos estudantes, de forma a considerar as especificidades das diferentes áreas profissionais.

O acompanhamento de egressos também constitui fonte relevante de informações sobre a relação entre formação acadêmica e trajetória profissional. Dados relacionados à inserção no mundo do trabalho, continuidade dos estudos, percepção sobre a formação recebida e desenvolvimento profissional podem contribuir para os processos de avaliação institucional e para o aprimoramento dos cursos.

Essas informações, quando disponíveis, deverão ser analisadas em conjunto com outros indicadores acadêmicos e institucionais, contribuindo para a avaliação da aderência entre a formação oferecida, o perfil do egresso e os contextos de atuação profissional.

Empreendedorismo e inovação

O empreendedorismo integra as possibilidades formativas relacionadas ao mundo do trabalho quando pertinente às características dos cursos e das áreas profissionais. Sua abordagem não se restringe à criação de empresas, abrangendo também a capacidade de identificar necessidades e oportunidades, desenvolver projetos, propor soluções e aprimorar processos.

A inovação relaciona-se a essa perspectiva ao favorecer a utilização do conhecimento na criação ou no aperfeiçoamento de práticas, produtos, serviços e processos. Seu desenvolvimento deve considerar a formação acadêmica, a ética, a responsabilidade social e os impactos das soluções propostas.

A articulação entre formação acadêmica, mundo do trabalho, empregabilidade, empreendedorismo e inovação deverá, portanto, respeitar as especificidades dos cursos e permanecer vinculada às finalidades formativas da educação superior.

Dessa forma, a interface com o mundo do trabalho integra o Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS como dimensão de contextualização da formação. Sua finalidade é contribuir para que os estudantes compreendam os contextos de atuação de suas áreas, desenvolvam as competências previstas em seus percursos formativos e construam condições para a continuidade de seu desenvolvimento profissional.

A formação integral constitui um dos princípios estruturantes do Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS e compreende o desenvolvimento articulado das dimensões profissional, humana e cidadã estabelecidas no perfil institucional do egresso.

Essa concepção reconhece que a formação superior não se limita à aquisição de conhecimentos técnicos ou ao desenvolvimento de competências específicas para o exercício profissional. O percurso acadêmico deve proporcionar condições para que o estudante desenvolva autonomia intelectual, capacidade crítica, responsabilidade, competências relacionais, consciência ética e capacidade de continuar aprendendo ao longo da vida.

A formação integral pressupõe, portanto, a articulação entre conhecimento, prática, desenvolvimento humano e participação social. Essa perspectiva orienta a organização dos currículos e das experiências acadêmicas, respeitadas as características das diferentes

áreas de formação e as competências previstas nos respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Entre os referenciais que contribuem para essa concepção encontram-se as reflexões de **Edgar Morin** sobre complexidade e educação. Sua abordagem evidencia a necessidade de superar leituras excessivamente fragmentadas do conhecimento e favorecer a compreensão das relações entre diferentes saberes, contextos e dimensões da realidade.

No contexto do Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS, essa perspectiva relaciona-se especialmente à interdisciplinaridade, à contextualização do conhecimento, ao desenvolvimento do pensamento crítico e à capacidade de compreender problemas a partir de diferentes perspectivas.

As reflexões apresentadas por Morin em *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro* também oferecem referências para pensar uma formação capaz de considerar os limites do conhecimento, a complexidade dos fenômenos, a condição humana, a compreensão do outro, as incertezas e as responsabilidades éticas decorrentes da vida em sociedade.

No PPI da FAMINAS, entretanto, esses referenciais não são compreendidos como conteúdos obrigatórios ou como estrutura curricular autônoma. Sua função é subsidiar uma concepção educacional que valoriza a integração de conhecimentos, a compreensão da complexidade, o respeito à diversidade, a responsabilidade social e a capacidade de atuação diante de contextos marcados por mudanças e incertezas.

A formação integral também encontra referência nos quatro pilares da educação apresentados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI: **aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser**. No Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS, essas dimensões oferecem uma referência para compreender a formação como processo que articula desenvolvimento intelectual, aplicação do conhecimento, relações humanas e autonomia.

A articulação entre esses referenciais e as práticas institucionais ocorre por meio dos currículos, das metodologias, da avaliação da aprendizagem, das experiências práticas, da pesquisa, da extensão, dos projetos acadêmicos, das ações de apoio ao estudante e das demais experiências previstas nos PPCs.

Dessa forma, a formação integral constitui uma orientação transversal do processo formativo e deve ser concretizada de maneira compatível com as especificidades de cada curso, evitando a adoção de um modelo uniforme para diferentes áreas profissionais.

3.3.3. As Quatro Dimensões da Educação na Formação Integral do Estudante

Os quatro pilares da educação — **aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser** — constituem referências complementares para a formação integral no Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS.

Sua incorporação à concepção pedagógica institucional não implica a organização dos currículos em quatro dimensões isoladas. Ao contrário, pressupõe sua articulação ao longo das experiências acadêmicas e sua concretização de acordo com os objetivos de aprendizagem e com as competências previstas para cada formação.

I. Aprender a Conhecer

Aprender a conhecer relaciona-se ao desenvolvimento da capacidade de compreender, interpretar, investigar e produzir conhecimentos, ultrapassando a simples acumulação de informações.

Essa dimensão envolve curiosidade intelectual, pensamento crítico, capacidade investigativa e desenvolvimento progressivo da autonomia para aprender.

No Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS, o aprender a conhecer é favorecido por experiências que estimulem a análise, a problematização, a investigação, a pesquisa e o estabelecimento de relações entre diferentes conhecimentos.

A formação acadêmica deve possibilitar que o estudante desenvolva recursos para buscar, selecionar, analisar e utilizar informações de forma crítica e responsável, reconhecendo a necessidade de atualização permanente diante das transformações do conhecimento e das profissões.

II. Aprender a Fazer

Aprender a fazer corresponde à capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes em diferentes situações acadêmicas, profissionais e sociais.

Essa dimensão estabelece relação direta com a articulação entre teoria e prática e com o desenvolvimento das competências previstas no perfil do egresso.

Sua concretização pode ocorrer por meio de atividades práticas, laboratórios, simulação, estágios, projetos, pesquisa, extensão, estudos de caso, resolução de problemas, Projeto Prático Aplicado e demais experiências previstas nos PPCs.

O aprender a fazer não se restringe à execução de procedimentos. Pressupõe compreender os fundamentos das ações realizadas, analisar situações, tomar decisões fundamentadas e avaliar os resultados produzidos.

III. Aprender a Conviver

Aprender a conviver relaciona-se ao desenvolvimento da capacidade de estabelecer relações fundamentadas no respeito, no diálogo, na cooperação e no reconhecimento da diversidade.

Essa dimensão assume relevância tanto para a participação social quanto para a atuação profissional em contextos que exigem interação entre pessoas, equipes, áreas do conhecimento e diferentes perspectivas.

As experiências acadêmicas podem contribuir para seu desenvolvimento por meio de atividades colaborativas, projetos, práticas profissionais, pesquisa, extensão, participação acadêmica e demais situações que favoreçam comunicação, cooperação e convivência.

O respeito aos direitos humanos, à diversidade, à inclusão e às diferenças constitui referência para essa dimensão e se articula aos Valores e às políticas institucionais.

IV. Aprender a Ser

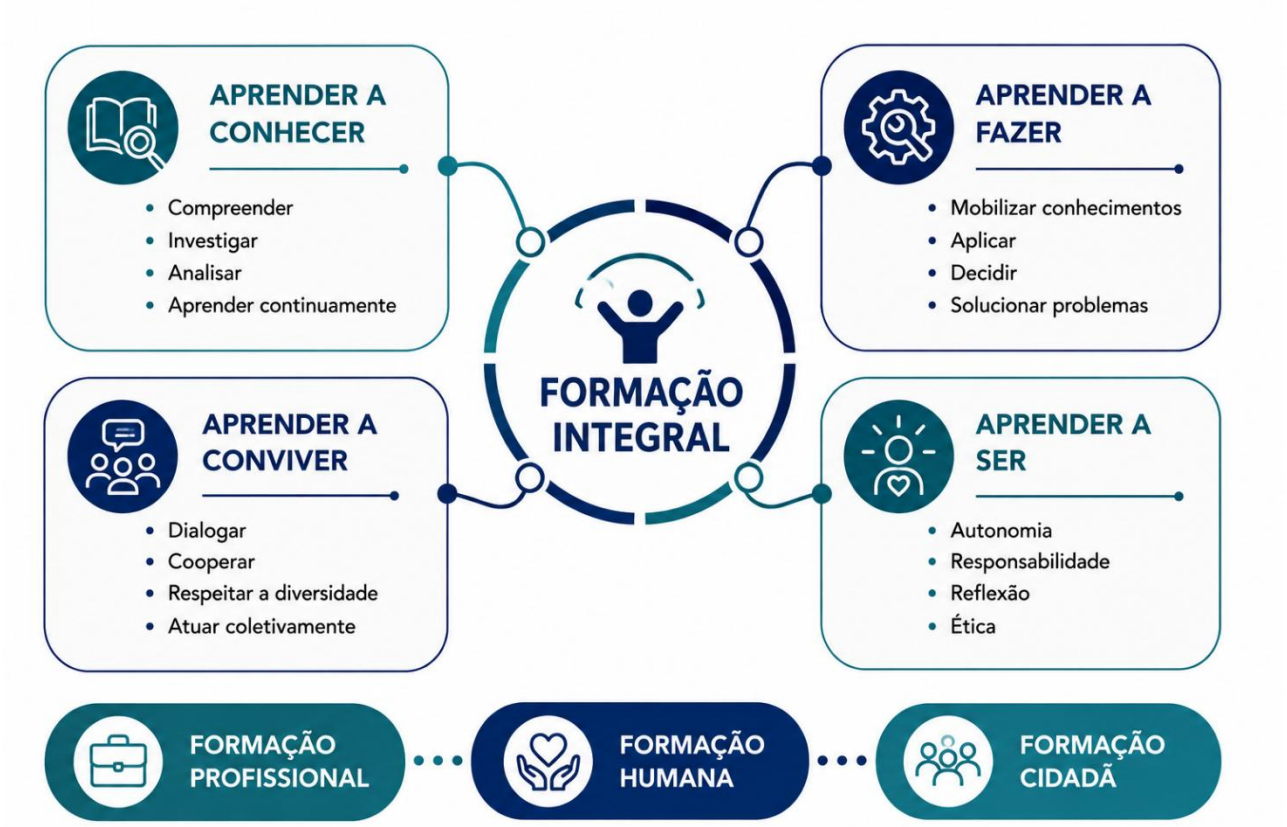
Aprender a ser refere-se ao desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade, da capacidade de reflexão e da consciência ética necessárias à construção da trajetória pessoal, acadêmica e profissional.

Essa dimensão reconhece o estudante como sujeito de seu processo formativo e pressupõe o desenvolvimento progressivo da capacidade de tomar decisões, avaliar suas próprias ações, assumir responsabilidades e continuar aprendendo.

No âmbito acadêmico, o aprender a ser relaciona-se à construção da autonomia intelectual, à responsabilidade pela própria formação, à atuação ética e à capacidade de compreender as implicações das decisões profissionais e pessoais.

Sua concretização deve respeitar a singularidade dos estudantes e reconhecer que o desenvolvimento humano constitui processo contínuo, não podendo ser reduzido à aquisição de um conjunto previamente definido de características pessoais.

Figura 9- Formação Integral no Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS



Fonte: Centro Universitário FAMINAS, 2025.

As quatro dimensões apresentadas são interdependentes e se desenvolvem de forma articulada ao longo do percurso acadêmico. Sua integração contribui para que a formação profissional seja acompanhada pelo desenvolvimento da autonomia, da capacidade de aprendizagem, das relações interpessoais e da responsabilidade ética e social.

A concretização da formação integral ocorre de maneiras distintas entre os cursos, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o perfil do egresso, a organização

curricular e as experiências formativas previstas nos respectivos PPCs. Dessa forma, as quatro dimensões constituem referências para a concepção educacional institucional, e não um conjunto uniforme de resultados a ser aplicado indistintamente a todas as formações.

No Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS, formação integral, aprendizagem significativa, interdisciplinaridade, integração entre teoria e prática e relação com o mundo do trabalho constituem elementos articulados de uma mesma proposta pedagógica. Sua efetividade depende da materialização desses princípios nos currículos, nas práticas docentes, nas experiências acadêmicas e nos processos de avaliação da aprendizagem.

3.3.3.1 CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS: Saber Fazer Bem

O **Saber Fazer Bem** constitui um princípio integrador da concepção educacional do Centro Universitário FAMINAS e expressa a articulação entre conhecimento, competência profissional, responsabilidade, ética e desenvolvimento humano no processo formativo.

Nessa perspectiva, o domínio de conhecimentos e procedimentos próprios de uma área profissional constitui dimensão fundamental da formação, mas não suficiente. O estudante deve desenvolver condições para compreender os fundamentos de sua atuação, mobilizar conhecimentos diante de diferentes situações, analisar problemas, tomar decisões fundamentadas e reconhecer as implicações éticas e sociais de suas ações.

O **Saber Fazer Bem** relaciona-se, portanto, à capacidade de transformar conhecimentos em atuação consciente, fundamentada e responsável. Essa concepção articula-se ao perfil institucional do egresso e aos princípios anteriormente apresentados neste PPI, especialmente à formação integral, à aprendizagem significativa, à interdisciplinaridade, à articulação entre teoria e prática e à aprendizagem ao longo da vida.

Sua concretização ocorre de maneiras distintas nos diferentes cursos, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais, quando aplicáveis, os respectivos perfis de egresso, as competências profissionais, a organização curricular e as características dos campos de atuação.

As transformações científicas, tecnológicas, sociais, culturais e profissionais reforçam a necessidade de uma formação que possibilite aos estudantes lidar com situações que demandam análise, adaptação, comunicação, colaboração e tomada de decisão. Ao mesmo tempo, a atuação profissional deve considerar aspectos relacionados

à ética, à diversidade, à inclusão, à sustentabilidade e à responsabilidade social, de acordo com a natureza e o contexto de cada formação.

No Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS, o **Saber Fazer Bem** é desenvolvido por meio das experiências previstas nos percursos formativos, incluindo componentes curriculares, atividades práticas, projetos, pesquisa, extensão, estágios, simulação, Projeto Prático Aplicado (PPA) e outras estratégias estabelecidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A concepção também se relaciona a um conjunto de competências institucionais que contribuem, de forma transversal e respeitadas as especificidades de cada curso, para a formação pretendida pela Instituição: **Identidade; Criatividade e Inovação; Resolução de Problemas; Comunicação; Diversidade e Inclusão; e Pensamento Crítico**.

I. Identidade

Relaciona-se ao desenvolvimento do autoconhecimento, da autonomia e da capacidade de reconhecer responsabilidades, potencialidades e possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

No percurso formativo, essa competência contribui para que o estudante participe de maneira progressivamente autônoma de sua aprendizagem, reconheça suas necessidades de desenvolvimento e construa sua trajetória acadêmica e profissional de forma responsável.

II. Criatividade e Inovação

Relaciona-se à capacidade de explorar possibilidades, formular ideias, estabelecer novas relações entre conhecimentos e desenvolver alternativas diante de necessidades, problemas ou oportunidades.

Sua expressão assume características distintas entre as áreas de formação e pode envolver a criação ou o aperfeiçoamento de práticas, processos, produtos, serviços, projetos e formas de intervenção.

III. Resolução de Problemas

Relaciona-se à capacidade de identificar e analisar situações, mobilizar conhecimentos, interpretar informações e evidências, formular alternativas e tomar decisões fundamentadas.

Seu desenvolvimento articula conhecimentos teóricos e práticos e contribui para a atuação diante de situações que apresentam diferentes graus de complexidade nos contextos acadêmicos, profissionais e sociais.

IV. Comunicação

Relaciona-se à capacidade de compreender e expressar informações, ideias e argumentos de forma clara, ética e adequada aos diferentes contextos, interlocutores e linguagens.

Abrange comunicação oral, escrita e digital e contribui para a interação profissional, o trabalho colaborativo, a construção do conhecimento e a participação social.

V. Diversidade e Inclusão

Relaciona-se à capacidade de reconhecer e respeitar diferenças humanas, sociais, culturais e individuais, atuando de maneira compatível com os princípios da dignidade, dos direitos humanos, da equidade e da inclusão.

Essa competência contribui para a convivência respeitosa e para a atuação responsável em contextos profissionais e sociais caracterizados pela diversidade.

VI. Pensamento Crítico

Relaciona-se à capacidade de analisar informações, argumentos, evidências e situações de maneira reflexiva e fundamentada, reconhecendo diferentes perspectivas e avaliando a consistência das informações disponíveis.

Quadro 11– Competências Institucionais associadas ao Saber Fazer Bem

Competências Institucionais associadas ao Saber Fazer Bem

Competência	Desenvolvimento pretendido	Articulação com a formação integral	Articulação predominante no Ecossistema de Aprendizagem
Identidade	Autoconhecimento, autonomia, reconhecimento de potencialidades, responsabilidades e necessidades de desenvolvimento.	Aprender a ser	Formação integral
Criatividade e Inovação	Explorar possibilidades, formular ideias e desenvolver ou aprimorar soluções, práticas, processos, produtos e serviços.	Aprender a fazer	Inovação e tecnologias educacionais
Resolução de Problemas	Analisar situações, mobilizar conhecimentos e evidências, formular alternativas e tomar decisões fundamentadas.	Aprender a conhecer e aprender a fazer	Aprendizagem significativa e articulação entre teoria e prática
Comunicação	Compreender e expressar informações, ideias e argumentos de maneira clara, ética e adequada aos diferentes contextos e interlocutores.	Aprender a conviver	Formação integral e aprendizagem colaborativa
Diversidade e Inclusão	Reconhecer e respeitar diferenças e atuar de acordo com princípios de dignidade, equidade, direitos humanos e inclusão.	Aprender a conviver e aprender a ser	Formação integral
Pensamento Crítico	Analisar informações, argumentos e evidências, considerar diferentes perspectivas e formular julgamentos fundamentados.	Aprender a conhecer	Aprendizagem significativa

Fonte: Centro Universitário FAMINAS, 2025.

As competências apresentadas não constituem componentes curriculares isolados nem estabelecem resultados idênticos para todos os cursos. Elas representam referências institucionais que podem ser desenvolvidas em diferentes níveis e situações ao longo do percurso acadêmico, em articulação com as competências específicas definidas nos PPCs.

Sua materialização ocorre nas experiências de aprendizagem e deve ser considerada de acordo com os objetivos formativos de cada curso e componente curricular. Dessa forma, uma mesma experiência acadêmica pode mobilizar diferentes competências, assim como determinada competência pode ser desenvolvida por meio de distintas estratégias ao longo da formação.

A avaliação dessas competências deve estar relacionada às situações de aprendizagem em que efetivamente são mobilizadas e aos resultados de aprendizagem estabelecidos nos respectivos componentes ou atividades acadêmicas. Não se pressupõe, portanto, a existência de um instrumento único ou de uma avaliação institucional padronizada para todas as competências e cursos.

O Saber Fazer Bem sintetiza, assim, uma concepção na qual conhecimento e ação permanecem articulados à reflexão, à responsabilidade e às finalidades da formação. Mais do que acrescentar uma dimensão ao Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS, o princípio integra os diferentes elementos que o constituem e estabelece uma referência institucional para sua concretização nos percursos formativos.

3.3.3.2 Ambiência de Aprendizagem no Ecossistema de Aprendizagem

O Centro Universitário FAMINAS compreende a aprendizagem como um processo que ocorre em diferentes tempos, espaços, relações e experiências formativas. Nessa perspectiva, a ambiência de aprendizagem corresponde ao conjunto articulado de condições acadêmicas, pedagógicas, relacionais, tecnológicas e de infraestrutura que favorecem o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e demais experiências integrantes da formação.

Essa concepção amplia a compreensão do espaço educativo para além da sala de aula e reconhece que diferentes ambientes podem assumir função formativa quando utilizados com intencionalidade pedagógica e em consonância com os objetivos de aprendizagem.

Integram essa ambiência, conforme a natureza e as necessidades dos cursos, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, clínicas-escola, ambientes de simulação, espaços de convivência e inovação, ambientes virtuais de aprendizagem, cenários de prática profissional, campos de estágio, espaços destinados à pesquisa e à extensão e demais ambientes utilizados no desenvolvimento das atividades acadêmicas.

A utilização desses espaços deve estar relacionada às características das atividades desenvolvidas e às competências previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. A existência da infraestrutura, por si só, não assegura a aprendizagem; sua contribuição formativa depende das condições de utilização, do planejamento acadêmico, da mediação docente e da participação dos estudantes.

A ambiência de aprendizagem também compreende as relações estabelecidas entre estudantes, docentes, profissionais, comunidade acadêmica e sociedade. Interação, diálogo, colaboração, respeito à diversidade e participação constituem elementos

relevantes para a construção de experiências acadêmicas compatíveis com a formação profissional, humana e cidadã.

As tecnologias digitais integram essa ambiência como recursos que podem ampliar possibilidades de comunicação, acesso à informação, interação, produção de conteúdos, acompanhamento acadêmico e desenvolvimento de experiências de aprendizagem. Sua utilização deve estar subordinada às finalidades pedagógicas, às características dos componentes curriculares e às condições estabelecidas pela legislação educacional e pelos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Nesse contexto, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) constitui um dos ambientes institucionais de apoio ao desenvolvimento das atividades acadêmicas. Conforme a organização da oferta, pode reunir planos de ensino, materiais didáticos, recursos educacionais, atividades, espaços de interação e outros instrumentos relacionados ao processo de ensino e aprendizagem.

A integração entre ambientes físicos e digitais não elimina a especificidade de cada experiência formativa. Atividades presenciais, práticas, laboratoriais, extensionistas, estágios, atividades mediadas por tecnologia e demais experiências devem ser organizadas de acordo com sua natureza, com os objetivos de aprendizagem e com os requisitos acadêmicos e regulatórios aplicáveis.

A ambiência de aprendizagem constitui, portanto, uma dimensão do Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS por articular pessoas, espaços, recursos, tecnologias e experiências formativas. Sua organização deve favorecer condições adequadas ao desenvolvimento dos percursos acadêmicos e à concretização dos princípios pedagógicos estabelecidos neste PPI.

Figura 10– Ambiência de Aprendizagem no Ecossistema Faminas

Fonte: Centro Universitário FAMINAS, 2025.

A representação evidencia que a ambiência de aprendizagem resulta da articulação entre diferentes condições e experiências formativas. Os ambientes físicos e digitais constituem parte desse conjunto e adquirem função pedagógica quando sua utilização está vinculada aos objetivos de aprendizagem e às características dos percursos formativos.

3.3.3.3 Modelo Dinâmico na Ambiência de Aprendizagem

O Modelo Dinâmico constitui uma estratégia institucional de organização de experiências acadêmicas que utiliza, quando previsto na organização curricular e permitido pela regulamentação aplicável, recursos e ambientes digitais articulados às atividades desenvolvidas nos cursos.

Sua concepção fundamenta-se no reconhecimento de que diferentes recursos, espaços e formas de interação podem contribuir para o processo de ensino e aprendizagem

quando utilizados com intencionalidade pedagógica e adequadamente relacionados aos objetivos formativos.

O Modelo Dinâmico não constitui modalidade ou formato de oferta distinto daqueles estabelecidos pela legislação educacional. Sua utilização deve respeitar a modalidade e o formato de oferta do curso, as Diretrizes Curriculares Nacionais, quando aplicáveis, os requisitos relativos à utilização de atividades mediadas por tecnologia e as demais normas vigentes.

No âmbito pedagógico, o Modelo Dinâmico pressupõe que a incorporação de tecnologias ao processo formativo esteja relacionada à natureza das atividades acadêmicas e às competências que se pretende desenvolver. O ambiente digital não é compreendido apenas como espaço de disponibilização de conteúdos, mas como recurso que pode apoiar a comunicação, a interação, o acompanhamento da aprendizagem, o desenvolvimento de atividades e o acesso a materiais e recursos educacionais.

A organização das experiências mediadas por tecnologia requer planejamento pedagógico, definição de objetivos de aprendizagem, seleção adequada de recursos, acompanhamento dos estudantes e mediação docente compatível com a natureza das atividades desenvolvidas.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) constitui um dos principais recursos de apoio ao Modelo Dinâmico e pode ser utilizado para a organização de materiais, o desenvolvimento e acompanhamento de atividades, a comunicação acadêmica, a interação e a disponibilização de recursos educacionais, conforme a organização de cada componente curricular.

A utilização de estratégias como estudos de caso, aprendizagem baseada em problemas ou projetos, atividades colaborativas, simulações, fóruns, trilhas de aprendizagem e outras metodologias não decorre automaticamente da adoção de tecnologias digitais. Sua escolha deve estar relacionada aos objetivos de aprendizagem, à natureza do conteúdo, às características das atividades acadêmicas e às competências previstas no percurso formativo.

Da mesma forma, a articulação entre experiências presenciais e digitais deve preservar as atividades cuja natureza exige presencialidade, prática, interação direta ou utilização de ambientes e equipamentos específicos, observados os requisitos acadêmicos e regulatórios aplicáveis a cada curso.

A atuação docente assume papel fundamental nesse processo. Cabe ao professor, de acordo com a organização pedagógica do componente curricular, planejar e mediar as experiências de aprendizagem, orientar os estudantes, selecionar estratégias e recursos adequados, acompanhar o desenvolvimento das atividades e promover situações que favoreçam a compreensão, a aplicação e a reflexão sobre os conhecimentos trabalhados.

Ao estudante cabe participação ativa e responsável no processo formativo, mediante envolvimento nas atividades propostas, interação nos diferentes ambientes de aprendizagem, organização de seus estudos e desenvolvimento progressivo da autonomia acadêmica.

O Modelo Dinâmico integra, assim, a ambiência de aprendizagem como uma estratégia institucional de organização e utilização pedagógica de recursos e ambientes digitais. Sua implementação deve permanecer subordinada à qualidade acadêmica, à coerência com os PPCs, às características dos componentes curriculares e ao cumprimento da regulamentação vigente.

A operacionalização do Modelo Dinâmico, incluindo a organização das atividades acadêmicas, os recursos utilizados e sua inserção nos percursos curriculares, deve estar explicitada nos documentos institucionais e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, conforme aplicável.

FAMINAS Virtual

A FAMINAS Virtual integra a ambiência digital do Centro Universitário FAMINAS e oferece suporte ao desenvolvimento de atividades acadêmicas mediadas por tecnologias, de acordo com a organização curricular dos cursos e com os requisitos acadêmicos e regulatórios aplicáveis.

Sua atuação articula-se ao Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS e ao Modelo Dinâmico, constituindo um dos meios institucionais para organização, disponibilização e desenvolvimento de experiências acadêmicas em ambientes digitais.

As atividades desenvolvidas com apoio da FAMINAS Virtual podem envolver momentos síncronos e assíncronos, conforme a natureza da oferta, os objetivos de aprendizagem, a organização dos componentes curriculares e a regulamentação aplicável.

As atividades síncronas caracterizam-se pela interação em tempo real entre os participantes e podem ser utilizadas para aulas, orientações, debates, esclarecimento de dúvidas, apresentações, atividades colaborativas e outras experiências que demandem interação simultânea.

As atividades assíncronas são desenvolvidas sem a necessidade de participação simultânea dos estudantes e docentes e podem envolver estudos, atividades, fóruns, produções acadêmicas, materiais didáticos e outros recursos organizados de acordo com os objetivos de aprendizagem e os prazos estabelecidos.

A escolha entre atividades síncronas e assíncronas, ou sua combinação, deve decorrer do planejamento pedagógico e das características das experiências de aprendizagem, não constituindo finalidade em si mesma.

Para apoiar essas atividades, podem ser utilizados materiais didáticos digitais, videoaulas, podcasts, objetos de aprendizagem, fóruns, estudos de caso, infográficos, simuladores, recursos multimídia, bibliotecas virtuais, webconferências e outras tecnologias educacionais adequadas aos objetivos formativos.

A utilização desses recursos deve considerar critérios de pertinência pedagógica, acessibilidade, qualidade do conteúdo, adequação tecnológica e acompanhamento da aprendizagem. A adoção de determinado recurso tecnológico não pressupõe, por si só, inovação pedagógica ou melhoria da aprendizagem, sendo necessária sua integração ao planejamento e à mediação docente.

A FAMINAS Virtual também pode apoiar projetos, atividades extensionistas, estudos dirigidos, atividades acadêmicas complementares e outras experiências formativas, desde que compatíveis com sua natureza, com os documentos institucionais e com a regulamentação aplicável.

Dessa forma, a FAMINAS Virtual constitui parte da infraestrutura acadêmica e tecnológica que sustenta a ambiência de aprendizagem institucional, contribuindo para a organização de experiências mediadas por tecnologia e para a integração entre os diferentes ambientes utilizados no percurso formativo.

3.3.3.4 Espaços de Aprendizagem

Os espaços de aprendizagem do Centro Universitário FAMINAS integram a ambiência institucional e oferecem suporte ao desenvolvimento das atividades acadêmicas previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A Instituição dispõe de ambientes destinados às diferentes necessidades formativas, incluindo salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços de simulação, clínicas e ambientes especializados, laboratórios de informática, espaços de convivência e demais estruturas relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A configuração, os equipamentos e os recursos desses ambientes devem considerar a natureza dos cursos e componentes curriculares, as atividades desenvolvidas, os requisitos de acessibilidade e segurança e, quando aplicáveis, as Diretrizes Curriculares Nacionais e demais referenciais regulatórios.

Os laboratórios e ambientes especializados constituem importantes espaços para a articulação entre conhecimentos teóricos e experiências práticas. Sua utilização possibilita o desenvolvimento de atividades de experimentação, observação, simulação, investigação e aplicação de conhecimentos, conforme as características de cada área de formação.

Nos cursos da área da saúde, os laboratórios especializados, ambientes de simulação, clínicas e demais cenários acadêmicos de prática apoiam o desenvolvimento progressivo das competências previstas nos respectivos PPCs. Em outras áreas, ambientes específicos são organizados de acordo com as características das atividades acadêmicas e profissionais desenvolvidas.

A simulação constitui uma das possibilidades de aprendizagem em ambiente controlado e pedagogicamente planejado, permitindo o desenvolvimento e o acompanhamento de habilidades antes ou durante sua articulação com experiências em cenários reais, quando prevista no percurso formativo.

A Biblioteca integra os espaços de aprendizagem ao disponibilizar acervos, recursos informacionais e serviços de apoio às atividades acadêmicas e à pesquisa. Seus ambientes físicos e digitais apoiam o estudo individual e coletivo, a consulta a fontes de informação e o desenvolvimento da autonomia acadêmica.

Os ambientes digitais e os recursos de conectividade complementam os espaços físicos e possibilitam o acesso a sistemas acadêmicos, materiais, bases de informação e recursos educacionais utilizados nas diferentes atividades formativas.

Os espaços de convivência também integram a experiência universitária e favorecem interação, diálogo e participação na comunidade acadêmica. Sua utilização articula-se às dimensões humana e cidadã da formação, respeitadas as diferentes formas de participação e convivência institucional.

A acessibilidade constitui requisito transversal à organização dos ambientes acadêmicos e deve contemplar as condições necessárias à participação dos estudantes, de acordo com a legislação aplicável e com as políticas institucionais.

O detalhamento da infraestrutura física, tecnológica, laboratorial e bibliográfica encontra-se apresentado nas seções específicas deste PDI, cabendo ao PPI estabelecer sua relação com a concepção pedagógica institucional.

Assim, os espaços de aprendizagem não são compreendidos isoladamente como elementos responsáveis pela qualidade da formação. Sua contribuição ao processo educativo decorre da articulação entre infraestrutura, planejamento pedagógico, mediação docente, atividades acadêmicas e participação dos estudantes.

3.3.4 Inovação no Ecossistema de Aprendizagem

A inovação integra o Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS como princípio relacionado à capacidade institucional de avaliar práticas, identificar necessidades e desenvolver ou incorporar soluções que contribuam para o aprimoramento da formação acadêmica, da produção e aplicação do conhecimento, dos processos institucionais e da relação com a sociedade.

Nessa perspectiva, inovação não se confunde com a simples adoção de novas tecnologias. Uma prática, recurso ou processo adquire relevância institucional quando responde a necessidades identificadas, apresenta coerência com os objetivos estabelecidos e contribui para o aprimoramento das atividades acadêmicas ou institucionais.

As transformações científicas, tecnológicas, sociais e profissionais demandam capacidade de análise e atualização das instituições de educação superior. A inovação

constitui, nesse contexto, um processo relacionado à reflexão sobre práticas existentes, à experimentação responsável, à avaliação de resultados e à incorporação de melhorias quando demonstrada sua pertinência.

No âmbito do PPI, a inovação relaciona-se diretamente à formação dos estudantes e às condições institucionais necessárias ao seu desenvolvimento. Sua concretização pode ocorrer nos currículos, nas práticas pedagógicas, na pesquisa, na extensão, na utilização de tecnologias, nos processos acadêmicos e administrativos e nas relações estabelecidas com diferentes setores da sociedade.

A participação da comunidade acadêmica assume relevância nesse processo. Estudantes, docentes, técnicos-administrativos, gestores e parceiros externos podem contribuir para a identificação de necessidades, formulação de propostas, desenvolvimento de projetos e avaliação de soluções, de acordo com suas atribuições e com os mecanismos institucionais existentes.

Para fins de organização do Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS, a inovação estrutura-se em quatro eixos complementares: Inovação Acadêmica e Pedagógica; Inovação Científica e Tecnológica; Inovação em Gestão e Processos; e Inovação e Impacto Social.

I. Inovação Acadêmica e Pedagógica

A Inovação Acadêmica e Pedagógica compreende processos de análise, desenvolvimento e aprimoramento das práticas de ensino e aprendizagem, dos currículos, das estratégias pedagógicas, dos processos avaliativos e dos recursos educacionais.

Sua finalidade é contribuir para a adequação das experiências formativas aos objetivos de aprendizagem, às competências previstas nos PPCs, às características dos estudantes e às transformações das áreas de conhecimento e atuação profissional.

Nesse eixo inserem-se, entre outras possibilidades, o desenvolvimento e a avaliação de estratégias de aprendizagem, a utilização pedagogicamente fundamentada de tecnologias educacionais, a articulação entre teoria e prática, a interdisciplinaridade, os Projetos Práticos Aplicados e outras iniciativas relacionadas ao aprimoramento dos processos formativos.

A inovação pedagógica não pressupõe a substituição permanente de práticas consolidadas por novas metodologias. A seleção das estratégias deve considerar sua

adequação aos objetivos formativos, às características dos conteúdos e atividades e às evidências produzidas pelo acompanhamento da aprendizagem.

II. Inovação Científica e Tecnológica

A Inovação Científica e Tecnológica relaciona-se à produção, aplicação e circulação do conhecimento e à possibilidade de desenvolvimento de soluções decorrentes das atividades de pesquisa, iniciação científica e demais iniciativas acadêmico-científicas.

Esse eixo pode envolver projetos de investigação, desenvolvimento de produtos, processos, tecnologias, metodologias ou outras soluções, de acordo com as áreas de conhecimento e com a capacidade institucional.

A articulação entre pesquisa, formação e inovação contribui para o desenvolvimento da capacidade investigativa dos estudantes e para a aproximação da comunidade acadêmica com problemas científicos, profissionais e sociais.

As iniciativas desenvolvidas devem observar os princípios éticos, as normas aplicáveis à pesquisa e, quando pertinente, os mecanismos de proteção e transferência do conhecimento produzido.

III. Inovação em Gestão e Processos

A Inovação em Gestão e Processos compreende o desenvolvimento e o aprimoramento de práticas, fluxos, serviços e instrumentos utilizados na gestão acadêmica e administrativa.

Sua finalidade é contribuir para a eficiência dos processos, a qualidade dos serviços, a utilização responsável dos recursos, a disponibilidade de informações e o suporte às atividades acadêmicas.

Nesse eixo, tecnologias digitais, sistemas de informação, indicadores e ferramentas de análise de dados podem apoiar o planejamento, o acompanhamento institucional e os processos decisórios, respeitadas as atribuições das instâncias responsáveis e os requisitos relacionados à segurança e à proteção de dados.

A inovação em gestão deve estar articulada aos processos de avaliação institucional e melhoria contínua, permitindo que necessidades identificadas sejam analisadas e, quando pertinente, convertidas em ações de aprimoramento.

IV. Inovação e Impacto Social

A Inovação e Impacto Social relaciona-se ao desenvolvimento de conhecimentos, práticas, projetos e soluções orientados a necessidades identificadas na sociedade e nos territórios com os quais a Instituição se relaciona.

A extensão universitária constitui importante espaço para essa articulação ao promover interação entre comunidade acadêmica e sociedade e possibilitar a construção compartilhada de conhecimentos e experiências.

Projetos de pesquisa, extensão, empreendedorismo, sustentabilidade e outras iniciativas institucionais também podem contribuir para esse eixo quando apresentarem relação com problemas ou necessidades sociais e produzirem resultados passíveis de acompanhamento.

O impacto social não deve ser presumido pela simples realização das atividades. Sua análise requer a definição de objetivos, públicos envolvidos, resultados esperados e, sempre que possível, indicadores que permitam acompanhar os efeitos das iniciativas desenvolvidas.

Figura 11– Eixos da Inovação no Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS

Fonte: Centro Universitário FAMINAS, 2025.

A representação dos quatro eixos evidencia que a inovação possui caráter transversal e pode ocorrer em diferentes dimensões da atuação institucional. Os eixos não constituem áreas isoladas: projetos e iniciativas podem envolver simultaneamente dimensões acadêmicas, científicas, tecnológicas, administrativas e sociais.

A articulação entre esses eixos permite compreender a inovação como processo de identificação de necessidades, desenvolvimento ou incorporação de soluções, implementação, avaliação de resultados e aprimoramento. Essa perspectiva aproxima a inovação dos processos de planejamento e avaliação institucional e reduz o risco de associá-la exclusivamente à adoção de tecnologias ou à criação de novas práticas.

No Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS, a inovação constitui, portanto, um meio para o aprimoramento das atividades acadêmicas e institucionais e para o desenvolvimento de respostas pertinentes às transformações do conhecimento, das profissões e da sociedade.

3.4 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem integra o processo formativo do Centro Universitário FAMINAS e tem como finalidade acompanhar o desenvolvimento dos estudantes em relação aos objetivos de aprendizagem e às competências estabelecidas nos componentes curriculares e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Em consonância com os princípios do Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS, a avaliação é compreendida como processo articulado ao ensino e à aprendizagem, contemplando funções diagnóstica, formativa e somativa. Seus resultados devem fornecer informações sobre o desenvolvimento acadêmico dos estudantes e subsidiar, quando necessário, o planejamento e o aprimoramento das práticas pedagógicas.

Os processos avaliativos são regulamentados pelo Regimento Geral, pelas normas institucionais de avaliação da aprendizagem e, quando aplicável, por regulamentações específicas dos cursos. Esses documentos estabelecem critérios, procedimentos, instrumentos, registros, oportunidades avaliativas e condições de aprovação, assegurando transparência e previsibilidade aos processos acadêmicos.

A avaliação pode utilizar diferentes instrumentos e estratégias, selecionados de acordo com os objetivos de aprendizagem, a natureza dos componentes curriculares e as

competências a serem desenvolvidas. Entre as possibilidades encontram-se provas, atividades práticas, estudos de caso, seminários, projetos, relatórios, produções acadêmicas, atividades de campo, simulações e outros instrumentos compatíveis com as características das experiências formativas.

A diversificação dos instrumentos avaliativos não constitui finalidade em si mesma. Sua utilização deve estar associada àquilo que se pretende avaliar, permitindo obter evidências adequadas da aprendizagem e do desenvolvimento das competências previstas.

Os critérios e instrumentos de avaliação devem estar explicitados nos Planos de Ensino e ser apresentados aos estudantes de acordo com as orientações institucionais. Essa prática possibilita o conhecimento prévio dos critérios adotados e favorece o acompanhamento do próprio desempenho acadêmico.

O rendimento acadêmico é expresso em escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, distribuídos conforme as normas institucionais vigentes e as especificidades previstas para os cursos e componentes curriculares.

A aprovação em cada componente curricular está condicionada ao atendimento dos critérios de aproveitamento acadêmico e frequência estabelecidos institucionalmente, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

I. Aproveitamento Acadêmico

Para aprovação por aproveitamento, o estudante deverá obter, no mínimo, 70 (setenta) pontos, consideradas as atividades avaliativas desenvolvidas ao longo do período letivo, conforme as normas institucionais.

O estudante que obtiver resultado entre 50 (cinquenta) e 69 (sessenta e nove) pontos poderá realizar Avaliação Final, observados os critérios e procedimentos estabelecidos na regulamentação institucional.

II. Frequência

O estudante deverá cumprir frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária acadêmica para a qual haja exigência de frequência, observadas a legislação educacional, as características da oferta e as normas institucionais aplicáveis.

Componentes curriculares, estágios, internatos, atividades práticas e outras experiências formativas poderão possuir requisitos específicos de participação e assiduidade quando previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais, nos PPCs ou em regulamentações próprias.

III. Instrumentos e critérios de avaliação

Os estudantes deverão participar das atividades avaliativas previstas nos respectivos componentes curriculares, observados os critérios, instrumentos, pontuações e procedimentos estabelecidos nas normas institucionais e nos Planos de Ensino.

Os instrumentos devem apresentar coerência com os objetivos de aprendizagem e possibilitar a avaliação dos conhecimentos e competências relacionados às atividades desenvolvidas.

IV. Avaliação em Segunda Oportunidade

A Avaliação em Segunda Oportunidade destina-se às situações previstas na regulamentação institucional em que o estudante não tenha realizado a avaliação formal da primeira ou da segunda etapa na data estabelecida.

Sua realização observará os requisitos, prazos, procedimentos, pontuação e demais condições definidas nas normas acadêmicas vigentes.

V. Avaliação Final

A Avaliação Final constitui oportunidade avaliativa destinada ao estudante que, atendidas as demais condições acadêmicas estabelecidas institucionalmente, obtiver resultado entre 50 (cinquenta) e 69 (sessenta e nove) pontos no componente curricular.

A avaliação será realizada de acordo com os critérios, conteúdos, pontuação e procedimentos definidos na regulamentação institucional vigente.

VI. Regime Especial de Estudos

O Regime Especial de Estudos será assegurado nas situações previstas na legislação e na regulamentação institucional, observados os requisitos e procedimentos estabelecidos para sua concessão e acompanhamento.

Sua aplicação deverá considerar a natureza das atividades acadêmicas e as condições efetivamente passíveis de desenvolvimento no período correspondente, especialmente nos componentes que envolvam atividades práticas, estágios, internatos, laboratórios ou outras experiências que dependam de condições específicas para sua realização.

Acompanhamento e utilização dos resultados da avaliação

A avaliação não se encerra na atribuição de notas. Os resultados obtidos pelos estudantes constituem informações relevantes para o acompanhamento da aprendizagem e podem subsidiar a identificação de dificuldades, a definição de estratégias pedagógicas e o aprimoramento das práticas de ensino.

Nesse processo, o feedback constitui recurso importante para que o estudante compreenda seu desempenho, identifique aspectos que demandam aprimoramento e acompanhe seu desenvolvimento ao longo do percurso formativo.

A análise dos resultados acadêmicos também pode subsidiar ações das coordenações de curso, dos órgãos de apoio acadêmico e das demais instâncias responsáveis pelo acompanhamento dos estudantes, respeitadas suas competências institucionais.

Para fins de integralização curricular, o estudante deverá cumprir os componentes curriculares e demais requisitos estabelecidos no respectivo PPC e na legislação aplicável, incluindo, quando previstos, estágios curriculares, atividades de extensão, atividades complementares, Trabalho de Conclusão de Curso e demais exigências acadêmicas.

A Instituição observa, ainda, as obrigações relacionadas à participação dos estudantes nos processos integrantes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e em outros processos nacionais de avaliação aplicáveis aos cursos, de acordo com a legislação e os procedimentos estabelecidos pelos órgãos competentes.

As especificidades dos processos avaliativos são estabelecidas nos PPCs, Planos de Ensino, Regimento Geral e demais normas institucionais, que devem permanecer articulados aos princípios e diretrizes estabelecidos neste PPI.

Nos cursos que possuam processos avaliativos específicos em razão de suas características curriculares ou de regulamentações próprias, as regras correspondentes

deverão estar formalizadas nos documentos institucionais pertinentes, preservados os princípios gerais de coerência entre avaliação, objetivos de aprendizagem, competências e processo formativo.

3.4.1 Avaliação para Fins de Progressão do Estudante

A avaliação do rendimento acadêmico nos componentes curriculares organiza-se em etapas, de acordo com a regulamentação institucional. A distribuição da pontuação contempla avaliações formais e outros instrumentos avaliativos, permitindo a utilização de estratégias compatíveis com os objetivos de aprendizagem e com as características das atividades acadêmicas.

Quadro 12- Organização da avaliação para fins de progressão acadêmica

ORGANIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO PARA FINS DE PROGRESSÃO ACADÊMICA
CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS

ETAPA / AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO	ORGANIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO	FINALIDADE	OBSERVAÇÕES
PRIMEIRA ETAPA	50 pontos	• **30 pontos:** avaliação formal. • **20 pontos:** outros instrumentos ou estratégias avaliativas, conforme a natureza do componente curricular e as diretrizes institucionais.	Acompanhar o desempenho inicial e o desenvolvimento das aprendizagens.	Instrumentos definidos pelo docente em alinhamento às diretrizes da coordenação do curso.
SEGUNDA ETAPA	50 pontos	• **30 pontos:** avaliação formal. • **10 pontos:** outros instrumentos ou estratégias avaliativas, conforme a natureza do componente curricular e as diretrizes institucionais. • **10 pontos:** atividade avaliativa integrada, nos termos da regulamentação institucional.	Aprofundar o conhecimento, integrar saberes e avaliar a aplicação dos conteúdos e competências trabalhadas.	A atividade integrada articula conteúdos e experiências de aprendizagem de forma interdisciplinar.
AVALIAÇÃO EM SEGUNDA OPORTUNIDADE	30 pontos	Avaliação formal destinada às situações previstas na regulamentação institucional em que o estudante não tenha realizado a avaliação formal da primeira ou da segunda etapa na data estabelecida.	Oferecer oportunidade de avaliação ao estudante que, por motivo justificado ou previsto em norma, não realizou as etapas.	Observados prazos, procedimentos e critérios estabelecidos nas normas acadêmicas vigentes.
AVALIAÇÃO FINAL	100 pontos	Avaliação formal destinada ao estudante que obtiver resultado entre 50 e 69 pontos.	Possibilitar a recuperação da aprendizagem e a consolidação dos conhecimentos e competências.	Aprovação mediante atingimento de, no mínimo, 70 pontos no componente curricular e frequência mínima exigida.

A aprovação no componente curricular está condicionada ao alcance de, no mínimo, 70 pontos e ao cumprimento da frequência mínima de 75%, observadas as normas institucionais e as especificidades do curso.

As especificidades dos cursos, componentes curriculares, estágios, atividades práticas e demais experiências formativas deverão observar as disposições legais aplicáveis, os PPCs e as normas institucionais vigentes.

Fonte: Centro Universitário FAMINAS, 2025.

A organização apresentada estabelece parâmetros institucionais comuns para o acompanhamento do rendimento acadêmico, ao mesmo tempo em que possibilita a

utilização de diferentes instrumentos nos pontos destinados às demais atividades avaliativas. Essa composição permite articular avaliações formais a estratégias compatíveis com a natureza dos conhecimentos e competências desenvolvidos em cada componente curricular.

A atividade avaliativa integrada prevista na segunda etapa constitui oportunidade de articulação entre conhecimentos e experiências formativas, devendo observar as orientações institucionais e as características dos cursos em que se aplica.

As avaliações formais, assim como os demais instrumentos utilizados, devem apresentar coerência com os conteúdos, objetivos de aprendizagem e competências trabalhados no período correspondente, observando os critérios técnicos e pedagógicos estabelecidos institucionalmente.

Os resultados obtidos ao longo das etapas devem subsidiar o acompanhamento do desempenho acadêmico e a identificação de situações que demandem orientação ou intervenção pedagógica, fortalecendo a dimensão formativa da avaliação.

4 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

4.1 O PERFIL DO EGRESSO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Em consonância com sua missão, com o Projeto Pedagógico Institucional e com as políticas acadêmicas estabelecidas neste Plano de Desenvolvimento Institucional, o CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS compreende a formação superior como processo de desenvolvimento humano, científico, profissional e cidadão, orientado à formação de sujeitos capazes de atuar com competência, autonomia, pensamento crítico, responsabilidade ética e compromisso social.

O perfil do egresso institucional constitui referência para a organização das experiências formativas e se desdobra, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, em competências e características específicas compatíveis com a natureza de cada área de formação, com as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, quando aplicáveis, e com as demandas sociais e profissionais relacionadas aos diferentes campos de atuação.

A concretização desse perfil ocorre por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, integrada à inovação e às demais experiências acadêmicas que compõem o Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS. Essa articulação orienta a organização curricular e favorece a construção progressiva de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários à formação acadêmica, profissional e cidadã.

No âmbito do ensino, a Instituição busca promover sólida formação científica e profissional, articulando conhecimentos teóricos e experiências práticas, interdisciplinaridade, metodologias de aprendizagem compatíveis com os objetivos formativos e desenvolvimento progressivo das competências previstas nos PPCs. O estudante é reconhecido como participante ativo de seu processo formativo, sendo estimulado à autonomia intelectual, à reflexão crítica, à resolução de problemas e à aprendizagem ao longo da vida.

A pesquisa e a iniciação científica contribuem para o desenvolvimento da capacidade investigativa, do pensamento científico e da análise crítica, favorecendo a aproximação dos estudantes com os processos de produção, sistematização, interpretação e aplicação do conhecimento. Por meio das oportunidades de investigação acadêmica e científica oferecidas pela Instituição, busca-se fortalecer a formação baseada em evidências e estimular a compreensão crítica dos problemas relacionados às diferentes áreas do conhecimento e à sociedade.

A extensão universitária amplia a interação entre a Instituição e a sociedade e proporciona experiências formativas vinculadas às realidades sociais, econômicas, culturais, ambientais e profissionais. As ações extensionistas favorecem a aplicação socialmente relevante do conhecimento, o diálogo com diferentes comunidades e setores da sociedade e o desenvolvimento de competências relacionadas à cidadania, à responsabilidade social, à colaboração e ao compromisso ético.

A inovação integra transversalmente essas dimensões formativas ao favorecer a criatividade, a capacidade de adaptação, o empreendedorismo, a utilização crítica de tecnologias e o desenvolvimento de soluções para problemas acadêmicos, profissionais e sociais. Sua incorporação às práticas pedagógicas, aos projetos acadêmicos e às experiências de aprendizagem busca preparar os estudantes para contextos caracterizados por transformações científicas, tecnológicas, sociais e profissionais contínuas.

A articulação dessas dimensões contribui para o desenvolvimento das competências específicas de cada área de formação e de competências transversais necessárias à atuação profissional e cidadã, entre as quais se destacam pensamento crítico, comunicação, colaboração, liderança, resolução de problemas, capacidade de adaptação, responsabilidade ética e compromisso com a aprendizagem permanente.

Nesse sentido, o perfil do egresso constitui referência para o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação dos processos formativos. Os resultados da avaliação da aprendizagem, da avaliação institucional, dos indicadores acadêmicos e dos processos de acompanhamento dos cursos subsidiam a análise da efetividade da formação proposta e, quando necessário, a atualização dos currículos, das metodologias e das experiências acadêmicas.

Dessa forma, o CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS busca assegurar coerência entre sua missão, o perfil do egresso, os Projetos Pedagógicos dos Cursos e as práticas acadêmicas desenvolvidas, fortalecendo uma formação orientada pela qualidade acadêmica, pelo desenvolvimento humano, pela responsabilidade social e pela capacidade de responder de forma ética e qualificada aos desafios da sociedade.

4.1.1 Seleção de Conteúdos

A seleção e a organização dos conteúdos curriculares dos cursos do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS são orientadas pela missão institucional, pelo Projeto Pedagógico Institucional, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e demais normas aplicáveis, pelos objetivos formativos e perfis de egresso definidos nos respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Os currículos são concebidos de modo a favorecer a articulação entre conhecimentos científicos, técnicos, tecnológicos, culturais, éticos e sociais, assegurando coerência entre os conteúdos desenvolvidos, as competências previstas para a formação e as características de cada área profissional. A organização curricular considera, ainda, a interdisciplinaridade, a integração entre teoria e prática e a progressão das aprendizagens ao longo do percurso formativo.

De acordo com as especificidades e exigências de cada curso, os currículos podem contemplar, além dos componentes de formação básica e específica, estágios

supervisionados, práticas profissionais, atividades extensionistas, projetos integradores, iniciação científica, atividades complementares, Trabalho de Conclusão de Curso e outras experiências acadêmicas previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, nos PPCs ou na regulamentação institucional aplicável.

A seleção dos conteúdos considera a evolução do conhecimento científico e tecnológico, as transformações sociais e profissionais, as características dos campos de atuação, as demandas regionais e as necessidades formativas identificadas pela Instituição. Esse processo busca preservar a atualidade, a pertinência acadêmica e a relevância social das propostas curriculares.

Os Núcleos Docentes Estruturantes participam da concepção, consolidação, acompanhamento e contínua atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, contribuindo para a manutenção da coerência entre o perfil do egresso, os objetivos formativos, a estrutura curricular, os conteúdos, as metodologias, os processos avaliativos e as competências previstas para a formação.

Os Colegiados de Curso, no âmbito de suas competências institucionais, participam da análise e das decisões relacionadas ao desenvolvimento acadêmico dos cursos, contribuindo para o acompanhamento da implementação curricular e para o aperfeiçoamento dos processos formativos.

A análise e a atualização curricular consideram informações provenientes dos processos de avaliação interna e externa, dos indicadores acadêmicos, do acompanhamento do desempenho discente, da evolução das áreas de conhecimento e dos campos profissionais, bem como das contribuições dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e, quando pertinente, das demandas identificadas na sociedade.

Os currículos contemplam, ainda, a abordagem de temas contemporâneos e transversais pertinentes à formação acadêmica e cidadã, observadas as exigências legais, as Diretrizes Curriculares Nacionais, as políticas institucionais e as especificidades dos PPCs. Entre esses temas incluem-se direitos humanos, diversidade e inclusão, educação das relações étnico-raciais, educação ambiental e sustentabilidade, ética, cidadania, responsabilidade social, inovação, empreendedorismo e transformação digital.

A inserção dessas temáticas ocorre de modo coerente com os objetivos formativos dos cursos, podendo materializar-se nos componentes curriculares, nas práticas

acadêmicas, nos projetos integradores, nas ações de pesquisa e extensão e em outras experiências previstas nos respectivos PPCs.

Dessa forma, a seleção e a atualização dos conteúdos curriculares constituem processos permanentes de gestão acadêmica, orientados pela coerência entre identidade institucional, perfil do egresso, objetivos dos cursos, requisitos regulatórios e resultados dos processos de avaliação. Essa sistemática favorece a atualização das propostas formativas e subsidia decisões voltadas ao contínuo aprimoramento da qualidade acadêmica e da formação oferecida aos estudantes.

4.2 POLÍTICAS DE ENSINO

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS compreende o ensino como dimensão fundamental de sua missão institucional e como processo intencional de formação acadêmica, profissional, humana e cidadã. Sua Política de Ensino orienta a organização dos cursos, dos currículos e das experiências de aprendizagem, buscando assegurar coerência entre o perfil do egresso, os objetivos formativos, os Projetos Pedagógicos dos Cursos e as práticas acadêmicas desenvolvidas pela Instituição.

Alinhada ao Projeto Pedagógico Institucional e aos princípios do Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS, a Política de Ensino reconhece o estudante como sujeito ativo do processo educativo e valoriza experiências de aprendizagem que favoreçam a construção progressiva do conhecimento, a autonomia intelectual, o pensamento crítico, a capacidade investigativa e o desenvolvimento das competências previstas para cada formação.

A organização dos processos de ensino e aprendizagem busca articular conhecimentos científicos, técnicos, tecnológicos, humanísticos e sociais às experiências práticas desenvolvidas ao longo dos cursos. Essa articulação ocorre de acordo com a natureza e os objetivos de cada formação e pode envolver laboratórios, ambientes de simulação, cenários de prática profissional, atividades extensionistas, projetos integradores, iniciação científica, recursos educacionais digitais e outras estratégias previstas nos respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

As estratégias pedagógicas são definidas em consonância com os objetivos de aprendizagem e com as competências a serem desenvolvidas, considerando as

características dos estudantes, das áreas de conhecimento e dos diferentes contextos educacionais. Nesse sentido, a Instituição estimula metodologias que promovam participação, investigação, resolução de problemas, colaboração, integração entre teoria e prática e aplicação contextualizada do conhecimento, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e os resultados formativos esperados.

A formação humanística constitui dimensão transversal da Política de Ensino. Além das competências específicas de cada campo profissional, busca-se favorecer o desenvolvimento da ética, da responsabilidade social, da comunicação, do pensamento crítico, da criatividade, da colaboração, da liderança, do respeito à diversidade e da capacidade de atuação em contextos sociais e profissionais complexos.

A Política de Ensino articula-se às políticas institucionais de pesquisa e extensão, fortalecendo a relação entre produção do conhecimento, formação acadêmica e interação com a sociedade. A inovação, por sua vez, integra transversalmente essas dimensões, estimulando a utilização crítica de conhecimentos e tecnologias e o desenvolvimento de soluções aplicáveis aos desafios acadêmicos, profissionais e sociais contemporâneos.

A Instituição reconhece o corpo docente como agente fundamental para a concretização de sua proposta formativa e promove ações de desenvolvimento e formação continuada voltadas ao aprimoramento das práticas pedagógicas, da avaliação da aprendizagem, da utilização de tecnologias educacionais e das demais competências requeridas pelos processos acadêmicos.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos são objeto de acompanhamento e atualização, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e demais normas aplicáveis, o perfil do egresso, a evolução das áreas de conhecimento e dos campos profissionais, os resultados das avaliações internas e externas, os indicadores acadêmicos e as contribuições provenientes dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica.

A Política Institucional de Ensino orienta-se pelas seguintes diretrizes:

I. **Integração curricular**, promovendo a articulação entre os diferentes componentes e experiências formativas, entre teoria e prática e entre formação acadêmica, profissional, humana e cidadã;

II. **Coerência e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos**, assegurando sua articulação com as Diretrizes Curriculares Nacionais e demais requisitos regulatórios aplicáveis, com o perfil do egresso, com a identidade institucional e com as transformações científicas, tecnológicas, profissionais e sociais pertinentes a cada área de formação;

III. **Qualificação dos processos de ensino e aprendizagem**, mediante a utilização de estratégias pedagógicas coerentes com os objetivos de aprendizagem e as competências previstas nos PPCs, favorecendo participação, investigação, reflexão crítica, interdisciplinaridade, resolução de problemas e integração entre teoria e prática;

IV. **Uso pedagógico e responsável das tecnologias educacionais**, incorporando recursos e ambientes digitais sempre que contribuam para os objetivos formativos, observadas as características dos cursos, os respectivos formatos de oferta, as Diretrizes Curriculares Nacionais e a legislação vigente;

V. **Desenvolvimento e valorização do corpo docente**, por meio de ações de formação continuada e aperfeiçoamento pedagógico relacionadas às necessidades institucionais, às características dos cursos e aos resultados dos processos de acompanhamento e avaliação acadêmica;

VI. **Articulação entre ensino, pesquisa e extensão**, fortalecendo a formação acadêmica, a produção e a aplicação do conhecimento e a interação transformadora com a sociedade, com a inovação integrada transversalmente a essas dimensões;

VII. **Utilização qualificada dos ambientes e recursos de aprendizagem**, incluindo bibliotecas, laboratórios, espaços de simulação, cenários de prática, ambientes virtuais e demais recursos acadêmicos previstos para o desenvolvimento das atividades formativas;

VIII. **Formação orientada ao desenvolvimento de competências**, contemplando competências específicas das áreas profissionais e competências transversais relacionadas à autonomia, comunicação, colaboração, liderança, criatividade, pensamento crítico, resolução de problemas, responsabilidade ética e capacidade de adaptação;

IX. **Promoção da diversidade, da inclusão, da acessibilidade, da cidadania e dos direitos humanos**, assegurando que os processos de ensino e aprendizagem

considerem a diversidade dos estudantes e contribuam para uma formação ética, equitativa e socialmente responsável;

X. **Protagonismo e participação estudantil**, reconhecendo o estudante como sujeito de seu processo formativo e incentivando sua participação nas experiências de ensino, pesquisa, extensão, inovação e demais oportunidades de formação acadêmica;

XI. **Avaliação e melhoria contínua da qualidade acadêmica**, utilizando resultados da avaliação da aprendizagem, da autoavaliação institucional, das avaliações externas, dos indicadores acadêmicos e do acompanhamento dos cursos como subsídios ao planejamento, à tomada de decisão e ao aprimoramento dos processos formativos.

A implementação da Política de Ensino é acompanhada por meio dos processos institucionais de gestão acadêmica e avaliação, que permitem analisar a coerência entre o planejamento previsto nos PPCs, as práticas efetivamente desenvolvidas e os resultados alcançados. As informações produzidas nesse acompanhamento subsidiam as instâncias acadêmicas competentes na identificação de necessidades de intervenção e na definição de ações de aperfeiçoamento dos currículos, das metodologias, dos processos avaliativos, dos recursos de aprendizagem e das ações de desenvolvimento docente.

Dessa forma, a Política de Ensino do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS constitui referência para o planejamento, a implementação, o acompanhamento e o aperfeiçoamento das experiências formativas, assegurando articulação entre identidade institucional, perfil do egresso, organização curricular, práticas pedagógicas, avaliação e melhoria contínua da qualidade acadêmica.

4.2.1 FAMINAS VIRTUAL e Educação Digital

A FAMINAS Virtual integra a estrutura acadêmica do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS e atua no planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e qualificação dos processos educacionais mediados por tecnologias digitais, em articulação com as políticas institucionais de ensino e com os Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Sua atuação compreende o suporte acadêmico, pedagógico e tecnológico necessário ao desenvolvimento das atividades de educação digital e de educação a distância, observados os formatos de oferta autorizados para os cursos, as Diretrizes

Curriculares Nacionais, a legislação educacional vigente e as especificidades das diferentes propostas formativas.

Integrada ao Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS, a FAMINAS Virtual compreende as tecnologias digitais como recursos a serviço dos objetivos educacionais, da interação pedagógica e da qualidade da formação. Sua utilização é orientada pela intencionalidade pedagógica, pela acessibilidade, pela autonomia discente, pela interação entre os participantes do processo educativo e pelo desenvolvimento das competências estabelecidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A educação digital, nessa perspectiva, não se restringe à utilização de plataformas ou recursos tecnológicos, mas integra uma concepção acadêmica que articula currículo, metodologias, interação, materiais didáticos, acompanhamento da aprendizagem, avaliação, infraestrutura e desenvolvimento dos profissionais envolvidos nos processos formativos.

A atuação da FAMINAS Virtual orienta-se pelos princípios da qualidade acadêmica, inclusão e acessibilidade, interação pedagógica, formação e valorização docente, inovação educacional, uso ético e responsável das tecnologias, acompanhamento do estudante e avaliação permanente dos processos e resultados educacionais.

4.2.1.1 Diretrizes para a Educação Digital e os Formatos de Oferta

A organização da educação digital no CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS observa a legislação educacional vigente e os requisitos aplicáveis aos diferentes formatos de oferta dos cursos superiores de graduação, assegurando correspondência entre o planejamento institucional, os Projetos Pedagógicos dos Cursos, os atos autorizativos e as atividades acadêmicas efetivamente desenvolvidas.

A Instituição observa, na organização dos cursos e componentes curriculares, os requisitos de presencialidade e de atividades mediadas por tecnologias, as características próprias de cada formato de oferta, as restrições aplicáveis às diferentes áreas de formação e as disposições das Diretrizes Curriculares Nacionais e demais normas educacionais pertinentes.

A incorporação de atividades de educação a distância aos cursos ocorre de forma planejada e compatível com os objetivos formativos, com o perfil do egresso, com a

natureza dos componentes curriculares e com as competências previstas nos respectivos PPCs, não se caracterizando como mera substituição de atividades presenciais por recursos digitais.

A utilização das tecnologias educacionais deve agregar valor ao processo de aprendizagem, favorecer a interação, ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento e contribuir para o desenvolvimento da autonomia, da colaboração, do pensamento crítico e das competências digitais dos estudantes.

Constituem diretrizes institucionais para a educação digital:

I. **Coerência acadêmica e regulatória**, assegurando compatibilidade entre o formato de oferta dos cursos, os Projetos Pedagógicos, a organização curricular, as atividades acadêmicas desenvolvidas e os requisitos regulatórios aplicáveis;

II. **Intencionalidade pedagógica**, utilizando tecnologias, ambientes e recursos digitais em função dos objetivos de aprendizagem e das competências previstas para a formação;

III. **Qualidade da interação educacional**, promovendo condições adequadas de comunicação, orientação, acompanhamento e participação dos estudantes nos processos de aprendizagem;

IV. **Acessibilidade e inclusão digital**, buscando assegurar que ambientes, materiais, recursos e estratégias de comunicação favoreçam a participação dos diferentes perfis de estudantes;

V. **Formação continuada**, promovendo o desenvolvimento das competências acadêmicas, pedagógicas e digitais dos profissionais envolvidos;

VI. **Qualidade dos materiais e recursos educacionais**, considerando adequação científica, pedagógica, tecnológica, comunicacional e de acessibilidade;

VII. **Acompanhamento acadêmico**, utilizando informações sobre participação, desempenho e aprendizagem para subsidiar ações de orientação e apoio aos estudantes;

VIII. **Avaliação e melhoria contínua**, utilizando resultados acadêmicos, avaliações institucionais e demais evidências produzidas pelos processos de acompanhamento para aperfeiçoar metodologias, materiais, tecnologias e práticas de gestão.

A FAMINAS Virtual acompanha as alterações do marco regulatório aplicável à educação digital e à educação a distância, promovendo, sempre que necessário, a adequação dos documentos acadêmicos, Projetos Pedagógicos dos Cursos, processos educacionais, recursos tecnológicos e práticas de gestão.

4.2.1.2 Organização dos Processos de Ensino e Aprendizagem

Os processos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologias digitais são organizados em consonância com os objetivos formativos estabelecidos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e nos Planos de Ensino, consideradas as características dos componentes curriculares, as competências a serem desenvolvidas e os requisitos aplicáveis ao respectivo formato de oferta.

As experiências de aprendizagem podem integrar atividades presenciais e atividades de educação a distância, síncronas ou assíncronas, conforme previsto na organização acadêmica dos cursos e respeitadas as condições estabelecidas pela legislação educacional e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

As atividades síncronas mediadas por tecnologias possibilitam interação em tempo real e podem favorecer diálogo acadêmico, discussão, orientação, problematização, apresentação de trabalhos e desenvolvimento de atividades colaborativas.

As atividades assíncronas possibilitam a realização de experiências de aprendizagem em diferentes tempos, favorecendo a organização dos estudos, o desenvolvimento da autonomia e a construção progressiva do conhecimento, observados os prazos, orientações e objetivos estabelecidos no planejamento acadêmico.

A seleção e a combinação das estratégias de aprendizagem decorrem da natureza do componente curricular e dos resultados formativos esperados, preservando a coerência entre objetivos, conteúdos, metodologias, interação pedagógica, recursos educacionais e avaliação.

As práticas pedagógicas podem envolver situações-problema, estudos de caso, projetos, atividades colaborativas, fóruns acadêmicos, objetos de aprendizagem, atividades investigativas, recursos audiovisuais, experiências interativas e outras estratégias pertinentes aos objetivos de aprendizagem.

Os Planos de Ensino constituem referência para o desenvolvimento dos componentes curriculares e apresentam, de acordo com as normas institucionais, objetivos de aprendizagem, conteúdos, estratégias metodológicas, processos avaliativos e referências necessárias ao desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Sua disponibilização aos estudantes contribui para a transparência do processo educativo e favorece a compreensão da organização, das responsabilidades e dos resultados esperados ao longo do período letivo.

4.2.1.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem e Recursos Educacionais Digitais

O Ambiente Virtual de Aprendizagem — AVA constitui espaço institucional destinado à organização e ao desenvolvimento das atividades acadêmicas mediadas por tecnologias digitais, integrando conteúdos, recursos educacionais, atividades, processos de comunicação, acompanhamento da aprendizagem e instrumentos de avaliação.

O AVA favorece o acesso organizado às experiências previstas nos componentes curriculares e possibilita a interação entre estudantes e os profissionais envolvidos no processo educativo, bem como o registro e o acompanhamento das atividades acadêmicas desenvolvidas.

Os recursos educacionais são selecionados de acordo com os objetivos de aprendizagem e podem contemplar materiais textuais, objetos de aprendizagem, videoaulas, recursos audiovisuais, podcasts, infográficos, estudos de caso, situações-problema, fóruns, atividades colaborativas, webconferências, bibliotecas virtuais, atividades avaliativas e outros recursos compatíveis com as propostas pedagógicas.

A seleção, produção e utilização desses recursos consideram sua pertinência pedagógica, adequação científica, acessibilidade, usabilidade, atualização e compatibilidade com as competências previstas para o componente curricular.

As tecnologias utilizadas não constituem finalidade em si mesmas. Sua adoção é orientada pela contribuição efetiva que possam oferecer à aprendizagem, à interação, ao acesso ao conhecimento, ao acompanhamento acadêmico e à qualidade da experiência formativa.

As plataformas digitais utilizadas institucionalmente devem contribuir para a comunicação, o ensino, a aprendizagem, o acompanhamento e a avaliação, favorecendo condições adequadas de acesso e utilização pela comunidade acadêmica.

4.2.1.4 Corpo Docente, Mediação Pedagógica e Apoio ao Estudante

A organização das atividades acadêmicas desenvolvidas parcial ou integralmente por meio de educação a distância observa as categorias profissionais, atribuições, requisitos de formação e demais condições estabelecidas pela legislação vigente para o corpo docente, para a mediação pedagógica e para as atividades de apoio aos estudantes.

O corpo docente é responsável, conforme suas atribuições, pela concepção, planejamento, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem, mantendo articulação com os objetivos formativos e com os Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A atuação docente nos ambientes digitais deve favorecer a aproximação entre estudantes, conhecimentos e experiências formativas, garantindo orientação acadêmica e acompanhamento compatíveis com as características das atividades desenvolvidas.

A mediação pedagógica, quando prevista na organização acadêmica, contribui para a interação educacional, para o acompanhamento da aprendizagem e para a aproximação entre estudantes, docentes, conteúdos e experiências formativas, observadas as atribuições e os requisitos estabelecidos pela regulamentação aplicável.

As atividades de tutoria, quando existentes, são organizadas de acordo com as funções previstas na legislação vigente, preservando-se a distinção entre atribuições docentes, atividades de mediação pedagógica e atividades de apoio administrativo.

A FAMINAS Virtual conta com atuação multidisciplinar nas dimensões acadêmica, pedagógica, tecnológica e administrativa, estruturada de acordo com as necessidades dos processos educacionais desenvolvidos.

A atuação multidisciplinar contribui para o planejamento das experiências educacionais digitais, o desenvolvimento e a atualização de materiais, a organização dos ambientes de aprendizagem, o suporte tecnológico, a acessibilidade, a formação dos profissionais envolvidos e o acompanhamento da qualidade acadêmica.

A articulação com as Coordenações de Curso favorece a coerência entre as atividades desenvolvidas nos ambientes digitais e os Projetos Pedagógicos dos Cursos, permitindo que necessidades acadêmicas identificadas durante a oferta sejam analisadas e consideradas nos processos de acompanhamento e aperfeiçoamento.

A Instituição promove ações de formação continuada destinadas aos profissionais envolvidos nos processos educacionais mediados por tecnologias, considerando as necessidades institucionais, as mudanças regulatórias, a evolução tecnológica e as evidências provenientes do acompanhamento e da avaliação das atividades acadêmicas.

4.2.1.5 Materiais Didáticos

Os materiais didáticos utilizados nos processos educacionais mediados por tecnologias digitais constituem recursos de apoio ao desenvolvimento das aprendizagens e são selecionados, produzidos ou organizados de modo a contribuir para o alcance dos objetivos estabelecidos nos componentes curriculares e para o desenvolvimento das competências previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Sua concepção e organização consideram a adequação científica e pedagógica, a clareza e adequação da linguagem, a pluralidade de fontes e abordagens, a acessibilidade, a usabilidade e a compatibilidade com as características das experiências formativas propostas.

Os materiais podem assumir diferentes formatos e integrar recursos textuais, audiovisuais, multimídia e interativos, organizados individualmente ou em trilhas de aprendizagem, conforme a finalidade pedagógica.

As trilhas de aprendizagem podem articular conteúdos de referência, materiais complementares, objetos de aprendizagem, recursos audiovisuais, estudos de caso, situações-problema, atividades de aplicação, atividades avaliativas, fóruns e outros recursos que favoreçam a construção progressiva do conhecimento.

Os processos de produção, seleção, revisão e atualização dos materiais envolvem, conforme a natureza do recurso, profissionais responsáveis pelas dimensões acadêmica, pedagógica e tecnológica, buscando assegurar coerência entre conteúdo, objetivos de aprendizagem, metodologia, interação e avaliação.

A revisão e atualização dos materiais consideram a evolução científica e tecnológica, as alterações curriculares, as necessidades identificadas durante o desenvolvimento dos componentes, as contribuições dos profissionais envolvidos e as evidências provenientes dos processos de avaliação acadêmica.

A Instituição incentiva a produção autoral docente e o desenvolvimento de recursos educacionais compatíveis com sua proposta pedagógica, respeitados os critérios acadêmicos, técnicos e institucionais aplicáveis.

4.2.1.6 Interação e Acompanhamento da Aprendizagem

A interação constitui elemento relevante dos processos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologias digitais e deve estar integrada ao planejamento pedagógico dos componentes curriculares.

A FAMINAS Virtual favorece a comunicação entre estudantes, docentes e demais profissionais envolvidos no processo educativo por meio dos recursos disponíveis nos ambientes institucionais, buscando promover diálogo, participação, colaboração e acompanhamento acadêmico.

Entre os mecanismos de interação podem ser utilizados fóruns de discussão, ferramentas de comunicação institucional, webconferências, atividades colaborativas, momentos de orientação acadêmica e outros recursos compatíveis com a organização pedagógica do componente curricular.

A interação é planejada de forma a contribuir para a compreensão dos conteúdos, para a resolução de dúvidas, para a reflexão crítica e para a consolidação das aprendizagens previstas.

O acompanhamento das atividades desenvolvidas nos ambientes digitais possibilita identificar padrões de participação e desempenho acadêmico e pode subsidiar orientações, intervenções pedagógicas e encaminhamentos institucionais de apoio à aprendizagem.

A análise dessas informações não substitui a avaliação pedagógica realizada pelos profissionais responsáveis, mas constitui recurso adicional para a compreensão do percurso acadêmico dos estudantes e para a adoção de estratégias voltadas à qualificação da experiência formativa.

4.2.1.7 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem nos componentes desenvolvidos parcial ou integralmente por meio de educação a distância observa a concepção institucional de avaliação, os Projetos Pedagógicos dos Cursos, as normas acadêmicas institucionais e os requisitos estabelecidos pela legislação aplicável a cada formato de oferta.

Os processos avaliativos são planejados em coerência com os objetivos de aprendizagem e com as competências previstas para os componentes curriculares, buscando produzir evidências sobre o desenvolvimento acadêmico do estudante.

A avaliação pode integrar diferentes instrumentos e estratégias, de acordo com a natureza do componente curricular, incluindo estudos de caso, resolução de problemas, produções acadêmicas, atividades individuais ou colaborativas, projetos, atividades práticas, instrumentos objetivos ou discursivos e outras formas de avaliação previstas no planejamento acadêmico.

A utilização de diferentes instrumentos busca favorecer a avaliação da capacidade de compreender, analisar, relacionar, aplicar e mobilizar conhecimentos em diferentes situações, evitando restringir o processo avaliativo à reprodução de informações.

As avaliações realizadas nos componentes com oferta de educação a distância observam os requisitos relativos à presencialidade, à identificação do estudante, à composição da avaliação e às demais condições definidas na legislação educacional e nas normas institucionais.

O acompanhamento dos resultados permite identificar dificuldades de aprendizagem e subsidiar ações de orientação, intervenção e apoio acadêmico.

Os resultados da avaliação da aprendizagem também constituem fontes de informação para a análise da efetividade das estratégias pedagógicas, dos materiais e recursos educacionais e da organização dos componentes, contribuindo para o processo de melhoria contínua.

4.2.1.8 Infraestrutura, Suporte e Acessibilidade Digital

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS mantém infraestrutura física, tecnológica e pedagógica destinada ao desenvolvimento das atividades acadêmicas mediadas por

tecnologias digitais, compatível com as características dos cursos, dos componentes curriculares e dos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos.

Essa infraestrutura contempla ambientes e recursos necessários à gestão acadêmica, ao funcionamento das plataformas digitais, à produção e disponibilização de materiais educacionais, à comunicação entre os participantes, ao suporte técnico e ao desenvolvimento das atividades acadêmicas previstas.

A FAMINAS Virtual dispõe de condições para produção, organização e disponibilização de recursos educacionais digitais e articula-se aos demais sistemas institucionais utilizados no desenvolvimento e acompanhamento da vida acadêmica.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem e os recursos tecnológicos utilizados são acompanhados quanto à disponibilidade, funcionamento, usabilidade, acessibilidade e adequação às necessidades dos processos acadêmicos.

A Instituição disponibiliza mecanismos de suporte para questões relacionadas à utilização dos ambientes e recursos tecnológicos, buscando assegurar condições adequadas para participação nas atividades previstas.

A acessibilidade constitui princípio transversal da educação digital institucional e orienta a organização dos ambientes, materiais, recursos e estratégias de comunicação. Em articulação com as políticas institucionais de inclusão e acessibilidade, busca-se identificar e minimizar barreiras que possam limitar a participação e a aprendizagem dos estudantes.

A infraestrutura destinada às atividades presenciais vinculadas aos cursos e componentes que integram educação a distância observa a natureza das atividades acadêmicas previstas, os requisitos dos Projetos Pedagógicos e as condições estabelecidas pela legislação vigente.

4.2.1.9 Gestão, Avaliação e Melhoria Contínua

A gestão da FAMINAS Virtual articula dimensões acadêmicas, pedagógicas, tecnológicas e administrativas, buscando assegurar coerência entre as políticas institucionais, os Projetos Pedagógicos dos Cursos, os Planos de Ensino, os recursos educacionais disponibilizados e as práticas acadêmicas efetivamente desenvolvidas.

Os processos de educação digital são organizados em um ciclo contínuo que contempla:

I. **Concepção e planejamento**, envolvendo a definição dos objetivos formativos, estratégias pedagógicas, formas de interação, recursos educacionais, tecnologias e processos avaliativos necessários ao desenvolvimento das atividades;

II. **Desenvolvimento e organização**, compreendendo a preparação, seleção, produção, revisão e disponibilização de materiais, recursos e ambientes necessários às experiências educacionais;

III. **Implementação e mediação**, correspondendo ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, à interação educacional e ao acompanhamento dos processos de aprendizagem;

IV. **Acompanhamento**, envolvendo a análise da participação, do desenvolvimento acadêmico, da utilização dos recursos e das condições de realização das atividades, possibilitando identificar necessidades de apoio ou intervenção;

V. **Avaliação**, compreendendo a análise dos resultados acadêmicos, da adequação dos materiais e recursos, das estratégias pedagógicas, dos ambientes digitais e de outros elementos relacionados à qualidade da experiência formativa;

VI. **Aperfeiçoamento**, mediante utilização das evidências produzidas no acompanhamento e na avaliação para subsidiar decisões relativas à revisão de materiais, metodologias, tecnologias, processos acadêmicos e ações de formação dos profissionais envolvidos.

O acompanhamento da FAMINAS Virtual considera informações acadêmicas e institucionais relacionadas à participação e ao desempenho dos estudantes, à utilização dos ambientes e recursos, à qualidade dos materiais e à efetividade das experiências formativas, de acordo com os processos e instrumentos institucionais estabelecidos.

As evidências produzidas são analisadas no âmbito dos processos de gestão acadêmica e podem subsidiar a definição de intervenções, a revisão de práticas e o planejamento de ações de melhoria.

Os resultados relacionados à educação digital articulam-se, ainda, aos processos institucionais de avaliação, contribuindo para a identificação de potencialidades, fragilidades e oportunidades de aprimoramento das políticas e práticas acadêmicas.

A FAMINAS Virtual acompanha continuamente a evolução do marco regulatório da educação superior, em especial das normas relacionadas à educação digital e à educação a distância, promovendo as adequações necessárias nos documentos institucionais, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, nos processos acadêmicos, na organização curricular, nas práticas de mediação, na avaliação, nos materiais didáticos e na infraestrutura tecnológica.

Esse processo de atualização regulatória deve assegurar que a inovação e a incorporação de novas tecnologias ocorram de forma compatível com os requisitos legais, com os objetivos institucionais e com a qualidade acadêmica esperada.

Dessa forma, a FAMINAS Virtual constitui estrutura estratégica para a implementação e a qualificação da educação digital no CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS, articulando pessoas, processos, tecnologias, recursos educacionais e mecanismos de acompanhamento em consonância com a identidade institucional, com o perfil do egresso e com os objetivos formativos dos cursos. Sua atuação busca assegurar que a utilização das tecnologias esteja efetivamente subordinada às finalidades educacionais e que as evidências produzidas pelo acompanhamento e pela avaliação sejam convertidas em decisões voltadas ao aperfeiçoamento contínuo da experiência acadêmica e dos resultados de aprendizagem.

4.3 POLÍTICA DE PESQUISA, INICIAÇÃO CIENTÍFICA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

A Política de Pesquisa, Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS orienta a produção, a difusão e a aplicação do conhecimento científico e tecnológico, em articulação com as políticas institucionais de ensino e extensão e com os objetivos estabelecidos neste Plano de Desenvolvimento Institucional.

A Instituição compreende a pesquisa como dimensão relevante da formação acadêmica, capaz de favorecer o desenvolvimento do pensamento científico, da capacidade investigativa, da autonomia intelectual, da criatividade, da responsabilidade ética e da utilização crítica de evidências. Sua inserção na formação aproxima estudantes

e docentes dos processos de produção, sistematização, análise e aplicação do conhecimento e contribui para a qualificação das experiências acadêmicas.

A pesquisa institucional orienta-se pela relevância científica e social do conhecimento produzido, buscando estimular investigações relacionadas às áreas de atuação da FAMINAS e aos desafios identificados nos contextos local, regional, nacional e, quando pertinente, internacional.

A inovação integra transversalmente essa política, estimulando a aplicação do conhecimento na proposição e no desenvolvimento de processos, produtos, serviços, tecnologias, metodologias e soluções capazes de contribuir para o desenvolvimento acadêmico, científico, social, ambiental e econômico, observados os princípios éticos e a legislação aplicável.

A Política Institucional de Pesquisa articula graduação, pós-graduação, iniciação científica e tecnológica, projetos e demais iniciativas de pesquisa, produção e divulgação científica, cooperação acadêmica, inovação, propriedade intelectual e formação de pesquisadores, respeitadas as características, prioridades e condições institucionais.

Diretrizes da Política Institucional de Pesquisa

A Política de Pesquisa, Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação orienta-se pelas seguintes diretrizes:

I. Formação científica e investigativa, estimulando a participação de estudantes e docentes em experiências relacionadas à investigação, produção, análise e aplicação do conhecimento;

II. Articulação acadêmica, favorecendo a integração da pesquisa com o ensino, a extensão e as demais experiências formativas;

III. Relevância científica e social, incentivando investigações relacionadas a problemas e demandas pertinentes às áreas de atuação institucional e à sociedade

IV. Interdisciplinaridade e cooperação, promovendo a aproximação entre áreas do conhecimento, pesquisadores e instituições parceiras; Inovação e desenvolvimento tecnológico, estimulando a pesquisa aplicada, a geração de soluções e a aproximação entre conhecimento científico, inovação e necessidades sociais e profissionais;

V. Ética e integridade científica, assegurando que as atividades de pesquisa observem os princípios éticos, as boas práticas científicas, a proteção dos participantes de pesquisa, o bem-estar animal, a proteção de dados e os demais requisitos legais e institucionais aplicáveis;

VI. Difusão do conhecimento, incentivando a apresentação, publicação, comunicação e socialização dos resultados das pesquisas em meios acadêmicos e científicos adequados;

VII. Formação e desenvolvimento de pesquisadores, promovendo oportunidades de aprimoramento científico e metodológico para estudantes, docentes e demais integrantes da comunidade acadêmica envolvidos em atividades de pesquisa;

VIII. Cooperação acadêmica e científica, incentivando parcerias e projetos colaborativos que contribuam para o desenvolvimento da pesquisa e para a circulação do conhecimento;

IX. Avaliação e melhoria contínua, acompanhando as atividades e os resultados da pesquisa e da inovação como subsídios ao planejamento e ao aperfeiçoamento da política institucional.

Objetivos da Política Institucional de Pesquisa

A Política Institucional de Pesquisa tem como objetivos:

I. fortalecer a cultura de investigação científica e tecnológica no âmbito institucional;

II. ampliar as oportunidades de participação de estudantes e docentes em atividades de pesquisa, iniciação científica, iniciação tecnológica e inovação;

III. favorecer a produção de conhecimento científico e tecnológico pertinente às diferentes áreas de formação e atuação da Instituição;

IV. contribuir para a qualificação dos processos formativos mediante a aproximação entre pesquisa, produção do conhecimento e ensino;

V. fomentar abordagens interdisciplinares e colaborativas na produção do conhecimento;

VI. apoiar projetos e demais iniciativas de pesquisa institucionalmente reconhecidas;

VII. estimular a divulgação e a publicação dos resultados das atividades científicas;

VIII. favorecer a cooperação acadêmica e científica com instituições e organizações de interesse para as atividades de pesquisa;

IX. incentivar iniciativas de inovação, desenvolvimento tecnológico e aplicação social do conhecimento;

X. promover a observância dos princípios de ética, integridade científica, proteção de dados, propriedade intelectual e responsabilidade social;

XI. estimular a participação da comunidade acadêmica em eventos, projetos cooperativos e outras iniciativas de produção, divulgação e circulação do conhecimento;

XII. acompanhar os resultados das atividades de pesquisa e inovação, utilizando as evidências produzidas para orientar o planejamento e o aperfeiçoamento institucional.

Instrumentos de Implementação e Fomento à Pesquisa

A implementação da Política Institucional de Pesquisa ocorre por meio de ações e mecanismos de incentivo, apoio, formação, acompanhamento e divulgação científica, desenvolvidos de acordo com as prioridades institucionais, a regulamentação aplicável e a disponibilidade de recursos.

Entre os mecanismos institucionais podem ser contemplados:

I. editais e processos institucionais destinados ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e iniciação científica ou tecnológica;

II. concessão de bolsas e outras formas de incentivo à participação discente em atividades de investigação, quando previstas institucionalmente;

III. ações de formação científica e metodológica destinadas a estudantes, docentes e demais integrantes da comunidade acadêmica envolvidos em pesquisa;

IV. incentivo à apresentação e divulgação de resultados de pesquisa em congressos, jornadas, seminários, simpósios e outros espaços de comunicação científica;

V. realização institucional de eventos e atividades destinados à socialização do conhecimento científico;

VI. incentivo à publicação da produção acadêmica em periódicos, livros, capítulos, anais e outros meios pertinentes de divulgação científica;

VII. apoio às iniciativas de pesquisa institucionalmente reconhecidas e à articulação entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento;

VIII. estabelecimento de parcerias e cooperações com instituições de ensino e pesquisa, organizações públicas ou privadas e demais entidades de interesse acadêmico e científico;

IX. incentivo à pesquisa aplicada, à inovação e ao desenvolvimento tecnológico;

X. orientação e apoio às iniciativas relacionadas à propriedade intelectual e à aplicação e transferência do conhecimento, quando pertinentes.

Os instrumentos de implementação e fomento são desenvolvidos conforme critérios e procedimentos institucionais próprios e são acompanhados quanto à participação da comunidade acadêmica, ao desenvolvimento das atividades e aos resultados alcançados.

Pesquisa, Formação Acadêmica e Relevância Social

A participação em atividades de pesquisa favorece o desenvolvimento da capacidade de formular problemas, buscar e analisar informações, selecionar métodos adequados, interpretar resultados, construir argumentos fundamentados e comunicar conhecimentos de forma ética e cientificamente responsável.

Para os estudantes, essas experiências ampliam o contato com os processos de investigação científica e tecnológica e complementam a formação desenvolvida nos componentes curriculares, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento crítico e da aprendizagem ao longo da vida.

Para o corpo docente e para a Instituição, a pesquisa contribui para a atualização do conhecimento, para a qualificação das práticas acadêmicas, para a produção científica e para a ampliação da interlocução com outras instituições e com a sociedade.

A pesquisa institucional também busca favorecer a produção de conhecimentos relacionados às demandas e aos desafios identificados nas áreas de atuação da FAMINAS, fortalecendo a relação entre formação acadêmica, produção científica e responsabilidade social.

A relevância das atividades de pesquisa é analisada considerando sua coerência com as áreas de atuação institucional, a qualidade científica, a participação formativa de estudantes e docentes, os produtos e resultados decorrentes das investigações e sua contribuição para a produção e aplicação do conhecimento.

Dessa forma, a Política de Pesquisa, Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação articula formação acadêmica, produção do conhecimento, ética, inovação, cooperação e relevância social, constituindo referência para o planejamento, o desenvolvimento, o acompanhamento e a avaliação das atividades científicas realizadas pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS.

4.3.1 Ações de Pesquisa, Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Institucional de Pesquisa são concretizados por meio de ações destinadas a favorecer a participação da comunidade acadêmica em atividades de investigação científica, iniciação científica e tecnológica, produção e divulgação do conhecimento, formação em pesquisa, cooperação acadêmica e inovação.

As ações são desenvolvidas em consonância com as áreas de atuação institucional, os Projetos Pedagógicos dos Cursos e as prioridades estabelecidas para o desenvolvimento acadêmico, observados os critérios e procedimentos definidos pela Instituição.

No âmbito da iniciação científica e tecnológica, a FAMINAS estimula a inserção dos estudantes de graduação em atividades de investigação orientada, favorecendo sua aproximação com os métodos e procedimentos científicos e com os processos de produção, análise, sistematização e comunicação do conhecimento.

A participação discente em atividades de pesquisa busca desenvolver competências investigativas, pensamento crítico, autonomia intelectual, responsabilidade ética e capacidade de relacionar conhecimentos acadêmicos a problemas científicos, profissionais e sociais.

A Instituição incentiva, ainda, a participação de docentes e estudantes em projetos de pesquisa, atividades de divulgação científica, eventos acadêmicos, produção de

trabalhos científicos e outras iniciativas relacionadas à construção e à circulação do conhecimento.

As ações de formação em pesquisa podem compreender cursos, oficinas, seminários, palestras, conferências e outras atividades destinadas ao desenvolvimento de competências relacionadas a métodos e técnicas de investigação, escrita e comunicação científica, ética e integridade em pesquisa, inovação, propriedade intelectual e demais temas pertinentes à atividade científica.

A cooperação acadêmica e científica é estimulada por meio da articulação com instituições e organizações que possam contribuir para o desenvolvimento de projetos, intercâmbio de conhecimentos, compartilhamento de experiências e ampliação das oportunidades de investigação.

As atividades relacionadas à inovação e ao desenvolvimento tecnológico buscam aproximar a produção do conhecimento das necessidades identificadas nos diferentes campos de atuação, estimulando a proposição de soluções, processos, produtos, serviços e metodologias que possam gerar contribuição acadêmica ou social.

A divulgação científica integra a Política Institucional de Pesquisa e busca favorecer a comunicação dos conhecimentos produzidos pela comunidade acadêmica, contribuindo para sua circulação, discussão e aplicação.

As ações desenvolvidas são acompanhadas no âmbito dos processos institucionais de gestão acadêmica, considerando sua realização, participação, resultados e contribuição para os objetivos da Política de Pesquisa. As evidências produzidas nesse acompanhamento subsidiam a definição de prioridades, a revisão das estratégias de incentivo e o aperfeiçoamento das ações institucionais.

4.3.1.1 Gestão, Acompanhamento e Desenvolvimento da Pesquisa

A gestão da Política Institucional de Pesquisa compreende o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações relacionadas à pesquisa, à iniciação científica e tecnológica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação.

A condução dessas atividades busca assegurar coerência entre os objetivos estabelecidos neste PDI, as áreas de atuação institucional, as iniciativas desenvolvidas e os resultados acadêmicos e científicos alcançados.

No âmbito da gestão da pesquisa, são contempladas ações relacionadas:

I. ao planejamento e à organização das iniciativas institucionais de pesquisa e iniciação científica;

II. à elaboração e ao acompanhamento de editais e demais instrumentos institucionais de incentivo à pesquisa, quando aplicáveis;

III. ao acompanhamento dos projetos e das atividades de iniciação científica e tecnológica; ao incentivo à produção e à divulgação científica;

IV. à promoção de ações de formação relacionadas à pesquisa, à ética e à integridade científica;

V. à articulação com cursos, docentes, estudantes e demais setores envolvidos nas atividades de pesquisa;

VI. ao estabelecimento e acompanhamento de parcerias e cooperações acadêmico-científicas;

VII. ao acompanhamento das atividades relacionadas à inovação e ao desenvolvimento tecnológico;

VIII. à articulação das atividades de pesquisa com as instâncias responsáveis pela apreciação ética dos projetos, sempre que aplicável;

IX. à produção e análise de informações que subsidiem o acompanhamento e o aperfeiçoamento da Política Institucional de Pesquisa.

O acompanhamento das atividades considera informações relacionadas à participação de estudantes e docentes, aos projetos desenvolvidos, à produção e divulgação científica e aos demais resultados pertinentes às iniciativas realizadas.

A análise dessas informações busca subsidiar a identificação de potencialidades e necessidades de aprimoramento, contribuindo para o planejamento das ações e para a definição das prioridades institucionais relacionadas à pesquisa.

A gestão da Política de Pesquisa articula-se aos demais processos de avaliação e planejamento institucional, favorecendo a utilização das evidências produzidas para o aperfeiçoamento contínuo das condições de desenvolvimento da investigação científica e tecnológica no CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS.

4.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS compreende a Extensão Universitária como processo acadêmico, interdisciplinar, educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre a Instituição e a sociedade, contribuindo para a formação dos estudantes, para a produção e circulação do conhecimento e para o desenvolvimento das comunidades com as quais se relaciona.

A Política Institucional de Extensão articula-se às políticas de ensino e pesquisa e integra a inovação como dimensão transversal, favorecendo a aproximação entre conhecimento acadêmico, realidade social, prática profissional e exercício da cidadania.

A extensão constitui espaço de interação dialógica entre a comunidade acadêmica e os diferentes segmentos da sociedade, permitindo que conhecimentos, experiências, necessidades e saberes sejam compartilhados e considerados na construção das ações institucionais. Essa relação pressupõe participação, escuta e reciprocidade, evitando a compreensão da extensão como simples prestação unilateral de serviços.

As ações extensionistas são desenvolvidas em consonância com a legislação educacional vigente, especialmente com as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, com o Projeto Pedagógico Institucional, com os Projetos Pedagógicos dos Cursos e com as demais políticas acadêmicas do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS.

A Política de Extensão busca contribuir para a formação acadêmica e cidadã dos estudantes e fortalecer a responsabilidade social da Instituição, por meio de ações relacionadas às áreas de formação e atuação institucional e às demandas identificadas na sociedade.

Princípios da Extensão Universitária

A Política Institucional de Extensão orienta-se pelos seguintes princípios:

I. **Interação dialógica**, promovendo relações de troca entre a comunidade acadêmica e os diferentes segmentos da sociedade;

II. **Articulação entre ensino, pesquisa e extensão**, favorecendo a integração das experiências acadêmicas e a produção socialmente relevante do conhecimento;

III. **Interdisciplinaridade e interprofissionalidade**, estimulando a colaboração entre diferentes áreas de conhecimento e campos de atuação;

IV. **Formação integral do estudante**, proporcionando experiências capazes de integrar conhecimentos acadêmicos, competências profissionais, ética e responsabilidade social;

V. **Relevância e transformação social**, buscando contribuir para a compreensão e o enfrentamento de problemas e demandas identificados junto às comunidades;

VI. **Inclusão, diversidade e direitos humanos**, orientando as ações pelo respeito às diferenças e pela promoção da participação social;

VII. **Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental**, valorizando iniciativas comprometidas com o desenvolvimento sustentável e com a preservação ambiental;

VIII. **Valorização dos contextos local e regional**, reconhecendo características, necessidades e potencialidades dos territórios em que a Instituição está inserida;

IX. **Produção e circulação do conhecimento**, favorecendo a construção, aplicação e compartilhamento de conhecimentos entre Instituição e sociedade;

X. **Avaliação e melhoria contínua**, utilizando evidências sobre participação, resultados formativos e repercussões sociais para o aperfeiçoamento das ações extensionistas.

Objetivos da Política Institucional de Extensão

A Política Institucional de Extensão tem como objetivos:

I. fortalecer a interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade;

II. proporcionar aos estudantes experiências formativas relacionadas a situações, problemas e necessidades concretas;

III. contribuir para o desenvolvimento das competências previstas nos perfis dos egressos dos cursos;

IV. favorecer a aplicação e a produção do conhecimento em contextos sociais, profissionais, culturais e comunitários;

V. ampliar a participação estudantil em atividades extensionistas;

VI. incentivar ações relacionadas às áreas de atuação institucional e às demandas identificadas nos territórios;

VII. fortalecer iniciativas relacionadas à cidadania, inclusão, diversidade, direitos humanos, sustentabilidade, promoção da saúde, educação, cultura, inovação e desenvolvimento regional;

VIII. estimular abordagens interdisciplinares e interprofissionais;

IX. contribuir para a responsabilidade social e para a inserção regional da Instituição;

X. produzir informações e evidências que subsidiem o acompanhamento e o aperfeiçoamento da Política Institucional de Extensão.

Curricularização da Extensão

Em consonância com a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, o CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS integra atividades de extensão aos currículos dos cursos de graduação, assegurando que componham, no mínimo, **10% da carga horária curricular estudantil**, conforme previsto na regulamentação nacional.

A curricularização da extensão é incorporada aos Projetos Pedagógicos dos Cursos e à matriz curricular, de modo articulado ao perfil do egresso, aos objetivos formativos e às competências previstas em cada curso.

As atividades extensionistas curriculares devem promover interação efetiva com a sociedade e não se confundem com atividades acadêmicas desenvolvidas exclusivamente no âmbito interno da Instituição. Seu planejamento deve considerar a participação de públicos e organizações externas e favorecer processos de troca de conhecimentos, experiências e práticas.

A inserção curricular da extensão busca proporcionar aos estudantes experiências acadêmicas contextualizadas, nas quais possam mobilizar conhecimentos e competências construídos ao longo do curso, ao mesmo tempo em que entram em contato com demandas e realidades sociais diversas.

As atividades podem ser organizadas por meio de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos, ações comunitárias, atividades educativas, ações de promoção da saúde, cultura, sustentabilidade, inovação social e outras modalidades compatíveis com as

Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e com os Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A definição da forma de curricularização, da carga horária, da organização das atividades e dos mecanismos de acompanhamento e avaliação é estabelecida nos PPCs e nos documentos institucionais aplicáveis, respeitadas as especificidades de cada curso e a legislação vigente.

Extensão e Desenvolvimento Regional

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS reconhece a extensão como instrumento relevante de aproximação com os territórios e comunidades de sua região de atuação.

As ações extensionistas consideram, sempre que pertinente, demandas identificadas por meio da interação com comunidades, instituições públicas e privadas, organizações sociais e demais segmentos da sociedade, buscando estabelecer relações de cooperação capazes de contribuir para o desenvolvimento social e regional.

No contexto de sua inserção na Zona da Mata Mineira, a Instituição pode direcionar suas ações para áreas relacionadas às características e necessidades regionais, considerando suas áreas de formação, capacidade acadêmica e possibilidades efetivas de contribuição.

As experiências extensionistas também permitem que estudantes e docentes conheçam de forma mais aprofundada os contextos em que atuam, favorecendo a integração entre formação acadêmica, realidade social e desenvolvimento profissional.

A relação com o território é compreendida como processo de mão dupla: ao mesmo tempo em que a Instituição contribui com conhecimentos e capacidades acadêmicas, as demandas, experiências e saberes oriundos da sociedade também oferecem elementos para a reflexão e o aperfeiçoamento das práticas de ensino, pesquisa e extensão.

Extensão, Formação Acadêmica e Responsabilidade Social

A participação em atividades extensionistas contribui para a formação de profissionais capazes de compreender diferentes contextos sociais e atuar com

responsabilidade ética, pensamento crítico, capacidade de colaboração e compromisso com a cidadania.

As experiências desenvolvidas podem favorecer competências relacionadas à comunicação, trabalho em equipe, liderança, resolução de problemas, empatia, criatividade, responsabilidade social, tomada de decisão e atuação interdisciplinar, conforme a natureza das atividades e os objetivos estabelecidos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A extensão também constitui fonte relevante de aprendizagem institucional. Os desafios e demandas identificados durante o desenvolvimento das ações podem gerar novos problemas de investigação, oportunidades de revisão das práticas acadêmicas e aproximações entre diferentes áreas do conhecimento.

Nesse sentido, a responsabilidade social não se limita à realização de ações comunitárias isoladas, mas integra a concepção institucional de formação e se materializa na relação permanente entre a Instituição, seus estudantes, seus profissionais e a sociedade.

Avaliação e Acompanhamento das Ações Extensionistas

As ações de extensão são objeto de acompanhamento e avaliação, buscando analisar sua realização, sua contribuição para a formação dos estudantes e os resultados decorrentes da interação com os públicos e contextos envolvidos.

O processo de avaliação considera, de acordo com a natureza e os objetivos de cada ação:

I. coerência com a Política Institucional de Extensão e com os Projetos Pedagógicos dos Cursos;

II. participação dos estudantes, docentes e demais envolvidos;

III. efetividade da interação com os públicos e organizações externas;

IV. contribuição para o desenvolvimento das competências previstas na formação;

V. qualidade acadêmica e pertinência das ações realizadas;

VI. resultados e repercussões identificados junto aos públicos participantes;

VII. contribuição para as demandas sociais, culturais, ambientais ou profissionais relacionadas à ação;

VIII. potencial de continuidade, aperfeiçoamento ou desdobramento das iniciativas.

Os mecanismos de acompanhamento podem considerar registros acadêmicos, relatórios, produtos desenvolvidos, participação dos públicos envolvidos, resultados de avaliação e demais evidências compatíveis com a natureza das atividades.

A participação dos públicos externos na avaliação das ações constitui elemento relevante para a análise da efetividade da extensão, permitindo incorporar percepções, necessidades e resultados identificados pelas comunidades e organizações participantes.

As informações decorrentes do acompanhamento e da avaliação subsidiam a gestão acadêmica, a revisão das ações extensionistas e, quando pertinente, o aperfeiçoamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e das políticas institucionais.

A Política de Extensão, portanto, articula formação acadêmica, interação social, responsabilidade institucional e desenvolvimento regional. Sua efetividade deve ser evidenciada não apenas pela quantidade de atividades realizadas ou pelo número de participantes envolvidos, mas pela qualidade da interação estabelecida com a sociedade, pela contribuição das experiências para a formação dos estudantes e pela capacidade institucional de transformar os resultados das ações extensionistas em conhecimento, aprendizagem e aperfeiçoamento contínuo.

4.5 POLÍTICAS DE GESTÃO

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS compreende a gestão institucional como processo estratégico destinado a viabilizar o cumprimento de sua missão, a implementação das políticas acadêmicas e administrativas e o alcance dos objetivos estabelecidos em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

A Política de Gestão fundamenta-se na articulação entre planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e melhoria contínua, buscando assegurar coerência entre as prioridades institucionais, os recursos disponíveis, as responsabilidades das diferentes instâncias de gestão e os resultados acadêmicos e administrativos alcançados.

Nesse contexto, a gestão institucional orienta-se pelos princípios da ética, responsabilidade, participação, transparência, eficiência, sustentabilidade, qualidade acadêmica e tomada de decisão fundamentada em evidências, respeitadas as competências estabelecidas nos documentos institucionais.

O planejamento considera a análise dos ambientes interno e externo, as características e necessidades institucionais, os resultados dos processos de avaliação, os indicadores acadêmicos e administrativos, as mudanças no cenário da educação superior e os requisitos regulatórios aplicáveis.

As informações decorrentes desses processos subsidiam a definição de prioridades, objetivos, metas e ações, favorecendo a capacidade institucional de responder às necessidades acadêmicas e administrativas e às transformações do contexto educacional.

Planejamento e Gestão Estratégica

O Plano de Desenvolvimento Institucional constitui referência para o planejamento e a gestão do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS, orientando as políticas, objetivos e prioridades estabelecidos para o período de sua vigência.

A implementação do PDI ocorre de forma articulada aos processos de planejamento institucional, por meio dos quais os objetivos estratégicos são desdobrados em ações, metas, indicadores e responsabilidades, de acordo com as competências das instâncias envolvidas.

O planejamento estratégico busca estabelecer relação entre os objetivos institucionais e as condições necessárias à sua implementação, considerando aspectos acadêmicos, administrativos, humanos, tecnológicos, financeiros e de infraestrutura.

O acompanhamento dos objetivos e das metas permite identificar o estágio de execução das ações, analisar resultados, reconhecer dificuldades e subsidiar a adoção de medidas de aperfeiçoamento.

As prioridades institucionais podem ser revistas à luz das evidências produzidas pelo acompanhamento, das alterações do ambiente externo, dos resultados das avaliações e das mudanças regulatórias, preservando-se a coerência com a missão e com as diretrizes estabelecidas no PDI.

Gestão Orientada por Indicadores e Evidências

A FAMINAS utiliza indicadores acadêmicos e administrativos como instrumentos de apoio ao acompanhamento institucional e à tomada de decisão.

Os indicadores são definidos de acordo com os objetivos e processos acompanhados e possibilitam analisar tendências, resultados e situações que demandem intervenção ou aperfeiçoamento.

No âmbito acadêmico, podem ser consideradas informações relacionadas ao desempenho e à trajetória dos estudantes, avaliação da aprendizagem, permanência, conclusão, resultados de avaliações internas e externas, desenvolvimento dos cursos e demais informações pertinentes ao acompanhamento da qualidade acadêmica.

No âmbito administrativo, são consideradas informações relacionadas aos processos e resultados das áreas institucionais, de acordo com suas atribuições e objetivos.

A análise integrada das informações busca superar uma utilização meramente descritiva dos dados, transformando-os em subsídios para o planejamento, a definição de prioridades e a tomada de decisão.

As ferramentas e sistemas digitais utilizados institucionalmente contribuem para a organização, integração e disponibilização das informações necessárias ao acompanhamento dos processos, favorecendo a rastreabilidade, a análise dos resultados e o monitoramento das ações.

Articulação entre Avaliação, Planejamento e Tomada de Decisão

A avaliação institucional constitui componente relevante da gestão e articula-se aos processos de planejamento e melhoria contínua.

Os resultados provenientes da autoavaliação institucional, das avaliações externas, da avaliação dos cursos, dos indicadores acadêmicos e administrativos e de outros mecanismos de acompanhamento constituem fontes de informação para a análise do desempenho institucional.

Essas evidências são consideradas pelas instâncias competentes na identificação de potencialidades, fragilidades e necessidades de intervenção, contribuindo para a definição ou revisão de ações e prioridades.

A utilização dos resultados avaliativos na gestão busca estabelecer um ciclo permanente de planejamento, execução, acompanhamento, avaliação, decisão e aperfeiçoamento, fortalecendo a capacidade institucional de aprender com seus próprios resultados e de promover melhorias fundamentadas em evidências.

A avaliação, portanto, não se encerra na produção de dados ou relatórios, mas deve produzir informações capazes de subsidiar decisões e gerar ações de melhoria acompanháveis ao longo do tempo.

Gestão Acadêmica dos Cursos

A gestão acadêmica dos cursos de graduação é desenvolvida pelas Coordenações de Curso, em articulação com os Núcleos Docentes Estruturantes — NDEs, Colegiados de Curso e demais instâncias acadêmicas, observadas as competências estabelecidas nos documentos institucionais.

As Coordenações de Curso acompanham o desenvolvimento acadêmico e a implementação dos Projetos Pedagógicos, articulando as atividades relacionadas ao currículo, ao corpo docente, aos processos de ensino e aprendizagem, à avaliação e ao acompanhamento dos estudantes.

Os Núcleos Docentes Estruturantes atuam na concepção, consolidação, acompanhamento e contínua atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais, o perfil do egresso, os resultados acadêmicos, as avaliações e as necessidades identificadas no desenvolvimento dos cursos.

Os Colegiados de Curso participam da gestão acadêmica no âmbito das competências previstas institucionalmente, constituindo espaços colegiados de análise, discussão e deliberação sobre questões acadêmicas pertinentes aos cursos.

A articulação entre Coordenações, NDEs e Colegiados favorece a análise dos resultados acadêmicos e a identificação de necessidades relacionadas aos currículos, às práticas pedagógicas, aos processos avaliativos e às demais dimensões do desenvolvimento dos cursos.

Os resultados das avaliações internas e externas, dos indicadores acadêmicos e dos processos de acompanhamento constituem subsídios para essa atuação, favorecendo decisões orientadas à melhoria contínua da qualidade dos cursos.

Governança e Participação Institucional

A estrutura de governança do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS articula os diferentes níveis e instâncias de gestão, de acordo com as competências estabelecidas em seu Estatuto, Regimento e demais documentos institucionais.

Os órgãos colegiados constituem espaços formais de participação e deliberação e contribuem para a análise das políticas acadêmicas, dos processos institucionais e das matérias submetidas à sua competência.

A participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica ocorre por meio das instâncias e mecanismos previstos institucionalmente, contribuindo para a pluralidade de perspectivas e para o fortalecimento dos processos de gestão.

A distribuição de responsabilidades entre as diferentes instâncias busca favorecer clareza na tomada de decisão, articulação entre os setores e acompanhamento das ações decorrentes das decisões institucionais.

A governança institucional busca, ainda, promover comunicação entre as diferentes áreas acadêmicas e administrativas, favorecendo a integração dos processos necessários à implementação das políticas estabelecidas no PDI.

Gestão de Processos e Integração Institucional

A FAMINAS busca aperfeiçoar continuamente seus processos acadêmicos e administrativos, considerando critérios de eficiência, qualidade, integração e atendimento às necessidades institucionais.

A organização dos processos procura estabelecer responsabilidades, fluxos de trabalho e mecanismos de acompanhamento que contribuam para a execução das atividades e para a identificação de oportunidades de melhoria.

A integração entre as áreas acadêmicas e administrativas é considerada necessária para a implementação das políticas institucionais, uma vez que os resultados educacionais

dependem da articulação entre pessoas, processos, recursos, infraestrutura, tecnologia e gestão.

Nesse contexto, a utilização de sistemas e ferramentas digitais contribui para a organização dos fluxos, o registro das informações, o acompanhamento dos processos e a produção de dados para a gestão.

O aperfeiçoamento dos processos considera as evidências provenientes do acompanhamento institucional, das avaliações e das necessidades identificadas pelas áreas responsáveis, buscando reduzir fragilidades e fortalecer a capacidade de resposta institucional.

Monitoramento e Melhoria Contínua da Gestão

O acompanhamento das políticas, objetivos, metas e ações institucionais constitui parte integrante da Política de Gestão.

O monitoramento permite analisar o desenvolvimento das ações planejadas, verificar resultados, identificar desvios ou dificuldades e produzir informações para subsidiar decisões.

Quando os resultados indicam necessidade de intervenção, as instâncias responsáveis podem estabelecer ações de melhoria compatíveis com a natureza do problema identificado, definindo responsabilidades e mecanismos de acompanhamento.

A análise periódica dos resultados permite avaliar a efetividade das medidas adotadas e, quando necessário, redefinir estratégias, prioridades ou formas de execução.

Dessa forma, o processo de gestão configura-se como ciclo contínuo de planejamento e aprendizagem institucional, no qual informações e resultados são utilizados para orientar decisões e promover o aperfeiçoamento dos processos acadêmicos e administrativos.

A Política de Gestão do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS busca, portanto, assegurar que planejamento, avaliação e execução não constituam processos isolados. Sua articulação permite relacionar os objetivos definidos no PDI às ações efetivamente desenvolvidas, acompanhar os resultados alcançados e utilizar as evidências produzidas para orientar decisões e intervenções. Essa dinâmica fortalece a capacidade institucional de identificar fragilidades, preservar práticas efetivas e promover melhorias compatíveis

com sua missão, com suas responsabilidades acadêmicas e com as necessidades de desenvolvimento institucional.

4.6 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS compreende a educação inclusiva como princípio transversal de sua política acadêmica e como expressão do compromisso institucional com a equidade, a diversidade, a acessibilidade e o direito à educação superior.

A Política de Educação Inclusiva orienta-se pela promoção de condições que favoreçam o acesso, a participação, a aprendizagem e a permanência dos estudantes, considerando suas características e necessidades e buscando identificar, prevenir e eliminar barreiras que possam restringir sua participação na vida acadêmica.

Nessa perspectiva, a inclusão não se limita ao atendimento de situações individuais ou à disponibilização de recursos específicos. Constitui responsabilidade institucional compartilhada, que envolve políticas, práticas pedagógicas, ambientes, recursos, tecnologias, comunicação, atitudes e processos acadêmicos capazes de favorecer a participação dos diferentes estudantes em condições de equidade.

A Política de Educação Inclusiva articula-se às demais políticas acadêmicas e institucionais e observa a legislação aplicável à educação superior, aos direitos das pessoas com deficiência, à acessibilidade e à educação especial, bem como os princípios da dignidade humana, da não discriminação, da igualdade de oportunidades e do respeito à diversidade.

A Instituição reconhece que diferentes condições pessoais, educacionais e contextuais podem demandar recursos, estratégias ou apoios específicos para a participação acadêmica. A identificação dessas necessidades deve considerar cada situação de forma individualizada, observando a legislação aplicável, as barreiras existentes e as condições necessárias à participação do estudante, sem comprometer os objetivos formativos e as competências estabelecidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A educação inclusiva pressupõe, portanto, a construção de condições institucionais que reduzam barreiras e ampliem possibilidades de participação e aprendizagem,

respeitando as especificidades dos estudantes e preservando os requisitos acadêmicos inerentes à formação superior e ao perfil profissional previsto para cada curso.

Princípios da Política de Educação Inclusiva

A Política de Educação Inclusiva do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS orienta-se pelos seguintes princípios:

I. **Direito à educação e igualdade de oportunidades**, promovendo condições de participação na educação superior sem discriminação;

II. **Equidade**, reconhecendo que diferentes estudantes podem demandar estratégias, recursos ou apoios diferenciados para que tenham condições adequadas de participação acadêmica;

III. **Acessibilidade**, buscando identificar e eliminar barreiras físicas, arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, tecnológicas, metodológicas, pedagógicas e atitudinais;

IV. **Respeito à diversidade e à dignidade humana**, reconhecendo as diferenças como parte constitutiva da comunidade acadêmica;

V. **Autonomia e participação**, favorecendo condições para que os estudantes participem das atividades acadêmicas com autonomia e sejam considerados nos processos relacionados às suas necessidades de acessibilidade e inclusão;

VI. **Não discriminação**, prevenindo práticas, condutas ou condições institucionais que produzam exclusão ou restrição indevida à participação acadêmica;

VII. **Acessibilidade pedagógica**, promovendo estratégias educacionais que ampliem as possibilidades de acesso ao conhecimento, respeitados os objetivos de aprendizagem e as competências previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos;

VIII. **Articulação institucional**, promovendo atuação integrada entre os responsáveis pelos processos acadêmicos, pedagógicos e administrativos relacionados à inclusão e à acessibilidade;

IX. **Formação e sensibilização da comunidade acadêmica**, favorecendo o desenvolvimento de conhecimentos e práticas voltados à educação inclusiva, à acessibilidade e ao respeito às diferenças;

X. **Acompanhamento e melhoria contínua**, utilizando as necessidades identificadas e as evidências produzidas pelos processos institucionais para aperfeiçoar as condições de inclusão e acessibilidade.

Objetivos da Política de Educação Inclusiva

A Política de Educação Inclusiva tem como objetivos:

I. promover condições de acesso, participação, aprendizagem e permanência dos estudantes;

II. identificar e reduzir barreiras que possam limitar a participação nas atividades acadêmicas e na vida institucional;

III. promover condições de acessibilidade nos ambientes físicos e digitais, nos recursos educacionais, na comunicação e nos processos acadêmicos;

IV. favorecer a adoção de estratégias pedagógicas inclusivas e de adaptações razoáveis, quando necessárias e aplicáveis;

V. orientar docentes e demais profissionais envolvidos nos processos acadêmicos quanto às práticas relacionadas à inclusão e à acessibilidade;

VI. promover a articulação entre as instâncias institucionais envolvidas no atendimento e acompanhamento dos estudantes;

VII. disponibilizar, conforme a necessidade identificada e a legislação aplicável, recursos e apoios destinados à eliminação ou redução de barreiras à participação acadêmica;

VIII. promover ações educativas e de sensibilização relacionadas à inclusão, acessibilidade, diversidade, respeito e prevenção de práticas discriminatórias;

IX. acompanhar as condições de participação acadêmica dos estudantes que demandem apoios específicos, respeitados os limites de atuação e as competências institucionais;

X. utilizar informações provenientes do acompanhamento e da avaliação institucional para o aperfeiçoamento das políticas e práticas inclusivas.

Inclusão e Acompanhamento Acadêmico

A identificação de necessidades específicas relacionadas à participação acadêmica pode ocorrer no ingresso ou ao longo da trajetória do estudante, mediante manifestação do próprio estudante, informações disponibilizadas à Instituição ou situações identificadas no desenvolvimento das atividades acadêmicas, observados os procedimentos institucionais aplicáveis.

A análise das necessidades deve considerar as características da situação apresentada, as barreiras existentes, as atividades acadêmicas envolvidas e os recursos ou estratégias que possam favorecer a participação e a aprendizagem.

Quando necessárias, são definidas medidas de apoio, acessibilidade ou adaptações razoáveis compatíveis com a situação identificada, com a legislação aplicável e com os objetivos acadêmicos estabelecidos para o curso.

As adaptações razoáveis não implicam supressão dos objetivos de aprendizagem ou das competências essenciais previstas para a formação. Sua finalidade é reduzir ou eliminar barreiras que possam impedir que o estudante tenha condições adequadas de participação e de demonstração das aprendizagens desenvolvidas.

O acompanhamento deve ocorrer de forma articulada entre as instâncias institucionais envolvidas, de acordo com a natureza da necessidade apresentada e com as competências estabelecidas institucionalmente.

As informações relacionadas aos estudantes são tratadas com respeito à privacidade, à dignidade, à autonomia e à proteção dos dados pessoais, observadas as normas aplicáveis e a necessidade de compartilhamento estritamente relacionada à implementação dos apoios acadêmicos pertinentes.

Educação Inclusiva e Práticas Pedagógicas

A educação inclusiva integra as práticas acadêmicas da Instituição e pressupõe atenção às diferentes formas de participação e aprendizagem dos estudantes.

As estratégias pedagógicas devem buscar ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento, de participação nas atividades e de demonstração da aprendizagem,

preservando os objetivos formativos e as competências estabelecidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Quando identificada necessidade específica, podem ser adotados recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas, adequações metodológicas, formas acessíveis de disponibilização de materiais, adaptações razoáveis nos processos acadêmicos e outras medidas pertinentes à situação apresentada e previstas na legislação e nas normas institucionais.

A avaliação da aprendizagem também deve observar os princípios da inclusão e da acessibilidade, possibilitando, quando necessário e aplicável, adequações relacionadas às condições de realização dos instrumentos avaliativos, sem alteração indevida das competências e dos resultados de aprendizagem que devem ser demonstrados pelo estudante.

A atuação docente constitui elemento relevante para a efetividade da inclusão. Por essa razão, a Instituição promove orientações e ações formativas destinadas a apoiar os docentes na compreensão das necessidades apresentadas e na adoção de estratégias pedagógicas compatíveis com os princípios da educação inclusiva.

Cultura Institucional Inclusiva

A efetividade da educação inclusiva depende não apenas da existência de recursos ou procedimentos específicos, mas da construção de uma cultura institucional comprometida com o respeito às diferenças, a acessibilidade, a equidade e a prevenção de práticas discriminatórias.

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS promove ações educativas e de sensibilização destinadas à comunidade acadêmica, buscando ampliar a compreensão sobre inclusão, acessibilidade, diversidade, convivência e direitos humanos.

A participação dos estudantes constitui elemento relevante para o aperfeiçoamento dessa política, uma vez que suas experiências podem contribuir para a identificação de barreiras e para a avaliação das condições institucionais de participação.

As necessidades identificadas nos processos de acompanhamento, as manifestações da comunidade acadêmica e os resultados dos mecanismos institucionais de avaliação constituem informações que podem subsidiar o planejamento de ações de

melhoria relacionadas aos ambientes, processos, práticas pedagógicas, recursos e serviços institucionais.

Dessa forma, a Política de Educação Inclusiva do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS articula direito à educação, equidade, acessibilidade, participação e responsabilidade institucional. Sua efetividade é compreendida não apenas pela existência de recursos específicos de atendimento, mas pela capacidade institucional de identificar barreiras, implementar medidas pertinentes, acompanhar as condições de participação dos estudantes e utilizar as evidências produzidas para aperfeiçoar continuamente os processos acadêmicos e as condições de inclusão.

4.6.1 Ações Institucionais de Apoio à Diversidade, ao Meio Ambiente, à Memória Cultural, à Produção Artística e ao Patrimônio Cultural

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS compreende que a formação superior envolve, além do desenvolvimento científico, técnico e profissional, a construção de valores e competências relacionados à cidadania, aos direitos humanos, ao respeito à diversidade, à responsabilidade socioambiental e à valorização da cultura e do patrimônio.

Nessa perspectiva, as temáticas relacionadas aos direitos humanos, às relações étnico-raciais, à diversidade cultural, à educação ambiental, à memória, à produção artística e ao patrimônio cultural são incorporadas às políticas e práticas acadêmicas de forma articulada às finalidades formativas da Instituição e às especificidades dos cursos.

Sua abordagem observa a legislação e as diretrizes nacionais aplicáveis e pode ocorrer nos currículos, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e em outras iniciativas acadêmicas e institucionais, de acordo com a natureza das temáticas e os objetivos formativos estabelecidos.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos constituem referência para a inserção dessas temáticas na formação acadêmica, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais, o perfil do egresso, as características das áreas profissionais e os requisitos legais pertinentes.

Essa abordagem busca favorecer a compreensão crítica dos desafios sociais, culturais e ambientais contemporâneos e contribuir para a formação de profissionais

capazes de atuar em contextos diversos, orientados por princípios éticos, respeito aos direitos humanos e responsabilidade social e ambiental.

Diversidade e Direitos Humanos

A educação em direitos humanos integra a formação acadêmica promovida pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS e orienta-se pelos princípios da dignidade humana, da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças e da construção de relações sociais pautadas no respeito e na cidadania.

A abordagem institucional busca favorecer a compreensão dos direitos humanos como referência ética para a convivência social e para a atuação profissional, contribuindo para a reflexão crítica sobre desigualdades, discriminações, preconceitos, violências e outras situações que possam comprometer a dignidade e os direitos das pessoas.

As temáticas relacionadas aos direitos humanos e à diversidade podem ser desenvolvidas nos componentes curriculares, projetos, atividades de extensão, eventos acadêmicos, ações formativas e outras experiências compatíveis com os objetivos dos cursos e com as políticas institucionais.

A Instituição busca promover um ambiente acadêmico pautado pelo respeito às diferenças e pela prevenção de práticas discriminatórias, considerando a pluralidade social, cultural e humana presente na comunidade acadêmica e na sociedade.

Essa perspectiva articula-se à Política de Educação Inclusiva e às demais políticas institucionais, preservando-se, entretanto, suas especificidades: enquanto a política inclusiva concentra-se especialmente na eliminação de barreiras e na promoção de condições equitativas de participação acadêmica, as ações de diversidade e direitos humanos possuem dimensão formativa mais ampla, relacionada à cidadania, à convivência democrática e ao respeito à dignidade humana.

Educação das Relações Étnico-Raciais e Valorização das Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS incorpora à formação acadêmica conteúdos e experiências relacionados à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao

estudo das histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena, em consonância com a legislação educacional e com as Diretrizes Curriculares Nacionais aplicáveis.

A abordagem dessas temáticas busca contribuir para o reconhecimento da diversidade étnico-racial que constitui a sociedade brasileira, para a valorização das diferentes matrizes formadoras do País e para a compreensão crítica dos processos históricos e sociais relacionados às desigualdades e às relações étnico-raciais.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos contemplam essas temáticas de maneira compatível com as características das áreas de formação, podendo sua abordagem ocorrer em componentes curriculares, conteúdos, projetos, atividades de pesquisa e extensão, eventos acadêmicos, ações culturais e outras experiências formativas.

A formação busca favorecer o reconhecimento e a valorização das contribuições históricas, sociais, culturais, científicas e econômicas das populações afro-brasileiras, africanas e indígenas, contribuindo para o enfrentamento do racismo e de outras formas de discriminação étnico-racial.

As atividades desenvolvidas podem considerar também as características históricas, sociais e culturais dos territórios nos quais a Instituição está inserida, favorecendo a aproximação entre formação acadêmica, diversidade cultural e realidade regional.

Memória Cultural, Produção Artística e Patrimônio Cultural

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS reconhece a memória, a cultura, a produção artística e o patrimônio cultural como dimensões relevantes da formação humana e da compreensão da sociedade.

As ações institucionais relacionadas a essas temáticas buscam favorecer o conhecimento, a valorização e a preservação das diferentes manifestações culturais, respeitando a pluralidade de expressões, identidades, saberes e tradições presentes na sociedade.

A abordagem da memória e do patrimônio cultural pode ocorrer por meio de atividades acadêmicas, projetos de pesquisa e extensão, eventos, exposições, produções culturais e artísticas e outras iniciativas compatíveis com as áreas de formação e com os objetivos institucionais.

A Instituição incentiva a aproximação da comunidade acadêmica com manifestações culturais locais e regionais, contribuindo para o conhecimento da história e da memória dos territórios em que atua e para a valorização das diferentes formas de expressão cultural.

As atividades relacionadas à produção artística e cultural podem constituir, ainda, espaços de participação e expressão da comunidade acadêmica, ampliando as experiências formativas e favorecendo a integração entre conhecimento, cultura e sociedade.

A preservação da memória e a valorização do patrimônio cultural são compreendidas não apenas em sua dimensão material, mas também em relação aos saberes, práticas, manifestações e referências culturais que constituem o patrimônio imaterial das comunidades.

Educação Ambiental e Sustentabilidade

A Educação Ambiental integra transversalmente a formação promovida pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS e orienta-se pela compreensão das relações entre sociedade, meio ambiente, desenvolvimento e qualidade de vida.

Sua abordagem busca contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos, valores, atitudes e responsabilidades relacionados à sustentabilidade socioambiental, ao uso responsável dos recursos naturais e à compreensão dos impactos decorrentes das atividades humanas e profissionais.

As temáticas ambientais são incorporadas às experiências acadêmicas de forma compatível com as características dos cursos e podem contemplar questões relacionadas à sustentabilidade, mudanças climáticas, biodiversidade, conservação ambiental, saúde ambiental, consumo responsável, gestão de resíduos, utilização dos recursos naturais e outros temas pertinentes às áreas de formação.

A educação ambiental pode ser desenvolvida por meio de componentes curriculares, projetos, atividades de pesquisa e extensão, ações educativas e outras experiências acadêmicas, buscando articular conhecimentos científicos, realidade socioambiental e responsabilidade profissional.

A Instituição também busca incorporar princípios de responsabilidade socioambiental às suas práticas institucionais, incentivando a utilização consciente de

recursos, a redução de impactos ambientais e o desenvolvimento de ações compatíveis com as condições e necessidades de seus espaços acadêmicos.

As características ambientais dos espaços institucionais podem ser utilizadas como elementos educativos e de sensibilização, favorecendo a reflexão sobre sustentabilidade, qualidade de vida e responsabilidade individual e coletiva em relação ao meio ambiente.

Articulação Acadêmica e Responsabilidade Institucional

As temáticas contempladas nesta política são desenvolvidas de forma articulada às políticas de ensino, pesquisa, extensão, educação inclusiva e responsabilidade social, respeitadas as características e finalidades de cada dimensão acadêmica.

No ensino, sua inserção ocorre em consonância com os Projetos Pedagógicos dos Cursos e com os objetivos de aprendizagem e competências estabelecidos para a formação.

Na pesquisa, podem constituir objetos de investigação e produção do conhecimento relacionados aos desafios sociais, culturais e ambientais contemporâneos.

Na extensão, favorecem a interação com comunidades, instituições e organizações sociais, possibilitando a construção compartilhada de conhecimentos e o desenvolvimento de ações relacionadas às demandas identificadas nos territórios.

A inovação pode contribuir transversalmente para o desenvolvimento de metodologias, processos e soluções relacionados aos desafios sociais, culturais e ambientais abordados.

A integração dessas dimensões busca evitar que diversidade, direitos humanos, relações étnico-raciais, cultura e sustentabilidade sejam tratados apenas por meio de ações isoladas ou comemorativas, favorecendo sua incorporação permanente às experiências acadêmicas e às práticas institucionais.

Acompanhamento e Melhoria Contínua

O desenvolvimento das ações relacionadas à diversidade, aos direitos humanos, às relações étnico-raciais, à educação ambiental, à memória e ao patrimônio cultural é acompanhado no âmbito dos processos acadêmicos e institucionais pertinentes.

O acompanhamento pode considerar a inserção das temáticas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, a realização de atividades acadêmicas e extensionistas, a participação da comunidade acadêmica, os resultados das ações desenvolvidas e outras evidências compatíveis com sua natureza.

Os processos de avaliação institucional também podem contribuir para a identificação de percepções, necessidades e oportunidades de aprimoramento relacionadas à diversidade, à convivência acadêmica, à responsabilidade socioambiental e às demais dimensões contempladas nesta política.

As informações produzidas pelo acompanhamento e pela avaliação constituem subsídios para a revisão das práticas, para o planejamento de novas ações e para o aperfeiçoamento das políticas acadêmicas relacionadas a essas temáticas.

Dessa forma, o CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS incorpora diversidade, direitos humanos, relações étnico-raciais, responsabilidade socioambiental, memória e patrimônio cultural como dimensões da formação acadêmica e da responsabilidade institucional. A efetividade dessa política pressupõe que tais temáticas não permaneçam restritas a ações pontuais, mas estejam presentes, de maneira compatível com os diferentes cursos e contextos, nos currículos, nas experiências acadêmicas e na relação da Instituição com a sociedade.

4.7 POLÍTICAS DE ESTÁGIO, PRÁTICA PROFISSIONAL E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Os estágios curriculares e as práticas profissionais constituem espaços de aprendizagem destinados à aproximação dos estudantes com situações e contextos relacionados aos respectivos campos de formação.

Sua organização observa a legislação aplicável aos estágios, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos, os Projetos Pedagógicos, os regulamentos institucionais e, quando pertinente, as normas específicas das áreas profissionais.

O estágio curricular supervisionado, quando previsto no curso, integra o processo formativo e deve manter relação com o perfil do egresso, com as competências estabelecidas no PPC e com os objetivos de aprendizagem definidos para essa experiência.

As atividades desenvolvidas nos cenários de prática buscam favorecer a mobilização e a integração de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores construídos ao longo da formação, proporcionando ao estudante oportunidades de análise, intervenção, tomada de decisão e reflexão sobre a atuação profissional.

A experiência prática deve preservar sua finalidade educativa, não se confundindo com mera inserção do estudante em atividades laborais. Sua organização pressupõe planejamento, orientação, acompanhamento e avaliação compatíveis com os objetivos acadêmicos estabelecidos.

Além dos estágios obrigatórios, os estudantes podem realizar estágios não obrigatórios, observadas as disposições legais e institucionais aplicáveis e sua compatibilidade com a formação acadêmica.

4.7.1 Integração entre Formação Acadêmica, Prática Profissional e Sociedade

Os cenários de prática constituem espaços relevantes para a articulação entre formação acadêmica e realidade profissional e social.

Por meio dessas experiências, os estudantes podem conhecer diferentes contextos de atuação, compreender processos e relações próprios das profissões e desenvolver competências relacionadas às especificidades de suas áreas de formação.

Nos cursos da área da saúde, a integração entre ensino, serviço e comunidade assume especial relevância, favorecendo a inserção dos estudantes nos diferentes contextos de atenção à saúde e a compreensão das necessidades dos indivíduos e das comunidades.

Nas demais áreas, os cenários de prática são definidos conforme a natureza das profissões e os objetivos formativos dos cursos, podendo envolver organizações públicas e privadas, instituições, empresas, escritórios, serviços, equipamentos sociais e outros ambientes compatíveis com as competências a serem desenvolvidas.

As experiências realizadas nesses contextos também contribuem para que a Instituição identifique demandas e transformações dos campos profissionais, produzindo informações relevantes para a reflexão e o aperfeiçoamento dos processos formativos.

Campos de Estágio e Cenários de Prática

Os estágios e as práticas profissionais podem ser desenvolvidos em unidades próprias e em instituições concedentes ou parceiras, observadas as exigências legais e acadêmicas aplicáveis.

A definição dos campos considera sua compatibilidade com os objetivos formativos, as atividades previstas para os estudantes, as condições de acompanhamento e supervisão e as oportunidades de aprendizagem proporcionadas.

A Instituição estabelece os instrumentos jurídicos e acadêmicos necessários à realização dos estágios, conforme a natureza da atividade e a legislação aplicável.

O acompanhamento dos campos busca verificar a manutenção das condições necessárias ao desenvolvimento das experiências previstas, permitindo identificar situações que demandem adequação ou revisão.

A diversidade de cenários deve ser considerada em função das características e necessidades de cada curso, evitando que a ampliação quantitativa dos campos seja compreendida, isoladamente, como indicador de qualidade. A pertinência pedagógica e as condições efetivas de aprendizagem constituem referências para sua utilização.

Supervisão, Orientação e Acompanhamento

Os estágios curriculares supervisionados são desenvolvidos mediante acompanhamento compatível com sua natureza e com as exigências legais e acadêmicas aplicáveis.

A Instituição define, nos PPCs, regulamentos e demais documentos pertinentes, as responsabilidades relacionadas à orientação, supervisão, acompanhamento e avaliação das atividades.

O acompanhamento busca favorecer a articulação entre as experiências vivenciadas nos campos e os objetivos estabelecidos para a formação, permitindo identificar o desenvolvimento do estudante, as dificuldades encontradas e as necessidades de orientação.

A avaliação considera critérios coerentes com as competências e objetivos de aprendizagem previstos para o estágio ou prática profissional e pode utilizar instrumentos diversificados, conforme as características de cada curso.

As informações decorrentes do acompanhamento dos estudantes e dos campos de prática constituem evidências relevantes para a análise e o aperfeiçoamento dessas experiências formativas.

4.7.2 Internato Médico

No Curso de Medicina, o Internato constitui etapa obrigatória da formação médica, desenvolvida em regime de treinamento em serviço e organizada em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Projeto Pedagógico do Curso e as demais normas aplicáveis.

O Internato possibilita a inserção progressiva do estudante em cenários reais de atenção à saúde, sob supervisão, favorecendo a integração e a consolidação das competências desenvolvidas ao longo da formação médica.

Sua organização contempla experiências nos diferentes níveis e contextos de atenção à saúde previstos para a formação, buscando proporcionar contato com diferentes necessidades de saúde, perfis epidemiológicos, serviços e contextos populacionais.

As atividades são desenvolvidas em cenários próprios ou conveniados compatíveis com os objetivos educacionais do curso e com as condições necessárias à formação.

O processo formativo no Internato busca consolidar competências relacionadas ao cuidado integral, raciocínio clínico, tomada de decisão fundamentada em evidências, comunicação, ética, trabalho em equipe, atuação interprofissional, promoção da saúde, prevenção de agravos e compreensão da organização dos serviços e sistemas de saúde.

A supervisão e a preceptoria constituem elementos essenciais para o desenvolvimento das atividades, proporcionando orientação ao estudante, acompanhamento de seu desempenho e oportunidades sistemáticas de reflexão sobre a prática.

A avaliação do Internato é realizada de acordo com os critérios e instrumentos definidos no Projeto Pedagógico do Curso e nas normas institucionais aplicáveis, considerando as competências previstas para essa etapa da formação.

Os resultados do acompanhamento dos estudantes, dos cenários de prática e dos processos de supervisão e preceptoria constituem subsídios para o aperfeiçoamento contínuo da organização do Internato.

4.7.3 Atividades Complementares

As Atividades Complementares, quando previstas na organização curricular dos cursos de graduação, constituem oportunidades de ampliação e diversificação da formação acadêmica, possibilitando aos estudantes participar de experiências relacionadas aos seus interesses acadêmicos, científicos, culturais, profissionais e sociais.

Sua finalidade é complementar o percurso formativo desenvolvido no curso, favorecendo a autonomia do estudante e o contato com experiências que contribuam para o desenvolvimento das competências estabelecidas no perfil do egresso.

Podem ser consideradas, observados os critérios previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e na regulamentação institucional, atividades relacionadas à pesquisa e iniciação científica, monitoria, eventos acadêmicos e científicos, cursos, atividades culturais, ações de responsabilidade social, experiências de inovação e empreendedorismo, representação estudantil, estágios não obrigatórios e outras atividades formativas compatíveis com os objetivos do curso.

As Atividades Complementares podem ser realizadas no âmbito da FAMINAS ou em outras instituições e organizações, desde que atendam aos requisitos acadêmicos e aos procedimentos de comprovação e validação estabelecidos institucionalmente.

A carga horária, as categorias admitidas, os limites de aproveitamento, os critérios de validação e os procedimentos de registro são definidos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e nas normas institucionais aplicáveis, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as especificidades de cada formação.

A diversificação das experiências constitui princípio importante para as Atividades Complementares, evitando que seu cumprimento seja reduzido à acumulação de certificados ou de carga horária sem relação significativa com os objetivos formativos.

Seu acompanhamento deve, portanto, considerar não apenas o cumprimento quantitativo da carga horária prevista, mas também a aderência das atividades realizadas à formação acadêmica do estudante e aos critérios estabelecidos pelo curso.

4.7.4 Avaliação e Melhoria Contínua

Os estágios, as práticas profissionais, o Internato Médico e as Atividades Complementares são acompanhados no âmbito dos processos acadêmicos correspondentes, respeitadas suas diferentes características e formas de organização.

No caso dos estágios e das práticas profissionais, o acompanhamento pode considerar informações relacionadas ao desempenho dos estudantes, às condições dos campos, à supervisão, à preceptoria, quando aplicável, e à adequação das experiências aos objetivos formativos.

A percepção dos estudantes e dos profissionais envolvidos nos cenários de prática constitui fonte relevante de informação para a identificação de potencialidades e necessidades de aperfeiçoamento.

No Internato Médico, o acompanhamento considera as especificidades dessa etapa da formação e os mecanismos definidos pelo curso para avaliação das competências dos estudantes, dos cenários de aprendizagem e dos processos de supervisão e preceptoria.

Nas Atividades Complementares, o acompanhamento concentra-se no cumprimento dos requisitos estabelecidos, na diversidade e pertinência das experiências realizadas e em sua contribuição para o percurso formativo.

As informações produzidas por esses processos podem subsidiar as Coordenações de Curso, os Núcleos Docentes Estruturantes e as demais instâncias acadêmicas competentes na análise das experiências formativas e na proposição de medidas de aperfeiçoamento.

Dessa forma, a qualidade dos estágios, das práticas profissionais e das demais experiências contempladas nesta política não é compreendida apenas pelo cumprimento de cargas horárias ou requisitos formais. Sua efetividade depende da coerência entre os objetivos formativos, as experiências proporcionadas aos estudantes, as condições de acompanhamento e os resultados identificados, permitindo que as evidências produzidas contribuam para o contínuo aperfeiçoamento dos cursos.

4.8 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS ACADÊMICAS E COMPROMISSOS FORMATIVOS

As políticas acadêmicas do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS constituem um conjunto articulado de princípios, diretrizes e práticas orientado pela missão institucional, pelo perfil do egresso e pelos objetivos estabelecidos neste Plano de Desenvolvimento Institucional.

A formação acadêmica é compreendida em perspectiva integral, articulando desenvolvimento científico e profissional, formação ética e cidadã, responsabilidade social, autonomia intelectual, pensamento crítico e capacidade de atuação diante dos desafios contemporâneos.

Nesse contexto, as políticas de ensino, pesquisa e extensão, com a inovação integrada transversalmente aos processos acadêmicos, convergem para a construção de experiências formativas que aproximem conhecimento, investigação, prática profissional e realidade social.

Essa concepção materializa-se nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e nas diferentes experiências que compõem os percursos formativos, incluindo os processos de ensino e aprendizagem, a pesquisa e a iniciação científica, a extensão, as práticas profissionais, os estágios, as experiências complementares, as ações de inclusão e acessibilidade e as iniciativas relacionadas à diversidade, aos direitos humanos, à cultura e à responsabilidade socioambiental.

O Ecossistema de Aprendizagem FAMINAS constitui referência para a articulação dessas dimensões, orientando práticas que valorizem a participação do estudante, a contextualização do conhecimento, a integração entre diferentes experiências acadêmicas e o desenvolvimento progressivo das competências previstas nos perfis dos egressos.

A Instituição busca, nesse processo, favorecer o desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade, do pensamento crítico, da capacidade investigativa, da criatividade, da comunicação, da colaboração e da tomada de decisão ética e fundamentada, considerando as características das diferentes áreas de formação e as transformações dos contextos profissionais e sociais.

A formação promovida pela FAMINAS também se orienta pelo respeito à dignidade humana, à diversidade, aos direitos humanos, à equidade e à acessibilidade, bem como pela responsabilidade social e socioambiental. Esses princípios perpassam as políticas e práticas acadêmicas e contribuem para a formação de profissionais capazes de

compreender os contextos nos quais atuam e de exercer suas atividades com responsabilidade ética e social.

A aprendizagem ao longo da vida integra essa concepção formativa, considerando que as transformações científicas, tecnológicas, profissionais e sociais exigem capacidade permanente de atualização, reflexão, adaptação e desenvolvimento.

A efetividade das políticas acadêmicas é acompanhada por meio dos processos institucionais de avaliação e gestão, dos resultados acadêmicos, das avaliações internas e externas, das informações provenientes dos cursos e das demais evidências produzidas no desenvolvimento das atividades institucionais. Esses elementos subsidiam a identificação de potencialidades, fragilidades e necessidades de intervenção e contribuem para a revisão e o aperfeiçoamento das práticas acadêmicas.

A integração das políticas apresentadas neste capítulo evidencia, portanto, que a formação acadêmica não resulta de ações isoladas, mas da coerência entre o projeto institucional, os currículos, as práticas pedagógicas, as experiências formativas, os mecanismos de acompanhamento e as condições oferecidas aos estudantes ao longo de sua trajetória.

Dessa forma, o CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS orienta sua organização acadêmica para que os princípios e objetivos estabelecidos neste PDI se traduzam em experiências formativas coerentes com os perfis dos egressos e com as responsabilidades próprias da educação superior. A qualidade dessa formação é compreendida como processo permanente, sustentado pela articulação entre planejamento, desenvolvimento das políticas acadêmicas, avaliação de resultados e utilização das evidências para o aperfeiçoamento institucional.

5 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS compreende o planejamento e a avaliação institucional como processos permanentes, articulados e estratégicos para o desenvolvimento da Instituição, para o acompanhamento de sua missão e para a implementação dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional.

O planejamento institucional orienta a definição de prioridades e ações, enquanto a avaliação produz evidências sobre o desenvolvimento das políticas, dos processos e dos resultados institucionais. A articulação entre essas dimensões possibilita identificar potencialidades, fragilidades, riscos e oportunidades de aperfeiçoamento e fundamentar decisões relacionadas ao desenvolvimento acadêmico e administrativo.

Nessa perspectiva, a avaliação institucional não se restringe ao atendimento das exigências regulatórias ou à produção de indicadores de satisfação. Constitui processo sistemático de autoconhecimento institucional, análise crítica e produção de informações destinado a subsidiar o planejamento, a tomada de decisão e a melhoria contínua.

A Política de Planejamento e Avaliação Institucional fundamenta-se nos princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES e considera a autoavaliação, a avaliação externa, os indicadores de qualidade, os resultados acadêmicos e as demais evidências institucionais como fontes complementares para a compreensão do desenvolvimento da Instituição.

A autoavaliação institucional ocupa posição central nesse processo e é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação — CPA, respeitadas sua autonomia de atuação e as competências estabelecidas pela legislação e pela regulamentação institucional.

A CPA constitui instância permanente de avaliação e desempenha papel estratégico na produção, sistematização e análise de evidências sobre a realidade institucional, favorecendo a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil e contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura institucional de avaliação.

Sua atuação não se encerra na aplicação dos instrumentos avaliativos ou na elaboração dos relatórios. Os resultados da autoavaliação são analisados e comunicados às instâncias institucionais competentes, de modo a subsidiar a definição de prioridades, a

elaboração de planos de melhoria e o acompanhamento das ações decorrentes das necessidades identificadas.

A Instituição reconhece, nesse sentido, a importância da preservação da autonomia da CPA na condução do processo de autoavaliação, na definição dos procedimentos avaliativos de sua competência, na análise dos resultados e na elaboração de seus relatórios, sem prejuízo da necessária articulação com a gestão e com os diferentes segmentos institucionais para a obtenção das informações e para a implementação das ações de melhoria.

A participação da comunidade acadêmica constitui princípio fundamental da política de avaliação. Estudantes, docentes, técnicos-administrativos e representantes da sociedade civil participam do processo de acordo com sua natureza e com os mecanismos definidos institucionalmente, contribuindo para que diferentes perspectivas sejam consideradas na compreensão da realidade institucional.

Além dos instrumentos próprios de autoavaliação, a análise institucional pode considerar, quando pertinente, informações provenientes das avaliações externas, indicadores acadêmicos, resultados dos processos regulatórios, dados de desempenho e trajetória dos estudantes, manifestações da Ouvidoria, acompanhamento de egressos, avaliações dos cursos e demais fontes institucionais relevantes.

A integração dessas informações possibilita ampliar a capacidade analítica da Instituição e evitar que decisões sejam fundamentadas exclusivamente em resultados isolados ou em percepções circunstanciais.

Os resultados da avaliação são considerados nos processos de planejamento e gestão e podem subsidiar a revisão de políticas institucionais, o aperfeiçoamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, a qualificação dos processos de ensino e aprendizagem, as políticas de permanência e apoio ao estudante, o desenvolvimento de docentes e colaboradores, a infraestrutura, os serviços acadêmicos e administrativos e outras dimensões relacionadas ao desenvolvimento institucional.

A utilização dos resultados pressupõe o estabelecimento de mecanismos que permitam acompanhar as ações decorrentes das fragilidades e oportunidades de melhoria identificadas. Dessa forma, a Instituição busca estabelecer relação verificável entre evidência, análise, decisão, ação e acompanhamento dos resultados.

A devolutiva à comunidade acadêmica constitui parte integrante desse processo. A divulgação dos resultados da autoavaliação e das ações desenvolvidas a partir das evidências produzidas contribui para a transparência, para a credibilidade do processo avaliativo e para o fortalecimento da participação nos ciclos subsequentes.

A Política de Planejamento e Avaliação Institucional orienta-se pelas seguintes diretrizes:

I. consolidar a autoavaliação como processo permanente de autoconhecimento, aprendizagem e desenvolvimento institucional;

II. fortalecer a atuação autônoma e estratégica da Comissão Própria de Avaliação;

III. promover a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil nos processos de autoavaliação;

IV. produzir informações quantitativas e qualitativas confiáveis e relevantes para a compreensão da realidade institucional;

V. articular os resultados da autoavaliação às demais evidências acadêmicas, administrativas e regulatórias pertinentes;

VI. fortalecer a utilização dos resultados da avaliação nos processos de planejamento e tomada de decisão;

VII. estabelecer mecanismos de acompanhamento das ações de melhoria decorrentes dos processos avaliativos;

VIII. promover a divulgação dos resultados e das ações desenvolvidas, fortalecendo a transparência e a participação institucional;

IX. contribuir para o acompanhamento das políticas, objetivos e metas estabelecidos no PDI;

X. fortalecer a cultura de avaliação e a capacidade institucional de promover melhorias fundamentadas em evidências.

O planejamento e a avaliação constituem, assim, dimensões complementares de um mesmo processo de desenvolvimento institucional. O planejamento estabelece direções, prioridades e resultados esperados; a avaliação produz evidências sobre sua

implementação e seus efeitos; e a análise dessas evidências subsidia decisões e ações de aperfeiçoamento.

Essa dinâmica configura um ciclo permanente de planejamento, implementação, avaliação, análise, decisão, intervenção e reavaliação, permitindo que o desenvolvimento institucional seja acompanhado de forma sistemática e que os resultados produzidos retornem ao planejamento como fonte de aprendizagem e melhoria contínua.

5.1 PLANEJAMENTO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O planejamento da autoavaliação institucional do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS orienta a organização sistemática dos processos destinados ao conhecimento e à análise da realidade institucional, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional, com a legislação vigente e com os princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES.

A autoavaliação é conduzida pela Comissão Própria de Avaliação — CPA, com autonomia de atuação no âmbito de suas competências, participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada e articulação com as instâncias institucionais necessárias ao desenvolvimento do processo avaliativo.

Seu planejamento considera a missão, os objetivos e as políticas estabelecidos no PDI, as dimensões do SINAES, as características da Instituição e as evidências necessárias ao acompanhamento de seu desenvolvimento. Dessa forma, a autoavaliação busca produzir informações que permitam analisar não apenas a percepção da comunidade acadêmica, mas também a implementação e os resultados das políticas e ações institucionais.

O planejamento avaliativo é estruturado de forma a assegurar continuidade entre os diferentes ciclos de autoavaliação, possibilitando acompanhar a evolução dos resultados, identificar tendências, verificar a permanência ou superação de fragilidades e analisar os efeitos das ações implementadas.

Essa perspectiva permite que cada ciclo avaliativo dialogue com os resultados dos ciclos anteriores e contribua para os ciclos subsequentes, fortalecendo o caráter processual da autoavaliação e evitando sua redução a levantamentos pontuais e desconectados do desenvolvimento institucional.

Diretrizes para o Planejamento da Autoavaliação

O planejamento da autoavaliação institucional orienta-se pelas seguintes diretrizes:

I. assegurar a autonomia da CPA na condução dos processos internos de avaliação, respeitadas as competências estabelecidas pela legislação e pelas normas institucionais;

II. manter coerência entre o processo de autoavaliação, o Plano de Desenvolvimento Institucional e as políticas institucionais;

III. contemplar, ao longo dos ciclos avaliativos, as dimensões e os eixos estabelecidos no âmbito do SINAES;

IV. promover a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada;

V. utilizar abordagens quantitativas e qualitativas adequadas à natureza dos aspectos avaliados;

VI. considerar diferentes fontes de evidência para ampliar a compreensão da realidade institucional;

VII. possibilitar análises comparativas e históricas que permitam acompanhar a evolução dos resultados;

VIII. incorporar ao processo de análise, quando pertinentes, os resultados das avaliações externas e outros indicadores institucionais e regulatórios;

IX. assegurar a divulgação e a apropriação dos resultados pelos diferentes segmentos institucionais;

X. acompanhar os desdobramentos decorrentes das fragilidades e oportunidades de melhoria identificadas nos processos avaliativos;

XI. produzir informações capazes de subsidiar o planejamento, a revisão das políticas institucionais e a melhoria contínua;

XII. revisar periodicamente os próprios processos, instrumentos e estratégias de autoavaliação, considerando sua efetividade e as transformações institucionais e regulatórias.

Organização dos Ciclos de Autoavaliação

A autoavaliação institucional é organizada em ciclos planejados pela CPA, considerando as dimensões previstas no SINAES, as necessidades institucionais e os objetivos estabelecidos para cada período avaliativo.

O planejamento de cada ciclo define os aspectos a serem avaliados, os segmentos participantes, os instrumentos e procedimentos de coleta e análise, o cronograma, as estratégias de sensibilização e comunicação, as formas de sistematização das informações e os mecanismos de divulgação e acompanhamento dos resultados.

A organização dos ciclos deve possibilitar uma abordagem abrangente da Instituição ao longo do período de vigência do PDI, permitindo que as diferentes dimensões institucionais sejam avaliadas e analisadas de forma articulada.

A periodicidade e a distribuição dos processos avaliativos devem considerar a necessidade de obtenção de informações relevantes para a gestão sem produzir sobreposição excessiva de instrumentos ou desgaste da participação da comunidade acadêmica.

A CPA pode revisar instrumentos, procedimentos e estratégias de avaliação quando as análises demonstrarem necessidade de aprimoramento metodológico, preservando, sempre que pertinente, condições que possibilitem a análise da evolução histórica dos resultados.

Fontes de Evidência para a Autoavaliação

A autoavaliação institucional não se limita aos resultados dos questionários de percepção aplicados à comunidade acadêmica.

Para ampliar a capacidade de compreensão da realidade institucional, a CPA pode considerar e articular, de acordo com os objetivos de cada processo avaliativo, diferentes fontes de informação e evidências institucionais, entre as quais:

I. resultados dos instrumentos próprios de autoavaliação;
II. manifestações qualitativas dos diferentes segmentos participantes;
III. indicadores acadêmicos e institucionais pertinentes;

IV. resultados das avaliações externas institucionais e de cursos;

V. resultados e indicadores relacionados ao desempenho dos estudantes, quando aplicáveis à análise institucional;

VI. informações provenientes dos processos de acompanhamento dos cursos;

VII. manifestações e informações produzidas pelos canais institucionais de escuta;

VIII. informações relacionadas à trajetória acadêmica e à experiência dos estudantes;

IX. resultados de pesquisas e mecanismos de acompanhamento de egressos, quando disponíveis;

X. documentos, relatórios e demais evidências pertinentes às dimensões avaliadas.

A utilização de diferentes fontes permite realizar análises mais contextualizadas e reduzir o risco de interpretar isoladamente indicadores ou percepções, favorecendo diagnósticos institucionais mais consistentes.

Etapas do Processo de Autoavaliação

O processo de autoavaliação compreende etapas articuladas que asseguram continuidade entre planejamento, produção das evidências, análise e utilização dos resultados.

I. Planejamento

Definição dos objetivos, dimensões e aspectos a serem avaliados, segmentos participantes, procedimentos metodológicos, instrumentos, cronograma e estratégias de comunicação.

II. Sensibilização e Mobilização

Desenvolvimento de estratégias destinadas a ampliar a compreensão da comunidade acadêmica sobre a finalidade da autoavaliação e estimular sua participação consciente no processo.

III. Produção e Coleta das Informações

Aplicação dos instrumentos e obtenção das informações e evidências necessárias ao processo avaliativo, observados os procedimentos definidos pela CPA.

IV. Tratamento e Análise

Organização, consolidação e interpretação das informações quantitativas e qualitativas, considerando o contexto institucional, as séries históricas disponíveis e outras evidências pertinentes.

V. Sistematização dos Resultados

Construção dos diagnósticos e relatórios de autoavaliação, com identificação de potencialidades, fragilidades, tendências e oportunidades de aperfeiçoamento.

VI. Divulgação e Apropriação

Apresentação dos resultados aos diferentes segmentos e instâncias institucionais, utilizando estratégias de comunicação adequadas aos públicos e às finalidades das informações produzidas.

VII. Encaminhamento das Necessidades de Melhoria

Comunicação das fragilidades e oportunidades identificadas às instâncias competentes, subsidiando a análise e a definição das ações institucionais pertinentes.

VIII. Acompanhamento dos Desdobramentos

Acompanhamento, pela CPA, das respostas institucionais relacionadas aos principais resultados da autoavaliação, preservada a competência das instâncias gestoras para definição e execução das ações.

IX. Reavaliação

Análise, nos ciclos subsequentes, da evolução dos aspectos avaliados, buscando identificar mudanças, permanências e resultados relacionados às ações implementadas.

Integração entre Autoavaliação e PDI

A relação entre autoavaliação e planejamento institucional é estabelecida de forma contínua e bidirecional. O PDI constitui uma das referências para a definição dos aspectos a serem acompanhados pela avaliação institucional, enquanto os resultados da autoavaliação produzem evidências que podem subsidiar o monitoramento, a revisão e o aperfeiçoamento do próprio planejamento.

Nesse processo, a CPA contribui para o acompanhamento do desenvolvimento institucional por meio da produção de análises e evidências relacionadas às políticas, aos objetivos e às ações previstas no PDI, sem assumir as atribuições próprias das instâncias responsáveis por sua execução e gestão.

Os resultados das avaliações internas e externas, quando analisados de forma integrada, possibilitam verificar a coerência entre o planejamento institucional e as práticas efetivamente desenvolvidas e identificar necessidades de manutenção, revisão ou aperfeiçoamento das ações.

Dessa forma, o planejamento da autoavaliação institucional estabelece um ciclo contínuo de produção e utilização de evidências, no qual os resultados de cada período contribuem para a compreensão da trajetória institucional e para o aperfeiçoamento dos processos subsequentes.

A efetividade da autoavaliação é compreendida, portanto, não apenas pela realização dos instrumentos ou pelo nível de participação alcançado, mas pela qualidade das análises produzidas, pela apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e pela capacidade de evidenciar sua contribuição para o desenvolvimento institucional.

5.2 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO — CPA

A Comissão Própria de Avaliação — CPA constitui a instância responsável pela condução dos processos internos de autoavaliação do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS, pela sistematização e análise das informações produzidas e pela prestação das informações pertinentes aos processos de avaliação institucional, em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES e com a regulamentação institucional.

A atuação da CPA fundamenta-se nos princípios da autonomia, participação, representatividade, transparência, continuidade, responsabilidade institucional e utilização da avaliação como instrumento de autoconhecimento e melhoria.

No exercício de suas atribuições, a CPA possui atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados da Instituição, preservando-se sua independência na condução dos processos de autoavaliação, na análise dos resultados e na elaboração dos relatórios de sua competência.

Essa autonomia não implica isolamento institucional. A efetividade da autoavaliação pressupõe interlocução permanente com os diferentes segmentos da comunidade acadêmica e com as áreas acadêmicas e administrativas, tanto para a compreensão da realidade institucional quanto para a comunicação dos resultados e o acompanhamento de seus desdobramentos.

Composição e Representatividade

A composição da CPA assegura a participação dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo e da sociedade civil organizada, observada a legislação vigente e vedada a composição que privilegie maioria absoluta de qualquer dos segmentos representados.

Os membros da Comissão e seus respectivos mandatos são formalizados por ato institucional próprio, de acordo com os critérios estabelecidos em sua regulamentação, e sua composição é divulgada pelos canais institucionais pertinentes.

A diversidade de perspectivas presente na Comissão contribui para ampliar a compreensão dos fenômenos institucionais e fortalecer o caráter participativo da autoavaliação.

A participação dos representantes não se limita, entretanto, à presença formal na composição da CPA. A Instituição busca assegurar condições para que seus membros participem efetivamente do planejamento, da análise, da discussão dos resultados, da elaboração dos relatórios e das demais atividades relacionadas às atribuições da Comissão.

Competências da CPA

No âmbito da política institucional de autoavaliação, compete à Comissão Própria de Avaliação:

I. conduzir os processos internos de autoavaliação institucional;

II. elaborar e acompanhar o planejamento dos ciclos de autoavaliação;

III. definir e revisar, no âmbito de suas competências, procedimentos, metodologias e instrumentos de avaliação;

IV. promover estratégias de sensibilização e participação dos diferentes segmentos institucionais;

V. acompanhar a aplicação dos instrumentos e a produção das informações necessárias à autoavaliação;

VI. sistematizar e analisar os resultados quantitativos e qualitativos produzidos nos processos avaliativos;

VII. articular, quando pertinente, os resultados da autoavaliação com outras evidências institucionais e resultados de avaliações externas;

VIII. identificar potencialidades, fragilidades, tendências e oportunidades de aperfeiçoamento institucional;

IX. elaborar os relatórios de autoavaliação institucional de sua competência, observadas as orientações e os prazos aplicáveis;

X. divulgar os resultados da autoavaliação aos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, respeitadas a natureza e a finalidade das informações;

XI. encaminhar às instâncias institucionais competentes os resultados e as necessidades de melhoria identificados;

XII. acompanhar os desdobramentos institucionais relacionados aos principais resultados da autoavaliação, sem assumir atribuições executivas próprias da gestão;

XIII. analisar, nos ciclos avaliativos subsequentes, a evolução das fragilidades, potencialidades e demais aspectos acompanhados;

XIV. contribuir, por meio das evidências produzidas, para o acompanhamento do PDI e para o aperfeiçoamento das políticas institucionais;

XV. avaliar periodicamente a efetividade do próprio processo de autoavaliação e promover os aprimoramentos metodológicos necessários;

XVI. prestar as informações relativas à autoavaliação institucional nos termos da legislação aplicável.

Autonomia e Relação com a Gestão Institucional

A relação entre a CPA e a gestão institucional orienta-se pela complementaridade entre avaliação e gestão, preservadas as respectivas competências.

À CPA compete produzir e analisar evidências, elaborar diagnósticos, identificar potencialidades e fragilidades, comunicar resultados e acompanhar seus desdobramentos. Às instâncias acadêmicas e administrativas competentes cabe analisar as questões relacionadas às suas áreas de responsabilidade, definir prioridades, estabelecer planos de ação, alocar recursos quando necessários, implementar as intervenções pertinentes e acompanhar sua execução.

Essa distinção fortalece a credibilidade da autoavaliação, evitando que a instância responsável pela avaliação se confunda com as áreas responsáveis pela execução das políticas e ações avaliadas.

Ao mesmo tempo, a Instituição assegura à CPA acesso às informações necessárias ao desenvolvimento de suas atribuições e interlocução com as áreas acadêmicas e administrativas, de modo a favorecer análises contextualizadas e fundamentadas.

Os resultados produzidos pela Comissão são encaminhados às instâncias competentes de acordo com sua natureza, podendo subsidiar decisões relacionadas às políticas acadêmicas, aos cursos, à experiência e permanência estudantil, à infraestrutura, aos serviços, às políticas de pessoal, à gestão e às demais dimensões institucionais.

Fortalecimento da Capacidade Analítica da CPA

A atuação da CPA busca avançar progressivamente de uma perspectiva predominantemente descritiva para uma abordagem analítica da realidade institucional.

Para isso, os resultados das pesquisas de percepção são analisados em seu contexto e, quando pertinente, articulados a outras fontes de informação, possibilitando identificar relações, tendências, recorrências e aspectos que demandem investigação mais aprofundada.

A análise de séries históricas permite acompanhar a evolução dos resultados e distinguir situações circunstanciais de questões persistentes. Da mesma forma, a análise por segmentos, cursos ou outras unidades de observação pertinentes pode contribuir para identificar especificidades que não seriam evidenciadas apenas por resultados institucionais agregados.

As manifestações qualitativas constituem fonte complementar relevante para a interpretação dos indicadores quantitativos, permitindo aprofundar a compreensão das experiências e percepções da comunidade acadêmica.

Quando necessário, os resultados podem ser confrontados com informações provenientes de outras fontes institucionais, favorecendo diagnósticos mais consistentes e decisões fundamentadas em conjuntos de evidências.

A ampliação da capacidade analítica da CPA fortalece sua contribuição para o desenvolvimento institucional sem alterar a natureza de suas atribuições: cabe à Comissão avaliar e produzir conhecimento sobre a Instituição, enquanto às instâncias competentes cabe deliberar e executar as intervenções decorrentes.

Acompanhamento dos Desdobramentos da Autoavaliação

O encerramento de um ciclo de autoavaliação não ocorre com a publicação do relatório. Os resultados relevantes são comunicados às áreas competentes e seus desdobramentos passam a integrar o acompanhamento realizado pela CPA.

Esse acompanhamento busca identificar as respostas institucionais às principais fragilidades e oportunidades de melhoria apontadas, as ações desenvolvidas pelas áreas responsáveis e, sempre que possível, evidências relacionadas aos resultados alcançados.

A CPA não assume a gestão dos planos de ação nem substitui as instâncias responsáveis por sua execução. Sua atuação concentra-se no acompanhamento avaliativo dos desdobramentos e na verificação, em ciclos posteriores, da evolução dos aspectos identificados.

Essa sistemática permite estabelecer uma trilha institucional entre o resultado da avaliação, sua análise, o encaminhamento às áreas responsáveis, as providências adotadas e a posterior reavaliação, fortalecendo a rastreabilidade e a utilização efetiva das evidências produzidas.

Condições Institucionais para Atuação da CPA

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS busca assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento das atribuições da CPA, incluindo acesso às informações institucionais

pertinentes, recursos tecnológicos, canais de comunicação e suporte institucional compatível com as atividades de planejamento, coleta, análise, divulgação e acompanhamento.

A Instituição também reconhece a importância da formação e do desenvolvimento permanente dos integrantes da Comissão, especialmente em relação ao SINAES, aos processos de avaliação da educação superior, às metodologias de pesquisa e análise de dados e às transformações das políticas públicas e dos referenciais avaliativos aplicáveis ao ensino superior.

O fortalecimento da CPA pressupõe, portanto, não apenas sua existência formal ou a ampliação do número de instrumentos avaliativos, mas condições efetivas para o exercício de sua autonomia, qualificação técnica, capacidade analítica, interlocução institucional e acompanhamento dos resultados produzidos.

Dessa forma, a Comissão Própria de Avaliação consolida-se como instância estratégica de autoconhecimento institucional, contribuindo para que a avaliação ultrapasse a produção periódica de informações e se constitua em processo permanente de análise, aprendizagem institucional e melhoria contínua.

5.3 PARTICIPAÇÃO E ESCUTA DA COMUNIDADE ACADÊMICA

A participação da comunidade acadêmica constitui princípio fundamental da autoavaliação institucional do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS e contribui para a legitimidade, a abrangência e a qualidade das análises produzidas pela Comissão Própria de Avaliação — CPA.

A Instituição compreende que a participação nos processos avaliativos ultrapassa o preenchimento dos instrumentos de pesquisa. Pressupõe criar condições para que estudantes, docentes, técnicos-administrativos e representantes da sociedade civil organizada compreendam as finalidades da autoavaliação, expressem suas percepções, tenham acesso aos resultados pertinentes e reconheçam a contribuição de sua participação para o desenvolvimento institucional.

Nessa perspectiva, a CPA desenvolve estratégias de sensibilização, comunicação e mobilização adequadas aos diferentes públicos, buscando ampliar a participação consciente e fortalecer progressivamente a cultura de avaliação.

Participação dos Segmentos Institucionais

Os processos de autoavaliação contemplam a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, considerando suas experiências, formas de inserção institucional e possibilidades de contribuição para a análise das dimensões avaliadas.

A participação dos estudantes possibilita conhecer aspectos relacionados à experiência acadêmica, aos processos formativos, aos serviços e às condições institucionais que integram sua trajetória.

A participação dos docentes contribui para a compreensão dos processos acadêmicos e pedagógicos, das condições relacionadas ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e de outros aspectos pertinentes à atuação institucional.

Os técnicos-administrativos contribuem com perspectivas relacionadas aos processos, serviços, condições de trabalho e funcionamento das diferentes áreas institucionais.

A participação da sociedade civil organizada, no âmbito da CPA e em outros mecanismos pertinentes de interlocução, amplia a compreensão da relação entre a Instituição e a sociedade e contribui para incorporar perspectivas externas ao processo de autoavaliação.

As informações provenientes dos diferentes segmentos são analisadas considerando os contextos em que são produzidas, evitando que resultados agregados ocultem especificidades relevantes para a compreensão da realidade institucional.

Sensibilização e Mobilização

A sensibilização integra o processo de autoavaliação e busca ampliar a compreensão sobre sua finalidade, importância e utilização.

As estratégias de mobilização são planejadas considerando os diferentes públicos e os ciclos avaliativos, podendo utilizar canais institucionais de comunicação, ambientes digitais, reuniões, encontros acadêmicos, materiais informativos e outras formas de aproximação compatíveis com as características da comunidade acadêmica.

A comunicação relacionada à autoavaliação busca esclarecer os objetivos dos instrumentos, os períodos de participação, os públicos envolvidos e a forma como os resultados contribuem para o conhecimento e o aperfeiçoamento institucional.

Durante os períodos de aplicação, a CPA acompanha os níveis de participação dos segmentos e pode desenvolver estratégias adicionais de sensibilização quando identificada a necessidade de ampliar a representatividade das respostas.

O acompanhamento da participação não possui finalidade meramente quantitativa. Os índices de adesão são analisados também como elementos relacionados à representatividade e à confiabilidade das interpretações produzidas, respeitadas as características metodológicas de cada instrumento.

Escuta Institucional e Diversidade de Fontes

Os instrumentos de autoavaliação coordenados pela CPA constituem mecanismos relevantes de escuta da comunidade acadêmica, mas não representam a única fonte de informação sobre a experiência institucional.

Quando pertinente aos objetivos da análise, os resultados da autoavaliação podem dialogar com informações provenientes de outros canais e processos institucionais, tais como Ouvidoria, representações estudantis, colegiados, Núcleos Docentes Estruturantes, mecanismos de acompanhamento dos estudantes e egressos e demais formas institucionais de escuta e participação.

Essas fontes possuem naturezas, finalidades e metodologias distintas e não são tratadas como equivalentes aos instrumentos próprios da CPA. Sua utilização complementar busca contextualizar resultados, identificar convergências ou divergências e aprofundar a compreensão de questões relevantes.

As manifestações qualitativas registradas nos instrumentos de autoavaliação também constituem importante fonte de escuta. Críticas, sugestões, percepções e demais contribuições são analisadas em conjunto com os resultados quantitativos, observadas as limitações metodológicas inerentes às respostas espontâneas.

A articulação entre diferentes fontes contribui para que a avaliação institucional seja capaz de captar não apenas níveis de satisfação ou concordância, mas também

experiências, expectativas, dificuldades e oportunidades de melhoria percebidas pela comunidade.

Representatividade e Qualidade da Participação

A CPA acompanha os índices de participação nos processos avaliativos e analisa sua distribuição entre os diferentes segmentos, buscando identificar situações de baixa adesão ou representação insuficiente que possam comprometer a interpretação dos resultados.

A análise da participação considera a necessidade de contextualização dos dados. Resultados produzidos a partir de diferentes níveis de adesão são interpretados de acordo com suas condições de produção, evitando generalizações que não encontrem sustentação nas evidências disponíveis.

Sempre que necessário, a Comissão revisa suas estratégias de comunicação, sensibilização e aplicação dos instrumentos, buscando ampliar a participação e aprimorar as condições de escuta institucional.

A efetividade da participação é avaliada, portanto, não apenas pelo número de respondentes, mas também pela capacidade de incorporar diferentes perspectivas ao processo de autoconhecimento institucional.

Devolutiva à Comunidade Acadêmica

A devolutiva constitui etapa integrante da autoavaliação e representa condição importante para a consolidação da confiança e da participação da comunidade acadêmica nos ciclos avaliativos.

Após a análise dos resultados, a CPA promove sua divulgação de forma compatível com a natureza das informações e com os diferentes públicos, utilizando canais e estratégias institucionais adequados.

A comunicação busca apresentar os principais resultados, potencialidades e oportunidades de melhoria identificados, favorecendo sua compreensão e apropriação pela comunidade acadêmica.

Além da divulgação dos resultados, a Instituição busca comunicar as ações e os aprimoramentos relacionados às evidências produzidas pela autoavaliação, possibilitando à comunidade perceber os desdobramentos decorrentes de sua participação.

Nesse contexto, a estratégia institucional “CPA Ouviu, FAMINAS Atendeu” constitui mecanismo de devolutiva destinado a evidenciar ações cuja implementação possa ser relacionada aos resultados e às necessidades identificadas nos processos de autoavaliação.

A utilização dessa estratégia pressupõe a existência de evidências que permitam estabelecer relação entre o achado avaliativo e a ação comunicada, preservando a confiabilidade e a credibilidade da devolutiva institucional.

A comunicação dos resultados e de seus desdobramentos contribui para fechar o ciclo de participação: a comunidade é convidada a avaliar, seus resultados são analisados, as questões identificadas são encaminhadas às instâncias competentes e as respostas institucionais pertinentes retornam à comunidade.

Dessa forma, participação, escuta e devolutiva constituem dimensões complementares da política de autoavaliação do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS. Seu fortalecimento contribui para ampliar a legitimidade das análises produzidas, a apropriação dos resultados e a corresponsabilidade da comunidade acadêmica pelo processo permanente de desenvolvimento institucional.

5.4 ANÁLISE E UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

Os resultados da autoavaliação institucional constituem fonte relevante de evidências para o planejamento, a gestão e o desenvolvimento acadêmico e administrativo do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS.

Sua utilização fundamenta-se na compreensão de que a efetividade da avaliação não se encerra na coleta, sistematização ou divulgação das informações. Para que produza contribuição efetiva ao desenvolvimento institucional, é necessário que os resultados sejam analisados, contextualizados, encaminhados às instâncias competentes e considerados nos processos de planejamento e tomada de decisão.

Análise dos Resultados

A CPA realiza a análise dos resultados quantitativos e qualitativos produzidos nos processos de autoavaliação, considerando os objetivos dos instrumentos, os segmentos participantes, os níveis de adesão, as séries históricas disponíveis e o contexto institucional.

Sempre que pertinente, os resultados são relacionados a outras evidências institucionais, permitindo ampliar sua compreensão e identificar convergências, divergências, tendências e situações que demandem análise mais aprofundada.

A análise busca identificar:

I. potencialidades institucionais que devam ser preservadas ou fortalecidas;

II. fragilidades que demandem análise e intervenção;

III. tendências de evolução ou redução dos resultados ao longo dos ciclos avaliativos;

IV. situações recorrentes que indiquem questões de natureza estrutural;

V. especificidades relacionadas aos diferentes segmentos, cursos ou contextos institucionais;

VI. oportunidades de aperfeiçoamento das políticas, processos, serviços e condições institucionais;

VII. aspectos que demandem obtenção de evidências adicionais antes da definição de encaminhamentos.

Essa abordagem busca evitar decisões baseadas exclusivamente em resultados isolados e favorecer a compreensão das causas, contextos e possíveis implicações dos fenômenos identificados.

Encaminhamento às Instâncias Competentes

Após a análise, os resultados relevantes são sistematizados e encaminhados às instâncias acadêmicas e administrativas competentes, de acordo com a natureza das questões identificadas.

Os encaminhamentos podem envolver a gestão superior, diretorias, coordenações de curso, Núcleos Docentes Estruturantes, colegiados e setores acadêmicos ou administrativos responsáveis pelas dimensões avaliadas.

Cabe às instâncias responsáveis analisar as evidências apresentadas, considerando sua pertinência, impacto, viabilidade e relação com as prioridades institucionais, e definir as providências adequadas.

A CPA pode contribuir para a compreensão dos resultados e para o esclarecimento das evidências produzidas, preservando-se a distinção entre sua função avaliativa e as atribuições deliberativas e executivas das instâncias de gestão.

Utilização dos Resultados no Desenvolvimento Institucional

Os resultados da autoavaliação podem subsidiar, de acordo com a natureza das evidências identificadas:

I. o acompanhamento e a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional;

II. a análise e o aperfeiçoamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos;

III. os processos de revisão e desenvolvimento curricular;

IV. o aprimoramento das práticas e políticas acadêmicas;

V. as ações relacionadas à formação e ao desenvolvimento de docentes e técnicos-administrativos;

VI. as políticas e ações de permanência, apoio, inclusão e experiência estudantil;

VII. a melhoria dos serviços acadêmicos e administrativos;

VIII. o planejamento de investimentos e melhorias de infraestrutura física, tecnológica e acadêmica;

IX. o aperfeiçoamento dos processos de gestão e comunicação institucional;

X. a preparação e o acompanhamento dos processos de avaliação externa e regulação;

XI. outras decisões relacionadas às dimensões institucionais avaliadas.

A utilização dos resultados deve considerar a relevância e a consistência das evidências, evitando que toda manifestação isolada seja automaticamente convertida em ação institucional.

Integração entre Avaliação Interna e Avaliação Externa

Os resultados da autoavaliação são analisados em articulação, quando pertinente, com os resultados das avaliações externas institucionais e de cursos, indicadores de qualidade e demais informações decorrentes dos processos de avaliação e regulação da educação superior.

Essa integração permite identificar convergências e diferenças entre a percepção interna e as análises externas e contribui para uma compreensão mais abrangente da realidade institucional.

As recomendações e fragilidades identificadas nos processos externos podem ser incorporadas aos ciclos internos de acompanhamento, enquanto os resultados da autoavaliação constituem evidências relevantes para demonstrar a capacidade institucional de identificar, analisar e atuar sobre suas próprias necessidades de desenvolvimento.

A articulação entre avaliação interna e externa fortalece, assim, a capacidade de autorregulação institucional e reduz a compreensão da avaliação como atividade desenvolvida apenas em resposta aos processos regulatórios.

Avaliação, Decisão e Melhoria

A utilização institucional dos resultados observa uma lógica de continuidade:

evidência → análise → encaminhamento → decisão → ação → acompanhamento → reavaliação.

Nem toda evidência implica necessariamente uma intervenção imediata. Dependendo de sua natureza, os resultados podem indicar necessidade de aprofundamento da análise, coleta de informações adicionais, manutenção de práticas consideradas adequadas ou implementação de ações de melhoria.

Quando forem definidas ações, sua responsabilidade cabe às instâncias acadêmicas e administrativas competentes, de acordo com a natureza da intervenção.

A CPA acompanha os desdobramentos relacionados aos principais resultados e considera sua evolução nos ciclos avaliativos subsequentes, contribuindo para verificar se as questões identificadas foram mantidas, modificadas ou superadas.

Dessa forma, os resultados da autoavaliação passam a integrar um processo institucional de aprendizagem no qual as evidências produzidas contribuem para a tomada de decisão e os resultados das decisões retornam ao processo avaliativo como novos elementos de análise.

A efetividade da utilização dos resultados é evidenciada, portanto, pela capacidade institucional de demonstrar relações consistentes entre os achados da avaliação, as decisões tomadas, as ações desenvolvidas e a evolução das dimensões avaliadas.

5.5 PLANOS DE MELHORIA E ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES

As fragilidades e oportunidades de aperfeiçoamento identificadas nos processos de autoavaliação são encaminhadas às instâncias institucionais competentes para análise e definição das providências pertinentes.

Quando a natureza da situação demandar intervenção estruturada, as áreas responsáveis podem estabelecer planos de melhoria que permitam organizar e acompanhar as ações definidas.

Os planos de melhoria devem guardar relação com as evidências que lhes deram origem e, conforme a natureza das ações, podem contemplar:

I. situação ou necessidade identificada;
II. evidências que fundamentam a intervenção;
III. ação ou conjunto de ações propostas;
IV. área ou responsável pela implementação;
V. prazo ou período de execução;
VI. forma de acompanhamento;
VII. evidências de implementação;
VIII. resultados identificados após a execução.

A definição, aprovação e execução das ações são de responsabilidade das instâncias acadêmicas e administrativas competentes, conforme suas atribuições.

À CPA cabe acompanhar os desdobramentos relacionados aos resultados da autoavaliação, mantendo registros que possibilitem identificar as respostas institucionais às principais fragilidades e oportunidades de melhoria apontadas.

Esse acompanhamento favorece a rastreabilidade do processo avaliativo e possibilita verificar a relação entre os achados da avaliação e as providências institucionais adotadas.

Nos ciclos subsequentes, sempre que a natureza do aspecto avaliado permitir, a CPA considera a evolução dos resultados e as evidências relacionadas às intervenções implementadas, buscando analisar sua efetividade.

Quando os resultados demonstrarem permanência de fragilidades anteriormente identificadas, a situação poderá ser novamente analisada e encaminhada às instâncias competentes, possibilitando a revisão das estratégias adotadas.

Da mesma forma, resultados positivos e potencialidades identificadas podem ser acompanhados para verificar sua continuidade e contribuir para a disseminação de práticas institucionais consideradas efetivas.

O acompanhamento das ações de melhoria estabelece, assim, conexão entre diferentes ciclos avaliativos e contribui para que a autoavaliação institucional funcione como processo contínuo de aprendizagem, intervenção e reavaliação.

A Instituição busca, dessa forma, consolidar mecanismos que permitam demonstrar não apenas que avalia sua realidade, mas que utiliza as evidências produzidas para orientar decisões, acompanha as respostas institucionais e reavalia seus resultados.

5.6 RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO, DIVULGAÇÃO E DEVOLUTIVA DOS RESULTADOS

A sistematização e a comunicação dos resultados constituem etapas essenciais do processo de autoavaliação institucional do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS e contribuem para transformar as evidências produzidas em conhecimento institucional acessível às instâncias responsáveis pelo planejamento, pela gestão e pelo desenvolvimento acadêmico.

A Comissão Própria de Avaliação — CPA elabora os relatórios de autoavaliação de sua competência em conformidade com a legislação e com as orientações aplicáveis ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES, consolidando os resultados dos processos desenvolvidos e produzindo análises destinadas ao conhecimento e ao aperfeiçoamento institucional.

Os relatórios constituem registros da trajetória avaliativa da Instituição e possibilitam acompanhar a evolução das dimensões analisadas, identificar potencialidades e fragilidades, reconhecer tendências e verificar, ao longo dos diferentes ciclos, os desdobramentos relacionados às necessidades de melhoria anteriormente identificadas.

Elaboração e Conteúdo dos Relatórios

A elaboração dos relatórios considera a natureza e os objetivos dos processos avaliativos realizados e articula informações quantitativas e qualitativas pertinentes à compreensão da realidade institucional.

Sempre que possível e metodologicamente adequado, as análises consideram séries históricas, comparações entre ciclos, níveis de participação, especificidades dos diferentes segmentos e outras evidências capazes de contextualizar os resultados.

Os relatórios podem contemplar, de acordo com a natureza do ciclo avaliativo:

I. caracterização do processo de autoavaliação realizado;
II. procedimentos e fontes de informação utilizados;
III. participação dos diferentes segmentos;
IV. resultados quantitativos e qualitativos;
V. análise crítica das evidências produzidas;
VI. identificação de potencialidades e fragilidades;
VII. evolução de aspectos acompanhados em ciclos anteriores;
VIII. necessidades e oportunidades de aperfeiçoamento;
IX. encaminhamentos decorrentes dos resultados;
X. acompanhamento dos desdobramentos relacionados a avaliações anteriores.

A elaboração dos relatórios busca superar uma abordagem exclusivamente descritiva, privilegiando a interpretação dos resultados, sua contextualização e sua relação com o desenvolvimento institucional.

Divulgação e Apropriação dos Resultados

Os resultados da autoavaliação são comunicados aos diferentes segmentos e instâncias institucionais por meio de estratégias compatíveis com a natureza das informações e com as necessidades dos públicos envolvidos.

A divulgação busca favorecer não apenas o acesso aos resultados, mas sua compreensão e apropriação pela comunidade acadêmica, fortalecendo a transparência e a participação no processo avaliativo.

Para as instâncias responsáveis pelo planejamento e pela gestão, os resultados são apresentados com nível de detalhamento que possibilite compreender as evidências, identificar questões relacionadas às respectivas áreas de atuação e subsidiar a análise das providências pertinentes.

Para a comunidade acadêmica, a comunicação prioriza a apresentação clara dos principais resultados, das potencialidades identificadas, das oportunidades de melhoria e dos desdobramentos institucionais relacionados ao processo avaliativo.

A divulgação observa os princípios de proteção das informações, confidencialidade e respeito aos participantes, especialmente quando os dados possibilitarem identificação direta ou indireta de indivíduos ou grupos reduzidos.

Devolutiva e Evidências de Melhoria

A devolutiva à comunidade acadêmica constitui parte integrante do ciclo de autoavaliação e busca demonstrar que a participação nos processos avaliativos produz informações consideradas no desenvolvimento institucional.

Nesse contexto, o CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS utiliza a estratégia “CPA Ouviu, FAMINAS Atendeu” como mecanismo de comunicação das melhorias relacionadas às necessidades identificadas nos processos de autoavaliação.

A vinculação de uma ação a essa estratégia pressupõe a existência de evidências que permitam demonstrar sua relação com resultados produzidos pela avaliação institucional, evitando atribuir à CPA melhorias decorrentes exclusivamente de outros processos ou decisões institucionais.

As ações comunicadas podem contemplar diferentes dimensões acadêmicas e administrativas, desde que seja possível identificar o achado avaliativo que contribuiu para sua definição e a resposta institucional correspondente.

A devolutiva pode evidenciar tanto ações concluídas quanto iniciativas em desenvolvimento, desde que sua situação seja comunicada de forma transparente e compatível com as evidências disponíveis.

Essa sistemática fortalece a confiança no processo avaliativo e possibilita estabelecer uma relação verificável entre participação, avaliação, decisão institucional e melhoria.

Dessa forma, os relatórios e as estratégias de divulgação e devolutiva constituem instrumentos de transparência, memória avaliativa e aprendizagem institucional, permitindo que os resultados produzidos pela CPA sejam apropriados pelos diferentes públicos e contribuam efetivamente para o desenvolvimento do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS.

5.7 INTEGRAÇÃO ENTRE AUTOAVALIAÇÃO, AVALIAÇÃO EXTERNA E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS compreende que a avaliação institucional alcança maior efetividade quando seus diferentes componentes são analisados de forma articulada e são utilizados para ampliar o conhecimento sobre a Instituição e subsidiar seu desenvolvimento.

Nesse sentido, os resultados da autoavaliação conduzida pela CPA dialogam, quando pertinente, com as avaliações externas institucionais e de cursos, os indicadores de qualidade da educação superior, os resultados relacionados ao desempenho acadêmico e outras evidências institucionais relevantes.

A articulação dessas fontes possibilita confrontar diferentes perspectivas sobre a realidade institucional, identificar convergências e divergências, reconhecer tendências e aprofundar a compreensão das potencialidades e fragilidades existentes.

Os resultados das avaliações externas são analisados pelas instâncias institucionais competentes e podem subsidiar planos de melhoria, revisão de processos e acompanhamento das dimensões avaliadas. Quando pertinente, os aspectos identificados

externamente também podem ser incorporados aos processos internos de avaliação e acompanhamento.

Da mesma forma, a autoavaliação contribui para que a Instituição acompanhe continuamente suas políticas e práticas, possibilitando identificar necessidades de aperfeiçoamento antes que sejam evidenciadas exclusivamente por processos externos.

Essa articulação fortalece a capacidade institucional de autorregulação e contribui para que os processos regulatórios sejam compreendidos como parte de um sistema mais amplo de acompanhamento da qualidade, e não como eventos isolados.

Avaliação e Monitoramento do PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional constitui referência para o processo de avaliação institucional, na medida em que estabelece missão, políticas, objetivos, metas e diretrizes para o período de sua vigência.

As evidências produzidas pelos processos de avaliação contribuem para acompanhar a implementação das políticas e o desenvolvimento institucional e podem indicar necessidades de manutenção, aperfeiçoamento ou revisão de ações previstas no planejamento.

O monitoramento do PDI é realizado pelas instâncias institucionais responsáveis por sua execução e acompanhamento, utilizando indicadores, resultados e evidências relacionados aos objetivos e metas estabelecidos.

A CPA contribui para esse processo por meio das análises produzidas na autoavaliação, oferecendo evidências relacionadas às diferentes dimensões do desenvolvimento institucional, sem substituir as instâncias responsáveis pela gestão e pelo monitoramento executivo do Plano.

Os resultados do acompanhamento do PDI, por sua vez, podem indicar aspectos que demandem atenção nos processos de autoavaliação, estabelecendo relação contínua entre planejamento e avaliação.

Gestão Baseada em Evidências

A integração entre diferentes fontes de informação busca fortalecer uma cultura institucional na qual decisões relevantes sejam fundamentadas em evidências consistentes e contextualizadas.

A utilização de evidências não elimina a dimensão qualitativa da decisão institucional, nem pressupõe que indicadores isolados determinem automaticamente as ações a serem realizadas. Os dados são analisados à luz da missão, das políticas institucionais, das necessidades acadêmicas, das condições existentes e das prioridades estabelecidas no planejamento.

Essa perspectiva permite utilizar a avaliação como instrumento de aprendizagem institucional, possibilitando compreender os resultados alcançados, revisar estratégias e aperfeiçoar continuamente os processos acadêmicos e administrativos.

A integração entre autoavaliação, avaliação externa, indicadores e planejamento fortalece, portanto, a capacidade do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS de acompanhar seu desenvolvimento, identificar necessidades de intervenção e promover decisões fundamentadas em uma compreensão abrangente de sua realidade.

5.8 CONSOLIDAÇÃO DA CULTURA DE AVALIAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA

A consolidação de uma cultura institucional de avaliação pressupõe que avaliar seja uma prática incorporada ao desenvolvimento da Instituição e não uma atividade realizada exclusivamente em função de exigências regulatórias ou de períodos específicos do calendário acadêmico.

No CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS, essa concepção orienta a articulação entre planejamento, autoavaliação, avaliações externas, análise de evidências, tomada de decisão, implementação de melhorias e acompanhamento dos resultados.

A Comissão Própria de Avaliação ocupa posição fundamental nesse processo como instância autônoma de condução da autoavaliação institucional, produção de análises, sistematização dos resultados e acompanhamento de seus desdobramentos.

O fortalecimento da CPA integra o compromisso institucional com o aperfeiçoamento permanente da autoavaliação, abrangendo sua autonomia, representatividade, capacidade

técnica e analítica, acesso às informações necessárias ao exercício de suas atribuições, interlocução com a comunidade acadêmica e capacidade de acompanhar a evolução das dimensões avaliadas.

A gestão institucional, por sua vez, é responsável pela análise das evidências relacionadas às respectivas áreas de competência, pela definição das decisões e prioridades, pela implementação das ações pertinentes e pelo acompanhamento de sua execução, preservando-se a necessária distinção entre a função avaliativa da CPA e as atribuições executivas da gestão.

A participação da comunidade acadêmica completa essa dinâmica. A credibilidade da autoavaliação depende da capacidade de demonstrar que as contribuições recebidas são analisadas, que os resultados são divulgados e que as respostas institucionais relacionadas às evidências produzidas são comunicadas e posteriormente reavaliadas.

A cultura de avaliação se concretiza, portanto, em um ciclo permanente:

planejar → avaliar → analisar → decidir → implementar → acompanhar → comunicar → reavaliar.

Cada novo ciclo incorpora aprendizagens produzidas nos períodos anteriores, permitindo acompanhar a evolução institucional, verificar a efetividade das intervenções e identificar novas necessidades de desenvolvimento.

Essa dinâmica também favorece a produção e a preservação da memória avaliativa institucional, possibilitando compreender não apenas os resultados alcançados em determinado momento, mas sua evolução, os fatores que contribuíram para mudanças e os desafios que permanecem ao longo do período de vigência do PDI.

A efetividade da política de avaliação institucional será evidenciada, assim, pela coerência entre os processos realizados, a qualidade das análises produzidas, a participação da comunidade, a utilização dos resultados, a rastreabilidade das ações decorrentes e a capacidade de demonstrar evolução institucional ao longo do tempo.

Dessa forma, planejamento e avaliação integram um sistema contínuo de aprendizagem e desenvolvimento institucional, no qual a produção de evidências, a reflexão crítica e o acompanhamento dos resultados contribuem para o aperfeiçoamento das políticas, dos processos acadêmicos e administrativos e para a consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional.

6 PLANEJAMENTO E GESTÃO INSTITUCIONAL

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS compreende o planejamento e a gestão institucional como processos articulados e permanentes, destinados a orientar o desenvolvimento da Instituição, assegurar a implementação de suas políticas e promover o alcance dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI.

O PDI constitui o principal instrumento de planejamento institucional para o período de sua vigência e estabelece as diretrizes que orientam o desenvolvimento acadêmico e administrativo da Instituição. Sua implementação pressupõe o desdobramento dos objetivos institucionais em ações, responsabilidades, metas e mecanismos de acompanhamento capazes de subsidiar a gestão e possibilitar a análise dos resultados alcançados.

O planejamento institucional considera a missão, a visão e as políticas institucionais, bem como informações provenientes dos processos de avaliação interna e externa, indicadores acadêmicos e administrativos, resultados do acompanhamento institucional, necessidades identificadas pelas diferentes áreas e transformações do contexto educacional, social e profissional pertinentes à atuação da Instituição.

A utilização articulada dessas informações contribui para que prioridades e decisões sejam estabelecidas com base em evidências e em análise contextualizada, considerando as necessidades acadêmicas, as condições institucionais, a disponibilidade de recursos e os objetivos definidos para o período.

A gestão institucional estrutura-se por meio de instâncias estratégicas, acadêmicas, administrativas, colegiadas, técnicas e de apoio, com competências definidas no Regimento Geral e nas demais normativas institucionais. A delimitação de responsabilidades e a articulação entre essas instâncias favorecem a implementação das políticas institucionais e a clareza dos processos de análise, decisão, execução e acompanhamento.

A governança institucional orienta-se pelos princípios da ética, transparência, participação, responsabilidade, eficiência, sustentabilidade e respeito às competências das diferentes instâncias. A participação colegiada integra essa estrutura e possibilita que

matérias acadêmicas e institucionais sejam analisadas e deliberadas de acordo com a natureza e as atribuições dos órgãos competentes.

A gestão acadêmica e administrativa busca assegurar coerência entre o planejamento institucional, os Projetos Pedagógicos dos Cursos, as políticas acadêmicas, os processos administrativos e as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades da Instituição.

Nesse processo, os resultados da autoavaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação — CPA constituem uma das fontes de evidência consideradas no planejamento e na gestão, juntamente com resultados das avaliações externas, indicadores acadêmicos e administrativos e outras informações institucionais pertinentes. Preservam-se, em todos os casos, a autonomia e as competências próprias da CPA e das instâncias responsáveis pela tomada de decisão e pela execução das ações.

O acompanhamento do PDI permite verificar a evolução dos objetivos e das metas institucionais, identificar necessidades de intervenção e subsidiar a revisão das estratégias adotadas. As instâncias responsáveis pelo desenvolvimento das ações acompanham sua execução e seus resultados, produzindo informações que contribuem para o monitoramento institucional.

Planejamento, execução, monitoramento e avaliação articulam-se, dessa forma, em um processo contínuo de gestão, no qual os resultados obtidos constituem subsídios para a tomada de decisão e para o aperfeiçoamento das ações institucionais.

A política de planejamento e gestão institucional orienta-se pelas seguintes diretrizes:

I. assegurar coerência entre a missão, o PDI, as políticas institucionais e as ações desenvolvidas;

II. estabelecer responsabilidades e mecanismos de acompanhamento para a implementação dos objetivos e metas institucionais;

III. fortalecer a articulação entre as instâncias estratégicas, acadêmicas, administrativas, colegiadas, técnicas e de apoio;

IV. promover processos decisórios fundamentados em evidências e adequadamente contextualizados;

V. assegurar participação colegiada nos processos de análise e deliberação, de acordo com as competências institucionais;

VI. promover a integração entre planejamento acadêmico, planejamento administrativo e disponibilidade de recursos;

VII. acompanhar sistematicamente a implementação e os resultados das políticas, objetivos, metas e ações institucionais;

VIII. utilizar os resultados das avaliações internas e externas e demais indicadores pertinentes como subsídios ao planejamento e à gestão;

IX. promover transparência, responsabilidade e clareza nos processos de gestão e tomada de decisão;

X. fortalecer a capacidade institucional de identificar necessidades, revisar estratégias e promover melhorias;

XI. preservar a autonomia acadêmica e as competências das diferentes instâncias de governança e gestão, nos limites da legislação e das normas institucionais;

XII. assegurar articulação entre planejamento institucional, gestão dos recursos e sustentabilidade acadêmica e organizacional.

A implementação dessas diretrizes busca consolidar uma dinâmica de gestão na qual planejamento, definição de responsabilidades, execução, monitoramento e aperfeiçoamento estejam permanentemente articulados.

Dessa forma, o planejamento institucional não se encerra na elaboração do PDI, mas se materializa no acompanhamento sistemático de sua implementação e na capacidade da Instituição de utilizar os resultados produzidos para orientar decisões, revisar estratégias e aperfeiçoar continuamente sua atuação acadêmica e administrativa.

6.1 PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

O planejamento institucional do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS organiza-se a partir das diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI e de seu desdobramento nos diferentes níveis de gestão acadêmica e administrativa.

A governança institucional estabelece as condições para que os objetivos e as prioridades definidos no planejamento sejam analisados, implementados e acompanhados

pelas instâncias competentes, observadas as atribuições previstas no Regimento Geral e nas demais normativas institucionais.

Essa dinâmica pressupõe articulação entre os níveis estratégico, acadêmico, administrativo e operacional, de forma que as diretrizes institucionais sejam traduzidas em ações e responsabilidades compatíveis com as competências das diferentes estruturas.

A Reitoria exerce a condução estratégica da Instituição, em articulação com os órgãos colegiados e com as demais instâncias de gestão, cabendo às Pró-Reitorias, Diretorias, Coordenações e áreas técnicas e administrativas o desdobramento das diretrizes institucionais em suas respectivas áreas de competência.

Os órgãos e as instâncias colegiadas participam dos processos de análise, proposição e deliberação de acordo com sua natureza e com as atribuições definidas institucionalmente, contribuindo para a participação da comunidade acadêmica e para a pluralidade de perspectivas nos processos decisórios.

A governança institucional busca assegurar que a tomada de decisão considere informações pertinentes à natureza das matérias analisadas, entre as quais podem se incluir resultados da autoavaliação institucional, avaliações externas, indicadores acadêmicos e administrativos, resultados do acompanhamento dos cursos, informações relacionadas à trajetória dos estudantes, dados de gestão, demandas da comunidade acadêmica e outras evidências institucionais.

A utilização dessas informações ocorre de forma contextualizada, considerando sua natureza, abrangência, consistência e relação com os objetivos institucionais, evitando que indicadores ou resultados isolados sejam utilizados como fundamento exclusivo para decisões de caráter estratégico.

Desdobramento do Planejamento Institucional

A implementação do PDI pressupõe o desdobramento de suas diretrizes, objetivos e metas nas diferentes áreas responsáveis por sua execução.

As instâncias acadêmicas e administrativas participam desse processo de acordo com suas competências, estabelecendo ações e acompanhando os resultados relacionados às responsabilidades sob sua gestão.

Esse desdobramento busca assegurar coerência entre o planejamento institucional e as atividades efetivamente desenvolvidas, permitindo identificar responsabilidades, acompanhar a implementação das ações e verificar sua contribuição para os objetivos estabelecidos no PDI.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos — PPCs constituem, no âmbito dos cursos, instrumentos fundamentais para o desdobramento das políticas e diretrizes acadêmicas institucionais, respeitadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e as especificidades das diferentes áreas de formação.

Da mesma forma, o planejamento das áreas administrativas e de apoio deve considerar as necessidades decorrentes das políticas acadêmicas e dos objetivos institucionais, contribuindo para assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e gestão.

Tomada de Decisão e Responsabilidade Institucional

Os processos decisórios observam as competências atribuídas às diferentes instâncias executivas e colegiadas, de forma a preservar a clareza das responsabilidades e evitar sobreposição de atribuições.

As decisões de natureza estratégica são conduzidas pelas instâncias competentes da gestão superior, enquanto as decisões acadêmicas, administrativas e operacionais são tratadas nos níveis correspondentes, respeitados os limites de competência e os mecanismos institucionais de articulação, deliberação e acompanhamento.

Sempre que a natureza da matéria exigir análise colegiada, as decisões são submetidas aos órgãos ou instâncias competentes, conforme estabelecido no Regimento Geral e nas demais normativas institucionais.

Essa organização favorece a responsabilização das instâncias envolvidas, a rastreabilidade dos processos decisórios e a coerência entre as decisões adotadas e as diretrizes institucionais.

Articulação entre Planejamento, Avaliação e Gestão

O planejamento institucional mantém relação permanente com os processos de avaliação e acompanhamento desenvolvidos pela Instituição.

Os resultados da autoavaliação conduzida pela CPA constituem fonte relevante de evidências para a identificação de potencialidades, fragilidades e oportunidades de aperfeiçoamento. As avaliações externas, os indicadores acadêmicos e administrativos e os demais mecanismos institucionais de acompanhamento complementam esse conjunto de informações.

Às instâncias de gestão compete analisar as evidências relacionadas às respectivas áreas de responsabilidade, definir prioridades, deliberar sobre as providências pertinentes e implementar as ações aprovadas.

Essa articulação preserva a autonomia e as atribuições próprias da CPA, dos órgãos colegiados e das instâncias executivas, estabelecendo uma relação de complementaridade entre avaliação, planejamento e gestão.

Monitoramento e Revisão do Planejamento

O acompanhamento da implementação do PDI permite verificar o desenvolvimento das ações, a evolução das metas e os resultados alcançados ao longo de seu período de vigência.

As áreas responsáveis produzem e sistematizam, de acordo com a natureza de suas atribuições, informações e evidências relacionadas à execução das ações sob sua responsabilidade, subsidiando o acompanhamento institucional.

Quando os resultados evidenciarem necessidade de adequação, as instâncias competentes podem revisar estratégias, prioridades ou ações, observados os procedimentos institucionais aplicáveis e preservada a coerência com os objetivos estabelecidos no PDI.

As informações produzidas no acompanhamento também subsidiam ciclos subsequentes de planejamento e avaliação, fortalecendo a capacidade institucional de aprender com seus resultados e aperfeiçoar sua atuação.

A governança institucional estrutura-se, assim, como mecanismo de articulação entre direcionamento estratégico, definição de responsabilidades, tomada de decisão, execução, acompanhamento e revisão, contribuindo para que o PDI se materialize nas práticas acadêmicas e administrativas do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS.

6.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E INSTÂNCIAS DE GESTÃO

A estrutura organizacional do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS está organizada de modo a assegurar a articulação entre planejamento estratégico, gestão acadêmica, gestão administrativa, participação colegiada e execução das atividades institucionais.

As competências, responsabilidades e relações entre os órgãos e as diferentes instâncias institucionais são estabelecidas no Regimento Geral e nas demais normativas aplicáveis, que constituem referência para a organização dos processos decisórios e para o funcionamento acadêmico e administrativo.

A estrutura contempla instâncias executivas de gestão, órgãos e instâncias colegiadas, estruturas técnico-acadêmicas e áreas de apoio e assessoramento, preservadas as atribuições e a natureza própria de cada uma.

A **Reitoria** constitui a instância máxima de gestão institucional e é responsável pela condução estratégica do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS, pela articulação das políticas acadêmicas e administrativas e pelo acompanhamento da implementação das diretrizes estabelecidas no PDI.

O **Conselho Universitário — CONSU** constitui órgão colegiado superior de natureza normativa, consultiva e deliberativa, nos limites estabelecidos pelo Regimento Geral. Sua relação com a Reitoria é de articulação institucional e exercício das competências próprias, não se caracterizando como relação de subordinação hierárquica.

Vinculam-se diretamente à Reitoria, conforme a estrutura institucional, a Pró-reitoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, a Pró-reitoria de Administração e Finanças e a Diretoria de Estratégia e Inovação, que atuam em suas respectivas áreas de competência e de forma articulada na implementação das políticas e diretrizes institucionais.

A **Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação** constitui a principal instância executiva de gestão acadêmica, responsável pela condução, articulação e acompanhamento das políticas institucionais relacionadas às áreas sob sua competência.

Integram sua estrutura o Núcleo Acadêmico, a Diretoria de Unidade e a Diretoria Médica, respeitadas suas atribuições e especificidades.

O **Núcleo Acadêmico** atua como estrutura técnico-acadêmica de apoio à Pró-Reitoria e às demais instâncias acadêmicas, contribuindo para a implementação, o

acompanhamento e o aprimoramento das políticas e dos processos acadêmicos institucionais.

A **Diretoria de Unidade** responde pela gestão acadêmica e administrativa no âmbito da unidade, promovendo a articulação entre as diretrizes institucionais e sua implementação local e acompanhando os processos e resultados relacionados ao funcionamento acadêmico e administrativo.

As **Coordenações de Curso**, vinculadas à estrutura de gestão da unidade, respondem pela gestão acadêmica dos respectivos cursos, pela implementação e pelo acompanhamento dos PPCs, pelo desenvolvimento do corpo docente, pelo acompanhamento dos estudantes e dos resultados acadêmicos e pela articulação com as demais instâncias relacionadas ao desenvolvimento dos cursos.

No âmbito dos cursos, os Colegiados de Curso e os Núcleos Docentes Estruturantes — NDEs exercem competências próprias de natureza colegiada. Sua atuação se articula às Coordenações de Curso sem relação de subordinação hierárquica, preservadas as atribuições estabelecidas nas normas institucionais e na regulamentação aplicável.

Estrutura de Gestão do Curso de Medicina

Considerando as especificidades acadêmicas e organizacionais da formação médica, a estrutura institucional contempla a Diretoria Médica, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação.

Vincula-se à Diretoria Médica a Coordenação Geral de Medicina, responsável pela coordenação acadêmica geral do curso e pela articulação das estruturas envolvidas em seu desenvolvimento.

Integram essa organização as Coordenações de Núcleo, responsáveis pela gestão e pelo acompanhamento das atividades acadêmicas desenvolvidas nos respectivos núcleos, conforme as competências estabelecidas institucionalmente e no PPC.

Articulam-se à Coordenação Geral de Medicina o Conselho do Curso de Medicina e o NDE de Medicina, como instâncias colegiadas, preservadas sua natureza, suas atribuições e sua autonomia de atuação nos limites das normas aplicáveis.

A organização específica da gestão acadêmica de Medicina busca assegurar articulação entre a condução institucional do curso, o acompanhamento dos diferentes núcleos formativos, a participação colegiada e o desenvolvimento contínuo do PPC.

Gestão Administrativa, Estratégia e Inovação

A Pró-Reitoria de Administração e Finanças constitui instância estratégica responsável pela gestão administrativa e financeira e pela articulação dos recursos necessários ao desenvolvimento das atividades institucionais, observadas suas competências e a relação estabelecida com a Entidade Mantenedora.

Sua atuação busca promover compatibilidade entre necessidades acadêmicas e administrativas, disponibilidade de recursos, condições de funcionamento e sustentabilidade institucional.

A Diretoria de Estratégia e Inovação atua no desenvolvimento e no acompanhamento de estratégias, projetos e iniciativas relacionados ao planejamento estratégico, à inovação e ao aprimoramento dos processos institucionais.

Vincula-se a essa Diretoria a área de Garantia da Qualidade, que atua no acompanhamento de processos e indicadores institucionais e na produção de subsídios técnicos para o aprimoramento da gestão.

A atuação da Garantia da Qualidade possui natureza técnico-executiva e não se confunde com as atribuições da Comissão Própria de Avaliação — CPA, cuja autonomia e competências relacionadas à condução da autoavaliação institucional são preservadas nos termos da legislação e das normas institucionais.

Áreas Transversais

A estrutura organizacional é complementada por áreas transversais de apoio e assessoramento, entre as quais se encontram Gente e Gestão, Tecnologia da Informação, Assessoria Jurídica e Comunicação e Marketing, que oferecem suporte especializado às diferentes instâncias acadêmicas e administrativas de acordo com suas competências.

As estruturas de atendimento, registro acadêmico, apoio administrativo, financeiro, patrimonial e operacional complementam a organização institucional e asseguram suporte ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

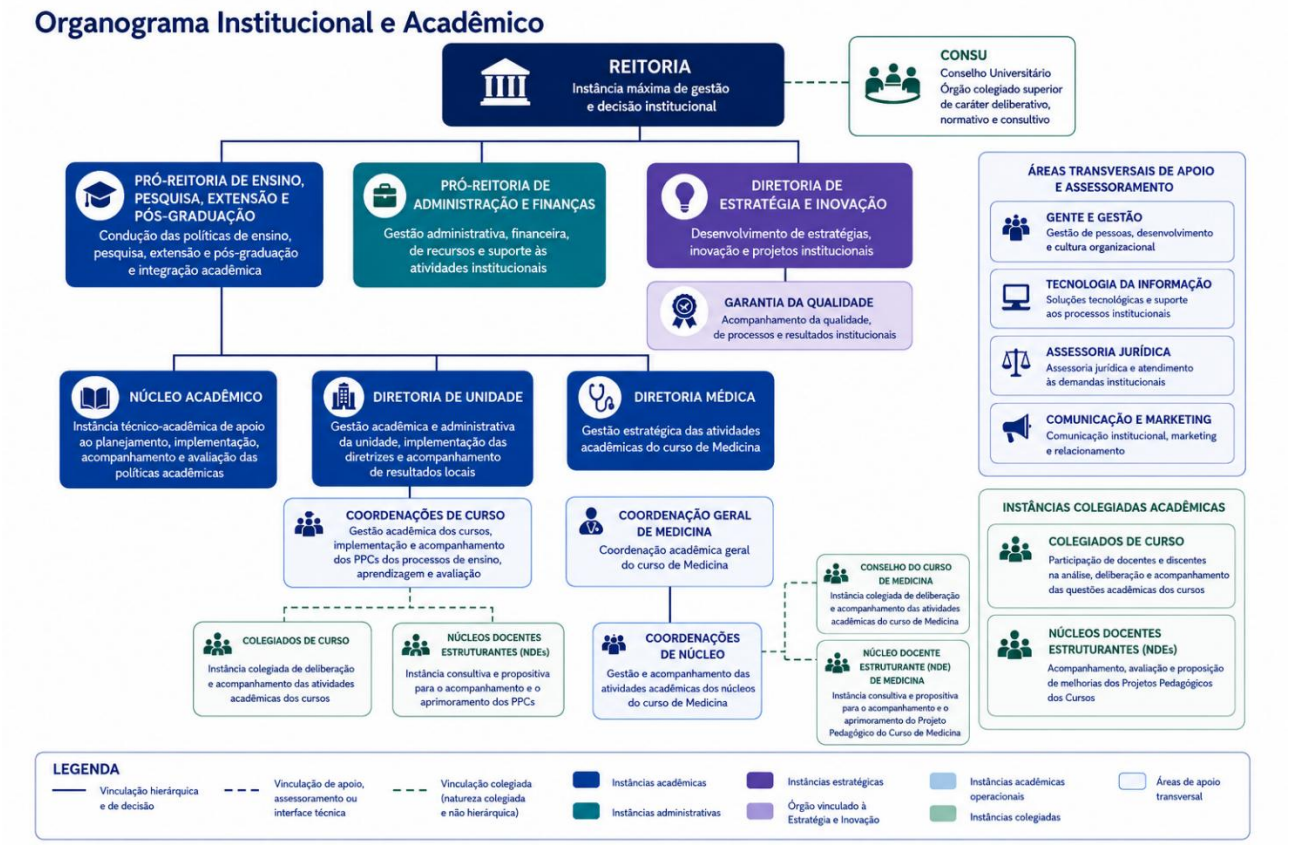
A articulação entre as diferentes estruturas permite que diretrizes institucionais sejam desdobradas nos níveis correspondentes de responsabilidade e que informações provenientes da execução e do acompanhamento das atividades retornem às instâncias responsáveis pelo planejamento e pela tomada de decisão.

A estrutura organizacional constitui, dessa forma, suporte à governança institucional, ao estabelecer responsabilidades, relações de articulação e níveis de atuação necessários à implementação das políticas e dos objetivos definidos no PDI.

6.2.1 Organograma Institucional e Acadêmico

A estrutura organizacional e acadêmica do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS encontra-se representada na Figura 8, que apresenta as principais instâncias de gestão, estruturas acadêmicas e administrativas e órgãos colegiados, bem como suas relações de vinculação e articulação institucional.

Figura 12- Organograma Institucional e Acadêmico



Fonte: Centro Universitário Faminas, 2025

O organograma permite visualizar os diferentes níveis de responsabilidade que integram a governança institucional e a relação entre as estruturas responsáveis pelo planejamento, pela gestão e pela implementação das políticas acadêmicas e administrativas.

No âmbito acadêmico, evidencia-se a articulação entre a Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, o Núcleo Acadêmico, a Diretoria de Unidade, a Diretoria Médica e as estruturas responsáveis pela gestão e pelo acompanhamento dos cursos.

As instâncias colegiadas são representadas de forma compatível com sua natureza, distinguindo-se as relações de articulação e participação colegiada das relações de vinculação próprias das estruturas executivas.

A Pró-Reitoria de Administração e Finanças, a Diretoria de Estratégia e Inovação, a Garantia da Qualidade e as áreas transversais e de apoio complementam a estrutura

necessária ao funcionamento institucional e à implementação das diretrizes estabelecidas no PDI.

A representação gráfica deve ser interpretada em conjunto com o Regimento Geral e com as demais normativas institucionais, que estabelecem as competências específicas e os limites de atuação das diferentes estruturas.

Dessa forma, o organograma constitui instrumento de compreensão da governança institucional e contribui para evidenciar a distribuição de responsabilidades, os níveis de gestão e as relações de articulação que sustentam o funcionamento acadêmico e administrativo do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS.

6.3 ÓRGÃOS E INSTÂNCIAS COLEGIADAS

A governança do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS contempla órgãos e instâncias colegiadas que participam dos processos de análise, proposição, acompanhamento e deliberação de matérias acadêmicas e institucionais, de acordo com sua natureza e com as competências estabelecidas no Regimento Geral, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos — PPCs e nas demais normativas institucionais aplicáveis.

A atuação colegiada constitui mecanismo de participação na governança institucional e contribui para incorporar diferentes perspectivas aos processos de análise e tomada de decisão, preservadas as atribuições específicas de cada órgão ou instância.

Integram essa estrutura o Conselho Universitário — CONSU, como órgão colegiado superior, os Colegiados de Curso, o Conselho do Curso de Medicina e os Núcleos Docentes Estruturantes — NDEs, respeitadas suas diferentes naturezas, composições e competências.

A atuação dessas estruturas articula-se às instâncias executivas de gestão sem descaracterizar sua natureza colegiada ou estabelecer relações de subordinação hierárquica quando estas não forem institucionalmente previstas.

Os processos colegiados consideram, conforme a matéria analisada, informações e evidências provenientes do acompanhamento acadêmico, dos processos de avaliação interna e externa, dos indicadores institucionais, das manifestações da comunidade acadêmica e de outras fontes pertinentes à tomada de decisão.

As decisões, proposições e encaminhamentos decorrentes da atuação colegiada são registrados de acordo com os procedimentos institucionais aplicáveis, contribuindo para a memória institucional, a transparência dos processos e o acompanhamento das deliberações.

A efetividade da atuação colegiada pressupõe, portanto, não apenas sua constituição formal, mas o exercício regular das competências atribuídas a cada instância e sua participação nos processos acadêmicos e institucionais sob sua responsabilidade.

6.3.1 Conselho Universitário — CONSU

O Conselho Universitário — CONSU constitui o órgão colegiado superior do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS, com atribuições de natureza normativa, consultiva e deliberativa, nos limites estabelecidos pelo Regimento Geral.

No exercício de suas competências, aprecia e delibera sobre matérias de relevância institucional submetidas à sua competência, relacionadas à organização acadêmica e administrativa, às políticas institucionais, aos cursos e programas, aos documentos institucionais e às demais matérias previstas no Regimento Geral.

Sua atuação contribui para que decisões de impacto institucional sejam submetidas à análise colegiada e mantenham coerência com a missão, o PDI, as políticas institucionais e as normas aplicáveis.

O CONSU articula-se à Reitoria e às demais instâncias institucionais no exercício de suas atribuições, preservadas as competências próprias do órgão colegiado e das estruturas executivas de gestão.

Sua composição, competências específicas, funcionamento, periodicidade das reuniões e procedimentos de registro das deliberações são disciplinados pelo Regimento Geral e pelas demais normativas institucionais aplicáveis.

A atuação regular do CONSU contribui para a governança institucional ao assegurar espaço formal de análise e deliberação colegiada sobre matérias de sua competência e possibilitar o registro e o acompanhamento das decisões institucionais relevantes.

6.3.2 Colegiados de Curso

Os Colegiados de Curso constituem instâncias colegiadas de participação e deliberação acadêmica no âmbito dos cursos de graduação, com composição, competências e funcionamento definidos nos documentos institucionais aplicáveis.

Presididos pelos respectivos Coordenadores de Curso, contam com as representações previstas institucionalmente, incluindo participação docente e discente, e constituem espaço formal para análise e deliberação de matérias relacionadas ao desenvolvimento acadêmico dos cursos.

No exercício de suas competências, os Colegiados analisam questões acadêmicas e pedagógicas submetidas à sua apreciação, acompanham aspectos relacionados ao desenvolvimento dos cursos, apreciam propostas de aperfeiçoamento e deliberam sobre matérias previstas nas normas institucionais.

Sua atuação pode considerar informações provenientes do acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem, dos resultados acadêmicos, das manifestações dos corpos docente e discente, da autoavaliação institucional, das avaliações externas, dos indicadores de qualidade e de outras evidências pertinentes à análise das questões sob sua competência.

Os Colegiados atuam de forma articulada com as Coordenações de Curso e com os Núcleos Docentes Estruturantes — NDEs, preservadas as competências específicas de cada instância.

Enquanto a Coordenação exerce funções executivas relacionadas à gestão acadêmica do curso, o Colegiado exerce as atribuições colegiadas de análise e deliberação estabelecidas institucionalmente, e o NDE concentra sua atuação no acompanhamento e no desenvolvimento do PPC.

Essa articulação contribui para integrar gestão acadêmica, participação colegiada, acompanhamento curricular e utilização de evidências nos processos de desenvolvimento dos cursos.

As decisões e os encaminhamentos decorrentes das reuniões dos Colegiados são registrados conforme os procedimentos institucionais, possibilitando o acompanhamento das matérias analisadas e a preservação da memória acadêmica dos cursos.

6.3.3 Conselho do Curso de Medicina

Consideradas as especificidades da estrutura de gestão acadêmica do curso de Medicina, o Conselho do Curso de Medicina constitui instância colegiada de participação, análise, deliberação e acompanhamento acadêmico, conforme as competências estabelecidas nos documentos institucionais.

O Conselho articula-se à Coordenação Geral de Medicina, sem relação de subordinação hierárquica, preservadas as atribuições próprias das instâncias executiva e colegiada.

No exercício de suas competências, analisa e delibera sobre matérias acadêmicas e pedagógicas submetidas à sua apreciação, acompanha questões relacionadas ao desenvolvimento do curso e contribui para a implementação e o aperfeiçoamento das diretrizes acadêmicas previstas no respectivo PPC.

Sua atuação considera as especificidades da formação médica e pode utilizar, conforme a natureza das matérias analisadas, informações provenientes do acompanhamento acadêmico, dos resultados dos estudantes, dos processos de avaliação interna e externa, das manifestações da comunidade acadêmica e de outras evidências pertinentes.

O Conselho atua de forma articulada com a Coordenação Geral de Medicina, as Coordenações de Núcleo e o NDE de Medicina, respeitadas as competências próprias de cada estrutura.

Sua composição, suas competências específicas, seu funcionamento e seus mecanismos de registro são estabelecidos nos documentos institucionais aplicáveis.

A atuação regular do Conselho contribui para integrar participação colegiada, gestão acadêmica e acompanhamento do desenvolvimento do curso de Medicina.

6.3.4 Núcleos Docentes Estruturantes — NDEs

Os Núcleos Docentes Estruturantes — NDEs constituem instâncias acadêmicas responsáveis por contribuir para a concepção, consolidação, acompanhamento e contínuo aprimoramento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, observadas a regulamentação aplicável e as normas institucionais.

Compostos por docentes com efetiva participação no desenvolvimento dos respectivos cursos, os NDEs exercem papel relevante na preservação da identidade formativa, na integração curricular e no acompanhamento da coerência entre o perfil do egresso, as competências previstas, a organização curricular e as práticas acadêmicas estabelecidas no PPC.

Sua atuação contempla, de acordo com suas competências:

I. acompanhar o desenvolvimento e a implementação do PPC;

II. analisar a coerência e a atualização da organização curricular;

III. acompanhar a relação entre perfil do egresso, competências, conteúdos, metodologias e demais componentes da formação;

IV. propor atualizações e aperfeiçoamentos do PPC quando identificada sua necessidade;

V. acompanhar a aderência do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais e às demais normas aplicáveis;

VI. analisar evidências relacionadas ao desenvolvimento acadêmico e curricular do curso;

VII. contribuir para a incorporação de estratégias de inovação e qualificação dos processos formativos, quando pertinentes ao projeto do curso;

VIII. acompanhar os desdobramentos das alterações realizadas no PPC e seus efeitos sobre o desenvolvimento da formação.

Para subsidiar suas análises, os NDEs podem considerar resultados da autoavaliação institucional, avaliações externas, indicadores acadêmicos, resultados relacionados ao desempenho e à trajetória dos estudantes, acompanhamento de egressos, manifestações da comunidade acadêmica e outras evidências pertinentes ao desenvolvimento do curso.

A utilização dessas informações busca favorecer análises contextualizadas e evitar que alterações curriculares sejam fundamentadas exclusivamente em percepções isoladas ou em respostas circunstanciais.

Os NDEs articulam-se às respectivas Coordenações de Curso e aos Colegiados, preservadas as competências específicas de cada instância. No curso de Medicina, o NDE

articula-se à Coordenação Geral de Medicina e às demais estruturas acadêmicas previstas para o curso.

A composição, titulação, regime de trabalho, permanência de seus integrantes e demais requisitos de funcionamento observam a regulamentação aplicável e as normas institucionais.

A efetividade da atuação do NDE é evidenciada pela continuidade de seu trabalho, pelo acompanhamento sistemático do PPC, pela fundamentação das proposições realizadas e pelos registros que permitam demonstrar sua contribuição para o desenvolvimento acadêmico do curso.

6.4 ÁREAS TRANSVERSAIS E ESTRUTURAS DE APOIO ACADÊMICO E ADMINISTRATIVO

A estrutura de gestão do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS é complementada por áreas transversais, estruturas de atendimento e serviços de apoio acadêmico, administrativo e operacional que contribuem para assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais.

Essas estruturas atuam de acordo com competências próprias e de forma articulada às instâncias acadêmicas e administrativas, contribuindo para a execução das políticas institucionais, a regularidade dos processos e o atendimento às necessidades da comunidade acadêmica.

6.4.1 Áreas Transversais de Apoio e Assessoramento

Integram as áreas transversais de apoio e assessoramento estruturas como Gente e Gestão, Tecnologia da Informação, Assessoria Jurídica e Comunicação e Marketing, que oferecem suporte especializado às diferentes áreas institucionais.

O setor de Gente e Gestão atua nos processos relacionados à gestão e ao desenvolvimento de pessoas e à cultura organizacional.

A Tecnologia da Informação oferece infraestrutura, soluções e suporte tecnológico aos processos acadêmicos e administrativos, contribuindo para a disponibilidade, a segurança e a continuidade dos recursos tecnológicos institucionais.

A Assessoria Jurídica presta orientação e assessoramento jurídico às instâncias institucionais no âmbito de suas competências.

Comunicação e Marketing atua nos processos de comunicação institucional, relacionamento e posicionamento da Instituição, em articulação com as áreas responsáveis pelas diferentes políticas e ações.

A atuação transversal dessas estruturas contribui para integrar competências especializadas ao planejamento e à execução das atividades institucionais.

6.4.2 Secretaria de Registro Acadêmico

A Secretaria de Registro Acadêmico é responsável pelos processos de organização, registro, controle, atualização, preservação e expedição das informações e dos documentos relativos à vida acadêmica dos estudantes, observadas a legislação educacional, as normas de proteção de dados e as normativas institucionais aplicáveis.

Sua atuação contempla os processos de matrícula, registros acadêmicos, documentação escolar, acompanhamento da integralização curricular e demais procedimentos de sua competência relacionados à trajetória acadêmica dos estudantes.

A Secretaria atua de forma articulada com as Coordenações de Curso, as instâncias de gestão acadêmica e as demais áreas envolvidas nos processos acadêmicos, contribuindo para a regularidade, a rastreabilidade e a confiabilidade dos registros institucionais.

6.4.3 Central de Relacionamento com o Aluno — CRA

A Central de Relacionamento com o Aluno — CRA constitui estrutura institucional de atendimento e relacionamento com os estudantes, oferecendo orientação e suporte às demandas acadêmicas e administrativas relacionadas à trajetória discente.

Sua atuação compreende o recebimento, o registro, o direcionamento e o acompanhamento das solicitações de acordo com os fluxos e as competências institucionais.

A CRA articula-se à Secretaria de Registro Acadêmico, às Coordenações de Curso e às demais áreas responsáveis pela análise e resolução das demandas.

Os registros produzidos nos processos de atendimento podem subsidiar a identificação de recorrências, necessidades e oportunidades de aprimoramento dos serviços e processos institucionais.

6.4.4 Apoio Administrativo, Financeiro, Patrimonial e Operacional

As atividades de apoio administrativo, financeiro, patrimonial e operacional são desenvolvidas em articulação com a Pró-Reitoria de Administração e Finanças, com as demais instâncias institucionais e, quando pertinente, com a Entidade Mantenedora, observadas as respectivas competências.

Essas atividades compreendem o suporte à gestão dos recursos financeiros, patrimoniais, materiais e das condições operacionais necessárias ao funcionamento da Instituição e ao desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Integram esse conjunto os serviços relacionados à manutenção, conservação, limpeza, segurança, portaria, protocolo, expedição e demais atividades necessárias ao funcionamento dos espaços acadêmicos e administrativos.

Quando os serviços forem executados por empresas contratadas ou por estruturas da Entidade Mantenedora, permanecem sujeitos aos mecanismos institucionais de acompanhamento aplicáveis às condições oferecidas para o desenvolvimento das atividades da Instituição.

Integração das Estruturas de Apoio

As áreas transversais e as estruturas de apoio produzem informações relevantes para o acompanhamento da gestão, incluindo registros acadêmicos, demandas de atendimento, indicadores de serviço e informações administrativas.

A análise dessas informações pelas instâncias competentes pode subsidiar decisões relacionadas ao aprimoramento de processos, serviços e condições institucionais.

A integração entre estruturas acadêmicas, administrativas e de apoio contribui, dessa forma, para que as necessidades identificadas sejam encaminhadas às áreas competentes e para que os serviços institucionais permaneçam articulados aos objetivos e às prioridades estabelecidos no PDI.

6.5 AUTONOMIA INSTITUCIONAL E RELAÇÃO COM A MANTENEDORA

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS exerce as prerrogativas acadêmicas inerentes à sua organização como Centro Universitário, nos limites estabelecidos pela legislação educacional, por seus atos autorizativos, pelo Regimento Geral e pelas demais normas aplicáveis.

A relação entre a Instituição e sua Entidade Mantenedora fundamenta-se na definição de competências e na articulação necessária à manutenção das condições acadêmicas, administrativas, patrimoniais e econômico-financeiras requeridas para o cumprimento da missão institucional e para a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI.

Essa relação busca preservar, de um lado, as competências acadêmicas próprias das instâncias da Instituição e, de outro, as atribuições da Mantenedora relacionadas à sustentabilidade e às condições necessárias ao funcionamento institucional.

Competências Acadêmicas e Institucionais

No âmbito de suas prerrogativas e competências, o CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS conduz, por meio de suas instâncias executivas e colegiadas, os processos acadêmicos relacionados ao desenvolvimento das políticas de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação, à organização e ao acompanhamento dos cursos e programas e às demais matérias de natureza acadêmica previstas na legislação e nas normas institucionais.

As decisões acadêmicas são analisadas e adotadas pelas instâncias competentes, observados o Regimento Geral, os Projetos Pedagógicos dos Cursos, as Diretrizes Curriculares Nacionais, quando aplicáveis, e os demais referenciais normativos pertinentes.

A Reitoria, a Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, as Diretorias, as Coordenações de Curso e os órgãos e instâncias colegiadas participam desses processos conforme suas respectivas competências, preservadas as atribuições específicas de cada estrutura.

A organização da governança busca assegurar que matérias de natureza acadêmica sejam tratadas pelas instâncias institucionalmente competentes e que as condições

administrativas e financeiras necessárias à sua implementação sejam articuladas com a Mantenedora nos limites das responsabilidades de cada parte.

Responsabilidades da Entidade Mantenedora

À Entidade Mantenedora cabe assegurar as condições necessárias ao funcionamento e à sustentabilidade da Instituição, observadas suas competências legais, estatutárias e institucionais.

Sua atuação compreende as responsabilidades relacionadas à sustentabilidade econômico-financeira, ao patrimônio e à disponibilização dos recursos humanos, tecnológicos, materiais e de infraestrutura necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas, de acordo com os processos institucionais aplicáveis.

A atuação da Mantenedora articula-se ao planejamento institucional, buscando compatibilizar as necessidades decorrentes das políticas acadêmicas e administrativas com a disponibilidade de recursos e com as condições de sustentabilidade institucional.

Essa articulação não substitui as competências acadêmicas próprias dos órgãos e das instâncias do Centro Universitário.

Planejamento e Alocação de Recursos

O planejamento dos recursos necessários ao desenvolvimento institucional considera os objetivos e as prioridades estabelecidos no PDI, as necessidades identificadas pelas áreas acadêmicas e administrativas, os resultados dos processos de acompanhamento e avaliação e as condições de sustentabilidade institucional.

As demandas relacionadas à implementação das políticas, projetos e ações institucionais são analisadas pelas instâncias competentes e articuladas aos processos de planejamento e disponibilização de recursos.

A definição de prioridades considera a relevância acadêmica e institucional das demandas, sua relação com os objetivos do PDI, as exigências legais e regulatórias aplicáveis, as necessidades de funcionamento e a disponibilidade de recursos.

Essa sistemática busca promover coerência entre planejamento acadêmico, planejamento administrativo e sustentabilidade econômico-financeira, contribuindo para

que as decisões relativas à utilização dos recursos estejam relacionadas às prioridades institucionais.

Articulação entre Autonomia e Sustentabilidade

A relação entre o CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS e sua Mantenedora orienta-se pelo equilíbrio entre o exercício das competências acadêmicas da Instituição e a responsabilidade da Mantenedora pela sustentação das condições necessárias ao seu funcionamento.

A clareza das atribuições e a articulação entre planejamento acadêmico e disponibilidade de recursos contribuem para reduzir sobreposições de competência, favorecer a tomada de decisão e assegurar condições para a implementação das políticas e dos objetivos institucionais.

Dessa forma, a relação entre Mantida e Mantenedora constitui componente da governança institucional e busca conciliar autonomia acadêmica, responsabilidade na gestão dos recursos e sustentabilidade, preservadas as competências estabelecidas pela legislação e pelos documentos institucionais.

6.6 MONITORAMENTO DA GESTÃO E MELHORIA CONTÍNUA

O monitoramento da gestão integra o processo de planejamento institucional e busca produzir informações que permitam acompanhar a implementação das políticas, dos objetivos, das metas e das ações sob responsabilidade das diferentes instâncias acadêmicas e administrativas.

Esse acompanhamento constitui responsabilidade das áreas envolvidas na execução e na gestão das ações, de acordo com suas competências, e permite identificar resultados alcançados, necessidades de adequação, situações que demandem intervenção e oportunidades de aperfeiçoamento.

O monitoramento considera informações compatíveis com a natureza dos processos acompanhados, podendo utilizar indicadores acadêmicos e administrativos, resultados de desempenho, registros de execução, dados relacionados aos serviços institucionais,

informações orçamentárias e de infraestrutura, resultados de avaliações internas e externas e outras evidências pertinentes.

A análise dessas informações busca favorecer uma compreensão contextualizada do desempenho institucional, evitando que resultados isolados sejam interpretados sem considerar sua evolução, abrangência e relação com os objetivos estabelecidos.

Responsabilidade pelo Acompanhamento

As instâncias acadêmicas e administrativas responsáveis pelas políticas, projetos, processos e ações institucionais acompanham sua implementação e seus resultados, produzindo ou sistematizando as informações necessárias à gestão.

As Coordenações de Curso acompanham os processos e resultados relacionados ao desenvolvimento acadêmico dos cursos; as Diretorias e Pró-Reitorias acompanham as dimensões sob sua responsabilidade; e as áreas técnicas, administrativas e de apoio produzem e analisam informações relacionadas aos respectivos processos e serviços.

A gestão superior utiliza as informações produzidas pelas diferentes estruturas para acompanhar o desenvolvimento institucional e subsidiar decisões relacionadas às prioridades, estratégias e ações estabelecidas no planejamento.

Essa distribuição de responsabilidades busca assegurar que o acompanhamento ocorra próximo aos processos em que as ações são executadas, ao mesmo tempo que possibilita sua consolidação nos níveis de gestão responsáveis por decisões de maior abrangência.

Indicadores e Evidências de Gestão

O acompanhamento institucional utiliza indicadores e evidências compatíveis com os objetivos e as características das diferentes áreas e processos.

Sempre que aplicável, a análise considera a evolução dos resultados ao longo do tempo, as metas estabelecidas, os referenciais institucionais ou regulatórios pertinentes e as especificidades dos cursos, setores e públicos envolvidos.

A definição e a utilização dos indicadores devem favorecer sua relevância para a tomada de decisão, evitando a produção de dados que não contribuam efetivamente para a compreensão dos processos ou para o acompanhamento dos objetivos institucionais.

Quando os resultados demonstrarem desvios relevantes em relação ao planejamento ou evidenciarem situações que demandem atenção, as instâncias responsáveis analisam suas possíveis causas e definem, conforme suas competências, as providências pertinentes.

Integração das Evidências Institucionais

O monitoramento da gestão articula diferentes fontes de informação produzidas pela Instituição.

Os resultados da autoavaliação conduzida pela CPA integram esse conjunto como evidências relacionadas às dimensões avaliadas, preservadas a autonomia e as competências da Comissão.

As avaliações externas e os indicadores da educação superior complementam a análise institucional e permitem relacionar as informações produzidas internamente aos referenciais externos de qualidade.

Os dados acadêmicos e administrativos, os resultados do acompanhamento dos cursos, os registros dos serviços institucionais e outras informações produzidas pelas áreas responsáveis possibilitam ampliar a compreensão das condições de implementação das políticas e dos resultados alcançados.

A integração dessas fontes não pressupõe equivalência entre elas. Cada evidência é analisada de acordo com sua natureza, finalidade, abrangência e limitações metodológicas.

Resultados e Aperfeiçoamento da Gestão

Os resultados do monitoramento subsidiam a manutenção de práticas consideradas adequadas, a revisão de estratégias, a definição de ações corretivas ou de aprimoramento e a identificação de novas necessidades institucionais.

Quando forem identificadas situações que demandem intervenção, cabe às instâncias competentes definir as ações pertinentes, estabelecer responsabilidades e acompanhar seus desdobramentos.

Os resultados dessas intervenções passam a constituir novas evidências para o acompanhamento institucional, possibilitando verificar sua efetividade e, quando necessário, promover novos ajustes.

O monitoramento da gestão estabelece, dessa forma, uma dinâmica contínua de:

planejamento → execução → acompanhamento → análise → decisão → intervenção → verificação dos resultados.

Essa dinâmica complementa, sem substituir, os processos de autoavaliação institucional e a sistemática específica de acompanhamento do PDI, contribuindo para integrar as informações produzidas nos diferentes níveis da Instituição.

A melhoria contínua decorre, nessa perspectiva, da capacidade institucional de identificar resultados, compreender suas causas e implicações, tomar decisões fundamentadas, implementar ações e verificar seus efeitos.

Dessa forma, o monitoramento da gestão contribui para fortalecer a responsabilidade das diferentes instâncias pela implementação do planejamento, ampliar a utilização de evidências nos processos decisórios e favorecer o aperfeiçoamento contínuo das atividades acadêmicas e administrativas do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS.

7 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

A política de gestão de pessoas do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS orienta-se pelo planejamento, dimensionamento, seleção, integração, desenvolvimento e acompanhamento dos profissionais necessários à implementação das políticas acadêmicas e administrativas e ao cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI.

A Instituição reconhece que a formação, a experiência, as competências profissionais, o desenvolvimento contínuo e as condições de atuação de docentes e profissionais técnico-administrativos constituem elementos relevantes para o

desenvolvimento das atividades acadêmicas, para o funcionamento institucional e para o atendimento à comunidade acadêmica.

A gestão de pessoas compreende processos de planejamento das necessidades de pessoal, recrutamento e seleção, contratação, integração, acompanhamento, avaliação, capacitação, desenvolvimento e movimentação profissional, observadas a natureza das funções, as necessidades institucionais, a legislação aplicável e as normas internas.

O dimensionamento dos quadros docente e técnico-administrativo considera a estrutura e a evolução da oferta acadêmica, as características dos cursos e serviços, o número de estudantes, as exigências acadêmicas e regulatórias, as necessidades identificadas pelas áreas e as condições estabelecidas no planejamento institucional.

Os processos de gestão de pessoas são desenvolvidos de forma articulada entre o Desenvolvimento Humano e Organizacional — DHO, as instâncias acadêmicas, as lideranças administrativas e as demais estruturas competentes, preservadas as responsabilidades específicas relacionadas à gestão funcional, acadêmica e administrativa.

No âmbito do desenvolvimento profissional, o DHO atua na integração dos colaboradores, no desenvolvimento de competências, na formação de lideranças, no acompanhamento do desempenho e na implementação de ações de capacitação e desenvolvimento organizacional, em articulação com as áreas acadêmicas e administrativas.

Para o corpo docente, essa atuação é complementada pelas estruturas acadêmicas responsáveis pela seleção técnica e pedagógica, integração acadêmica, orientação, acompanhamento e desenvolvimento das competências necessárias ao exercício da docência.

As necessidades de capacitação e desenvolvimento são identificadas a partir de diferentes fontes, entre as quais o acompanhamento realizado pelas lideranças, os processos de avaliação institucional, os resultados acadêmicos e administrativos, as avaliações externas, as alterações legais e regulatórias, as transformações tecnológicas e as demandas relacionadas ao desenvolvimento das políticas institucionais.

A política de gestão de pessoas busca, dessa forma, assegurar coerência entre necessidades institucionais, perfil profissional, dimensionamento dos quadros, desenvolvimento de competências e acompanhamento dos resultados, contribuindo para a implementação das políticas e dos objetivos estabelecidos neste PDI.

7.1 CORPO DOCENTE

O corpo docente do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS é constituído por profissionais selecionados considerando a formação acadêmica, a titulação, a experiência na docência da educação superior, a experiência profissional e a aderência de sua trajetória às áreas de conhecimento e aos componentes curriculares em que atuarão.

A composição do quadro docente considera as características e as necessidades dos cursos, os respectivos Projetos Pedagógicos — PPCs, as Diretrizes Curriculares Nacionais, quando aplicáveis, e os requisitos acadêmicos e regulatórios pertinentes à organização institucional e às diferentes áreas de formação.

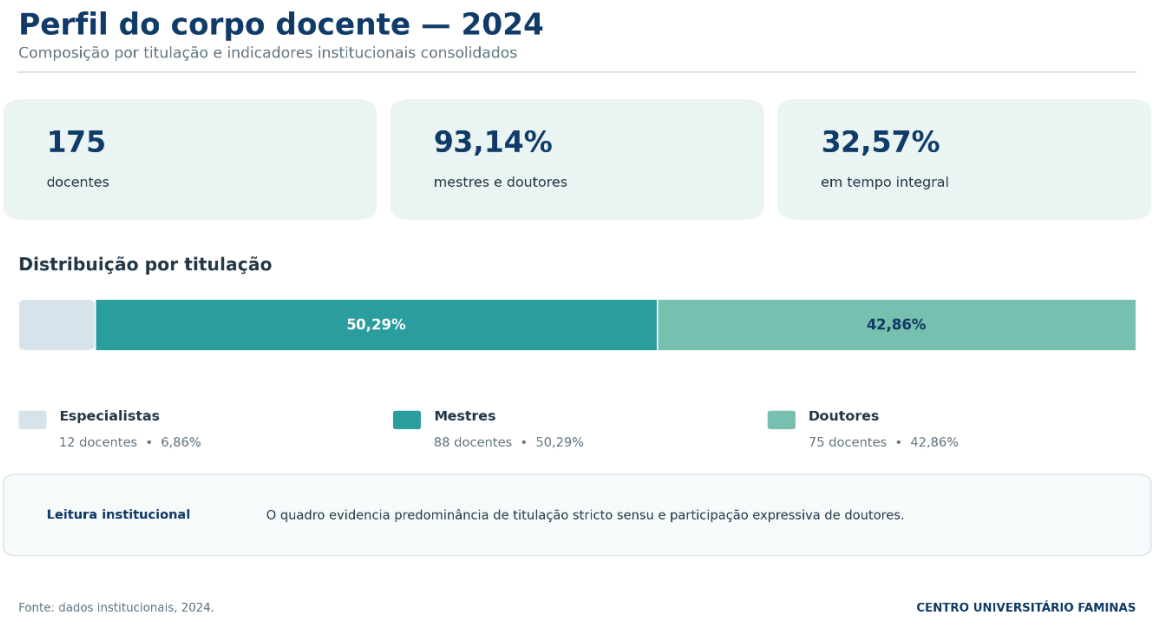
A titulação acadêmica constitui dimensão relevante da qualificação do corpo docente e é analisada em conjunto com outros elementos relacionados às atribuições acadêmicas exercidas.

Nesse sentido, o planejamento e o acompanhamento do quadro consideram, conforme a natureza da atuação docente, a aderência da formação e da experiência profissional às atividades atribuídas, a atuação didático-pedagógica, a capacidade de articulação entre conhecimentos teóricos e práticas profissionais, a participação nas atividades acadêmicas e nas instâncias colegiadas, quando pertinente, e a produção acadêmica, científica, técnica, cultural ou profissional.

A adequação do corpo docente é acompanhada tanto em perspectiva institucional quanto no âmbito dos cursos, considerando que indicadores globais de titulação e regime de trabalho, embora relevantes, devem ser analisados em conjunto com a aderência e a atuação dos professores em relação às necessidades dos respectivos projetos formativos.

A gestão do corpo docente articula, dessa forma, qualificação acadêmica, experiência profissional, aderência ao PPC, atuação pedagógica e participação nas atividades acadêmicas, buscando assegurar compatibilidade entre o perfil dos professores e as responsabilidades formativas atribuídas aos cursos.

Figura 13- Perfil do Corpo Docente - 2024



Os dados referentes ao ano-base de 2024 evidenciam a composição do corpo docente quanto à titulação acadêmica e ao regime de trabalho, constituindo referência para o planejamento e o acompanhamento da política de pessoal durante a vigência deste PDI.

A predominância de docentes com formação em nível de mestrado e doutorado demonstra a presença expressiva de qualificação stricto sensu no quadro institucional. Da mesma forma, a participação de professores em regime de tempo integral contribui para o desenvolvimento de atividades acadêmicas que ultrapassam a docência em sala de aula, incluindo planejamento, orientação, participação em órgãos e instâncias colegiadas, pesquisa, extensão e outras atribuições acadêmicas, conforme a organização institucional.

Esses indicadores, entretanto, não são analisados isoladamente. O acompanhamento do corpo docente considera também a aderência da formação e da experiência profissional às necessidades dos cursos e componentes curriculares, a atuação didático-pedagógica, a participação acadêmica e os resultados dos processos institucionais de acompanhamento e avaliação.

A composição registrada em 2024 constitui, portanto, a linha de base para o período 2025–2029 e subsidiará o acompanhamento da adequação do corpo docente às necessidades decorrentes da evolução da oferta acadêmica e dos objetivos estabelecidos neste PDI.

7.1.1 Critérios de Seleção e Contratação Docente

A seleção e a contratação de docentes são realizadas por meio de processo institucional destinado a identificar profissionais cujo perfil acadêmico e profissional seja compatível com as necessidades dos cursos e com as atividades que lhes serão atribuídas.

A definição do perfil da vaga considera as características do componente curricular e do curso, os requisitos estabelecidos no respectivo PPC, a formação acadêmica, a titulação, a experiência docente e profissional e, quando pertinente, outros requisitos relacionados à natureza da atividade a ser desenvolvida.

O processo seletivo contempla, de acordo com as características da vaga, análise curricular e da documentação comprobatória, avaliação da aderência da formação e da experiência à área de atuação, entrevista e avaliação didático-pedagógica, além de outros procedimentos previstos institucionalmente.

A avaliação acadêmica dos candidatos considera o domínio dos conhecimentos relacionados à área de atuação e, na dimensão didático-pedagógica, aspectos como organização e clareza da exposição, adequação das estratégias metodológicas, articulação entre conhecimentos teóricos e situações de aplicação, utilização pertinente de recursos didáticos e capacidade de comunicação e interação.

Nos cursos ou componentes curriculares em que a experiência profissional constitui elemento relevante para o desenvolvimento das competências previstas no PPC, essa dimensão é analisada conjuntamente com a formação acadêmica e os demais requisitos estabelecidos para a atuação docente.

A seleção envolve a participação das instâncias acadêmicas pertinentes, incluindo a Coordenação de Curso e o apoio técnico-acadêmico, conforme os procedimentos institucionais vigentes. Ao Desenvolvimento Humano e Organizacional — DHO competem as atribuições relacionadas ao recrutamento, aos procedimentos de gestão de pessoas, à formalização da contratação e à integração organizacional, em articulação com as áreas acadêmicas.

A decisão considera o conjunto das evidências produzidas no processo seletivo, buscando assegurar compatibilidade entre o perfil do candidato, as necessidades acadêmicas do curso e as responsabilidades inerentes à função docente.

7.1.2 Política de Integração, Capacitação e Desenvolvimento Docente

A política de integração, capacitação e desenvolvimento docente tem como finalidade favorecer a inserção dos professores na dinâmica acadêmica institucional e promover o desenvolvimento contínuo das competências necessárias ao exercício da docência na educação superior.

O processo inicia-se com a integração dos novos docentes, contemplando informações e orientações relacionadas à estrutura institucional, ao PDI, às políticas acadêmicas, ao Projeto Pedagógico do Curso, às normas e aos processos acadêmicos, aos sistemas e ambientes institucionais utilizados e às responsabilidades inerentes à atuação docente.

A integração ocorre de forma articulada entre diferentes instâncias. O DHO atua nas dimensões relacionadas à integração organizacional e funcional; as Coordenações de Curso orientam os professores quanto ao PPC, às características do curso, aos componentes curriculares e às responsabilidades acadêmicas específicas; e o Núcleo Acadêmico oferece orientação técnico-pedagógica relacionada às políticas, aos processos e aos referenciais acadêmicos institucionais.

O desenvolvimento docente possui caráter contínuo e considera as necessidades identificadas no acompanhamento dos cursos e dos professores, nos resultados da autoavaliação institucional e das avaliações externas, nos indicadores acadêmicos, nas alterações curriculares, legais e regulatórias e nas transformações pedagógicas e tecnológicas relacionadas à educação superior.

As ações podem contemplar formação relacionada ao planejamento e à prática docente, currículo, avaliação da aprendizagem, metodologias de ensino, tecnologias educacionais, inclusão e acessibilidade, diversidade, Diretrizes Curriculares Nacionais, processos regulatórios e demais temas pertinentes às necessidades institucionais e dos cursos.

Também integram a política as ações de orientação técnico-pedagógica individual ou coletiva, os encontros acadêmicos institucionais e dos cursos, o incentivo à qualificação acadêmica e à produção científica, técnica e profissional e, conforme os critérios institucionais, o apoio à participação em atividades acadêmicas e profissionais relacionadas à área de atuação.

As necessidades de desenvolvimento podem assumir caráter institucional, quando relacionadas a questões comuns ao conjunto do corpo docente, ou específico, quando identificadas no âmbito de determinado curso, área, componente curricular ou professor. Essa diferenciação permite direcionar as ações formativas de acordo com a natureza das necessidades identificadas.

O acompanhamento das ações de desenvolvimento considera sua realização, participação e contribuição para as necessidades que motivaram sua oferta, produzindo subsídios para o planejamento de novas iniciativas.

A formação continuada é compreendida, dessa forma, como componente da política de desenvolvimento docente e mantém relação com o acompanhamento da prática acadêmica, com a evolução dos projetos formativos e com as necessidades identificadas nos processos institucionais de avaliação e gestão.

7.1.3 Acompanhamento e Avaliação da Atuação Docente

O acompanhamento da atuação docente integra os processos de gestão acadêmica e desenvolvimento profissional e possui caráter formativo, sem prejuízo das providências administrativas cabíveis quando identificadas situações que assim o exijam.

O processo busca produzir informações que permitam reconhecer práticas adequadas, identificar necessidades de orientação ou desenvolvimento e subsidiar decisões relacionadas à atuação acadêmica dos professores.

A análise pode considerar, conforme a natureza da situação acompanhada, informações provenientes das Coordenações de Curso, do acompanhamento das atividades acadêmicas, dos resultados dos estudantes, da autoavaliação institucional, das manifestações discentes, das avaliações externas e de outros registros ou evidências institucionais pertinentes.

As diferentes fontes são analisadas de forma contextualizada, considerando sua natureza, abrangência, recorrência e consistência. Resultados ou manifestações isoladas não são utilizados, por si só, como fundamento suficiente para conclusões sobre a atuação global do professor, devendo ser analisados em conjunto com outras informações pertinentes sempre que a situação assim permitir.

Quando forem identificadas necessidades de aprimoramento, podem ser adotadas orientações técnico-pedagógicas, ações de formação, acompanhamento específico ou outras medidas compatíveis com a natureza da situação identificada.

As Coordenações de Curso exercem papel relevante no acompanhamento da atuação docente no âmbito dos respectivos cursos, em articulação com o Núcleo Acadêmico e com o DHO, observadas as competências acadêmicas, pedagógicas e funcionais de cada estrutura.

Os resultados do acompanhamento podem subsidiar o planejamento das ações de desenvolvimento docente, a organização acadêmica dos cursos e outras decisões relacionadas à gestão do corpo docente, de acordo com os procedimentos institucionais aplicáveis.

A articulação entre acompanhamento e desenvolvimento busca assegurar que a avaliação da atuação docente não se limite à identificação de resultados, mas produza subsídios para orientação, formação, tomada de decisão e aperfeiçoamento das práticas acadêmicas.

7.1.4 Regimes de Trabalho

O corpo docente do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS está organizado em regimes de trabalho compatíveis com as necessidades acadêmicas e com as atividades atribuídas aos professores, observadas a legislação, os referenciais regulatórios e os documentos institucionais aplicáveis.

Os docentes podem atuar nos regimes horista, parcial ou integral, conforme as condições estabelecidas em sua contratação e as atribuições acadêmicas correspondentes.

O **docente horista** possui remuneração relacionada às horas-aula e às demais atividades contratadas, conforme as condições aplicáveis à relação de trabalho.

O **docente em tempo parcial** possui jornada contratada que contempla atividades de ensino e outras atribuições acadêmicas, conforme sua carga horária e os critérios institucionais e regulatórios aplicáveis.

O **docente em tempo integral** possui jornada semanal de 40 horas na Instituição, com parte da carga horária destinada a atividades acadêmicas que ultrapassam a docência

em sala de aula, podendo contemplar planejamento, orientação, pesquisa, extensão, participação em órgãos e instâncias acadêmicas, gestão, avaliação e desenvolvimento profissional, conforme as atribuições estabelecidas.

A distribuição dos regimes de trabalho considera as necessidades dos cursos e dos respectivos PPCs, a natureza das atividades acadêmicas, a participação em instâncias de gestão e colegiadas e os requisitos aplicáveis à organização acadêmica do Centro Universitário.

O acompanhamento da composição do corpo docente por regime de trabalho integra o planejamento institucional de pessoal e subsidia o dimensionamento necessário ao desenvolvimento das atividades acadêmicas durante a vigência deste PDI.

7.1.5 Plano de Carreira Docente

A organização da carreira docente é disciplinada pelo Plano de Cargos e Salários e pelos demais documentos institucionais aplicáveis, nos quais são estabelecidos os requisitos, critérios e procedimentos relacionados ao ingresso e ao desenvolvimento profissional.

Os processos relacionados à carreira consideram os requisitos estabelecidos para as diferentes categorias e funções, observadas a formação e a titulação acadêmica, a experiência, as atribuições exercidas e os demais critérios previstos nas normas institucionais vigentes.

O DHO atua nos procedimentos de gestão de pessoas relacionados à carreira, em articulação com as instâncias acadêmicas e com a Entidade Mantenedora, respeitadas as competências de cada estrutura.

As informações referentes aos critérios e procedimentos aplicáveis são disponibilizadas aos docentes pelos meios institucionais definidos para essa finalidade.

Para fins deste PDI, são consideradas as estruturas, denominações e regras vigentes durante seu período de execução, permanecendo os registros históricos e as versões anteriores preservados nos respectivos documentos comprobatórios.

7.1.6 Substituição Eventual de Docentes

A substituição eventual de docentes observa procedimentos institucionais destinados a assegurar a continuidade das atividades acadêmicas e o cumprimento das atividades previstas no componente curricular.

A indicação de docente substituto considera a compatibilidade de sua formação, experiência e qualificação com a atividade acadêmica a ser desenvolvida e é submetida às instâncias competentes, conforme os procedimentos institucionais vigentes.

Nos casos de afastamento prolongado ou nas situações que demandem nova contratação, são adotados os procedimentos acadêmicos, administrativos e trabalhistas pertinentes, com participação das estruturas responsáveis pela gestão acadêmica e de pessoas.

Os procedimentos de substituição buscam preservar a continuidade do processo formativo e a aderência da atuação docente às exigências acadêmicas do curso e do respectivo PPC.

7.1.7 Planejamento e Dimensionamento do Corpo Docente para 2025–2029

O planejamento do corpo docente para o período de 2025–2029 será realizado de forma articulada à evolução da oferta acadêmica e às necessidades identificadas durante a implementação deste PDI.

O dimensionamento considerará a oferta e a organização dos cursos, o número de estudantes e turmas, as características dos Projetos Pedagógicos dos Cursos — PPCs, a distribuição dos componentes curriculares, as necessidades relacionadas às atividades acadêmicas, os regimes de trabalho e os requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

A composição registrada ao final de 2024, de 175 docentes, constitui a linha de base para o acompanhamento do quadro durante o período de vigência deste PDI, não representando, entretanto, quantitativo fixo ou meta de expansão previamente estabelecida.

A necessidade de contratação, recomposição ou reorganização do quadro será analisada a partir da evolução efetiva da oferta e das demandas acadêmicas, em articulação com o planejamento institucional e a disponibilidade de recursos.

Nos processos de composição do quadro, a Instituição buscará manter perfil de titulação e regime de trabalho compatível com sua organização acadêmica e com as necessidades dos cursos, observados os requisitos regulatórios aplicáveis aos centros universitários.

O planejamento também considerará a aderência da formação e da experiência dos docentes às áreas e aos componentes curriculares em que atuarão, de modo que o dimensionamento não seja analisado exclusivamente em termos quantitativos.

O acompanhamento do quadro docente ao longo da vigência do PDI permitirá identificar necessidades de contratação, substituição, redistribuição ou desenvolvimento profissional e subsidiará os ajustes necessários ao atendimento das demandas acadêmicas.

Dessa forma, o dimensionamento do corpo docente será orientado pelas necessidades efetivamente verificadas durante a implementação do PDI, preservando a articulação entre planejamento acadêmico, perfil docente, condições de oferta e sustentabilidade institucional.

7.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS desempenha funções relacionadas ao suporte, à gestão e à execução dos processos necessários ao funcionamento institucional e ao desenvolvimento das atividades acadêmicas.

A composição e o dimensionamento desse quadro consideram a estrutura organizacional, a natureza e a complexidade dos processos, o número de cursos e estudantes, as características dos serviços prestados, as exigências legais e regulatórias e as necessidades das diferentes áreas institucionais.

Ao término de 2024, o CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS contava com 237 colaboradores técnico-administrativos. Esse quantitativo constitui a linha de base para o acompanhamento do quadro durante a vigência deste PDI, devendo sua adequação ser analisada em relação à evolução das atividades institucionais e às necessidades identificadas no período.

O acompanhamento do corpo técnico-administrativo considera, além do dimensionamento quantitativo, aspectos relacionados à formação, à experiência, às competências requeridas para as funções exercidas e às necessidades de desenvolvimento profissional.

As informações relacionadas à composição e ao perfil do quadro constituem subsídios para o planejamento de pessoal, para as políticas de desenvolvimento e para o acompanhamento das condições necessárias ao funcionamento das áreas acadêmicas e administrativas.

7.2.1 Seleção, Contratação e Movimentação Interna

Os processos de seleção e contratação do corpo técnico-administrativo são orientados pelo perfil e pelas competências requeridas para cada função, considerando as necessidades da área demandante e os requisitos estabelecidos institucionalmente.

De acordo com a natureza da vaga, o processo pode contemplar análise curricular, entrevistas, avaliação técnica e outros procedimentos pertinentes, observadas a legislação aplicável e as normas institucionais.

O Desenvolvimento Humano e Organizacional — DHO coordena ou acompanha os processos de recrutamento e seleção, em articulação com a liderança da área demandante. A análise dos candidatos considera formação, experiência, competências relacionadas à função e compatibilidade com as responsabilidades inerentes ao cargo.

A Instituição também possibilita a movimentação interna de colaboradores, desde que atendidos os requisitos da função, as competências requeridas, a disponibilidade da vaga e os procedimentos institucionais aplicáveis.

A seleção externa e a movimentação interna integram, dessa forma, o processo de gestão e dimensionamento de pessoal e buscam compatibilizar as necessidades institucionais com os perfis profissionais requeridos pelas diferentes áreas.

7.2.2 Capacitação e Desenvolvimento do Corpo Técnico-Administrativo

A política de capacitação e desenvolvimento do corpo técnico-administrativo tem como finalidade promover o aprimoramento das competências necessárias ao desempenho

das funções e acompanhar as transformações dos processos e das necessidades institucionais.

O planejamento das ações considera necessidades identificadas pelas lideranças e pelos colaboradores, resultados dos processos institucionais de acompanhamento e avaliação, demandas decorrentes de alterações legais e regulatórias, implantação ou atualização de sistemas e tecnologias e prioridades relacionadas à execução deste PDI.

O Desenvolvimento Humano e Organizacional — DHO atua no levantamento das necessidades de desenvolvimento, na organização e no acompanhamento das ações, em articulação com as lideranças e demais áreas institucionais.

As ações podem contemplar integração de novos colaboradores, desenvolvimento de competências técnicas e relacionais, formação de lideranças e equipes, atualização relacionada a normas, sistemas e processos, atendimento à comunidade acadêmica, inclusão e acessibilidade, proteção de dados e outros temas pertinentes às atribuições profissionais e às necessidades institucionais.

Também podem ser desenvolvidas iniciativas de incentivo à continuidade da formação acadêmica e à participação em cursos ou eventos relacionados às áreas de atuação, observados os critérios e as condições estabelecidos institucionalmente.

Quando previstas nas políticas institucionais, poderão ser concedidas bolsas, apoio financeiro ou outras formas de incentivo à qualificação, observados os critérios aplicáveis e a disponibilidade orçamentária.

O acompanhamento das ações de desenvolvimento fornece subsídios para identificar necessidades recorrentes e orientar o planejamento das iniciativas subsequentes, estabelecendo relação entre desenvolvimento profissional, necessidades das áreas e aprimoramento dos processos institucionais.

7.2.3 Acompanhamento do Desempenho e Desenvolvimento Organizacional

O acompanhamento do desempenho do corpo técnico-administrativo integra a política institucional de gestão de pessoas e busca produzir informações que subsidiem o desenvolvimento profissional, o aprimoramento das equipes e a adequação das entregas às responsabilidades das diferentes áreas.

O processo considera as atribuições inerentes às funções exercidas, as responsabilidades da área, a qualidade das entregas, o cumprimento dos procedimentos institucionais, as competências requeridas para o exercício profissional e outros elementos previstos nos instrumentos e procedimentos institucionais aplicáveis.

O DHO apoia as lideranças nos processos de acompanhamento, na realização de devolutivas e, quando pertinente, na definição de ações de desenvolvimento. Os resultados podem subsidiar o planejamento de capacitações, o desenvolvimento de competências, a movimentação interna e outras decisões relacionadas à gestão de pessoas, observadas as normas institucionais.

As ações de desenvolvimento organizacional contemplam também iniciativas relacionadas à integração entre equipes, comunicação interna, desenvolvimento de lideranças e fortalecimento das condições necessárias ao trabalho colaborativo e ao adequado funcionamento dos processos institucionais.

O acompanhamento do desempenho e o desenvolvimento organizacional são compreendidos como processos articulados, de modo que as informações produzidas possam contribuir para identificar necessidades, orientar intervenções e acompanhar o desenvolvimento das pessoas e das equipes ao longo do período de vigência deste PDI.

7.2.4 Plano de Carreira e Jornada de Trabalho

A organização dos cargos e do desenvolvimento profissional do corpo técnico-administrativo é disciplinada pelo Plano de Cargos e Salários e pelos demais documentos institucionais aplicáveis.

Os processos de ingresso, movimentação e desenvolvimento observam os requisitos, critérios e procedimentos estabelecidos institucionalmente, considerando as características das funções e as necessidades das áreas.

A jornada de trabalho é definida de acordo com as condições de contratação, a natureza das atividades desenvolvidas e a legislação aplicável, observadas as especificidades das diferentes categorias profissionais.

O DHO atua nos processos relacionados à gestão funcional e ao desenvolvimento dos profissionais, em articulação com as lideranças e demais instâncias competentes.

As políticas e os procedimentos relacionados à carreira e à jornada são acompanhados durante a vigência do PDI, considerando as necessidades institucionais, as alterações legais e trabalhistas aplicáveis e os documentos internos vigentes.

7.2.5 Planejamento e Dimensionamento do Corpo Técnico-Administrativo para 2025–2029

O planejamento e o dimensionamento do corpo técnico-administrativo durante a vigência deste PDI serão realizados de acordo com a evolução das atividades institucionais e com as necessidades identificadas pelas diferentes áreas.

O quadro de 237 colaboradores técnico-administrativos registrado ao final de 2024 constitui a linha de base para esse acompanhamento, não representando quantitativo fixo nem meta previamente estabelecida de expansão.

O dimensionamento considerará, entre outros aspectos, a evolução da oferta acadêmica e do número de estudantes, a estrutura e a complexidade dos serviços, a implantação ou reorganização de processos, a incorporação de tecnologias, as exigências legais e regulatórias e as necessidades de atendimento e suporte às atividades acadêmicas e administrativas.

A necessidade de contratação, recomposição, movimentação ou reorganização do quadro será analisada a partir das demandas efetivamente identificadas, em articulação com o planejamento institucional e a disponibilidade de recursos.

O planejamento de pessoal também considerará aspectos qualitativos relacionados ao perfil e às competências necessárias às diferentes funções, de modo que o dimensionamento não seja compreendido exclusivamente em termos quantitativos.

As transformações decorrentes da utilização de tecnologias e da revisão de processos serão consideradas na análise das necessidades de pessoal, buscando compatibilizar estrutura, competências profissionais e formas de organização do trabalho.

O acompanhamento do quadro ao longo do período 2025–2029 permitirá revisar necessidades, identificar eventuais insuficiências ou possibilidades de reorganização e subsidiar as decisões relacionadas à gestão de pessoas.

Dessa forma, o dimensionamento do corpo técnico-administrativo permanecerá vinculado às necessidades efetivamente verificadas durante a execução do PDI, articulando condições de funcionamento, desenvolvimento das equipes, planejamento institucional e sustentabilidade.

A política de gestão de pessoas do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS articula o dimensionamento dos quadros, a definição dos perfis profissionais, os processos de seleção e integração, o desenvolvimento de competências e o acompanhamento da atuação de docentes e profissionais técnico-administrativos.

Durante a vigência deste PDI, as necessidades relacionadas aos quadros de pessoal serão acompanhadas à luz da evolução da oferta acadêmica, das demandas dos cursos e setores, dos resultados dos processos institucionais de avaliação e gestão e das condições necessárias ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

Essa sistemática permite que a gestão de pessoas seja desenvolvida como parte do planejamento institucional, estabelecendo um processo contínuo de identificação de necessidades, dimensionamento, seleção, integração, desenvolvimento, acompanhamento e reavaliação, com possibilidade de ajustes em função das transformações verificadas ao longo do período 2025–2029.

8 POLÍTICAS DE ACOMPANHAMENTO AO DISCENTE

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS compreende o acompanhamento discente como política institucional integrada, destinada a favorecer o acesso, o acolhimento, a participação, a aprendizagem, a permanência, a conclusão do curso e a transição dos estudantes para a vida profissional e social.

A política articula ações acadêmicas, pedagógicas, psicopedagógicas, administrativas, de inclusão e acessibilidade, participação estudantil, desenvolvimento de carreira e apoio à permanência. Sua implementação envolve as instâncias acadêmicas e administrativas responsáveis pelo acompanhamento da trajetória estudantil, respeitadas as competências específicas de cada área.

As ações são orientadas por informações provenientes do acompanhamento acadêmico, dos registros institucionais de atendimento, dos indicadores de desempenho e frequência, das situações relacionadas à retenção e à evasão, dos processos de autoavaliação institucional e avaliação externa e das manifestações da comunidade acadêmica.

A Instituição reconhece a diversidade dos perfis e das trajetórias estudantis e

considera, no desenvolvimento de suas políticas, a existência de diferentes fatores e barreiras que podem interferir no acesso, na participação, na aprendizagem e na permanência.

O acompanhamento discente não se limita, portanto, à resposta a dificuldades já instaladas. A política busca articular ações de acolhimento, identificação de necessidades, orientação, intervenção, acompanhamento e avaliação dos resultados, fortalecendo progressivamente sua dimensão preventiva.

Essa perspectiva estabelece uma rede institucional de apoio na qual diferentes áreas contribuem, de acordo com suas competências, para o acompanhamento da trajetória acadêmica e para a produção de informações capazes de subsidiar o aprimoramento dos cursos, dos serviços e das próprias políticas institucionais.

8.1 FORMAS DE INGRESSO

O ingresso nos cursos de graduação do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS ocorre de acordo com a legislação educacional, o Regimento Geral, os editais institucionais, as especificidades dos cursos e das modalidades de oferta e o limite de vagas estabelecido nos respectivos atos autorizativos.

Constituem formas de ingresso, conforme a disponibilidade de vagas e a regulamentação aplicável:

- processo seletivo vestibular;
- utilização do resultado do Exame Nacional do Ensino Médio — Enem;
- ingresso por meio do Programa Universidade para Todos — Prouni;
- transferência externa;
- obtenção de novo título; e
- outras formas admitidas pela legislação e disciplinadas em edital ou norma institucional.

Os processos seletivos destinam-se ao preenchimento das vagas ofertadas e são disciplinados por editais que estabelecem cursos, turnos, modalidades, vagas, critérios de seleção e classificação, documentação, cronograma, procedimentos de matrícula e demais condições aplicáveis.

A utilização dos resultados do Enem, os processos de transferência e o ingresso de

portadores de diploma observam critérios específicos, disponibilidade de vagas e os procedimentos acadêmicos estabelecidos pela Instituição. O aproveitamento de estudos, quando requerido, é analisado de acordo com a legislação, as normas institucionais e os critérios acadêmicos aplicáveis.

O Fundo de Financiamento Estudantil — Fies não constitui forma autônoma de ingresso, mas mecanismo de financiamento destinado aos estudantes que atendam aos requisitos estabelecidos pelo programa. Sua operacionalização, assim como a do Prouni, observa a regulamentação e os calendários definidos pelos órgãos competentes.

As informações relacionadas ao perfil dos ingressantes e ao desempenho acadêmico inicial podem subsidiar o planejamento das ações de acolhimento, nivelamento e acompanhamento da trajetória estudantil, observadas as finalidades institucionais e as normas aplicáveis à proteção de dados pessoais.

8.2 POLÍTICA E SERVIÇOS DE APOIO AO DISCENTE

A Política de Apoio ao Discente reúne programas, serviços, ações e fluxos destinados a favorecer as condições de participação, aprendizagem, permanência e desenvolvimento acadêmico ao longo da trajetória formativa.

Sua atuação contempla acolhimento e integração, orientação acadêmica, acompanhamento do desempenho e da permanência, apoio psicopedagógico, inclusão e acessibilidade, nivelamento, monitoria, participação e representação estudantil, estágio e carreira, atendimento acadêmico e administrativo e mecanismos de apoio à permanência.

As ações são desenvolvidas por diferentes estruturas institucionais, de acordo com suas competências, e articuladas sempre que a natureza da necessidade apresentada pelo estudante demandar atuação integrada.

8.2.1 Governança e Articulação da Rede de Apoio

O acompanhamento discente é desenvolvido por uma rede institucional constituída por estruturas acadêmicas, pedagógicas e administrativas que atuam de acordo com a natureza das necessidades identificadas ao longo da trajetória dos estudantes.

As Coordenações de Curso constituem referência para as demandas acadêmicas e

para o acompanhamento dos estudantes no âmbito dos respectivos cursos. O Núcleo Acadêmico orienta e acompanha os processos técnico-pedagógicos institucionais. O Núcleo de Atendimento Psicopedagógico — NAP atua nas demandas relacionadas ao apoio psicopedagógico e, no âmbito de suas competências, ao atendimento educacional especializado.

A Secretaria de Registro Acadêmico e a Central de Relacionamento com o Aluno — CRA atuam nos processos acadêmicos e administrativos correspondentes às suas competências. Os docentes participam do acompanhamento cotidiano dos estudantes, podendo identificar dificuldades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem e realizar os encaminhamentos pertinentes.

Outras áreas institucionais participam da rede de apoio conforme a natureza das demandas relacionadas a estágio, carreira, pesquisa, extensão, acessibilidade, atendimento administrativo, apoio financeiro e demais dimensões da experiência acadêmica.

As demandas são direcionadas às áreas competentes e, quando envolvem diferentes dimensões, são tratadas de forma articulada, respeitados o sigilo, a proteção dos dados pessoais, as responsabilidades institucionais e os limites de atuação profissional de cada área.

Os fluxos e canais de atendimento são divulgados por meio dos instrumentos e canais institucionais pertinentes, favorecendo o conhecimento dos estudantes sobre as formas de acesso aos serviços disponíveis.

A articulação da rede busca evitar a fragmentação do atendimento e favorecer o encaminhamento das necessidades ao setor competente, permitindo que as informações produzidas nos diferentes pontos de contato contribuam para o acompanhamento da trajetória acadêmica e para o aperfeiçoamento das políticas de apoio.

8.2.2 Acolhimento, Integração e Orientação Acadêmica

As ações de acolhimento e integração iniciam-se no ingresso e buscam favorecer a inserção dos estudantes na vida acadêmica, o conhecimento da organização institucional e a compreensão dos processos relacionados à sua trajetória formativa.

As ações contemplam orientações sobre o curso e seu Projeto Pedagógico — PPC,

organização curricular, processos de avaliação e frequência, serviços acadêmicos, canais de atendimento, ambientes e sistemas digitais e políticas institucionais de apoio, inclusão e acessibilidade.

A aproximação dos ingressantes com as Coordenações de Curso, docentes, estruturas de apoio e representação estudantil contribui para a identificação dos referenciais acadêmicos e dos canais institucionais disponíveis para orientação e atendimento.

O acolhimento não se restringe ao momento inicial do curso. Ao longo da trajetória acadêmica, as Coordenações e os docentes orientam os estudantes em questões relacionadas ao percurso curricular, identificam necessidades de apoio e realizam os encaminhamentos pertinentes às áreas competentes.

As ações podem assumir caráter individual ou coletivo e ser adequadas às características dos cursos, dos períodos acadêmicos e das necessidades identificadas entre os diferentes perfis estudantis.

A integração entre acolhimento e orientação acadêmica contribui para que o estudante conheça seus direitos e responsabilidades, compreenda a organização de sua formação e identifique os canais institucionais aos quais pode recorrer durante seu percurso acadêmico.

8.2.3 Acompanhamento do Desempenho, Permanência e Risco de Evasão

O acompanhamento do desempenho e da permanência integra a política institucional de apoio ao discente e busca identificar, de forma tempestiva, situações acadêmicas que possam comprometer a aprendizagem, a progressão ou a continuidade da trajetória formativa.

O processo utiliza informações relacionadas ao desempenho acadêmico, à frequência, à participação e a outros registros institucionais pertinentes, analisados de acordo com a natureza e o contexto das situações identificadas.

As Coordenações de Curso exercem papel central no acompanhamento acadêmico dos estudantes, em articulação com os docentes e com as demais estruturas de apoio. A partir das situações identificadas, podem ser realizadas orientações acadêmicas, contato com o estudante, indicação de estratégias de recuperação da aprendizagem e

encaminhamento às áreas institucionais competentes.

A Instituição adota fluxo de acompanhamento das situações de risco acadêmico, com critérios e responsabilidades definidos institucionalmente. A intensidade do acompanhamento e os encaminhamentos são estabelecidos de acordo com a abrangência e a natureza das dificuldades identificadas, possibilitando atuação articulada entre a Coordenação de Curso, o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico — NAP e as demais áreas envolvidas na permanência estudantil.

Quando a situação envolver aspectos que ultrapassem a dimensão estritamente acadêmica, o estudante é direcionado ao serviço ou setor competente, respeitados os limites de atuação profissional, o sigilo e a proteção das informações pessoais.

Os registros e resultados do acompanhamento constituem subsídios para a identificação de situações recorrentes, para o planejamento de ações de apoio e para o aperfeiçoamento das estratégias institucionais de permanência.

Durante a vigência deste PDI, os critérios, instrumentos e fluxos de acompanhamento poderão ser aperfeiçoados a partir dos resultados observados, das características dos cursos e dos estudantes e da evolução dos processos institucionais.

O acompanhamento do desempenho e do risco acadêmico assume, dessa forma, caráter preventivo e formativo, articulando **identificação de situações de risco, intervenção, encaminhamento, acompanhamento e reavaliação**, com o propósito de favorecer a aprendizagem, a permanência e a progressão acadêmica.

8.2.4 Nivelamento

O Programa Institucional de Nivelamento integra as ações de apoio à aprendizagem e tem como finalidade contribuir para a identificação e o enfrentamento de lacunas em conhecimentos considerados relevantes para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

As ações são planejadas considerando as características dos cursos, o perfil dos ingressantes, os conhecimentos requeridos para o desenvolvimento dos componentes curriculares e as necessidades identificadas por meio de diagnósticos e do acompanhamento acadêmico.

O nivelamento pode contemplar Língua Portuguesa, Raciocínio Lógico e

conhecimentos básicos relacionados às diferentes áreas de formação, conforme sua pertinência para os cursos e para as necessidades identificadas entre os estudantes.

As estratégias podem envolver atividades presenciais ou digitais, materiais de estudo, trilhas formativas, avaliações diagnósticas e outros recursos acadêmicos adequados às finalidades do programa.

O acompanhamento considera a participação dos estudantes, os resultados das atividades desenvolvidas e as necessidades identificadas ao longo do processo. As informações produzidas subsidiam as Coordenações de Curso, o Núcleo Acadêmico e as demais instâncias responsáveis pelo planejamento das ações.

A análise dos resultados permite revisar conteúdos, estratégias e formas de oferta, mantendo o nivelamento articulado às necessidades efetivamente identificadas no processo de ensino e aprendizagem.

8.2.5 Monitoria Acadêmica

A monitoria acadêmica constitui ação de apoio à aprendizagem e de aproximação do estudante com atividades de natureza acadêmica, sendo desenvolvida de acordo com a política e os procedimentos institucionais aplicáveis.

Os monitores são selecionados mediante critérios previamente estabelecidos e atuam sob orientação do docente responsável e acompanhamento da Coordenação de Curso.

As atividades podem contemplar orientação extraclasse, apoio aos estudos, colaboração em atividades acadêmicas e outras ações compatíveis com a finalidade da monitoria, sendo vedada a substituição do professor ou a realização, pelo monitor, de atribuições privativas da docência.

A definição das monitorias considera as características dos componentes curriculares e dos cursos e pode utilizar informações provenientes do acompanhamento acadêmico, incluindo dificuldades de aprendizagem e indicadores de desempenho.

O acompanhamento do programa considera aspectos relacionados à oferta, à participação dos estudantes e às atividades realizadas, produzindo informações que podem subsidiar a continuidade, a ampliação ou a revisão das ações.

Além de contribuir para o apoio à aprendizagem, a monitoria possibilita ao estudante-

monitor ampliar sua experiência acadêmica, aprofundar conhecimentos e desenvolver competências relacionadas à comunicação, colaboração e organização das atividades de estudo.

8.2.6 Apoio Psicopedagógico

O Núcleo de Atendimento Psicopedagógico — NAP integra a rede institucional de apoio ao discente e desenvolve ações de acolhimento, escuta e orientação relacionadas a dificuldades que possam repercutir na aprendizagem, na adaptação à vida acadêmica e na trajetória formativa.

O atendimento pode ocorrer de forma individual ou por meio de ações coletivas, de acordo com a natureza das necessidades identificadas e com as competências institucionais do Núcleo.

Entre as demandas acompanhadas podem estar dificuldades de aprendizagem e organização dos estudos, adaptação à vida acadêmica, relações interpessoais no contexto educacional, orientação relacionada à trajetória acadêmica e profissional e outros fatores que interfiram no desenvolvimento do estudante no ambiente universitário.

O NAP atua de forma articulada com as Coordenações de Curso, o Núcleo Acadêmico, os docentes e outras estruturas institucionais quando a natureza da situação demandar atuação integrada.

Quando forem identificadas necessidades que ultrapassem o escopo de atuação institucional ou demandem atendimento especializado continuado, o estudante é orientado quanto à busca de serviços externos adequados, preservados os limites de atuação profissional da equipe.

Os atendimentos e as informações deles decorrentes são tratados de acordo com os princípios de sigilo, ética e proteção de dados aplicáveis. Para fins de planejamento institucional, podem ser utilizadas informações consolidadas e não identificáveis relacionadas à natureza das demandas e às necessidades recorrentes.

Essas informações podem subsidiar ações preventivas, orientação das Coordenações e docentes, planejamento de ações formativas e aperfeiçoamento das políticas institucionais de apoio ao estudante.

8.2.7 Inclusão, Acessibilidade e Atendimento Educacional Especializado

A política institucional de inclusão e acessibilidade orienta as ações destinadas à identificação e à eliminação de barreiras que possam comprometer o acesso, a participação, a aprendizagem e a permanência dos estudantes, observadas a legislação aplicável e as necessidades identificadas ao longo da trajetória acadêmica.

O estudante pode apresentar sua necessidade de atendimento no ingresso, na matrícula ou rematrícula ou em qualquer momento de seu percurso acadêmico. As demandas são analisadas pelas estruturas institucionais competentes a partir das informações disponíveis, do diálogo com o estudante e das características das atividades acadêmicas envolvidas.

Quando pertinente, é elaborado plano individual de acompanhamento do estudante, no qual podem ser registradas as necessidades identificadas, as barreiras existentes, os recursos de acessibilidade, as orientações pedagógicas, as adaptações razoáveis e as responsabilidades das áreas envolvidas.

Quando adotada institucionalmente a denominação **Plano de Desenvolvimento Individual — PDI**, os documentos e comunicações devem explicitar que se trata do plano individual do estudante, evitando sua confusão com o **Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI**.

O acompanhamento é realizado de forma articulada entre o NAP, o Núcleo Acadêmico, a Coordenação de Curso, os docentes e as demais áreas responsáveis pelas condições e recursos necessários, de acordo com suas competências.

As medidas adotadas são acompanhadas e podem ser revistas em função das necessidades do estudante, das características dos componentes curriculares e das evidências produzidas durante sua implementação.

A política considera as diferentes dimensões da acessibilidade e promove ações de orientação e formação da comunidade acadêmica destinadas ao desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas, à eliminação de barreiras e à prevenção de situações discriminatórias.

O acompanhamento individual e a análise das demandas recorrentes também produzem informações relevantes para o planejamento institucional, permitindo identificar necessidades que ultrapassem situações individuais e demandem adequações de

processos, recursos, práticas pedagógicas ou condições de acessibilidade.

8.2.8 Participação e Representação Estudantil

A participação discente integra os processos de acompanhamento e aprimoramento da experiência acadêmica e ocorre por diferentes mecanismos de representação, consulta, diálogo e participação nas atividades institucionais.

Os estudantes participam das instâncias colegiadas nos termos previstos nos documentos institucionais e podem atuar por meio de representantes de turma, centros e diretórios acadêmicos e outras formas de representação estudantil regularmente constituídas.

A participação também ocorre em reuniões, consultas, processos de autoavaliação institucional, projetos e atividades acadêmicas, possibilitando a manifestação dos estudantes sobre aspectos relacionados aos cursos, aos serviços e às condições de desenvolvimento de sua formação.

A Instituição mantém canais de interlocução entre os representantes discentes, as Coordenações de Curso e as demais instâncias acadêmicas e administrativas competentes. As manifestações recebidas são analisadas de acordo com sua natureza e encaminhadas às áreas responsáveis.

As informações decorrentes da participação estudantil, quando analisadas em conjunto com outros dados acadêmicos e institucionais, constituem subsídios para a identificação de necessidades e para o aprimoramento dos cursos, dos serviços e das políticas de apoio ao discente.

8.2.9 Atendimento Acadêmico, Administrativo, Digital e Financeiro

O atendimento ao estudante é realizado por estruturas e canais institucionais destinados a orientar, registrar e processar as demandas relacionadas à sua trajetória acadêmica e aos serviços administrativos.

A Central de Relacionamento com o Aluno — CRA constitui canal institucional para atendimento, registro e direcionamento das solicitações, enquanto a Secretaria de Registro Acadêmico responde pelos processos e documentos relacionados à vida acadêmica,

observadas as competências estabelecidas institucionalmente.

Os estudantes dispõem de sistemas e canais digitais que possibilitam acesso a informações acadêmicas, documentos, registros de desempenho e frequência, solicitações, serviços financeiros e demais funcionalidades disponibilizadas pela Instituição, observados os perfis de acesso e as normas aplicáveis à proteção de dados.

A infraestrutura de apoio contempla também ambientes virtuais de aprendizagem, bibliotecas físicas e digitais, recursos tecnológicos e canais de comunicação necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmicas.

No âmbito do apoio financeiro e das condições de permanência, a Instituição operacionaliza programas governamentais dos quais participe e pode disponibilizar bolsas, descontos, financiamentos e outras modalidades de apoio, de acordo com a legislação, os regulamentos, os editais, os critérios institucionais e a disponibilidade aplicável a cada modalidade.

As informações sobre requisitos, condições, procedimentos e prazos são disponibilizadas pelos canais institucionais pertinentes, permitindo aos estudantes conhecer as alternativas existentes e os procedimentos para sua utilização.

Os dados provenientes dos atendimentos e serviços, quando consolidados, podem contribuir para a identificação de demandas recorrentes e para o aperfeiçoamento dos processos acadêmicos e administrativos relacionados à experiência estudantil.

8.2.10 Estágio, Carreira e Inserção Profissional

As ações relacionadas a estágio, carreira e inserção profissional integram a política de acompanhamento discente e buscam favorecer a articulação entre a formação acadêmica, as experiências profissionais e a preparação dos estudantes para o mundo do trabalho.

As estruturas institucionais responsáveis promovem orientação relacionada aos estágios obrigatórios e não obrigatórios, de acordo com suas competências, bem como ações de desenvolvimento de carreira, divulgação de oportunidades e preparação dos estudantes para processos de inserção profissional.

Podem ser desenvolvidas atividades relacionadas à elaboração e apresentação de currículos, preparação para processos seletivos, desenvolvimento de competências

profissionais, conhecimento das possibilidades de atuação e aproximação com organizações e profissionais das diferentes áreas.

A Instituição mantém relacionamento com organizações concedentes e outros parceiros que possam contribuir para a ampliação das oportunidades de estágio e desenvolvimento profissional dos estudantes, observados os procedimentos institucionais aplicáveis.

Os estágios são desenvolvidos de acordo com a legislação, os PPCs, os regulamentos institucionais e os instrumentos jurídicos pertinentes, preservadas as responsabilidades acadêmicas relacionadas à orientação, supervisão e acompanhamento.

As informações provenientes das experiências de estágio, do relacionamento com organizações e das ações de carreira podem contribuir para a identificação de demandas profissionais e para o aprimoramento das ações de formação e orientação aos estudantes.

8.3 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A Política de Acompanhamento de Egressos tem como finalidade manter canais de relacionamento com os ex-estudantes e produzir informações sobre suas trajetórias profissionais e formativas que possam contribuir para a avaliação dos cursos e para o planejamento institucional.

O acompanhamento dos egressos busca ampliar o conhecimento sobre a inserção profissional, a continuidade dos estudos, a relação entre a formação recebida e a atuação profissional e a percepção dos ex-estudantes sobre sua experiência formativa.

A política também favorece a manutenção do vínculo dos egressos com a Instituição por meio da divulgação de atividades acadêmicas, científicas, culturais, extensionistas, profissionais e de educação continuada, conforme as iniciativas institucionais disponíveis.

As informações obtidas por meio do acompanhamento podem contribuir para:

- conhecer características da inserção profissional e da continuidade da formação dos egressos;
- analisar a relação entre a atuação profissional e o perfil de egresso previsto nos PPCs;
- identificar percepções sobre a formação e as competências desenvolvidas durante o curso;

- reconhecer demandas e transformações relacionadas às áreas de formação e ao mundo do trabalho;
- subsidiar a análise e o aprimoramento dos cursos, das ações de carreira e dos serviços institucionais; e
- fortalecer o relacionamento entre a Instituição, seus egressos e os diferentes setores profissionais e sociais.
- conhecer características da inserção profissional e da continuidade da formação dos egressos;
- analisar a relação entre a atuação profissional e o perfil de egresso previsto nos PPCs;
- identificar percepções sobre a formação e as competências desenvolvidas durante o curso;
- reconhecer demandas e transformações relacionadas às áreas de formação e ao mundo do trabalho;
- subsidiar a análise e o aprimoramento dos cursos, das ações de carreira e dos serviços institucionais; e
- fortalecer o relacionamento entre a Instituição, seus egressos e os diferentes setores profissionais e sociais.

O tratamento das informações observa a legislação e as normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, especialmente nos processos de atualização cadastral, aplicação de instrumentos de acompanhamento e utilização institucional dos resultados.

A política de egressos integra o processo institucional de avaliação e planejamento na medida em que as informações produzidas são analisadas em articulação com outras evidências acadêmicas e institucionais, evitando que o acompanhamento se limite à manutenção de cadastro ou à comunicação com os ex-estudantes.

8.3.1 Estratégias de Acompanhamento e Relacionamento

O acompanhamento dos egressos pode utilizar diferentes estratégias de comunicação, coleta de informações e relacionamento, definidas de acordo com os objetivos institucionais e com as características dos cursos e públicos envolvidos.

Entre as estratégias podem ser utilizados instrumentos de pesquisa, atualização cadastral, canais institucionais de comunicação, participação em eventos e atividades acadêmicas, ações de educação continuada, divulgação de oportunidades profissionais e iniciativas de aproximação com organizações, empregadores e entidades relacionadas às áreas de formação.

Os instrumentos de acompanhamento podem contemplar informações relacionadas à situação profissional, continuidade dos estudos, relação entre formação e atuação, percepção sobre as competências desenvolvidas, avaliação da formação recebida e sugestões de aprimoramento.

A Instituição busca também favorecer a participação dos egressos em atividades acadêmicas, científicas, culturais, extensionistas e profissionais, fortalecendo sua vinculação com a comunidade acadêmica e ampliando as possibilidades de interação entre formação, experiência profissional e desenvolvimento dos cursos.

As estratégias e os instrumentos utilizados poderão ser revistos ao longo da vigência deste PDI, considerando a participação dos egressos, a qualidade das informações obtidas e sua contribuição para os processos institucionais de avaliação e planejamento.

8.3.2 Análise e Utilização dos Resultados

As informações obtidas no acompanhamento dos egressos são consolidadas e analisadas de acordo com os objetivos dos instrumentos utilizados e com a representatividade dos dados disponíveis.

Entre os aspectos passíveis de acompanhamento estão a participação dos egressos nas ações e pesquisas, a inserção profissional, a relação entre formação e atuação, a continuidade dos estudos, a percepção sobre as competências desenvolvidas e a avaliação da contribuição do curso para a trajetória profissional.

Na interpretação dos resultados, são consideradas a abrangência e a participação obtidas nos levantamentos, evitando generalizações a partir de grupos reduzidos ou não representativos do conjunto dos egressos.

Os resultados consolidados podem ser compartilhados com as Coordenações de Curso, os Núcleos Docentes Estruturantes — NDEs, os Colegiados de Curso, a Comissão Própria de Avaliação — CPA e outras instâncias pertinentes, respeitadas as competências

institucionais e as normas de proteção de dados.

As evidências produzidas podem subsidiar análises relacionadas aos PPCs, às ações de formação, às estratégias de carreira e empregabilidade, às parcerias institucionais, à educação continuada e a outros aspectos relacionados à formação e à trajetória profissional dos egressos.

A utilização dos resultados deve ocorrer em articulação com outras informações acadêmicas e institucionais, permitindo que as percepções e trajetórias dos egressos contribuam para os processos de avaliação, planejamento e melhoria dos cursos.

Dessa forma, o acompanhamento de egressos estabelece um ciclo de **relacionamento, produção de informações, análise, utilização dos resultados e revisão das estratégias**, fortalecendo sua integração aos processos institucionais de avaliação e planejamento.

8.4 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS estabelece relações e parcerias com organizações públicas, privadas e do terceiro setor, serviços de saúde, instituições educacionais, entidades profissionais e outros atores sociais, de acordo com as finalidades acadêmicas e institucionais e com a natureza das atividades desenvolvidas.

No âmbito da política de acompanhamento discente, essas relações contribuem para ampliar oportunidades de formação, estágio, desenvolvimento profissional, extensão, pesquisa, inovação e aproximação dos estudantes com diferentes contextos sociais e profissionais.

As parcerias são formalizadas e acompanhadas de acordo com sua natureza e com os procedimentos institucionais aplicáveis. Nas atividades que constituam campos de formação, estágio ou prática profissional, são observados os requisitos legais, as disposições dos PPCs, as condições de desenvolvimento das atividades e as responsabilidades das partes envolvidas.

O relacionamento com organizações concedentes, empregadores, entidades profissionais e demais parceiros também constitui fonte de informações sobre demandas sociais, profissionais e formativas que podem ser consideradas pelas instâncias

acadêmicas na análise dos cursos e das ações de desenvolvimento profissional.

As informações decorrentes dessas relações, quando sistematizadas e pertinentes, podem ser articuladas aos dados provenientes do acompanhamento dos estudantes e egressos, contribuindo para o planejamento das ações de formação, carreira e inserção profissional.

Dessa forma, as parcerias não são compreendidas apenas como instrumentos de ampliação de oportunidades, mas também como mecanismos de aproximação entre a formação acadêmica, os contextos de atuação profissional e as demandas da sociedade.

8.5 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DISCENTE

O monitoramento da Política de Acompanhamento Discente é realizado de forma articulada pelas instâncias acadêmicas e administrativas envolvidas, a partir das informações produzidas pelos sistemas, serviços, programas e processos institucionais relacionados à trajetória dos estudantes.

A análise considera os dados disponíveis e pertinentes às diferentes dimensões da política, podendo contemplar, entre outros:

- desempenho acadêmico por curso, turma, período e componente curricular;
- frequência e situações de risco acadêmico;
- retenção, evasão, trancamento, cancelamento e conclusão dos cursos;
- atendimentos e encaminhamentos realizados pelas estruturas de apoio;
- participação e resultados das ações de nivelamento e monitoria;
- demandas e ações relacionadas à inclusão e à acessibilidade;
- participação estudantil nos processos de avaliação e representação;
- informações relacionadas aos serviços de atendimento ao estudante;
- participação dos egressos nas ações e instrumentos de acompanhamento;
- inserção profissional e continuidade dos estudos, quando disponíveis; e
- percepção de estudantes e egressos sobre a formação e os serviços institucionais.

A seleção e a utilização dos indicadores consideram sua disponibilidade,

confiabilidade, pertinência e possibilidade de análise ao longo do tempo. Sempre que aplicável e respeitadas as normas de proteção de dados pessoais, as informações podem ser analisadas por curso, modalidade de oferta, forma de ingresso e outros recortes relevantes para a identificação de necessidades específicas.

Os resultados são analisados pelas instâncias competentes de acordo com a natureza das informações produzidas. As Coordenações de Curso, os Núcleos Docentes Estruturantes — NDEs e os Colegiados utilizam os dados pertinentes no acompanhamento e no aprimoramento dos cursos. O Núcleo Acadêmico acompanha os aspectos técnico-pedagógicos relacionados às políticas de apoio ao estudante. A Comissão Própria de Avaliação — CPA contribui com as evidências provenientes da autoavaliação institucional e com a análise da percepção da comunidade acadêmica, preservadas suas competências e autonomia.

As informações produzidas podem subsidiar a revisão de programas, serviços e fluxos, o planejamento de ações de apoio, a identificação de necessidades de intervenção e a definição de prioridades relacionadas à permanência e ao desenvolvimento acadêmico.

O monitoramento considera não apenas a realização das ações, mas, de acordo com a natureza dos dados disponíveis, sua abrangência, participação, resultados observados e contribuição para o atendimento das necessidades identificadas. A análise histórica permite reconhecer tendências, recorrências e alterações que demandem revisão das estratégias adotadas.

O acompanhamento da política estabelece, assim, um processo de **produção de informações, análise, intervenção, acompanhamento dos resultados e revisão das ações**, articulando a experiência dos estudantes e egressos aos processos institucionais de avaliação e planejamento.

9 PERSPECTIVAS DE EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO DA OFERTA ACADÊMICA

As perspectivas de expansão e desenvolvimento da oferta acadêmica do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS para o período de 2025–2029 estão orientadas pela consolidação de seu portfólio de cursos, pela adequação dos formatos de oferta às transformações da educação superior e pela ampliação planejada das oportunidades de formação.

O planejamento considera a trajetória institucional, as características e demandas sociais, educacionais e profissionais da região, os resultados acadêmicos, as condições institucionais de oferta e os requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

A expansão não se restringe à ampliação quantitativa do número de cursos ou vagas. Compreende processos de implantação, reorganização e desenvolvimento da oferta acadêmica, fundamentados na análise de demanda e na viabilidade acadêmica, regulatória, operacional e financeira de cada iniciativa.

Para o período de vigência deste PDI, são previstas ações de diferentes naturezas, compreendendo a implantação de nova oferta de graduação, a reorganização de cursos integrantes do portfólio institucional e o desenvolvimento de projeto de pós-graduação stricto sensu.

Essas iniciativas possuem condições acadêmicas e regulatórias distintas e sua implementação dependerá do atendimento aos requisitos aplicáveis, das análises institucionais de viabilidade, das decisões das instâncias competentes e, quando exigível, dos procedimentos e atos regulatórios correspondentes.

9.1 DIRETRIZES PARA A EXPANSÃO DA OFERTA ACADÊMICA

O planejamento da expansão e do desenvolvimento da oferta acadêmica durante a vigência deste PDI orienta-se pelas seguintes diretrizes:

- aderência à missão, à identidade e aos objetivos institucionais;
- análise das demandas sociais, educacionais e profissionais relacionadas ao contexto de atuação da Instituição;
- qualidade acadêmica e coerência com os perfis de formação pretendidos;

- observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e da legislação educacional aplicável;
- compatibilidade entre as características dos cursos, os formatos de oferta e as metodologias de ensino e aprendizagem;
- disponibilidade e adequação do corpo docente e técnico-administrativo;
- adequação da infraestrutura física, tecnológica, bibliográfica e laboratorial;
- acessibilidade e condições de atendimento às necessidades dos estudantes;
- articulação entre ensino, pesquisa, extensão, inovação e responsabilidade social, de acordo com a natureza das ofertas;
- viabilidade econômica e sustentabilidade institucional; e
- utilização de informações acadêmicas, resultados das avaliações internas e externas e demais evidências pertinentes ao planejamento.

A implantação de cursos, a reorganização dos formatos de oferta e as alterações relevantes no dimensionamento das vagas serão precedidas das análises institucionais pertinentes. Conforme a natureza da iniciativa, serão considerados demanda e público potencial, requisitos acadêmicos e regulatórios, estrutura necessária, disponibilidade de docentes, atividades presenciais e práticas, recursos tecnológicos, capacidade de investimento e sustentabilidade da oferta.

As projeções estabelecidas neste capítulo possuem natureza de planejamento institucional e não representam implantação automática ou incondicionada das ofertas. Sua execução ocorrerá de acordo com a evolução das análises de viabilidade, as decisões das instâncias institucionais competentes e, quando aplicável, o cumprimento dos procedimentos e a obtenção dos atos regulatórios exigidos.

9.2 PROJEÇÃO DE EXPANSÃO E REORGANIZAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

No âmbito da graduação, o planejamento para o período 2025–2029 contempla a implantação do curso de Pedagogia, em formato semipresencial, como nova oferta acadêmica. A proposta amplia a atuação institucional no campo da formação de professores e deverá observar as Diretrizes Curriculares Nacionais, os requisitos aplicáveis

às licenciaturas, a regulamentação correspondente ao formato de oferta e as condições acadêmicas e institucionais necessárias à sua implementação.

Para os cursos de Educação Física, Engenharia Civil e Análise e Desenvolvimento de Sistemas, projeta-se a reorganização da oferta acadêmica, com encerramento progressivo do ingresso de novas turmas no formato presencial e planejamento de oferta em formato semipresencial.

Nesses casos, a reorganização não corresponde à criação de novos cursos, mas à redefinição planejada do formato de oferta, condicionada à análise das características formativas de cada curso, à adequação dos respectivos PPCs, às condições para desenvolvimento das atividades presenciais e práticas e ao atendimento da legislação e dos requisitos regulatórios aplicáveis.

Para o curso de Administração, projeta-se a organização de oferta na modalidade a distância, condicionada à análise de viabilidade e ao atendimento dos requisitos acadêmicos e regulatórios correspondentes, incluindo a adequação do PPC, das metodologias educacionais, dos recursos tecnológicos, das formas de interação e acompanhamento da aprendizagem e da estrutura de apoio ao estudante.

A reorganização das ofertas não implicará descontinuidade das turmas presenciais em andamento. A Instituição assegurará aos estudantes regularmente matriculados as condições necessárias à continuidade e à integralização de seus cursos, de acordo com as matrizes curriculares, os PPCs e as normas acadêmicas aplicáveis.

A definição do período de início das novas ofertas será estabelecida a partir da conclusão das respectivas análises acadêmicas, regulatórias e de viabilidade e das decisões das instâncias institucionais competentes. O planejamento executivo poderá ser atualizado durante a vigência deste PDI em função das condições verificadas para cada iniciativa.

Quadro 13- Projeção da Oferta Acadêmica

Projeção da oferta acadêmica

Período de 2025–2029

Curso	Natureza da ação projetada	Formato projetado	Situação no planejamento
Pedagogia	Implantação de novo curso	SEMIPRESENCIAL	Nova oferta planejada
Educação Física	Reorganização da oferta, com encerramento progressivo da entrada no presencial	SEMIPRESENCIAL	Oferta projetada em novo formato
Engenharia Civil	Reorganização da oferta, com encerramento progressivo da entrada no presencial	SEMIPRESENCIAL	Oferta projetada em novo formato
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Reorganização da oferta, com encerramento progressivo da entrada no presencial	SEMIPRESENCIAL	Oferta projetada em novo formato
Administração	Reorganização da oferta	A DISTÂNCIA	Oferta projetada em novo formato

Fonte: Centro Universitário Faminas, 2025.

As projeções apresentadas evidenciam que o desenvolvimento da graduação no período 2025–2029 combina a implantação de nova oferta com a reorganização de cursos já integrantes do portfólio institucional. A execução de cada iniciativa será analisada individualmente, considerando suas características acadêmicas, o formato pretendido, as condições de oferta e os requisitos regulatórios correspondentes. Dessa forma, o quadro constitui referência de planejamento e não cronograma automático de implantação.

A definição do período de início de cada oferta dependerá da conclusão das respectivas etapas de análise, planejamento e, quando aplicável, regularização. Eventuais alterações de cronograma ou formato deverão ser formalmente analisadas pelas instâncias competentes e registradas no acompanhamento do PDI.

9.3 DESENVOLVIMENTO PROJETADO DA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

No campo da pós-graduação stricto sensu, encontra-se em desenvolvimento institucional o projeto do Mestrado em Gestão Educacional e Inovação em Saúde, como perspectiva de ampliação da atuação da Instituição na formação avançada e na produção de conhecimento relacionada às áreas contempladas pela proposta.

Quadro 14- Desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu*

Quadro 12 – Desenvolvimento da pós-graduação stricto sensu

Perspectiva institucional para o período de 2025–2029

Projeto	Área de desenvolvimento	Situação no planejamento	Condição para implantação
Mestrado em Gestão Educacional e Inovação em Saúde	Educação, gestão, inovação e saúde	PROJETO EM DESENVOLVIMENTO Planejamento institucional	Conclusão da proposta, submissão e aprovação pela Capes, além do atendimento aos requisitos acadêmicos e regulatórios

Fonte: elaboração institucional, 2026.

O desenvolvimento do projeto compreende a definição e consolidação de sua estrutura acadêmica, incluindo objetivos, área de concentração, linhas de pesquisa, corpo docente, produção acadêmica, infraestrutura e demais elementos requeridos para a constituição de uma proposta de programa de pós-graduação stricto sensu.

A eventual submissão da proposta estará condicionada à conclusão do projeto institucional, à análise de sua relevância e viabilidade e ao atendimento dos requisitos estabelecidos para essa finalidade.

A implantação do curso dependerá da aprovação da proposta pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior — Capes e do cumprimento dos demais procedimentos e requisitos aplicáveis. Dessa forma, a inclusão do projeto neste PDI representa uma perspectiva de desenvolvimento institucional e não pressupõe autorização ou início automático da oferta durante o período planejado.

9.4 CONDIÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS OFERTAS PROJETADAS

A implementação das ofertas previstas neste capítulo será precedida da análise das condições acadêmicas, regulatórias, administrativas, tecnológicas, estruturais e financeiras requeridas para cada iniciativa.

De acordo com a natureza e o formato da oferta, a análise considerará:

- adequação do Projeto Pedagógico do Curso e de sua organização curricular;
- composição, qualificação e dimensionamento do corpo docente;

- dimensionamento das equipes acadêmicas e técnico-administrativas de apoio;
- infraestrutura física, tecnológica, bibliográfica e laboratorial;
- ambientes virtuais, recursos educacionais e tecnologias necessárias ao processo formativo;
- disponibilidade e adequação dos campos de prática, estágio e atividades extensionistas, quando aplicáveis;
- condições de inclusão e acessibilidade;
- serviços acadêmicos e de apoio ao estudante;
- viabilidade econômica e sustentabilidade da oferta; e
- requisitos e procedimentos regulatórios aplicáveis.

Nas ofertas que envolvam atividades presenciais e mediadas por tecnologias digitais, a organização acadêmica deverá assegurar coerência entre o formato de oferta, o PPC, as metodologias de ensino e aprendizagem, as formas de interação e acompanhamento dos estudantes e a realização das atividades presenciais, práticas, de estágio e extensão requeridas para a formação.

A decisão de implantação considerará o conjunto dessas condições, evitando que a análise de viabilidade se restrinja à existência de demanda ou à capacidade de captação de estudantes. A expansão acadêmica pressupõe condições efetivas de sustentação da oferta e de desenvolvimento do projeto formativo ao longo de sua execução.

9.5 ACOMPANHAMENTO DAS PROJEÇÕES DE EXPANSÃO

As perspectivas de expansão e reorganização da oferta acadêmica serão acompanhadas pelas instâncias institucionais competentes durante a vigência deste PDI, considerando a evolução das condições que fundamentaram cada iniciativa.

O acompanhamento poderá considerar, conforme a natureza da oferta, informações relacionadas à demanda, ocupação de vagas, perfil dos estudantes, permanência, desempenho acadêmico, disponibilidade e adequação do corpo docente, infraestrutura, condições para desenvolvimento das atividades acadêmicas, resultados das avaliações internas e externas e sustentabilidade financeira.

Nas iniciativas ainda não implantadas, o acompanhamento estará concentrado na evolução dos estudos de viabilidade, no atendimento das condições acadêmicas e estruturais e no cumprimento das etapas institucionais e regulatórias necessárias. Para as ofertas implantadas durante a vigência do PDI, serão incorporados progressivamente os indicadores acadêmicos e institucionais produzidos a partir de seu funcionamento.

Os resultados poderão fundamentar decisões relacionadas ao período de implantação, dimensionamento das vagas, formato de oferta, estrutura necessária ou continuidade das iniciativas projetadas. Eventuais alterações serão analisadas pelas instâncias competentes e registradas no processo de acompanhamento do planejamento institucional.

Dessa forma, as projeções estabelecidas neste capítulo serão tratadas como componentes dinâmicos do planejamento institucional, submetidos a um ciclo de análise de viabilidade, decisão, implementação, acompanhamento e revisão. Esse processo permite compatibilizar o desenvolvimento da oferta acadêmica com as condições institucionais efetivamente existentes e com os requisitos acadêmicos e regulatórios aplicáveis.

10 INFRAESTRUTURA

A infraestrutura do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS constitui suporte ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, administrativas e institucionais e é planejada considerando as necessidades do ensino, da pesquisa, da extensão, da gestão e da convivência da comunidade acadêmica.

O campus está implantado em área de aproximadamente 168.000 m², distribuída em quatro platôs, nos quais se encontram edificações e espaços destinados às atividades acadêmicas, administrativas, laboratoriais, culturais, esportivas e de convivência.

A organização dos ambientes considera suas diferentes finalidades de uso e as condições requeridas para o desenvolvimento das atividades institucionais, incluindo funcionalidade, segurança, acessibilidade, conforto, recursos tecnológicos e adequação às características dos cursos e serviços.

A infraestrutura é objeto de manutenção, conservação, atualização e adequação ao longo do desenvolvimento institucional, considerando as demandas acadêmicas e

administrativas, a evolução dos cursos e das práticas educacionais, os requisitos aplicáveis e as necessidades identificadas nos processos institucionais de acompanhamento e avaliação.

Dessa forma, sua gestão não se limita à disponibilização de espaços e equipamentos, mas compreende o acompanhamento de suas condições de utilização e a identificação de necessidades de manutenção, adequação, atualização e desenvolvimento.

10.1 PLANEJAMENTO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

O planejamento da infraestrutura é desenvolvido em articulação com as necessidades acadêmicas e administrativas e considera a oferta dos cursos, os Projetos Pedagógicos dos Cursos — PPCs, o número e o perfil dos usuários, as características das atividades desenvolvidas e as perspectivas de desenvolvimento institucional.

As necessidades relacionadas à infraestrutura podem ser identificadas a partir do acompanhamento realizado pelas áreas responsáveis, das demandas dos cursos e setores, dos processos de manutenção, dos requisitos de segurança e acessibilidade e dos resultados dos processos de avaliação institucional.

A análise dessas informações subsidia a definição de prioridades relacionadas à manutenção preventiva e corretiva, adequação dos espaços, aquisição ou substituição de equipamentos, atualização tecnológica, acessibilidade e desenvolvimento da infraestrutura necessária às atividades acadêmicas e administrativas.

As intervenções são planejadas de acordo com sua natureza, prioridade, viabilidade técnica e disponibilidade de recursos, observadas as responsabilidades das áreas institucionais competentes.

As condições da infraestrutura também integram os processos de autoavaliação institucional, possibilitando incorporar a percepção da comunidade acadêmica à identificação de necessidades e ao acompanhamento das melhorias realizadas.

Durante a vigência deste PDI, o planejamento da infraestrutura permanecerá articulado à evolução da oferta acadêmica e às necessidades decorrentes da implantação, reorganização e desenvolvimento dos cursos e atividades institucionais, estabelecendo relação entre **necessidade identificada, análise, priorização, intervenção e acompanhamento**.

10.2 INFRAESTRUTURA ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA

A infraestrutura acadêmica e administrativa contempla ambientes destinados ao ensino, à gestão, ao planejamento, ao atendimento à comunidade acadêmica, ao trabalho docente e ao desenvolvimento das atividades institucionais.

Os espaços são organizados de acordo com suas finalidades e com as necessidades das atividades desenvolvidas, contemplando ambientes destinados às diretorias, Coordenações de Curso, setores acadêmicos e administrativos, núcleos institucionais, atendimento aos estudantes, reuniões e atividades de apoio.

As condições dos ambientes são acompanhadas institucionalmente quanto à funcionalidade, conservação, segurança, acessibilidade e adequação às atividades realizadas, subsidiando ações de manutenção e melhoria.

10.2.1 Salas de Aula e Ambientes de Aprendizagem

As salas de aula são organizadas considerando o número de estudantes, as características das atividades acadêmicas e as necessidades pedagógicas dos cursos.

Os ambientes dispõem de mobiliário e recursos audiovisuais e tecnológicos de apoio ao processo de ensino e aprendizagem, incluindo recursos de projeção e conectividade à internet, além das condições de iluminação, climatização, acústica e conforto necessárias à realização das atividades.

Os blocos destinados às atividades acadêmicas contemplam condições de circulação e acessibilidade e recursos destinados à utilização dos espaços por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Além das salas convencionais, a Instituição dispõe de ambiente destinado ao desenvolvimento de metodologias ativas, com organização e recursos que possibilitam diferentes configurações das atividades pedagógicas, favorecendo interação, colaboração e participação dos estudantes.

As condições de utilização das salas e ambientes de aprendizagem integram os processos institucionais de manutenção e acompanhamento da infraestrutura, considerando as demandas dos cursos, a evolução das práticas pedagógicas e as necessidades identificadas pela comunidade acadêmica.

10.2.2 Espaços de Trabalho Docente

A Instituição disponibiliza aos docentes ambientes destinados ao planejamento e desenvolvimento das atividades acadêmicas, preparação do trabalho docente, reuniões, atendimento aos estudantes e convivência.

Os espaços dispõem de mobiliário, recursos tecnológicos, acesso à internet e condições compatíveis com as atividades realizadas, contemplando possibilidades de trabalho individual e coletivo e de atendimento acadêmico.

A infraestrutura destinada aos docentes em regime de tempo integral considera as necessidades decorrentes de suas atribuições acadêmicas, proporcionando condições para permanência na Instituição e desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão, planejamento, orientação e produção acadêmica.

As condições de utilização desses ambientes são acompanhadas no âmbito dos processos institucionais de manutenção e avaliação da infraestrutura, possibilitando a identificação de necessidades de adequação e melhoria.

10.2.3 Espaços de Atendimento aos Estudantes

O atendimento aos estudantes ocorre em ambientes institucionais organizados de acordo com a natureza das demandas e com as competências dos serviços acadêmicos e administrativos.

A infraestrutura contempla espaços destinados ao atendimento pelas Coordenações de Curso, docentes, Secretaria de Registro Acadêmico e demais setores responsáveis pelo suporte à trajetória acadêmica, incluindo ambientes que possibilitam atendimento individual ou em pequenos grupos.

Os espaços são organizados considerando condições de acessibilidade, acolhimento e privacidade compatíveis com a natureza dos atendimentos realizados.

A Instituição dispõe também de infraestrutura destinada ao Núcleo de Apoio Psicopedagógico — NAP, para o desenvolvimento das atividades correspondentes às suas atribuições institucionais.

A adequação desses ambientes integra as condições necessárias à implementação da Política de Acompanhamento Discente, articulando a infraestrutura física aos serviços e fluxos de apoio apresentados no Capítulo 8 deste PDI.

10.2.4 Auditórios e Espaços Acadêmicos e Institucionais

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS dispõe de ambientes destinados à realização de atividades acadêmicas, científicas, culturais e institucionais que demandam espaços diferenciados em relação às salas de aula convencionais.

Entre esses ambientes encontram-se auditórios institucionais e o Salão Nobre, com características que possibilitam sua utilização em palestras, seminários, conferências, eventos, atividades acadêmicas e demais ações compatíveis com suas finalidades.

Os espaços dispõem de recursos audiovisuais, climatização e infraestrutura de apoio necessária às atividades realizadas, sendo sua utilização organizada de acordo com a natureza e a dimensão das ações programadas.

Esses ambientes ampliam as possibilidades de desenvolvimento das atividades acadêmicas e institucionais e favorecem a realização de ações de ensino, pesquisa, extensão, cultura e integração da comunidade acadêmica.

10.2.5 Instalações Sanitárias e Espaços de Apoio e Convivência

A Instituição dispõe de instalações sanitárias distribuídas pelos diferentes ambientes do campus, incluindo áreas acadêmicas, administrativas, laboratoriais, de convivência e esportivas.

A infraestrutura contempla instalações destinadas à comunidade acadêmica e aos colaboradores, sanitários acessíveis às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como vestiários, chuveiros e outros espaços de apoio compatíveis com as características das atividades desenvolvidas. A estrutura contempla também fraldários destinados ao atendimento das necessidades dos usuários.

As instalações são objeto de rotinas de limpeza, conservação e manutenção e integram os processos de acompanhamento da infraestrutura institucional quanto às condições de higiene, segurança, acessibilidade, funcionalidade e conforto.

Os espaços de apoio e convivência complementam a infraestrutura acadêmica e contribuem para as condições de permanência e utilização do campus pela comunidade institucional.

10.2.6 Infraestrutura da Comissão Própria de Avaliação — CPA

A Comissão Própria de Avaliação — CPA dispõe de infraestrutura e recursos para o desenvolvimento das atividades relacionadas à autoavaliação institucional, incluindo planejamento, reuniões, organização dos processos avaliativos, análise de informações e sistematização dos resultados.

As condições disponibilizadas à Comissão integram o suporte institucional necessário ao exercício de suas atribuições, preservadas sua autonomia de atuação e as competências estabelecidas pela legislação e pelos documentos institucionais.

10.3 BIBLIOTECA

A Biblioteca do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS integra a infraestrutura de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, disponibilizando à comunidade acadêmica espaços de estudo e pesquisa, acervo físico e digital, recursos tecnológicos e serviços de acesso, orientação e apoio à utilização da informação acadêmico-científica.

Sua organização e o desenvolvimento dos serviços e recursos informacionais consideram as necessidades dos cursos e das atividades acadêmicas, as bibliografias previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos — PPCs e as demandas identificadas pela comunidade acadêmica.

A gestão dos serviços bibliotecários é apoiada por sistema informatizado, possibilitando o gerenciamento do acervo e a utilização de serviços de consulta, empréstimo, devolução, reserva e renovação, inclusive por meios digitais.

10.3.1 Infraestrutura Física

A Biblioteca ocupa área aproximada de 2.689 m², distribuída entre piso térreo e mezanino, contemplando ambientes destinados ao acervo, estudos individuais e coletivos,

consulta e pesquisa, atendimento aos usuários, recursos de informática, processamento técnico e atividades administrativas.

Os espaços de estudo possibilitam diferentes formas de utilização, incluindo ambientes destinados ao estudo individual e às atividades em grupo, favorecendo condições adequadas para leitura, pesquisa, produção acadêmica e interação.

A organização dos ambientes considera condições de acessibilidade, iluminação, ventilação, acústica, segurança, conservação e conforto, de acordo com as características dos espaços e serviços disponibilizados.

A infraestrutura possibilita também a realização de atividades acadêmicas e culturais compatíveis com as finalidades da Biblioteca, ampliando sua utilização como espaço de acesso, produção e circulação do conhecimento.

10.3.2 Acervo Físico e Digital

O acervo bibliográfico é constituído por livros, periódicos, obras de referência, multimeios, coleções especiais e recursos digitais relacionados às áreas de conhecimento contempladas pelos cursos e pelas demais atividades acadêmicas da Instituição.

O acervo físico conta com aproximadamente 60.000 exemplares e é complementado por biblioteca digital, periódicos, bases de dados, repositórios científicos e outros recursos informacionais disponibilizados por acesso institucional ou aberto.

A Instituição mantém também repositório destinado à disponibilização e preservação de sua produção acadêmica e científica, de acordo com a regulamentação aplicável.

A composição do acervo considera as bibliografias previstas nos PPCs, as necessidades acadêmicas dos cursos e as demandas identificadas pelas Coordenações de Curso, docentes, Biblioteca e demais usuários.

A articulação entre recursos físicos e digitais amplia as possibilidades de acesso à informação e permite adequar progressivamente a disponibilidade bibliográfica às diferentes formas de utilização e às necessidades acadêmicas.

10.3.3 Serviços e Recursos de Informação

A Biblioteca disponibiliza serviços presenciais e digitais destinados a favorecer o acesso à informação e apoiar as atividades de ensino, pesquisa e produção acadêmico-científica.

Os serviços contemplam consulta ao acervo, empréstimo, devolução, reserva e renovação, orientação à pesquisa e à consulta bibliográfica, levantamentos bibliográficos, visitas orientadas, apoio à normalização de trabalhos acadêmicos e orientação para utilização das fontes de informação disponíveis.

O sistema informatizado de gestão bibliotecária apoia a organização dos processos técnicos e possibilita aos usuários acesso aos serviços e informações relacionadas ao acervo.

A Biblioteca desenvolve também ações de orientação aos estudantes e docentes para utilização de acervos, bases de dados, repositórios e demais recursos de pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento de competências relacionadas à busca, seleção, avaliação e utilização da informação acadêmico-científica.

10.3.4 Acessibilidade e Tecnologia Assistiva

A Biblioteca contempla condições de acessibilidade física e recursos de tecnologia assistiva destinados a ampliar a autonomia e as possibilidades de acesso à informação pelos diferentes usuários.

Os recursos tecnológicos disponibilizados podem incluir leitores de tela, ferramentas de ampliação, recursos de tradução e comunicação acessível e outras tecnologias compatíveis com as necessidades identificadas e com a evolução das soluções de acessibilidade.

A adequação desses recursos é acompanhada em articulação com as políticas institucionais de inclusão e acessibilidade, considerando as necessidades dos estudantes, as características dos materiais e serviços disponibilizados e a evolução das tecnologias assistivas.

10.3.5 Desenvolvimento e Atualização do Acervo

O desenvolvimento e a atualização do acervo são orientados pela Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca, que estabelece critérios e procedimentos para seleção, aquisição, avaliação, atualização e ampliação dos recursos bibliográficos físicos e digitais.

O planejamento considera as bibliografias previstas nos PPCs, as necessidades acadêmicas dos cursos, as demandas identificadas pelas Coordenações e pelo corpo docente, a utilização dos recursos disponíveis e a evolução das diferentes áreas do conhecimento.

A avaliação do acervo considera sua adequação às necessidades acadêmicas, a atualização das obras e dos recursos informacionais, as formas de acesso e as demandas decorrentes da evolução dos cursos e projetos institucionais.

Durante a vigência deste PDI, o desenvolvimento do acervo permanecerá articulado ao planejamento acadêmico, contemplando a atualização dos recursos físicos e digitais e a adequação do acesso às fontes de informação necessárias às atividades institucionais.

10.4 INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação — TIC oferece suporte aos processos acadêmicos, administrativos e de gestão e contempla recursos destinados ao funcionamento dos sistemas institucionais, serviços digitais, ambientes educacionais, comunicação e acesso à informação.

O planejamento e a atualização dessa infraestrutura consideram as necessidades dos cursos e setores, a evolução tecnológica, o número e o perfil dos usuários, a disponibilidade dos serviços, a segurança da informação, a acessibilidade e as demandas decorrentes do desenvolvimento institucional.

10.4.1 Infraestrutura e Serviços de TI

O Setor de Tecnologia da Informação é responsável pela gestão, manutenção e suporte da infraestrutura tecnológica institucional, abrangendo redes, processamento e

armazenamento de dados, equipamentos, sistemas, conectividade, segurança da informação e atendimento aos usuários.

A Instituição dispõe de infraestrutura de processamento e armazenamento de dados associada a recursos de virtualização, redundância, replicação e soluções em nuvem, destinada a favorecer a disponibilidade, a continuidade e a segurança dos serviços tecnológicos.

A infraestrutura de rede atende aos diferentes ambientes acadêmicos e administrativos, laboratórios e demais espaços institucionais que demandam conectividade. Mecanismos de controle de acesso, monitoramento e proteção integram as medidas destinadas à preservação da disponibilidade e integridade dos recursos tecnológicos.

O atendimento aos usuários é apoiado por estrutura de serviços de TI destinada ao registro, direcionamento e tratamento das demandas relacionadas aos recursos tecnológicos institucionais.

A manutenção, atualização e expansão da infraestrutura são planejadas considerando a evolução das tecnologias, as necessidades acadêmicas e administrativas, os requisitos de segurança e continuidade e as demandas decorrentes do desenvolvimento institucional.

10.4.2 Tecnologias Digitais de Apoio aos Processos Acadêmicos

As tecnologias digitais integram os processos de ensino e aprendizagem, comunicação, acesso à informação e atendimento acadêmico do CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS.

A Instituição utiliza o Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem — AVA, possibilitando a organização e disponibilização de materiais didáticos, atividades, recursos de interação, conteúdos digitais e demais elementos relacionados às atividades acadêmicas.

A gestão do ambiente virtual e o suporte às atividades educacionais mediadas por tecnologia são desenvolvidos pela FAMINAS Virtual, que atua também no apoio aos docentes e no desenvolvimento das condições necessárias à utilização dos recursos digitais nos processos educacionais.

A comunidade acadêmica dispõe, ainda, de sistemas acadêmicos, Portal Educacional, correio eletrônico institucional, biblioteca digital e canais digitais de comunicação e atendimento, possibilitando acesso a informações, materiais, serviços e processos institucionais.

O acesso aos recursos é apoiado pela infraestrutura de conectividade e pelos equipamentos disponibilizados nos ambientes acadêmicos, incluindo laboratórios de informática.

Durante a vigência deste PDI, a atualização das tecnologias digitais considerará as necessidades previstas nos PPCs, as práticas pedagógicas, a evolução das tecnologias educacionais, a acessibilidade, a segurança da informação, a disponibilidade dos serviços e os resultados dos processos institucionais de acompanhamento e avaliação.

10.5 LABORATÓRIOS E AMBIENTES DE PRÁTICAS ACADÊMICAS

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS dispõe de infraestrutura laboratorial e de ambientes de práticas destinados ao desenvolvimento das atividades previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, proporcionando condições para a articulação entre conhecimentos teóricos, experiências práticas e desenvolvimento das competências relacionadas às diferentes áreas de formação.

O Bloco de Laboratórios possui aproximadamente 4.763 m² de área construída, distribuídos em três pavimentos, e reúne laboratórios especializados, ambientes de estudo e espaços de apoio técnico destinados às atividades acadêmicas.

A infraestrutura contempla ambientes relacionados às diferentes áreas de formação atendidas pela Instituição, incluindo laboratórios destinados às Ciências da Saúde e Biológicas, Informática, Psicologia, Nutrição, Fisioterapia, Enfermagem, Farmácia, Biomedicina e demais áreas que demandam atividades práticas específicas.

Entre os ambientes disponíveis encontram-se laboratórios de Anatomia, Microscopia, Microbiologia, Química, Farmacotécnica, Técnica Dietética, Análises Clínicas e Informática, além de outros espaços especializados necessários às atividades previstas nos cursos.

A organização dos ambientes considera a natureza das práticas, o número de estudantes, os equipamentos, materiais e insumos necessários e os requisitos de acessibilidade, segurança e biossegurança aplicáveis.

A adequação dos laboratórios e ambientes de práticas é acompanhada considerando as necessidades dos PPCs, o desenvolvimento dos cursos, a evolução científica e tecnológica, as práticas profissionais e os resultados dos processos institucionais de avaliação.

10.5.1 Organização, Funcionamento, Segurança e Suporte Técnico

A utilização dos laboratórios e ambientes de práticas é orientada por normas e procedimentos institucionais relacionados ao funcionamento, à segurança, à biossegurança, ao uso dos equipamentos e à preservação dos espaços.

A gestão desses ambientes conta com suporte técnico para organização e preparação das atividades práticas, disponibilização de materiais e insumos, acompanhamento das condições dos equipamentos e apoio às atividades desenvolvidas por docentes e estudantes.

As condições de infraestrutura, acessibilidade, segurança, conservação e funcionamento são acompanhadas institucionalmente, possibilitando a identificação de necessidades de manutenção, adequação, atualização ou substituição de equipamentos e recursos.

O planejamento das melhorias considera as necessidades acadêmicas dos cursos e a utilização dos ambientes, buscando assegurar condições compatíveis com as práticas previstas nos respectivos PPCs.

10.5.2 Laboratório de Simulação Realística

O Laboratório de Simulação Realística constitui ambiente de formação prática destinado ao desenvolvimento de competências técnicas, clínicas, comportamentais e relacionais por meio de situações simuladas e controladas.

Sua estrutura contempla 11 ambientes especializados, incluindo salas de alta complexidade, consultórios simulados, salas de habilidades, Sala de Imagem, Sala de Debriefing e espaços de apoio destinados ao preparo e armazenamento de equipamentos, manequins e insumos.

Os ambientes dispõem de manequins de diferentes níveis de fidelidade, equipamentos médico-hospitalares, recursos audiovisuais e tecnologias educacionais que possibilitam simulações clínicas, treinamento de procedimentos, desenvolvimento de habilidades profissionais e atividades interdisciplinares.

As salas de alta complexidade possibilitam o desenvolvimento de cenários relacionados a diferentes situações assistenciais, enquanto os consultórios e salas de habilidades apoiam atividades de comunicação, avaliação, procedimentos e tomada de decisão.

A Sala de Debriefing integra o processo pedagógico da simulação, possibilitando análise das experiências, reflexão e feedback estruturado. A Sala de Imagem complementa a infraestrutura destinada às atividades que envolvem diagnóstico por imagem e recursos relacionados à formação clínica.

O Laboratório atende atividades de diferentes cursos da área da saúde e sua utilização é planejada de acordo com os objetivos de aprendizagem e as competências estabelecidas nos respectivos PPCs.

10.5.3 Laboratório de Realidade Virtual

O Laboratório de Realidade Virtual integra recursos imersivos às estratégias de ensino e aprendizagem, ampliando as possibilidades de visualização, interação e exploração de conteúdos que se beneficiem de representações tridimensionais e experiências digitais interativas.

O ambiente dispõe de equipamentos e recursos de realidade virtual que possibilitam sua utilização em atividades acadêmicas relacionadas às diferentes áreas de formação, de acordo com os objetivos de aprendizagem previstos nos cursos.

A utilização desses recursos complementa as atividades desenvolvidas nos demais laboratórios e ambientes de práticas e integra as estratégias institucionais de incorporação de tecnologias educacionais aos processos formativos.

A aplicação das tecnologias de realidade virtual é orientada por sua pertinência pedagógica e pelas possibilidades de contribuição para o desenvolvimento das competências previstas nos PPCs.

10.5.4 Complexo Esportivo

O CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS dispõe de Complexo Esportivo destinado ao desenvolvimento de atividades acadêmicas, práticas corporais e esportivas e demais ações institucionais compatíveis com a finalidade dos ambientes.

A infraestrutura contempla campo de futebol, pista de atletismo, quadras poliesportivas coberta e descoberta, piscina semiolímpica, arquibancadas, vestiários e espaços destinados ao armazenamento de materiais e apoio às atividades.

Os diferentes ambientes possibilitam o desenvolvimento das práticas previstas nos componentes curriculares que demandam infraestrutura esportiva específica, bem como sua utilização em projetos e outras ações acadêmicas e institucionais.

As condições de funcionamento do Complexo Esportivo integram os processos de manutenção, conservação e acompanhamento da infraestrutura, considerando as necessidades das atividades acadêmicas desenvolvidas.

10.6 MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA PARA 2025–2029

Durante a vigência deste PDI, a manutenção, atualização e desenvolvimento da infraestrutura serão orientados pelas necessidades decorrentes do funcionamento e da evolução dos cursos, das atividades acadêmicas e administrativas e das perspectivas de desenvolvimento da oferta apresentadas no planejamento institucional.

As necessidades serão identificadas a partir do acompanhamento das condições dos ambientes e equipamentos, das demandas dos cursos e setores, dos processos de manutenção, dos requisitos de segurança e acessibilidade e dos resultados das avaliações institucionais.

O planejamento poderá contemplar intervenções relacionadas à manutenção preventiva e corretiva, adequação de ambientes, acessibilidade, atualização e substituição de equipamentos, infraestrutura laboratorial, recursos bibliográficos, conectividade, sistemas e tecnologias educacionais, de acordo com as necessidades identificadas e as prioridades institucionais.

As iniciativas de expansão ou reorganização da oferta acadêmica serão analisadas também quanto às repercussões sobre a infraestrutura, de modo que sua implementação seja precedida da verificação das condições físicas, tecnológicas, bibliográficas, laboratoriais e de apoio necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas.

A priorização das intervenções considerará a natureza e a urgência das necessidades identificadas, sua repercussão sobre as atividades acadêmicas e institucionais, os requisitos aplicáveis, a viabilidade técnica e a disponibilidade de recursos.

Os resultados das intervenções e as condições de utilização da infraestrutura continuarão sendo acompanhados pelas áreas responsáveis e pelos processos institucionais de avaliação, possibilitando a identificação de novas necessidades e a revisão das prioridades estabelecidas.

Dessa forma, a gestão da infraestrutura durante o período 2025–2029 será desenvolvida segundo um ciclo de **identificação de necessidades, análise, priorização, intervenção, acompanhamento e reavaliação**, articulando as condições físicas e tecnológicas ao desenvolvimento acadêmico e ao planejamento institucional.

11 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

A sustentabilidade financeira constitui condição essencial para a implementação das políticas, objetivos e metas estabelecidos neste Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, na medida em que assegura a disponibilidade de recursos necessários à manutenção das atividades acadêmicas e administrativas, ao desenvolvimento institucional e à realização dos investimentos previstos para o período de sua vigência.

No Centro Universitário FAMINAS, a gestão econômico-financeira está articulada ao planejamento institucional e aos processos de acompanhamento e controle, de modo a favorecer a adequada alocação dos recursos e a compatibilidade entre as prioridades acadêmicas, administrativas e de infraestrutura e a capacidade financeira da Instituição.

Para subsidiar esse processo, o Centro Universitário FAMINAS utiliza sistemas integrados de gestão acadêmica, financeira e contábil, que possibilitam o acompanhamento das informações relacionadas às receitas e despesas institucionais e fornecem dados para análise, planejamento, controle e tomada de decisão.

O planejamento econômico-financeiro considera a manutenção das condições necessárias ao desenvolvimento das atividades institucionais e à execução das ações previstas no PDI. Nesse processo, são contempladas as necessidades relacionadas à oferta acadêmica, à qualificação e manutenção do corpo docente e técnico-administrativo, à infraestrutura física e tecnológica, ao acervo bibliográfico, aos ambientes e recursos destinados às práticas pedagógicas, à pesquisa e à extensão e às demais atividades necessárias ao funcionamento institucional.

A projeção de receitas considera, entre seus componentes, os recursos provenientes de anuidades e mensalidades, serviços, taxas e outras receitas, bem como os impactos decorrentes da concessão de bolsas e da inadimplência. As despesas, por sua vez, contemplam diferentes componentes relacionados à operação e ao desenvolvimento institucional, incluindo pessoal docente e técnico-administrativo, encargos, despesas administrativas, manutenção, equipamentos, mobiliário, acervo bibliográfico, pesquisa e extensão, treinamento e investimentos em inovação e infraestrutura destinada às práticas pedagógicas.

O demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeira apresentado a seguir reúne dados realizados e projeções econômico-financeiras, contemplando o período de vigência deste PDI, até 2029. Adicionalmente, são apresentadas projeções para os exercícios de 2030 e 2031, ampliando o horizonte de análise e permitindo observar a perspectiva de continuidade da sustentabilidade financeira institucional para além do período abrangido pelo Plano.

Tabela 1- Demonstrativo de Capacidade e Sustentabilidade Financeira – Faminas MRE

DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA – FAMINAS MRE

Valores em reais (R$)

DESCRIÇÃO	SINAL	2025 (Realizado)	2026 (até 31/08/2026)	2027 (Projetado)	2028 (Projetado)	2029 (Projetado)	2030 (Projetado)	2031 (Projetado)
RECEITAS		**91.598.892,76**	**90.364.873,49**	**93.547.343,60**	**96.597.828,93**	**99.495.763,80**	**102.480.636,71**	**105.555.055,82**
Anuidade / Mensalidade	(+)	119.846.182,83	123.650.577,35	128.005.303,38	132.179.428,32	136.144.811,17	140.229.155,50	144.436.030,17
Bolsas	(–)	21.720.822,93	23.701.340,19	24.536.053,99	25.336.150,17	26.096.234,68	26.879.121,72	27.685.495,37
Diversos	(+)	1.554.373,96	400.030,95	414.119,24	427.623,25	440.451,95	453.665,51	467.275,48
Financiamentos	(+)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inadimplencia	(–)	8.449.696,60	10.365.112,99	10.730.151,54	11.080.051,05	11.412.452,58	11.754.826,16	12.107.470,94
Serviços	(+)	302.995,50	352.953,38	365.383,69	377.298,48	388.617,44	400.275,96	412.284,24
Taxas	(+)	65.860,00	27.765,00	28.742,83	29.680,10	30.570,51	31.487,62	32.432,25
DESPESAS		**64.280.081,34**	**56.987.754,37**	**60.373.607,10**	**62.342.330,06**	**64.212.599,96**	**66.138.977,96**	**68.123.147,30**
Pessoal	(–)	43.091.419,11	38.323.474,73	40.807.052,33	42.134.061,45	43.406.082,29	44.706.053,76	46.038.840,37
Administrativo	(–)	9.746.394,05	9.265.808,80	9.735.099,24	10.051.047,55	10.354.579,17	10.669.215,38	10.995.891,38
Ocupação	(–)	4.662.024,22	3.944.184,43	4.219.535,46	4.356.432,11	4.487.619,07	4.624.512,64	4.767.250,02
Serviços de Terceiros	(–)	2.807.696,00	2.011.209,38	2.129.997,59	2.199.334,26	2.265.455,83	2.334.584,53	2.407.021,87
Outras Despesas Gerais	(–)	4.643.560,67	3.443.077,03	3.481.922,48	3.601.455,10	3.698.863,60	3.804.611,65	3.920.280,37
Outras Despesas (Ajustes)	(–)	1.329.987,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO (Receitas – Despesas)		**27.318.811,42**	**33.377.119,12**	**33.173.736,50**	**34.255.498,87**	**35.283.163,84**	**36.341.658,75**	**37.431.908,52**

Fonte: Centro Universitário Faminas, 2026.

Os dados evidenciam a manutenção de resultado financeiro positivo ao longo de todo o período de vigência do PDI. Em 2025, as receitas totalizaram aproximadamente R$ 91,60 milhões, frente a R$ 64,28 milhões em despesas, correspondendo a resultado de aproximadamente R$ 27,32 milhões. Para 2029, último exercício abrangido por este Plano, projetam-se receitas de aproximadamente R$ 99,50 milhões e despesas de R$ 64,21 milhões, com resultado estimado em R$ 35,28 milhões.

A análise das projeções indica, portanto, a manutenção de uma relação favorável entre receitas e despesas durante o período de vigência do PDI, oferecendo suporte financeiro à continuidade das atividades acadêmicas e administrativas e à execução das ações institucionais planejadas. A projeção deve ser compreendida como instrumento de planejamento e acompanhamento, estando sujeita às variações decorrentes da execução orçamentária e das condições institucionais ao longo do período.

Para além da vigência deste PDI, as projeções referentes a 2030 e 2031 ampliam o horizonte de planejamento financeiro e permitem observar a perspectiva de continuidade da sustentabilidade econômico-financeira institucional. Para 2031, projetam-se receitas de aproximadamente R$ 105,56 milhões e despesas de R$ 68,12 milhões, resultando em aproximadamente R$ 37,43 milhões. A apresentação desse horizonte adicional não altera o período de vigência do PDI, mas contribui para demonstrar a perspectiva de continuidade do planejamento financeiro institucional em médio prazo.

A sustentabilidade financeira pressupõe, ainda, o acompanhamento periódico da execução orçamentária e das variáveis que influenciam a composição das receitas e despesas. Esse monitoramento possibilita identificar eventuais diferenças entre os valores previstos e realizados e subsidiar, quando necessário, ajustes na alocação dos recursos e nas prioridades institucionais, preservando a compatibilidade entre capacidade financeira e planejamento.

Nesse contexto, a sustentabilidade financeira é compreendida não apenas como manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas, mas como condição para viabilizar o desenvolvimento acadêmico e institucional. A articulação entre planejamento, disponibilidade de recursos, acompanhamento da execução e tomada de decisão contribui para assegurar condições financeiras compatíveis com os compromissos assumidos neste PDI e com a manutenção e o aprimoramento da qualidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica.

12 SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DO PDI

O acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI constitui processo sistemático de monitoramento de sua implementação durante o período de vigência, destinado a verificar a execução das diretrizes, objetivos, metas e ações estabelecidos e a produzir informações que subsidiem a tomada de decisão e a continuidade do planejamento institucional.

O processo articula planejamento, execução, monitoramento e avaliação, permitindo identificar o estágio de desenvolvimento das ações, os resultados alcançados, as dificuldades encontradas e as necessidades de adequação decorrentes de alterações no contexto acadêmico, administrativo, regulatório ou institucional.

O acompanhamento será realizado pelas instâncias de gestão e pelos setores responsáveis pela execução das ações previstas no PDI, de acordo com suas respectivas competências e responsabilidades institucionais.

Semestralmente, serão realizadas ações de acompanhamento com a participação das lideranças e áreas envolvidas na execução do Plano, contemplando diretorias, Coordenações de Curso e setores acadêmicos e administrativos responsáveis pelas metas e ações em análise.

O monitoramento considerará, de acordo com a natureza de cada objetivo, meta ou ação:

- estágio de execução das ações previstas;
- resultados alcançados em relação às metas estabelecidas;
- indicadores e evidências disponíveis para demonstração dos resultados;
- cumprimento dos prazos previstos;
- dificuldades, riscos ou fatores que possam interferir na execução;
- necessidade de adequação, redirecionamento ou definição de ações de melhoria; e
- repercussões de alterações acadêmicas, institucionais ou regulatórias sobre o planejamento estabelecido.

Os setores responsáveis deverão manter informações e evidências relacionadas às ações sob sua responsabilidade, possibilitando a identificação do que foi realizado, dos

resultados alcançados e das situações que demandem acompanhamento ou intervenção.

Para favorecer a rastreabilidade do processo, o acompanhamento deverá possibilitar a associação entre **objetivo ou meta, ação prevista, responsável, indicador ou evidência, situação de execução, resultado observado e providências decorrentes da análise**.

Sempre que forem identificados atrasos, desvios relevantes em relação ao planejamento, resultados inferiores aos previstos ou alterações das condições que fundamentaram determinada ação, suas causas serão analisadas pelas instâncias competentes. A partir dessa análise, poderão ser definidas medidas de adequação, revisão de prazos, redimensionamento de ações ou outras providências necessárias à continuidade do planejamento.

As adequações realizadas durante a vigência do PDI deverão ser registradas e justificadas, preservando a memória do processo de implementação e permitindo distinguir ações concluídas, em andamento, reprogramadas, substituídas ou não executadas.

A Comissão Própria de Avaliação — CPA contribui para o acompanhamento do PDI por meio das evidências e análises produzidas no processo de autoavaliação institucional. Seus resultados podem evidenciar potencialidades, fragilidades, tendências e necessidades relacionadas às diferentes dimensões do desenvolvimento institucional e constituem uma das fontes de informação utilizadas no acompanhamento do Plano.

A participação da CPA nesse processo preserva sua autonomia e suas atribuições próprias e não transfere à Comissão a responsabilidade pela execução das metas, ações ou decisões de gestão previstas no PDI, que permanecem sob responsabilidade das instâncias institucionais competentes.

Os resultados da autoavaliação serão analisados em conjunto com informações acadêmicas, administrativas, regulatórias, financeiras e de gestão pertinentes ao acompanhamento das diferentes dimensões do PDI. Essa integração permite que o monitoramento considere múltiplas evidências e não se restrinja à verificação formal do cumprimento das ações planejadas.

Ao final de cada ciclo anual, as informações decorrentes do acompanhamento serão consolidadas, possibilitando uma visão integrada da evolução do PDI e das principais situações identificadas no período. Essa consolidação subsidiará a Administração Superior na análise do desenvolvimento institucional, na definição de prioridades e nas decisões

relacionadas à continuidade ou ao redirecionamento das ações.

O acompanhamento anual permitirá também identificar repercussões entre diferentes dimensões do planejamento. Alterações relacionadas à oferta acadêmica, por exemplo, poderão demandar reavaliação das necessidades de pessoal, infraestrutura, tecnologia, investimentos e serviços de apoio, favorecendo a manutenção da coerência interna do PDI.

Ao término do período de vigência, será realizada análise global da implementação do Plano, considerando o alcance dos objetivos e metas, a execução das ações, os resultados observados, as alterações realizadas durante o período, as dificuldades identificadas e as necessidades que permaneçam para o ciclo subsequente.

Os resultados dessa análise constituirão referência para a elaboração do próximo ciclo de planejamento institucional, possibilitando incorporar ao novo PDI as evidências e aprendizagens produzidas durante a implementação do Plano 2025–2029.

Dessa forma, o Sistema de Acompanhamento do PDI estrutura-se como um ciclo de planejamento → execução → monitoramento → análise → decisão → adequação → registro → reavaliação, favorecendo a rastreabilidade das ações, a utilização de evidências na tomada de decisão e a continuidade do planejamento institucional.

Muriaé, outubro de 2024

Revisado e atualizado em setembro de 2026

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; TANZI NETO, Adolfo; TREVISANI, Fernando de Mello (org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Brasília, DF: MEC/CNE, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre os procedimentos e o padrão decisório dos processos de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos, nas modalidades presencial e a distância, das instituições de educação superior do sistema federal de ensino. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025**. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o

Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.
BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 378, de 19 de maio de 2025**. Dispõe sobre os formatos de oferta dos cursos superiores de graduação. Brasília, DF: MEC, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 381, de 20 de maio de 2025**. Dispõe sobre as regras de transição para a aplicação do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que regulamenta a oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior em cursos de graduação, e estabelece o calendário de processos regulatórios no Sistema e-MEC para o ano de 2025. Brasília, DF: MEC, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 506, de 10 de julho de 2025**. Regulamenta o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que trata da oferta de educação a distância por Instituições de Educação Superior – IES em cursos de graduação. Brasília, DF: MEC, 2025.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 1998.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

FADEL, Charles; BIALIK, Maya; TRILLING, Bernie. **Educação em quatro dimensões: as competências que os estudantes devem ter para atingir o sucesso**. Boston: Center for Curriculum Redesign, 2015.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia**. São Paulo: Loyola, 2011.

FERNANDES, Domingos. **Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira; CUSATI, Iracema Campos; SILVA, Alexsandro da. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: dos conhecimentos e suas histórias. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 979–996, jul./set. 2018.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2011.

MORIN, Edgar; DÍAZ, Carlos Jesús Delgado. **Reinventar a educação: abrir caminhos para a metamorfose da humanidade**. São Paulo: Palas Athena, 2016.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. São Paulo: Cortez, 2006.
SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SACRISTÁN, José Gimeno (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Rosemary; AMARAL, Mirian Maia do. Ambiências formativas como espaçostempos de autorias no ensino superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, e231041, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes**. Petrópolis: Vozes, 2012.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

YOUNG, Michael. **O currículo do futuro: da nova sociologia da educação a uma teoria crítica do aprendizado**. Campinas: Papirus, 2000.

ZADUSKI, Jeong Cir Deborah; LIMA, Ana Virgínia Isiano; SCHLÜNZEN JÚNIOR, Klaus. Ecossistemas da aprendizagem na era digital: considerações sobre uma formação para professores na perspectiva da educação inclusiva. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 19, n. 60, p. 269–287, jan./mar. 2019.